

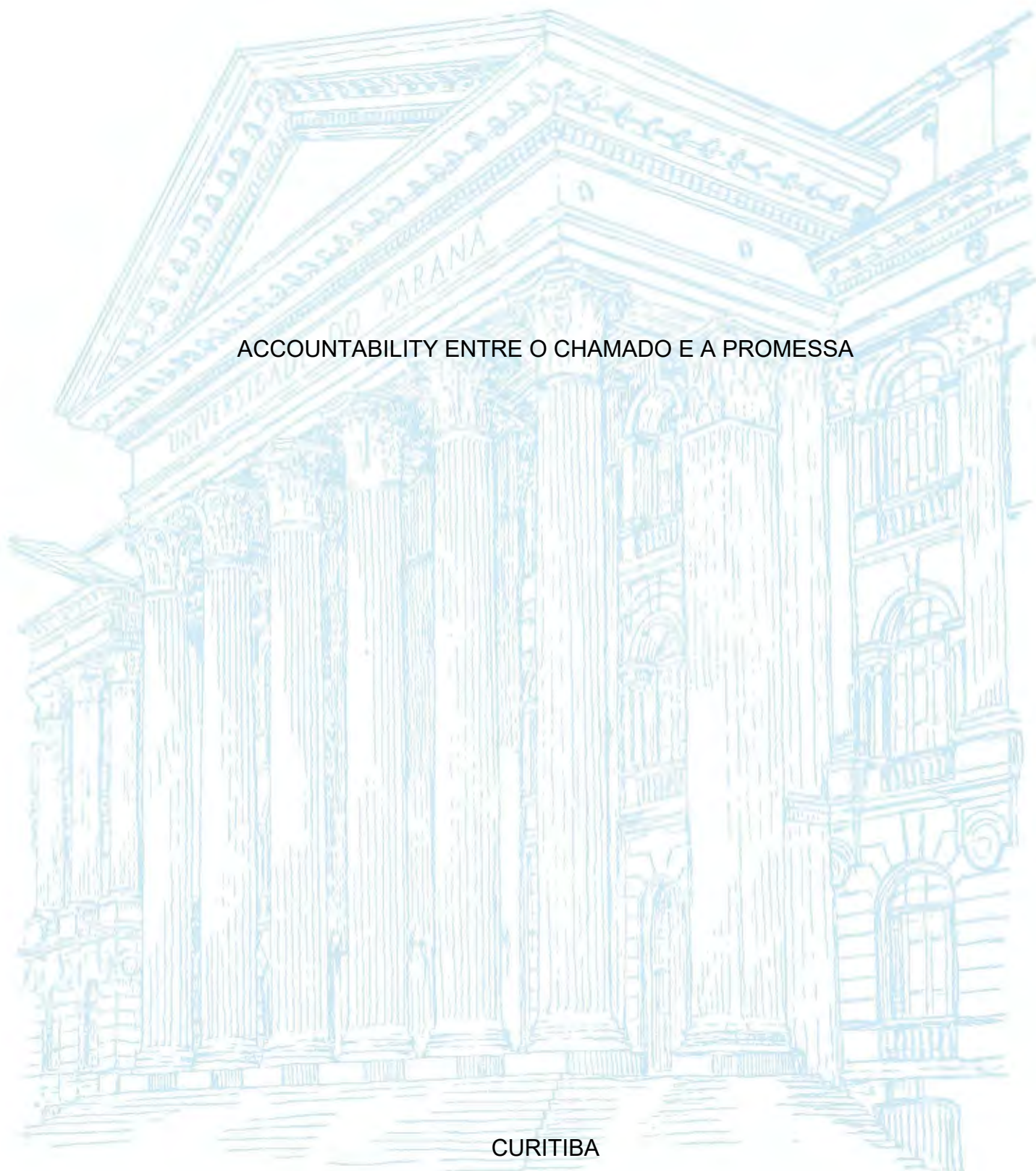
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIS GUSTAVO CARDOSO

ACCOUNTABILITY ENTRE O CHAMADO E A PROMESSA

CURITIBA

2021



LUIS GUSTAVO CARDOSO

ACCOUNTABILITY ENTRE O CHAMADO E A PROMESSA

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Direitos Humanos e Democracia junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Katya Kozicki

CURITIBA

2021

C268a

Cardoso, Luis Gustavo

Accountability entre o chamado e a promessa [meio eletrônico] / Luis Gustavo Cardoso. - Curitiba, 2021.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2021.

Orientadora: Katya Kozicki.

1. Responsabilidade (Direito). 2. Direitos humanos.  
3. Nações Unidas. Conselho de Direitos Humanos. 4. Narrativa.  
5. Biopolítica. I. Kozicki, Katya. II. Título. III. Universidade Federal do Paraná.

CDU 347.51

**Catalogação na publicação - Universidade Federal do Paraná  
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas  
Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior - CRB-9/1626**

ATA Nº180

## ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM DIREITO

No dia um de outubro de dois mil e vinte e um às 14:00 horas, na sala REMOTA, CONFORME AUTORIZA PORTARIA 36/2020-CAPES, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese do doutorando **LUIS GUSTAVO CARDOSO**, intitulada: **ACCOUNTABILITY ENTRE O CHAMADO E A PROMESSA**, sob orientação da Profa. Dra. KATYA KOZICKI. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: KATYA KOZICKI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), DENILSON LUIS WERLE (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA), ANGELA COUTO MACHADO FONSECA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), VERA KARAM DE CHUEIRI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), CARLOS EDUARDO DE ABREU BOUCALT (UNESP). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, KATYA KOZICKI, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 01 de Outubro de 2021.

Assinatura Eletrônica

01/10/2021 18:46:50.0

KATYA KOZICKI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

01/10/2021 18:46:02.0

DENILSON LUIS WERLE

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Assinatura Eletrônica

01/10/2021 18:46:14.0

ANGELA COUTO MACHADO FONSECA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

01/10/2021 18:47:04.0

VERA KARAM DE CHUEIRI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

01/10/2021 18:59:37.0

CARLOS EDUARDO DE ABREU BOUCALT

Avaliador Externo (UNESP)

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **LUIS GUSTAVO CARDOSO** intitulada: **ACCOUNTABILITY ENTRE O CHAMADO E A PROMESSA**, sob orientação da Profa. Dra. KATYA KOZICKI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 01 de Outubro de 2021.

Assinatura Eletrônica

01/10/2021 18:46:50.0

KATYA KOZICKI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

01/10/2021 18:46:02.0

DENILSON LUIS WERLE

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Assinatura Eletrônica

01/10/2021 18:46:14.0

ANGELA COUTO MACHADO FONSECA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

01/10/2021 18:47:04.0

VERA KARAM DE CHUEIRI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

01/10/2021 18:59:37.0

CARLOS EDUARDO DE ABREU BOUCALT

Avaliador Externo (UNESP)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à comunidade da Universidade Federal do Paraná e, em especial, do Programa de Pós-Graduação em Direito, do Setor de Ciências Jurídicas e do Centro de Estudos da Constituição. Dentro da comunidade acadêmica, agradeço sobretudo à minha orientadora e professora Katya Kozicki (PPGD/UFPR), a quem devo o gesto de confiança com que se fundou a nossa relação acadêmica, a dedicação infalível com que me acompanha desde o início do doutorado e a generosidade intelectual com que acolheu esta tese e seu orientando. Espero fazer justiça à confiança depositada em mim e torço para que possamos, depois de encerrada esta etapa, continuar nossa correspondência acadêmica. Agradeço à professora Vera Karam de Chueiri (PPGD/UFPR), a quem, desde os tempos de graduação na UNESP, admirava por sua atuação competente e original no campo *literatura & direito*. Seu aluno no PPGD/UFPR, passei a admirá-la cada vez mais. Agradeço, também, por participar das bancas de qualificação e defesa e por provocar a luz decisiva deste texto: o chamado. Agradeço à professora Angela Couto Machado Fonseca (PPGD/UFPR), por sua participação nas bancas de qualificação e defesa e, especialmente, por ter feito sugestões e comentários precisos para o desenvolvimento do trabalho que agora apresento. Sua contribuição foi decisiva para a reorganização deste texto. Agradeço ao professor Carlos Eduardo de Abreu Boucault (PPGD/UNESP), com quem minha correspondência data das aulas de Introdução ao **Estudo do Direito, na UNESP. Com ele aprendi que “esta é a nossa vida, e não outra”,** razão por que é tão urgente que ponhamos a precisa nota de afeto em tudo o que fazemos. Agradeço ao professor Denilson Luis Werle (PPGFil/UFSC), por tão gentil e prontamente haver aceitado participar da banca de defesa desta tese que, espero, faça justiça à atenção que lhe dedica. Professor Denilson foi, também, meu professor nas disciplinas de Filosofia Política I, II e III na Licenciatura em Filosofia da UFSC (turma 2021.1) e, nomeando-o, agradeço a todos os professores e colegas de turma. Agradeço a Plínio Fernandes Toledo, pelo diálogo aberto durante a revisão do texto da tese. Com sua poesia e generosidade, o amigo foi minha companhia na procura da clareira dentro desta *selva escura e áspera e forte*. Agradeço a Shevah Ahavat Esberard, que fez uma revisão detida e generosa do texto final da tese e me deu lições inestimáveis sobre a cultura hebraica. Agradeço a João Paulo Capelotti e, nomeando-o, agradeço a todos os colegas acadêmicos da UFPR e da UNESP. Agradeço a Júlio

Antonio Bonatti dos Santos, que fez recomendações importantes para o primeiro capítulo da tese. Nomeando-o, agradeço a todos os amigos do grupo *Francaforte*. Agradeço a Carolina Mantovani Monteiro, que fez a primeira revisão do primeiro capítulo da tese. Nomeando-a, agradeço a todos os amigos do grupo *Literatura em Quarentena*. Agradeço a Christiane Russomano Freire, cuja coragem, sensibilidade e inteligência ainda me servem de inspiração. Nomeando-a, agradeço às amigas e **colegas de trabalho nos programas “Fazendo Justiça” e “Justiça Presente”**. Agradeço a Flávio Pavlov da Silveira, parceiro e amigo cuja generosidade, integridade e inteligência foram fundamentais à minha formação profissional e pessoal desde que nos conhecemos, em 2016. Nomeando-o, agradeço a todos os colegas da Procuradoria da República em Joinville. Agradeço a Weber Luiz Oliveira, colega professor, amigo, pela lealdade, pelo apoio incondicional, pela acolhida familiar em Joinville, Florianópolis e Brasília. Nomeando-o, agradeço a todos os meus colegas professores. Agradeço a Éder de Bem Marcelino, amigo leal e dos meus primeiros alunos no curso de Direito da ACE, em Joinville, pela integral acolhida. Nomeando-o, agradeço a todas as minhas alunas e alunos da ACE, da CNEC e da UniSociesc. Agradeço a Luis Filipe Bueno, Diogo Araújo e Helena Kleine Oliveira, amigos valorosos que completam um círculo de amizade entre Florianópolis, Curitiba e Niterói. Junto a eles, Marcus Fabiano Gonçalves tem meu reconhecimento por nossa contínua amizade e colaboração. Agradeço a Guilherme Lins, colega de curso na Academia de **Direito Internacional d’A Haia que de pronto se tornou amigo**, pela generosa acolhida em Brasília. Nomeando-o, agradeço a todos os demais colegas que conheci então. Agradeço a Maria Alves dos Santos, Rondon Rodrigues Ferreira e Antonio Candido de Mello e Souza, que foram embora antes do combinado, *in memoriam*. Agradeço aos da minha família, que acertaram ao dizer que sou do contra; foi o que me salvou. Com especial nota de afeto, homenageio e agradeço a Talita Jordina Rodrigues, Preta, Tié, Tita, Rose, Zeca, Fubá, e aos demais *lá do Morro*; seu acolhimento e carinho foram fundamentais durante meu tempo em Joinville e Curitiba.

A disponibilidade é o pássaro onírico que choca o ovo da experiência.

Walter Benjamin, *O contador de histórias*

Do ponto de vista da morte, a função da vida é a produção do cadáver.

Walter Benjamin, *Origem do drama trágico alemão*



Há no texto escrito, quer se trate de tábua, mármore, papiro, pergaminho, osso gravado, rótulo ou livro, certa autoridade (**palavra que, na sua origem latina, contém “autor”**). Só a escrita e a transmissão desse modo já implicam uma pretensão ao magistral e ao canônico. A autoridade do texto escrito é evidente nos documentos teológicos, nos códigos jurídicos, nos tratados científicos, nos manuais técnicos; e, ainda que de maneira mais sutil, até mesmo autossubversivas, nas composições cômicas ou efêmeras, está mesmo assim presente em todos os textos de natureza contratual. O autor e seu leitor são ligados por uma promessa de sentido. Na sua essência, a escrita é normativa. Ela é **“prescritiva”, para usar uma palavra que, pela riqueza de suas conotações e de seu significado mais profundo, solicita uma atenção particular. “Prescrever” é ordenar, antecipar e circunscrever (outra palavra densa de significado) um âmbito de ação, de interpretação, de consenso intelectual ou social. “Inscrição”, “escrita”, “escreva”, assim como o conjunto semântico de forte energia ao qual se unem, ligam intimamente, inevitavelmente, o ato de escrever a formas de governança. A “proscrição”, que é um termo afim, proclama o exílio ou a morte.** Sob todos os aspectos, mesmo por trás de uma aparente ligeireza, os atos da escrita e sua consagração nos livros manifestam relações de força. O despotismo exercido por padres, pela classe política, pela lei, sobre os letrados ou os subletrados, não é mais que a expressão exterior dessa verdade absolutamente fundamental. A autoridade implicada pelo texto, a posse e os usos dele por uma elite letrada são sinônimos de poder. Os tomos encadeados das bibliotecas monásticas medievais têm um quê de inquietantes. A escrita capta o sentido (com são Jerônimo, o tradutor repatria o significado assim como o conquistador retorna com os prisioneiros).

Os déspotas não amam e, a fortiori, não lançam desafios nem aceitam contestações. Tampouco os livros. É ao escrever outro texto que nos esforçamos a questionar, refutar ou invalidar um texto. Daí a lógica inercial do comentário e do comentário ao comentário ao infinito, já prevista na sombria previsão do **Eclesiastes quando diz que “a fabricação dos livros” será sem fim.** (O mal-estar de Freud diante da **“análise interminável”** é claramente talmúdico.) Ao contrário, no conceito platônico, a discussão oral permite, ou melhor, autoriza, um questionamento imediato, contra-argumentos e correções. Permite ao interlocutor corrigir suas teses, e se necessário mudá-las, à luz de uma pesquisa e uma indagação comum. A oralidade aspira à verdade, à honestidade da autocorreção, à democracia, por **assim dizer, da intuição compartilhada (o “esforço comum” de F. R. Leavis).** O texto escrito e o livro impedem essa possibilidade.

George Steiner, *Aqueles que queimam livros*

## RESUMO

Esta tese de doutorado investiga o uso da palavra 'accountability' nas resoluções e relatórios produzidos pelas Nações Unidas sobre a Síria e a Líbia, entre 2011 e 2012. Sua hipótese é de que a accountability é cruzada por uma série de tensões: biopolítica positiva e biopolítica negativa, universalidade abstrata e localidade, experiência e empobrecimento da experiência, meios e fins. Em primeiro lugar, distingue-se a narrativa do contar histórias, para tratar do empobrecimento da experiência social em favor da universalidade abstrata das normas da ordem internacional. Em segundo, analisa-se as resoluções e relatórios do Conselho de Direitos Humanos e do Conselho de Segurança, ambos órgãos das Nações Unidas, sobre a Síria e a Líbia. Em terceiro, investiga-se o duplo sentido da accountability: de um lado, o caráter gerencial que contabiliza a vida e, de outro, a vocação para responder às investidas contra a dignidade que marcaram o século XX. Verifica-se que a comunidade internacional realiza a sua produção normativa imunizando-se contra a experiência social da localidade, de modo que os seus meios contrariam a sua finalidade histórica, que é a de proteger o princípio da dignidade. Por fim, sugere-se que, para articular novamente os meios e os fins da comunidade internacional, é preciso que a narrativa ceda espaço ao contador de histórias, isto é, aquele capaz de restabelecer a experiência social à linguagem. É preciso criar espaços de disponibilidade que permitam à norma local, em cada momento, contribuir para o preenchimento do conteúdo normativo da dignidade.

Palavras-chaves: Accountability. Conselho de Direitos Humanos. Experiência. Narrativa. Biopolítica.

## **ABSTRACT**

This doctoral thesis investigates the use of the word 'accountability' in the resolutions and reports obtained by the United Nations on Syria and Libya between 2011 and 2012. It hypothesizes that a series of tensions cross accountability: positive and negative biopolitics, abstract universality and locality, experience and impoverishment of experience, means and ends. First, it distinguishes narrative from storytelling to deal with the impoverishment of social experience in favor of the abstract universality of the norms of the international order. Secondly, it analyzes the resolutions and reports of the Human Rights Council and the Security Council, both United Nations bodies, on Syria and Libya. Third, the double meaning of accountability is investigated: on the one hand, the managerial character that accounts for life and, on the other, the vocation to respond to the attacks against dignity that marked the 20th century. It concludes that the international community carries out its normative production by immunizing itself against a social experience of the locality so that its means contradict its historical purpose, which is to protect the principle of dignity. Finally, it points out that to again articulate the means and ends of the international community, the narrative must give space to the storyteller, that is, the one capable of restoring a social experience to language. It is necessary to create spaces of availability that allow the local norm to contribute, at each moment, to the fulfillment of the normative content of dignity.

Keywords: Accountability. Human Rights Council. Experience. Narrative. Biopolitics.

## RÉSUMÉ

Cette thèse de doctorat étudie l'utilisation du mot « accountability » dans les résolutions et rapports obtenus par les Nations Unies sur la Syrie et la Libye entre 2011 et 2012. Elle émet l'hypothèse qu'une série de tensions croisent la « accountability » : biopolitique positive et négative, universalité abstraite et localité, expérience et appauvrissement de l'expérience, des moyens et des fins. Premièrement, on distingue narrative du raconter des histoires pour traiter de l'appauvrissement de l'expérience sociale au profit de l'universalité abstraite des normes de l'ordre international. Deuxièmement, on analyse les résolutions et les rapports du Conseil des droits de l'homme et du Conseil de sécurité, tous deux organes des Nations Unies, sur la Syrie et la Libye. Troisièmement, le double sens de la « accountability » est interrogé : d'une part, le caractère managérial qui rend compte de la vie et, d'autre part, la vocation à répondre aux atteintes à la dignité qui ont marqué le XXe siècle. On conclut que la communauté internationale réalise sa production normative en s'immunisant contre une expérience sociale de la localité de sorte que ses moyens contredisent sa finalité historique qui est de protéger le principe de dignité. Enfin, on rappelle que pour articuler à nouveau les moyens et les fins de la communauté internationale, la narrative doit laisser place au raconter des histoires, c'est-à-dire à celui qui est capable de restituer une expérience sociale au langage. Il faut créer des espaces de disponibilité qui permettent à la norme locale de contribuer, à chaque instant, à l'accomplissement du contenu normatif de dignité.

Mots-clés : Accountability. Conseil des droits de l'homme. Expérience. Narrative. Biopolitique.

## LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1 – ESQUEMA DE ANÁLISE - Para o ensaio *Dialética da Malandragem*, de Antonio Candido sobre o romance *As memórias de um sargento de Milícias*, de Manoel Antonio de Almeida.....41
- FIGURA 2 – A LIÇÃO DE ANATOMIA DO DR. TULP - FONTE: Rembrandt (1632), óleo sobre tela, 169,5 x 216,5 cm, Rembrandt, Mauritshuis, Haia, Holanda.....127

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

a. – Ano

AD – Análise do Discurso (neste texto, trata-se com a AD apenas francesa)

Art. – Artigo

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

CDH – Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

Cf. – Conferir

CIDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos

CIJ – Corte Internacional de Justiça

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

HRW – *Human Rights Watch*

ISIS – *Islamic State of Iraq and the Levant* (Estado Islâmico do Iraque e o Levante)

n. ou nº - Número

OI – Organização Internacional

ONG – Organização Não-Governamental

Org. – Organizador ou organizadora

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

p. – Página ou páginas

RES – Resolução

SG – Secretariado-Geral das Nações Unidas

TPI – Tribunal Penal Internacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
ASPECTOS TÉCNICOS.....	29
<b>1. A NARRATIVA E O CONTADOR DE HISTÓRIAS .....</b>	<b>30</b>
1.1. RESTABELECER A NARRATIVA .....	30
1.2. DELIMITAR A NARRATIVA.....	37
1.3. NORMA QUE CHAMA, INVOCA, INSTAURA .....	49
1.4. EMERGÊNCIA NARRATIVA DA TENSÃO ENTRE UNIVERSALIDADE E LOCALIDADE.....	63
1.5. CONTAR HISTÓRIAS E NARRAR.....	68
1.6. OS TEMPOS DA NARRATIVA E DO CONTAR HISTÓRIA .....	74
<b>2. RESOLUÇÕES E RELATÓRIOS DAS NAÇÕES UNIDAS ENTRE 2011 E 2012 .....</b>	<b>79</b>
2.1. MUDANÇA DE REGIME NO ORIENTE MÉDIO .....	82
2.1.1. Textos do Conselho de Direitos Humanos .....	83
2.1.2. Textos do Conselho de Segurança .....	92
2.2. DUAS REAÇÕES DISTINTAS .....	98
2.2.1. Resoluções e relatórios sobre a Líbia .....	99
2.2.2. Resoluções e relatórios sobre a Síria .....	108
2.3. DEFINIÇÃO PARA OS RELATÓRIOS E RESOLUÇÕES ANALISADOS ....	115
2.3.1. Resoluções.....	115
2.3.2. Relatórios .....	119
<b>3. ACCOUNTABILITY: PARA COSTURAR O CORPUS.....</b>	<b>123</b>
3.1. A REPRESENTAÇÃO ANATÔMICA.....	125
3.2. A RESPOSTA NO CENTRO DA ACCOUNTABILITY.....	134
3.3. A VERTIGEM DA ACCOUNTABILITY.....	137
3.4. BIOPOLÍTICA E NARRATIVA .....	144
3.5. RESTITUIR A EXPERIÊNCIA .....	158
3.6. ACCOUNTABILITY ENTRE O CHAMADO E A PROMESSA .....	160
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>164</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>168</b>

## INTRODUÇÃO

Lutar com palavras  
é a luta mais vã.  
Entanto lutamos  
mal rompe a manhã.  
(ANDRADE, 2006, p. 99)

Lutar com palavras significa, na sintaxe mais rigorosa, fazer das palavras instrumento de luta, apropriar-se delas, lutar ao lado delas. Para todos nós, é muito difícil pensar em uma luta sem palavras, quer sejam veiculadas na voz, quer sejam na escrita. Esta é, afinal, uma das questões mais antigas com que lidamos, uma que nos caracteriza como sujeitos: a linguagem não é uma propriedade acidental nossa, mas necessária, essencial. De outro lado, em interpretação mais solta, pode-se dizer ainda que lutar com palavras significa lutar *contra* elas, resistindo aos seus sentidos e efeitos, atribuindo a elas outros sentidos e efeitos, mudando-as de lugar, corrompendo-as ou restituindo a elas a sua potência semântica. Por vezes, investimos contra a palavra em aberta luta corporal, pretendendo subjugar-la, torná-la só nossa, a fim de trazê-la para a ordem que criamos para nós mesmos. E como tudo que passa, nós também passamos. As palavras, muito tempo depois, também passam, entram em desuso, somem dos dicionários, ou caem na boca do povo e, de tão usadas, perdem conexão com o real. O poeta Carlos Drummond de Andrade (2006, p. 118) escreveu, aliás, que “ainda úmidas e impregnadas de sono, [as palavras] rolam num rio difícil e se transformam em desprezo”. Mas há algo delas que permanece: a palavra ingressa para a experiência social, para a tradição, e pode ser recontada infinitas vezes.

Em certos casos, a palavra sai da voz do coro na tragédia grega e atravessa dois mil e quinhentos anos para chegar até nós, não intacta, mas resistente às oscilações que a história lhe impôs. É exemplo a palavra ‘norma’, proferida na tragédia *Édipo Rei*, que designava “o costume inspirado nas divindades do Olimpo”. O escritor franco-americano George Steiner (2017, p. 35) contou que “nos campos de extermínio, sabemos, alguns homens, que sabiam de cor a Torá e longas passagens do Talmude, agiram como ‘livros vivos’, que os companheiros de prisão podiam ‘consultar’. Temos conhecimento de debates teológico-metafísicos que aconteciam de noite, a dois passos da câmara de gás.” Ainda mais, não foram poucos os livros



queimados, e mesmo bibliotecas inteiras foram queimadas ou tiveram suas portas cerradas pelo perigo que aportavam. Nos campos de concentração assim como nos incêndios da Santa Inquisição, é certo dizer que, além de queimar livros, a história, os sujeitos, as ideias, havia um poder organizado que assumia, para si mesmo, uma obrigação de primeira ordem: a de queimar palavras.

Esta tese de doutorado se redigiu sobre a palavra ‘*accountability*’. Não é apenas sobre ela, mas é certo dizer que a *accountability* é o fio de entrada e de saída no labirinto da tese. De regra, o termo é usado como jargão gerencial e corporativo: uma organização pública ou privada, bem como seus agentes, deve prestar contas de seus atos, proceder com transparência, seguir certos princípios, realizar sua contabilidade. Em um mundo tomado por jargões não analisados, a *accountability* poderia ser percebida como apenas mais um item de apoio a esse repertório, e ainda assim ela deveria provocar nosso interesse, pois estamos por entender e explicar como tal repertório sugere a reconciliação, apenas superficial, entre os meios e os fins das organizações às quais atribuímos a tarefa de servir como atores decisivos no mundo em que vivemos. Ocorre, porém, que a *accountability* tem sido empregada de outro modo.

Entre 2011 e 2012, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, sediado em Genebra, produziu uma série de resoluções e relatórios sobre os conflitos havidos na Síria e na Líbia, no contexto da Primavera Árabe, e nesses textos **empregou a palavra ‘accountability’ e suas variantes** como – segundo tradução do autor desta tese – “prestar contas”, “contar” no sentido de relatar, “contabilizar”, “fazer a contagem”, “responsabilidade”, entre outras. Assim, a palavra conservou o campo semântico de entrada gerencial, administrativa, mas foi muito além dela, e de forma reiterada, insistente, associou-se à responsabilidade internacional civil e criminal dos agentes envolvidos nos conflitos de que tratou. Contudo, segundo este estudo, a *accountability* alcança um sentido ainda mais além da responsabilidade, qual seja, o sentido de uma promessa de garantia da dignidade humana, uma promessa à qual as Nações Unidas e toda a comunidade internacional estão vinculadas porque receberam, e recebem continuamente, um chamado. Para tanto, a tese adota a noção de “promessa” da tradição judaico-cristã, em hebraico *emunah*, que traduz um pacto de verdade entre a divindade e o mundo que a ela se reporta; segundo Julián Marías (1947, p. 105), “ao cumprimento de algo que se espera e que será”.

Tendo de um lado o chamado e de outro a promessa, a 'accountability' enfrenta um problema de origem, que reside precisamente no sentido gerencial que lhe é atribuído, de tal modo que as Nações Unidas estão fadadas, desde o seu nascimento, a realizar uma contagem de números, de refugiados, de feridos, de mortos, de cadáveres. A ela foi atribuída a sina do *Angelus Novus* no quadro de Paul Klee em que, segundo Walter Benjamin (BENJAMIN, 2016, p. 13-14; e LÖWY, p. 87-95), o anjo está destinado a mirar os escombros da história enquanto o vento do progresso o arrasta para o futuro. Nesse sentido, as resoluções e relatórios sobre a Síria, a Líbia e, em outros dois casos, sobre a Tunísia e a Rússia, oferecem a esta tese o seu *corpus* ou, na linha de Walter Benjamin (2016, p. 12-13), o seu "documento de cultura, documento de barbárie". De modo que a tese não tem por objeto a Primavera Árabe, com seu conjunto de sublevações que começaram em dezembro de 2010 e continuam a repercutir na Síria, na crise do Líbano, na retomada do Afeganistão pelo Talibã. O hemisfério oriental, filtrado pelas categorias do orientalismo que fazem daquele mundo uma imagem exótica, fulgurante, radicalmente estranha, **ingressa nesta tese apenas como luz refratada na palavra 'accountability' e nos textos em que essa palavra foi empregada.** Muitas vezes a cultura europeia, de que somos tributários, contou os eventos havidos no "Magreb", no "Oriente Médio", no "Extremo Oriente", e, nesse gesto, subtraiu a experiência social às categorias abstratas que forjou para si. Por isso mesmo, em vez de voltar-se para fora, a tese se volta para dentro do núcleo das Nações Unidas e do cenário teológico-político em que a comunidade internacional se recompôs no período pós-2ª Guerra, em uma **interpretação crítica da 'accountability', das suas aparições e dos textos em que foi empregada.**

O primeiro capítulo da tese ocupa-se dos sentidos de 'narrativa' que, segundo se verifica, foram submetidos a um progressivo empobrecimento semântico. Nossa primeira providência é restabelecer a narrativa, tomando por premissa teórica que as palavras têm uma conexão com o real, frequentemente corrompida pela abstração. Descolada da experiência social em que surgiu, expulsa dos seus referenciais, a palavra tem seus sentidos distorcidos e generalizados. Assim ocorreu com a narrativa, que no mais das vezes é confundida com discurso, linguagem, versão. Para a teoria literária e, mais especialmente, para a narratologia ou teoria da narrativa, narrar significa contar e articular eventos entre si. Discurso, por sua vez, é a forma *em que* o

enunciador se aproxima da linguagem. Não há linguagens do jazz, há discursos do jazz: a linguagem musical é uma só, um conjunto de signos chamado de música tonal ou atonal, e o jazz é uma das formas de aproximação dessa linguagem. Neste contexto, gêneros são outra coisa, e significam **“dispositivos de comunicação socio-historicamente definidos”** (MAINGUENEAU, 1996, p. 28), como o editorial, a revista, a resolução, a declaração do chefe de Estado etc. Esta preocupação conceitual, em particular com a ‘narrativa’, decorre da hipótese de que ao publicar resoluções e relatórios – gêneros textuais –, o Conselho de Direitos Humanos, o Conselho de Segurança e outras instâncias da ONU contam e articulam os eventos que deram causa a esses textos. É certo que esse contar eventos, essa narrativa, aproxima-se da linguagem com um idioma específico, o inglês, em que são redigidos os rascunhos e aprovadas as versões finais do documento; com um vocabulário específico, do qual *accountability* é um termo-chave; com um propósito específico, qual seja, de dissuadir os atores envolvidos no conflito, de provocar a jurisdição de um tribunal internacional, de instalar um comitê de acompanhamento. E, além disso, essa narrativa está sempre acompanhada de uma função normativa: o Conselho de Segurança e o Conselho de Direitos Humanos proferem comandos, criam normas, reportam a outras normas pré-existentes, procuram intervir no mundo.

Por isso, narrativa e norma urdem a mesma trama textual. Não se trata, porém, de qualquer norma. Ainda que o Artigo 1(1) da Carta de São Francisco<sup>1</sup>, texto fundador da ONU, atribua-lhe como propósito principal o de **“Manter a paz e a segurança internacionais”**, o propósito histórico da organização é preservar o princípio da dignidade humana, um princípio teológico-político. A dignidade de que trata é um bem jurídico consagrado pelo direito canônico e está necessariamente associada à tese judaico-cristã de que em todo indivíduo arde a chama divina. Não há indivíduo sem dignidade, há indivíduos cuja dignidade não é observada. Tal propósito é histórico porque as Nações Unidas nascem como resposta ao extermínio de judeus e outros grupos étnicos e sociais durante a 2ª Guerra, de 1939 a 1945.

---

<sup>1</sup> **A íntegra do artigo é:** “Artigo 1. Os propósitos das Nações unidas são: 1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das **controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;**” Tradução oficial vertida no Decreto n. 19.841, de 22 de outubro de 1945. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d19841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm) Acesso em 28/08/2021.

É certo que o antissemitismo data do período medieval e que, desde antes da unificação da Alemanha, em 1871, a Europa viveu sucessivas instabilidades associadas à nacionalização, à militarização, às disputas coloniais na África e na Ásia e, sobretudo, à industrialização. Mas nenhum outro evento atingiu tão em cheio o princípio da dignidade como os campos de concentração nazistas, que associaram as técnicas médicas e biológicas à tecnologia bélica, que reuniram a propaganda de massa ao populismo, a fim de estabelecer uma linha abaixo da categoria humana, aquilo que Primo Levi chamou de inumano (AGAMBEN, 2008, p. 156-157). Assim, o nascimento das Nações Unidas é marcado por um chamado de caráter teológico, como na *Carta aos Romanos* de Paulo (AGAMBEN, 2016, p. 36-37): a comunidade recebe um chamado da sua própria experiência social, do centro do seu *múnus*, para zelar pela observância da chama divina que habita em cada indivíduo. Esta norma vem na forma de invocação e instaura, coloca, institui, uma ordem normativa que deveria ser baseada na experiência que lhe deu origem. Ou seja, a experiência social de uma universalidade concreta, uma tal que é capaz de reconhecer a diferença onde quer que ela se encontre, que tenha abertos espaços de disponibilidade para receber, das comunidades mais diferentes, o contar da sua própria experiência e, portanto, da sua própria normatividade.

Ocorre, porém, que a ordem jurídica internacional não recorreu à universalidade concreta, mas à universalidade abstrata. Estabeleceu seus primeiros textos normativos, centralizou-se e atraiu em torno de si cortes internacionais e tratados já existentes, e pôs-se a produzir normas cujo conteúdo pretende à totalidade e à solução, em favor de seus próprios preceitos, de controvérsias normativas surgidas diante da experiência local. A tese toma, a título de exemplo, a resolução sobre valores tradicionais proposta pela Rússia e aprovada pelo CDH em 2012. A parte da resolução que profere comandos está, segundo o dito popular, *do jeito que o diabo gosta*: respeito aos valores tradicionais, às comunidades e grupos étnicos com seus valores particulares; o texto do preâmbulo, por seu turno, foi redigido de forma inteiramente alinhada à prática do CDH, e saiu zeloso da universalidade dos direitos humanos. Trata-se, segundo o tópico, de uma emergência narrativa da tensão entre localidade e universalidade. Universalidade, note-se, abstrata, ou seja, aquela que se afasta da experiência social. E localidade, neste caso, significa a particularidade, a singularidade do evento. A tese optou por usar a palavra 'local', que compartilha

**campo semântico com ‘particular’, porque a ONU se debruça sobre uma realidade geográfica, aspecto que tem prevalência no âmbito da comunidade internacional.** Nesse quadro, a tensão entre localidade e universalidade manifesta-se nos textos produzidos pelo CDH, que bem se pode denominar de “narrativas de Genebra”, mas, também, dentro da norma.

A dignidade é um direito material, uma pretensão sem condição resolutiva, porque nunca acaba. A universalidade, no direito internacional, é uma dimensão formal da dignidade, acessória a ela, mas que, no uso, adquiriu proeminência sobre ela e inverteu os papéis de uma e outra. Quando a norma se pretende universalmente abstrata, ela expulsa os conteúdos da norma local que lhe são contrários. Reside nesse encontro a tensão; a resistência; e, como a tese propõe, a reação imunitária que ocorre dentro de uma mesma comunidade internacional e que visa imunizar as Nações Unidas do dever de abrirem-se à experiência local e a comunidade local de abrir-se às normas internacionais.

Esse jogo de dualidades é explorado, no mesmo capítulo, de outro modo, a saber, na distinção entre contar histórias e narrar. Segundo o tradutor João Barrento (BENJAMIN, 2018, p. 139), o texto *Erzähler*, de Walter Benjamin, foi muitas vezes **vertido para o português como “O Narrador”, quando o próprio Benjamin, em correspondência particular, havia esclarecido que não tratava do “Narrateur”, mas do “contador de histórias”.** Assim, este capítulo propõe uma diferenciação e faz dela um recurso de análise: a narrativa é o contar eventos de forma escrita e o contar histórias é marcado pela oralidade. Para tanto, no mesmo contexto geográfico e de sentidos, retoma entrevista entre o cineasta Oliver Stone com o presidente russo Vladimir Putin. Este que, apesar de toda crítica que se lhe possa ser feita, encarna a figura do contador de histórias benjaminiano, e vê os efeitos da sua performance ampliados em razão de sua posição de chefe de Estado. O que há de mais relevante, neste caso, é que tanto o presidente quanto a resolução proposta pela Rússia reportam a uma experiência social que, segundo Walter Benjamin, era reproduzida pelo contador de histórias. As narrativas majoritárias do CDH, por sua vez, não buscam a oralidade nem a experiência local, mas são fabricadas nos salões de mármore frio do Palácio das Nações, em Genebra, de forma escrita. Esta dualidade é, além do mais, acompanhada por outra: o contar histórias é imediato e está fincado no tempo presente, ao passo que a narrativa é de longa duração e não está fincada, mas

embaralha os tempos pretérito, passado e futuro. A narrativa está gravada no documento e este gesto indica o compromisso com a promessa. Mas, como se verá, as narrativas tendem à abstração e à uniformização dos seus preceitos.

Assim é que o segundo capítulo realiza uma análise cuidadosa das resoluções e relatórios do Conselho de Direitos Humanos e do Conselho de Segurança da ONU sobre três países em situação de conflito no contexto da Primavera Árabe: Tunísia, Síria e Líbia. Para tanto, o capítulo apresenta os acontecimentos da primavera árabe a partir da imagem do tempo, que opera na localidade de maneira instantânea, rápida, dinâmica, um tempo de fogo, e que encontrou na realidade o gesto incendiário de Tarek el-Tayeb Mohamed Bouazizi, o comerciante tunisiano que colocou fogo no próprio corpo em manifestação contra o governo do país. Essa a centelha que, no 17 de dezembro de 2010, marcou o início dos protestos e conflitos inseridos no que se convencionou chamar de “Primavera Árabe”. Correndo de forma paralela, os textos produzidos pelo CDH e pelo CSNU acontecem em outro tempo, o dos salões frios, das negociações, dos rascunhos, dos gabinetes e departamentos, das sessões que reúnem 47 países no CDH e 15 no CSNU. Em vez de realizar uma descrição geopolítica dos conflitos no Oriente Médio, procede-se a uma aproximação do documento a partir do tempo, categoria essencial à narrativa.

Em suma, o segundo capítulo oferece um percurso sobre os usos da palavra *accountability*, mediante comentários ao *corpus*, a fim de acompanhar o seu percurso no contexto de altíssima sensibilidade tanto na Síria como na Líbia. Tal sensibilidade deve ser vista no seu sentido mais radical: ataques armados, uso de armas químicas, deslocamento forçado de milhões de nacionais, disputas geopolíticas de escala global. Diante desse cenário, daquilo que a tese chama de um “tempo de fogo”, os relatórios e resoluções são costurados pela agulha da *accountability* com duas linhas:

1. Como contagem de refugiados, feridos, mortos; contabilidade dos custos do conflito, do seu tempo de duração, do número de ataques, do número e do tipo de tanques e outros equipamentos bélicos, de cidades sob disputa e cidades tomadas, de horários, de mísseis etc.
2. Como responsabilidade, no sentido estritamente jurídico: a responsabilidade que corresponde à pretensão que nasce com a obrigação ou com a realização do ilícito, portanto, uma responsabilidade de natureza civil; e a responsabilidade que corresponde a uma pretensão punitiva, de

regra incidente sobre pessoas naturais, e passível de processamento por jurisdições domésticas, estrangeiras e internacionais. Nesse contexto, a *accountability* frequentemente esteve próxima da responsabilidade de proteger (*responsibility to protect*). Além disso, verifica-se que o CDH expressamente mencionou o Tribunal Penal Internacional, de modo a provocar o exame preliminar de crimes de genocídio, contra a humanidade e de guerra previstos no Estatuto de Roma.

Ademais, este segundo capítulo compara os documentos produzidos pelo Conselho de Direitos Humanos e pelo Conselho de Segurança, bem como aqueles produzidos sobre a Síria e a Líbia, a fim de verificar que, embora a responsabilidade seja ligada a uma só doutrina de paz e segurança – aquela inscrita na Carta de São Francisco – as Nações Unidas reagiram de forma distinta de um caso para o outro. Essa reação não é casual, uma vez que a organização reúne a vontade de seus países-membros e, muito embora cada país tenha o mesmo poder de voto na Assembleia Geral da ONU, são apenas cinco os membros permanentes do Conselho de Segurança e 47 os membros da vez no Conselho de Direitos Humanos. Neste ponto, as narrativas de Genebra provam os muitos artifícios da escrita, feita a muitas mãos, e traduzida em uma língua e um vocabulário profundamente concentrados por países de tradição anglófona e controlados por aqueles que, por diversas vias, têm maior proeminência nas instâncias de decisão da ONU.

O capítulo se encerra com uma proposta de definição das resoluções e relatórios do CDH, a fim de ressaltar a sua natureza de documento, os seus suportes impresso e digital, e o seu caráter narrativo.

Ao total, a tese trabalha com vinte e um documentos, entre resoluções e relatórios, decorrentes de encontros ou do CDH ou do CSNU. O primeiro deles, a resolução sobre valores tradicionais proposta pela Rússia, é abordado no primeiro capítulo. De vinte e um, apenas dois documentos datam de 2013 e 2014, e os demais reportam a período entre dezembro de 2010 a dezembro de 2012. Para este segundo capítulo, o recorte temporal, bem como o método de análise documental, escolhi-os pelos seguintes motivos:

1. O volume de textos produzidos pelo CDH e pelo CSNU, por ano, é muito grande e, por isso mesmo, era necessário um recorte temporal;

2. Após percorrer, de forma mais sistemática do que analítica, as resoluções que foram produzidas até a atualidade, verificou-se que as resoluções sobre a Síria e a Líbia haviam se concentrado nos anos de 2011 e 2012;

3. De setembro a dezembro de 2012, participei como um dos seis pesquisadores brasileiros do *Programa de Formação Complementar* na Missão do Brasil junto às Nações Unidas e outros organismos internacionais em Genebra, na Suíça. Nessa ocasião, fui designado para acompanhar a atuação do CDH sobre o conflito na Síria e, olhando retroativamente, concluí que melhores foram as resoluções feitas no calor do momento. De fato, a associação entre *accountability* e responsabilidade proliferou naqueles dois anos;

4. De início, o projeto de tese apresentado em 2017 contava com um capítulo destinado à descrição densa a ser realizada mediante abordagem etnográfica *in loco*, durante uma das sessões do CDH, em Genebra. As circunstâncias, no entanto, não permitiram, razão por que a pesquisa se limitou ao documento, à sua análise e interpretação.

Em breve percurso, o item “2.1” é dedicado à análise das seguintes resoluções votadas pelo CDH:

- I – Resolução 16/19 de 24 de março de 2011: sobre os protestos na Tunísia;
- II – Resolução S-15/11 de 25 de fevereiro de 2015: sobre a situação na Líbia;
- III – Resolução 17/17 de 17 de junho de 2011: sobre a situação na Líbia;
- IV – Resolução S-16-1 de 29 de abril de 2011: sobre o conflito na Síria;
- V – Resolução S-17/1 de 23 de agosto de 2011, que determina missão na Síria;

O item “2.1” é dedicado, ainda, à análise dos relatórios produzidos pelo CSNU entre dezembro de 2010 e dezembro de 2012, na sequência:

- VI – Resolução S/RES/1970 de 26 de fevereiro de 2011, condenando a repressão do governo líbio contra os protestos;



VII – Resolução S/RES/1973 de 17 de março de 2011, impondo restrições ao governo líbio;

VIII – Resolução S/RES/2009 de 16 de setembro de 2011, manifestando-se sobre transição de governo na Líbia;

XIX – São mencionadas, ainda, três resoluções que não inovam, mas confirmam as anteriores sobre a situação na Líbia: S/RES/2016, S/RES/2018 e S/RES/2022.

Em seguida, o item “2.2” é dedicado a analisar duas reações distintas da ONU, uma de caráter prescritivo e mais incisiva na Líbia e outra de acompanhamento na Síria. Para tanto, são analisadas:

X – Resolução 19/39 de 2012, em que o CDH trata da transição de governo na Líbia;

XI – Resolução 19/103 de 2012, proferida pelo CDH no âmbito do mecanismo intitulado “Revisão Periódica Universal”, sobre a Líbia;

XII – Resolução 22/19, única resolução de 2013 do CDH sobre a Líbia, em que trata do acompanhamento da transição de governo, com forte ênfase para os acontecimentos havidos até 2012, inclusive a reorganização dos poderes locais, a recomposição do judiciário local, e uma sugestão de acompanhamento pelo Tribunal Penal Internacional;

XIII – Resolução RES/25/37, de 2014, em que o CDH se manifesta sobre os ataques ocorridos na cidade líbia Benghazi, contra representantes diplomáticos dos Estados Unidos;

XIV – Resolução 22/19, de 21 de março de 2013, em que o CDH se manifesta sobre os ataques em Benghazi;

E afinal, o capítulo examina as resoluções sobre a Síria em que o uso da *accountability*, como responsabilidade, é insistente:

XV – Resolução 19/1, de 1º de março de 2012, em que o CDH se manifesta sobre a Síria;

XVI – Resolução 19/11 de 23 de março de 2012, em que o CDH se manifesta sobre a Síria;

XVII – Resolução 20/22 de 12 de junho de 2012, em que o CDH se manifesta sobre a Síria.

É necessário fazer, ainda, uma nota final sobre o segundo capítulo. Embora nesse trecho a pesquisa pelas aparições da *accountability*, e de seus sentidos, puxe o trabalho para o campo da análise cerrada, procura-se estabelecer um diálogo com os conceitos e imagens propostos no primeiro e no terceiro capítulos. Recorde-se, neste ponto, a lição de Antonio Candido (1996, p. 13-31) em *O estudo analítico do poema*, cujas orientações mais gerais podem ser amplamente aplicadas à maioria dos textos: é preciso ler, analisar e interpretar, nessa ordem. Assim, é necessário tirar o proveito máximo de cada etapa antes de realizar a passagem até a seguinte. Ler o objeto que se apresenta diversas vezes, pacientemente; proceder à análise, no caso do texto, de sua sintaxe, de seus sentidos mais ordinários até aqueles que se integram ao conjunto de signos que o texto encerra; e, por fim, quando algo restar, proceder a uma interpretação que busque articulações mais profundas entre os signos do texto, seu contexto de produção, interlocuções com outros textos – isto é, sua relação no grande metatexto da espécie, do gênero, da classe, dos temas, da comunidade etc. em que ele está ou pode ser situado.

Por isso, além da *accountability*, outras chaves de leitura importantes estão presentes no segundo capítulo: as narrativas de Genebra – aquelas produzidas pelo CDH –, o tempo, as técnicas empregadas em resoluções e relatórios, o chamado à proteção da dignidade e a promessa correspondente etc. A título de exemplo, o item “2.2.2” **evoca uma definição de comunidade diferente daquela empregada pela dogmática do direito internacional: a *communitas*, tal como percebida por Roberto Esposito que, por sua vez, reporta-se ao *Ensaio sobre a dádiva*, texto de Marcel Mauss e Henri Hubert (2017, p. 191) que abriu caminho para as mais diversas escolas do pensamento do século XX. Assim, a comunidade é percebida como aquela em cujo interior há um espaço de coisa pública que limita os indivíduos, criando entre eles um campo de força centralizado pela economia da dádiva – de uma permanente dívida – onde também está a possibilidade do *múnus*, isto é, da imunização. Trata-se de uma preparação para o terceiro capítulo, em que se cuida de analisar as relações**

imunitárias dentro da comunidade internacional, notadamente aquelas entre as normas produzidas pela ONU e as normas locais que, diante do centro da ordem internacional, colocam um comando controverso.

O terceiro capítulo abre-se com uma recapitulação dos que lhe antecederam e, com título “**Accountability: para costurar o *corpus***” indica, de maneira isomórfica, pelo menos duas leituras: uma que assume a conjunto de resoluções e relatórios produzidos como um corpo que pode ser costurado pela *accountability*; outra que assume o corpo humano, a anatomia, como modelo de representação instalado na passagem do Medievo para o Renascimento, e ainda não superado, para as categorias afetas ao Estado e ao direito internacional. Nesse sentido, o item “3.1”, em vez de fazer uma análise cerrada, procede a um diálogo com o célebre quadro do pintor flamengo Rembrandt (1606-1669), *A anatomia do Dr. Tulp*, em que um mestre e seus observadores – aliás, W. G. Sebald (2010) sugere, em *Os Anéis de Saturno*, que Thomas Browne e René Descartes estão entre eles – examinam o cadáver de um homem que, em vida, era conhecido por cometer furtos e roubos. Em perspectiva, tem-se a sentença de Walter Benjamin (2013, p. 235), segundo a qual o que a morte espera da vida é um cadáver. Por um instante – mas a tese não pega esta via – sugere-se que, afinal, se o corpo é tomado como objeto de análise, ele necessariamente teria de ser um corpo morto, um cadáver e, portanto, a ordem internacional, se tem feições anatômicas, só pode ser analisada se estiver morta. Teriam, assim, a Liga das Nações e as Nações Unidas nascido mortas? Mais do que um paradoxo, trata-se de uma tensão entre vida e morte, ambas latentes na base da *accountability* e da ordem internacional. Uma tensão *sintomática* da rede biopolítica em que a ONU, a ordem dos direitos humanos, o CDH, a *accountability*, estão enredados. O corpo examinado pelo Dr. Tulp é, ainda hoje, a referência de corpo com que as Nações Unidas e, dentro do seu organograma, o Conselho de Direitos Humanos são representados. As terminologias oficiais empregadas pela ONU explicitamente se integram ao imaginário anatômico: organismo, órgão, membro, *treaty bodies*, junta, articulação, fluxos, *headquarters* etc.

Diferentemente, a *accountability* não é um termo da representação anatômica, porque, no seu arco semântico, significa contagem de números ou de um relato, contabilidade, prestação de contas e responsabilidade. Todavia, os documentos analisados demonstram que a palavra funciona, de maneira decisiva, dentro do

cenário biopolítico em que o objeto da tese se inscreve. Seu emprego confere maior fineza de frequência, maior precisão, ao georreferenciamento da ONU como a casa da ordem jurídica internacional e, ao mesmo tempo, da rede biopolítica presente. Neste segundo caso, a *accountability* liga-se tanto ao chamado e à promessa de dignidade assumidos diante do ponto máximo da biopolítica negativa no século XX – os campos de concentração nazistas – quanto ao caráter gerencial de regulação da vida pela ONU, biopolítica positiva.

Este é o tema dos itens “3.2” e “3.3”. No primeiro, explora-se o sentido da *accountability* como resposta aos campos de concentração nazistas, como instituto capaz de restituir a primeira finalidade da ordem pós-2ª Guerra, a de preservar o princípio da dignidade humana. No segundo, explora-se a vertigem da *accountability*, que torna evidente a natureza gerencial – da ordem da contagem, da enumeração, da contabilidade, da prestação de contas, da transparência administrativa – que o CDH assume quando trata dos conflitos que tem por centro a vida e a morte. Para tanto, a tese recorre ao texto de Umberto Eco (2010), *A vertigem das listas*, a fim de mostrar que a enumeração tem propósito retórico e, além disso, ingressa no contar histórias da narrativa como gênero singular transformador, no texto, da *bíos*, vida com dignidade, em *zoé*, vida nua. Tal vertigem é ainda mais acelerada pela viagem que Giorgio Agamben (2008, p. 52) realiza aos campos de concentração, em *O que resta de Auschwitz*: uma câmera filmadora faz o registro de indivíduos em condições inumanas – os chamados “Muçulmanos” – e a mirada, não suportando a paisagem, desloca-se para uma pilha de corpos. Assim, no vértice mais abaixo do século XX, o esvaziamento da dignidade prometida – a verdade guardada na *emunah* (verdade como promessa) hebraica –, própria razão do chamado, a *klēsis* (chamado) paulina na *Carta aos Romanos*, encontra a administração dos campos de concentração que instalam, a partir de então, a lógica de operação de outra fase da vida moderna.

Por tudo isso, a *accountability* é um fragmento biopolítico das narrativas de Genebra. É o fio da meada com que se costura o corpo, nos dois sentidos que marcam este trabalho. Portadora de uma série de tensões, a *accountability* também traduz um antagonismo permanente entre a universalidade abstrata e a localidade. No interior da comunidade internacional, a norma produzida pela ONU e a norma derivada da experiência local estabelecem, entre si, uma contínua e recíproca reação imunitária. A imunização, segundo Roberto Esposito (2017, p. 65), é o meio pelo qual os

indivíduos têm neutralizada ou suspensa a sua dívida com a comunidade. Assim, tanto as Nações Unidas, e a ordem internacional, se desobrigam de reconhecer o conteúdo da localidade, como também a comunidade local procura desobrigar-se de reconhecer o conteúdo da norma da ordem internacional dotada de universalidade abstrata. Ocorre, porém, que a predominância de recursos está ao lado da ordem internacional e que esta, ao não se abrir à experiência local, contradiz os seus fins – especialmente, de defesa da vida com dignidade – em favor dos meios que emprega. Ao passo que a comunidade local, é certo, ao evocar a preservação de seus valores tradicionais frequentemente mobiliza repertórios de caráter altamente conservador. No entanto, pelo menos o reclamo da localidade expõe que, ao adotar a universalidade abstrata como maneira de replicar os direitos materiais afetos à dignidade, isto é, ao assumir que não há reservas nem restrições a um modelo de direitos que ela própria, a ONU, desenvolve, ela promove uma injeção violenta, intranormativa, contra as normas que nascem da experiência social.

Na parte final do terceiro capítulo, explora-se a necessidade de restituir a experiência à *accountability* por meio da limitação do caráter universal abstrato das normas, de modo a garantir que o conteúdo material da dignidade tenha aberto um espaço de disponibilidade em que possa ingressar o contador de histórias, isto é, aquele capaz de cantar a sua localidade. Assim, por meio de estratégias situacionistas de guerrilha com e contra a palavra, seria possível restabelecer o seu sentido e promover a sua articulação entre o chamado e a promessa, fim primeiro da comunidade internacional do pós-2ª Guerra. Tais ideias são um pouco mais exploradas nas considerações finais.

É famosa a sentença de Ortega y Gasset segundo a qual a clareza é a cortesia do filósofo. Durante as sucessivas revisões da tese, procurei evitar jargões e reduzir ao preciso o uso de termos técnicos. Este é um trabalho de fronteira e, por isso mesmo, um dos imperativos de sua escrita foi produzir um espaço de trânsito coerente, com mediações adequadas, entre os conceitos e autores nele empregados. Revelando-me na primeira pessoa do singular, espero que, do começo ao fim do texto, eu não tenha sido por demais descortês.

## ASPECTOS TÉCNICOS

Considerando que a finalidade imediata deste texto é a defesa de tese diante de banca, algumas indicações técnicas são necessárias:

1. Os trechos de resoluções e relatórios da ONU foram transcritos no seu **original em inglês para favorecer a análise da palavra ‘accountability’ e do texto em** que está inserida. Além disso, o inglês é o idioma predominante para a produção e rascunhos, versões parciais, e para circulação das resoluções e relatórios aprovados.

2. Embora as resoluções e relatórios não tenham sido transcritos na íntegra, em razão da sua extensão, parte das citações diretas é longa. Fez-se um recorte que permite visualizar não só a aparição de palavras-chaves, como também a estrutura do texto e sua redação.

3. A ordem de apresentação das resoluções e relatórios está enumerada nesta introdução e o endereço de acesso, para cada uma delas, foi disponibilizado na página em que apareceram, a fim de facilitar sua consulta online.

3. Toda a tese segue o padrão da ABNT mais recentemente disponibilizado pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal do Paraná. O uso das aspas e do itálico, em especial, seguem o seguinte sistema (MORTARI, 2016, p. 13-33): as palavras em língua estrangeira foram redigidas em itálico; quando são mencionadas como signos isolados, sem itálico e entre aspas singulares; quando são mencionadas como expressão, sem itálico e entre aspas duplas.

4. As citações de originais em língua francesa foram traduzidas pelo autor, com o original em nota de rodapé e a tradução no corpo do texto. Neste caso específico, manteve-se o uso da pontuação original, ou seja, em vez de aspas, usa-se “<<” e “>>”.

5. No curso do texto, utiliza-se o sistema de listagens por numeração, como este que se emprega agora, a fim de destacar premissas, considerações e conclusões especialmente relevantes para o contexto.

6. Em busca de equilíbrio, o primeiro, o segundo e o terceiro capítulo contêm, respectivamente, 6-3-6 itens cada. No segundo capítulo, especialmente, cada item abre-se em dois.

## 1. A NARRATIVA E O CONTADOR DE HISTÓRIAS

### 1.1. RESTABELECER A NARRATIVA

Em janeiro de 1963, a revista *Internacional Situacionista* publicou o texto *All the King's Men* – sem identificação de autoria, é provável que o texto tenha sido escrito por Raoul Vaneigem ou Guy Debord, ou ambos. Mais adiante, em 1967, ou seja, às vésperas da revolução de 1968 em Paris, os dois autores publicaram respectivamente *A arte de viver para as novas gerações* e *A sociedade do espetáculo*, dois textos decisivos dentro dos movimentos situacionistas. O artigo, aqui referenciado na tradução que Carolina Munis fez para o número 1 da *Revista Tuíra* (*Internacional Situacionista*, 2019, p. 62-67), apresenta a linguagem como inserida no mundo, a saber, apoiada em amplos e diversos móveis da teoria social, procurando reapropriar-se da noção de linguagem contra a sua instrumentalização. O ensaio começa assim (*Internacional Situacionista*, 2019, p. 63):

O problema da linguagem está no centro de todas as lutas em prol da abolição ou da conservação da alienação presente; é inseparável de todo o terreno destas lutas. Vivemos na linguagem como no ar poluído. Ao contrário do que julgam as pessoas espirituosas, as palavras não brincam. Não fazem amor, como acreditava Breton, a não ser em sonhos. As palavras trabalham, por conta da organização dominante da existência. E todavia não estão completamente automatizadas; para a infelicidade dos teóricos da **informação, as palavras não são em si mesmas “informacionistas”**; há nelas forças que se manifestam, forças estas que podem frustrar os cálculos. As palavras coexistem com o poder numa relação análoga àquelas que os proletários (tanto no sentido clássico como no sentido moderno do termo) têm com o poder. Empregadas por ele quase o tempo todo, exploradas por todo o sentido – ou falta dele – que pode ser delas extraído, as palavras continuam a lhe ser, de certa maneira, radicalmente alheias.

É significativo que nos anos que precedem o *Maio* de 1968 o texto *A miséria no meio estudantil*, “redigido pelo situacionista tunisiano Mustapha Khayati e revisado por Debord” (*INTERNACIONAL SITUACIONISTA*, 2019, p. 62), tenha se tornado “uma espécie de panfleto seminal do levante”. Isto porque parte dos eventos históricos a que esta tese faz referência, a eclosão e os primeiros fogos da Primavera Árabe, foi desencadeada por um jovem comerciante tunisiano. Como se verá no segundo capítulo, já não com palavras, mas colocando fogo no próprio corpo, em um gesto de autoimolação. Pode-se dizer que o tunisiano Bouazizi usou de linguagem não escrita: uma língua do fogo, um meio radical que encontrou para restabelecer o próprio signo

da revolução que, assim como a palavra, tem sido cada vez mais desconectado da experiência. Sim, também o signo, e os signos, da linguagem teve e tiveram os seus significados de conexão com o real desalojados pela instrumentalização da palavra. É esse, e não outro, o centro do texto *All the king's men* e, de certo modo, inclusive dos movimentos **situacionistas preocupados em restituir a linguagem “ao centro de todas as lutas em prol da abolição ou da conservação da alienação presente”**.

É significativo, ainda, que a experiência histórica tenha dado condições a esta associação – artificiosa, mas não artificial; contingente e já não coincidente – entre o texto do estudante tunisiano Mustapha Khayati para a *Internacional Situacionista* em 1966 e a autoimolação do comerciante tunisiano Bouazizi em dezembro de 2010. Uma associação que expõe duas dimensões importantes – ainda sobre a restituição da experiência à linguagem – a serem levadas em conta:

1. que as revoluções de 1968 e de 2010 podem ser tomadas como integrantes de um processo, não necessariamente unitário, mas certamente um processo histórico de resposta ao colonialismo dos séculos XIX e XX;
2. que no centro de tais revoluções está a linguagem, materializada no panfleto estudantil e materializada na *língua* do fogo.

Mas não só pela imagem ardente chama a atenção tal língua do fogo. Importa nela mais o caráter do gesto de autoimolação: para restituir a linguagem ao estatuto da experiência, isto é, para dizer de maneira plena, é preciso antes de tudo anular toda e qualquer vontade de instrumentalizar e capitalizar os poderes da linguagem em favor próprio. Walter Benjamin já havia entrevisto, contemporâneo dos descritivistas da filosofia analítica preocupados com uma referência fora da linguagem, que a disciplina da filosofia da linguagem rumava para a instrumentalização da linguagem e para a perda de algo que é nela essencial, a saber, o seu poder de conexão com o real. Para Benjamin, **“a essência-de-linguagem das coisas é a sua linguagem”** (2018, p. 11)<sup>2</sup>. E ainda no mesmo trecho:

Ou, mais exatamente: cada linguagem comunica-se *em* si própria, ela é, no sentido mais puro, o *medium* da comunicação. O problema fundamental da teoria da linguagem é esse elemento de mediação, é a condição *não mediatizada* de toda comunicação espiritual; e se se quiser chamar de mágica

---

<sup>2</sup> Ainda que o tradutor de Benjamin não o tenha feito, o sentido que a frase adquire, no texto, ficaria **melhor delimitado com a adequada ênfase no verbo flexionado ‘é’, no sentido de que a essência-da-linguagem é a sua linguagem, e não apenas se manifesta por ela.**



essa ausência de mediação, então o problema primordial da linguagem é a sua magia.

Nesse sentido, Benjamin também divergia da filosofia continental, mais especialmente da teoria crítica, que apesar de ver a instrumentalização como característica limiar da modernidade, ela própria instrumentalizava a linguagem em favor de uma teoria gnosiológica e de uma dialética materialista da realidade, que se articulava por mediações<sup>3</sup>. Faltou-lhe reconhecer o papel que a magia desempenha na linguagem, que permite a ela, a linguagem, ser a instância *em que*, e não *por meio da qual*, a experiência se realiza. O título do texto de Benjamin, *Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem humana*, faz justiça à distinção a que o ensaio se dedica: existe diferença entre a linguagem humana e as linguagens de todas as demais coisas – segundo o autor, inclusive em relação à linguagem divina. Nesse contexto, é precisamente o elemento mágico que faz da linguagem instância de realização da experiência: ela é a experiência. É a instância capaz, inclusive, de referir ao plano divino. Para Benjamin (2018, p. 13):

A quinta-essência dessa totalidade intensiva da linguagem enquanto essência espiritual do ser humano é o nome. O ser humano é aquele que nomeia, e por aí reconhecemos que pela sua boca fala a língua pura. Toda a natureza, na medida em que se comunica, comunica-se na linguagem, e assim, em última análise, no ser humano. Por isso ele é o senhor da natureza e pode dar nome às coisas. Só através da essência-de-linguagem das coisas ele sai de si mesmo e chega ao conhecimento delas – no nome. A criação divina completa-se no momento em que as coisas recebem o nome que lhes é dado pelo ser humano, a partir do qual, no nome, unicamente a língua fala.

---

<sup>3</sup> Em correspondência pessoal, Theodor Adorno justificou a Walter Benjamin a recusa de não publicar **um texto deste, por não haver cuidado de fazer “mediações”**. (cf. GATTI, 2014). O elemento não-dialético do pensamento benjaminiano, que escava uma dimensão mágica da linguagem, é dos que mais causou estranheza nos colegas da escola de Frankfurt. Para construir um sistema de **correspondências, sem usar de mediações, Walter Benjamin mobilizava o conceito de “constelações”**: uma espécie de experiência mágica da linguagem. E Adorno, por sua vez, criticava a razão iluminista que, segundo ele, apesar de atacar o pensamento mítico, havia ela própria se tornado mito. Contudo, Benjamin não regride ao mito e, ao mesmo tempo, não se coaduna com a razão dialética. Ele encontra a “saída de emergência”, que é a busca de uma correspondência mágica da linguagem com o ser, considerando-a ela própria uma forma de ser e o ser uma forma de linguagem – o que se diz é real e a realidade diz; e a realidade se diz a si mesma. Aliás, esse é um tema corrente na época, inclusive no surrealismo. Segundo Hannah Arendt (1987, p. 176-180), **“Quando Adorno criticou a ‘apresentação aberta de atualidades’ de Benjamin (Briefe, vol. II, p. 793), pegou o ponto exato; era precisamente o que Benjamin fazia e queria fazer. Fortemente influenciado pelo surrealismo, era a ‘tentativa de capturar o retro da história nas representações mais insignificantes da realidade, por assim dizer em suas raspas’ (Briefe, vol. II, p. 685)”**. Ainda segundo Arendt, em Benjamin, **“As metáforas são os meios pelos quais se realiza poeticamente a unicidade do mundo. O que é tão difícil de entender em Benjamin é que, sem ser poeta, ele pensava poeticamente e, por conseguinte, estava fadado a considerar a metáfora como o maior dom da linguagem. A ‘transferência’ linguística nos permite dar forma material ao invisível – ‘Uma poderosa fortaleza é nosso Deus’ – e assim torná-lo capaz de ser experimentado”**.

Ao remeter-se a uma teoria dos nomes, o autor implicitamente abre uma oportunidade crítica para cotejo com os descritivistas que vieram antes dele, Gottlob Frege e Bertrand Russell; e, mais importante, para os que virão depois, a exemplo do lógico Saul Kripke<sup>4</sup>. No caso de Benjamin, contudo, a teoria dos nomes confere o selo de dimensão metafísica, mais especificamente teológica, à linguagem: ela é a instância em que a experiência se realiza. Segundo o autor (2018, p. 23), ocorre que:

Ao abandonar o âmbito da língua pura do nome, o ser humano transforma a língua em meio instrumental (concretamente, o de um conhecimento que não lhe é adequado) e, assim, pelo menos em parte, em *mero* signo; e daqui nasce mais tarde a pluralidade das línguas.

[...] De fato, o bem e o mal se situam fora da linguagem do nome, como entidades não nomeáveis, sem nome, e que o ser humano, por isso, abandona no abismo daquele questionamento.

Assim, para restituir a experiência à linguagem seria preciso refazer o caminho inverso, a saber, reconhecê-la como instância do acontecimento, entrar nela, sem mediações, sem processos, não pelo nome comum, mas pelo nome inominável – na tradição hebraica, o nome divino. A experiência está no limiar, ou além dele, e só pode ocorrer sem mediações, por meio de uma palavra que transporte, de uma imagem, no sentido mais forte da metáfora. É o gesto radical que transporta de algures para um além, para a experiência – que, mais adiante, Walter Benjamin associará à figura do *Erzähler*, o contador de histórias.

---

<sup>4</sup> Em *Naming and Necessity*, Saul Kripke (1980) reage às teses descritivistas de Frege e Russell. Em suma, segundo o descritivismo clássico, o significado de um nome é o significado de uma descrição associada a ele pelo falante. Especificamente na terceira palestra, Kripke formula considerações sobre o essencialismo de origem, isto é, aquele segundo o qual seria possível dizer de uma determinada propriedade que ela é essencial, ou de que é accidental, a P. Tal essencialismo é, para Kripke, metafísico. O autor trabalha com uma lógica modal, em que se coteja uma situação atual (no sentido de não virtual) com outras situações contrafactuais (isto é, aquelas que poderiam ter sido). Para tanto, Kripke toma o nome como um designador fixo. De fato, é frágil a tese de que a dependência de um sistema cardiovascular é uma propriedade accidental e não essencial. Seria bastante difícil defender a posição de que certas propriedades são accidentais, porque produzidas por uma certa atividade exterior aos sujeitos. Mas, vale reconhecer, trata-se de uma fronteira borrada, porque é difícil determinar a partir de quando uma propriedade passa a ser essencial. Trata-se do dilema de Sorites, que traduz a dificuldade de se estabelecer um critério para fixar uma propriedade (recorde-se que a fixidez é, para Kripke, um elemento importante, porque eleger como ferramenta o designador fixo). No esquema lógico geral, é importante recordar, Kripke está trabalhando com a lógica modal. A essencialidade e a accidentalidade dependem da assunção de que a contrafactualidade é um recurso pertinente e logicamente adequado. Essas noções correspondem, ainda, na formalização das inferências aos operadores de necessidade (para uma P essencial) e de possibilidade (para uma P accidental).

Este é, precisamente, o espírito com que foi redigido o artigo *All the king's men* (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2019, p. 65-66):

[...] a poesia deve ser compreendida como comunicação imediata no real e modificação real deste real. Ela não é outra senão a linguagem liberta, a linguagem que reconquista a sua riqueza e, desfazendo os seus signos, ao mesmo tempo reconquista as palavras, a música, os gritos, os gestos, a pintura, a matemática, os fatos.

[...] Não se trata de pôr a poesia a serviço da revolução, trata-se de pôr a revolução a serviço da poesia. Só assim a revolução não trai o seu projeto.

[...] Toda revolução nasceu na poesia, começou a ser desencadeada pela força da poesia. Este fenômeno escapou e continua a escapar aos teóricos da revolução – é certo que ninguém pode compreendê-lo se continuar a agarrar-se à velha concepção da revolução ou da poesia –, mas foi em geral sentido pelos contrarrevolucionários. Porque a poesia, onde quer que exista, mete-lhes medo; teimam em livrar-se dela com vários exorcismos, do auto-de-fé à investigação estilística pura.

O gesto de Bouazizi diante do governo tunisiano, o gesto mais radical de todos, conta a sua história: grava, pelo fogo, as inscrições no seu corpo; e desencadeia ainda outra história que o seu mesmo fogo, longe do controle e já sem autor, contará.<sup>5</sup>

Ainda no texto *All the King's men* (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, p. 64), diz-se que:

Sob o domínio do poder, a linguagem designa sempre algo que não o autenticamente vivido. É precisamente nisso que reside a possibilidade de uma contestação completa.

[...]

O poder vive de receptação. Não cria nada, só captura. Se ele criasse o **sentido das palavras, não haveria poesia, haveria apenas "informação"** pragmática. Ninguém poderia jamais expressar oposição na linguagem e toda a recusa seria exterior a esta, seria puramente letrista. Ora, o que é a poesia senão o momento revolucionário da linguagem, e, como tal, inseparável dos momentos revolucionários da História, bem como da história da vida pessoal?

O que está em jogo é o poder de dizer, a percepção de que palavra dita ou escrita alguma – Bouazizi passou dias em protesto diante de prédios governamentais

---

<sup>5</sup> É o seu testemunho um não-testemunho, um além-testemunho que conta um limite insuportável, assim como a palavra incompreensível *mass-klo* (ou *matisklo*) pronunciada pela criança Hurbinek nos campos de concentração, tal como a comenta Giorgio Agamben (2008, p. 47): "**Talvez cada palavra, cada escritura nasce, nesse sentido, como testemunho. E, por isso mesmo, aquilo de que dá testemunho não pode ser já língua, já escritura: pode ser somente um não-testemunhado. Isso é o som que provém da lacuna, a não-língua que se fala sozinho, de que a língua responde, em que nasce a língua. E é sobre a natureza deste não-testemunhado, sobre a não-língua, que é preciso interrogar-se.**"

na cidade de Túnis, antes da autoimolação – poderia restituir à linguagem uma experiência determinada. O que o gesto faz, assim, é não só realizar uma insurgência profundamente estratégica contra a situação política, mas também promover uma guerrilha de denúncia contra a corrupção da palavra, que foi instrumentalizada por sistemas de poder e perdeu sua potência semântica.

Assim, de modo a reconstituir a potência semântica do termo ‘narrativa’<sup>6</sup>, é preciso reconhecer que ela não foi apenas submetida ao desalojamento de tal potência: imersa no empobrecimento geral da linguagem – contra o qual se colocou o próprio Bouazizi – , a palavra ‘narrativa’ teve o seu sentido pervertido e submetido a uma atividade que visou, e teve particular sucesso, em instrumentalizá-la em favor de uma desconexão com o real. É dizer: que a narrativa, como conceito, já não tem mais como critério regulador da sua verdade, e potência (de dizer), a experiência – *Erfahrung*, tal como Walter Benjamin (2019) a trata – , mas o próprio sistema de poder em que ela está inserida. O conceito benjaminiano orienta a redação deste texto do início ao fim. Durante sua vida, Benjamin tratou da experiência em trabalhos de natureza diferente – aliás, uma característica da sua atividade intelectual e obra<sup>7</sup>. Durante sua trajetória, ressalta a capacidade de transformar a vivência particular em experiência social. Por isso, a figura do contador de histórias é, para Benjamin, essencial: ele é responsável por mergulhar inteiramente na linguagem em que está localizado e, nesse mergulho, tem uma espécie de intuição de uma linguagem metafísica, isto é, que está além da linguagem humana<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> A respeito da banalização do termo ‘narrativa’ e derivados, conferir o novíssimo artigo de Martin Reisigl (2021), *“Narrative” I can’t hear that anymore’. A linguistic critique of an overstretched umbrella term in cultural and social science studies, discussed with the example of the discourse on climate change*, do qual exsurge uma constatação fundamental: de que esse uso tem consequências epistemológicas para as abordagens feitas no campo das ciências sociais. Veja-se: **“There is the danger, for those who work with a blurred and wide concept of the narrative in social sciences and cultural studies, to support relativizations, trivializations and a laid-back attitude, where people should rather be convinced to act and and instructed to change their habitus and social practices (e.g. in discourses on global warming). On the one hand, the weakening of the strength of theoretical and practical validity claims is due to the concept of the narrative itself. On the other hand, the decision to use the concept may partly be due to a relativistic epistemic position of some researchers. From a linguistic point of view, we miss both the epistemic and ethical points at stake if we overstretch the concepts of narration and narrative”**

<sup>7</sup> Para o itinerário detalhado do conceito de experiência em Walter Benjamin, com suas oscilações, cf. Baptista & Lima (2003) e Morais (2017). Além deles, os textos do próprio Walter Benjamin, *Sobre o programa da filosofia por vir* (2019, especialmente p. 19, 47, e 51-55), *O contador de histórias* (2018, p. 148), *Experiência e pobreza* (2016, p. 85-90) e *Sobre alguns temas em Baudelaire* (1989, p. 106-107).

<sup>8</sup> Cf. Benjamin, 2018, p. 13: “A outra, pelo contrário [a linguagem não humana]. Não conhece nem meio, nem objeto, nem destinatário, e afirma que no nome a essência espiritual do ser humano se comunica a Deus.”

Tal conexão entre a linguagem e o real designa um critério rigoroso de trabalho: pensar ontologicamente a linguagem é situá-la no âmbito da própria experiência; não procurando conciliá-la, mas restituí-la nela própria, a linguagem. O mal que se lhe faz está em abstrair de um caso particular e totalizar seu campo semântico por meio de um sentido voltado apenas à reificação e à produção de um valor útil descompromissado com o poder criador, evocativo, dela, a palavra. É o mecanismo que Hegel denuncia, ao fazer distinção entre universal abstrato e universal concreto (1995, p. 235-240)<sup>9</sup>: é este, e não aquele, que deve ser preservado; é o universal concreto que designa o indivíduo em cuja ação a norma se realiza.

Dessa maneira, para restabelecer a ‘narrativa’ é preciso realizar dois procedimentos: primeiro, reconstituir um potencial de significados que a reconecte com o real, prezando por uma rede de conceitos também reconstituída do empobrecimento a que havia sido reduzida; segundo, regular a efetividade da sua potência semântica a partir da experiência histórica, neste caso, externalizada nas relações textuais que as Nações Unidas estabelecem acerca da *accountability*, no caso específico da crise síria dada no contexto da Primavera Árabe, mas que também pode ser extraída de outro fenômeno histórico da maior relevância: a insurgência da Rússia, e outros países, contra a universalidade e em favor da localidade, a saber, de valores tradicionais.

Pode-se colher da chama radical de Bouazizi esse gesto que visa restituir a palavra da malha de pseudo-conceitos que envolvem a narrativa. Pode-se provocar,

---

<sup>9</sup> Embora faça referência a uma tradução disponível na Revista Nova Síntese, com alguns trechos sem tradução, faço a transcrição da tradução gentilmente cedida por Plínio Fernandes Toledo, ainda não publicada: **“Pensar? Em abstrato? Salve-se quem puder! Assim ouço alguém exclamar a um traidor já vendido ao inimigo... O que se trata de saber é quem pensa em abstrato. Quem pensa em abstrato? O homem inculto, não o culto. Limitar-me-ei a apresentar alguns exemplos demonstrativos desta tese, os quais todos reconhecerão que, com efeito, a encerram. Um assassino é conduzido ao cadafalso. Para o povo comum não é nada mais que um assassino, talvez as damas, ao vê-lo passar, comentem seu aspecto físico, digam que é um homem forte, bonito, interessante. Ao escutar isto, o homem do povo exclamará indignado; como? Um assassino, e bonito? Um conhecedor do homem tratará de indagar a trajetória seguida pela educação deste criminoso; descobrirá talvez em sua história, em sua infância ou em sua primeira juventude, nas relações familiares do pai e da mãe; descobrirá que uma ligeira transgressão deste homem foi castigada com uma dureza exagerada que o fez rebelar-se contra a ordem existente; que o fez colocar-se a margem desta ordem e acabou empurrando-o ao crime para poder subsistir. Pois bem, tudo isso é pensar em abstrato; não ver o assassino mais que esta nota abstrata, a de que é um assassino, de tal modo que esta simples qualidade destrói ou apaga nele o que haja de natureza humana. [...] Nisso, como em tudo o mais, o homem inculto pensa em abstrato, se dá ares de grande senhor para com os criados, só vê neles seus servidores; aferra-se ao predicado de ‘servidores’ e não sabe sair daí... A mesma diferença percebemos na milícia. No exército austríaco, os soldados podem ser açoitados. Os soldados são pois uma canalha. Razão pela qual o soldado raso é concebido pelo oficial como o expoente abstrato de um sujeito açoitável, com o qual ele, um senhor que veste uniforme e cinge espada, tem de se haver, nem que seja para encomendá-lo ao diabo.”**

pela chama, o seu chamado – que é, de certa maneira, um chamado a todos nós, para a realização de uma promessa a que todos, quando nos inclinamos para a investigação ou quando inclinamos o olhar para o outro, comprometemo-nos. Não pensar abstrata, mas concretamente. Não corromper, mas refazer por debaixo um trajeto da experiência à linguagem. Não pela divisão entre objeto e sujeito, mas pela assunção simples, e difícil, de que este singelo gesto enunciativo nos encontra – já – dentro dela própria, da experiência, na qual ele também está, conosco, enredado.

Este privilegiar a experiência deve deixar expormo-nos à dicotomia que faz surgir, dentro e a partir dos conceitos, inclusive aqui o conceito de narrativa, significados fortes, por vezes inconciliáveis, que percorrem e disputam – poder-se-ia dizer, ainda, inclusive por meio de estratégias situacionistas – o seu campo semântico e que são, contudo, e talvez ainda mais por isso mesmo, válidos e coerentes com o ser em potência de tais conceitos. Assim mesmo, resgatada do uso banal, a palavra ‘narrativa’ pode ser distinguida em dois sentidos, que este capítulo coloca em contraste: a narrativa “propriamente” dita, na sua forma atualizada, como contar uma série de eventos de forma escrita; e a narrativa, “impropriamente” dita, na sua forma desatualizada, que significa o contar de histórias marcado pela oralidade. Essa distinção de sentidos fortes, que permitem a conexão com a experiência histórica, igualmente denuncia outra divisão forte: entre universalidade e localidade; entre o tempo genebrino de fabricação das resoluções da ONU e o tempo de fogo dos acontecimentos dos quais, apenas à distância e pela mediação da palavra grafada, aquelas resoluções se aproximam.

## 1.2. DELIMITAR A NARRATIVA

Ao pensar no que a narrativa é e naquilo que ela não é, pensa-se também no que o seu uso faz e no que ele não faz, nas teorias e conceitos que ela atrai e não atrai. Não se pode deixar de lançar uma proposta inicial. Essa proposta visa a colocar em contraste os conceitos de narrativa e discurso, dois daqueles aos quais a tese mais recorre, para ver afinal o que se pode chamar de uma coisa e de outra, como elas estão uma para a outra e como elas podem servir a entender o *corpus* da tese.

Assim, de antemão vale pensar que a narrativa e o discurso ocupam lugares conceituais diferentes. Com a análise do discurso, poder-se-ia dizer que esses dois

conceitos ocupam *topoi* diferentes e que, ao negociarem sua inserção na investigação de temas afins ao Direito, ambos constituem promessas e pretensões de assumir, igualmente, aquilo que Dominique Maingueneau (2010, p. 158-159) designa de paratopia: um lugar discursivo constituinte de uma nova negociação, portanto um lugar alienígena, que não remete a lugares acima ou antes dele, mas serve especialmente **como constituição de outros que estão por vir. N'O Discurso Literário** (MAINGUENEAU, 2006, p. 68):

Localidade paradoxal, paratopia, que não é ausência de lugar, mas uma difícil negociação entre o lugar e o não-lugar, uma localização parasitária, que retira vida da própria impossibilidade de estabilizar-se.

Dessa forma, na disputa pela constituição de uma paratopia baseada na análise de textos normativos - e, no espectro mais amplo, da própria norma - a partir de um lugar não-normativo, tanto a análise do discurso serviria para a constituição desse *paratopos*, mobilizando outros *topoi* estabelecidos, tal qual a análise do discurso jurídico e a semiologia, como também a teoria da narrativa serviria para a constituição desse paratopos, mobilizando para si ainda outros, tal qual o estudo do foco narrativo e de gêneros literários distintos.

Reclamar a fundação de um caráter paratópico é, também, reclamar um estatuto mais geral e antecedente, reclamar um ângulo mais distante e aberto a partir do qual seria possível lançar, também, a mirada mais abrangente. Note-se: um ângulo fora do *topos*. De antemão, pode-se pensar em uma acirrada disputa entre a análise do discurso e a teoria da narrativa como pretendentes a ocupar, na análise do *corpus* que aqui se apresenta, um lugar paratópico de excelência. Essa disputa faz todo sentido, com a condição de que quem nela se lança ocupe um lugar tópico a elas, de saída, estranho, como é o caso do Direito e, por tabela, desta tese. Essa disputa, ou essa diferença, torna-se ainda mais interessante quando se reconhece que, de certo modo, não só a análise do discurso e a narratologia propõem caminhos muito diferentes de abordagem como também o grupo de pressupostos que cada uma delas incorpora tende a desarmar parte do grupo da outra.

Veja-se uma proposta de definição para narrativa e discurso.

Narrativa pode ser tomada como o fenômeno realizado pelo verbo 'narrar' que, por sua vez, traduz-se em contar ou recontar uma história<sup>10</sup>. Remete ao radical latino *narratio*, que contempla a uma só vez a história contada e o ato de contar. Os estudos literários do século XX tomaram a narrativa como uma espécie a ser catalogada ao lado da narração, do narrador, do narratário, da narratividade, do autor, do leitor. Nesse contexto teórico, a narrativa constitui um objeto singularizado que significa, segundo Peter Childs e Roger Fowler (2006, p. 151): **"O recontar uma série de fatos ou eventos e o estabelecer alguma conexão entre eles."**<sup>11</sup>

Essa tomada do conceito como um recontar uma série de fatos ou eventos atrai uma série de possibilidades de abordagem teórica, como aquela que singulariza o espaço e o tempo dos acontecimentos; o narrador e a posição que ele ocupa dentro da, ou junto com a, narrativa; a mudança de foco narrativo por aproximação, afastamento ou deslocamento do observador em face de um certo objeto. Ainda mais, ela propõe uma relação metanarrativa entre narrador, narrativa, narratário (destinatário dentro da narrativa), bem como outros elementos que a teoria narrativa constitui como categorias suas. Esse conjunto está integrado, e a menção a uma dessas noções, com maior ou menor intensidade e frequência, parece atrair a presença das demais. Mesmo a ausência de um narratário não elide a sua potencial existência, a exemplo dos monólogos, em que o destinatário intratexto da mensagem é o seu próprio remetente intratexto, isto é, o narrador.

Pensar assim a narrativa, como parte de um conjunto, corresponde a um paralelo dentro da própria narrativa, que é o seguinte: o que está dentro dela forma um conjunto que tem certa autonomia, isto é, de certa forma *tende a* descolar-se do

---

<sup>10</sup> Segundo LOPES e REIS (1988, p. 66), "O termo narrativa pode ser entendido em diversas acepções: narrativa enquanto enunciado, narrativa como conjunto de conteúdos representados por esse enunciado, narrativa como ato de os relatar (cf. Genette, 1972: 71-2) e ainda narrativa como modo (v.), termo de uma tríade de "universais" (lírica, narrativa e drama) que, desde a Antiguidade e não sem hesitações e oscilações, tem sido adotada por diversos teorizadores (cf. Genette, 1979:passim; Fowler, 1982:235 et seqs.). É nesta última acepção que o conceito de narrativa aqui nos interessa, uma vez que as restantes acepções ou são contempladas por outros termos mais precisos (por exemplo: narração e história - v.) ou são completadas por conceitos como discurso e sintagma narrativo (v.) A postulação modal do conceito de narrativa não pode alhear-se de outro fato: que a narrativa não se concretiza apenas no plano da realização estética própria dos textos narrativos literários; ao contrário, por exemplo, do que ocorre com a lírica, a narrativa desencadeia-se com frequência e encontra-se em diversas situações funcionais e contextos comunicacionais (narrativa de imprensa, historiografia, relatórios, anedotas etc.), do mesmo modo que se resolve em suportes expressivos diversos, do verbal ao icônico, passando por modalidades mistas verboicônicas (história em quadrinhos, cinema, narrativa literária etc.)."

<sup>11</sup> A tradução é do autor da tese. No original: "The recounting of a series of facts or events and the establishing of some connection between them."



mundo, estando preso nele só por um fio condutor. Esse fio condutor é a linguagem. Quando há elevado grau de semelhança e correspondência entre as formas do mundo e as formas da narrativa, fala-se que há entre as duas uma relação de isomorfia. A narratologia estabelece a narrativa como um outro plano diferente do mundo, como um (quase) aparte, em que os acontecimentos possuem uma dinâmica própria. E a noção de narrativa como um todo pode tanto levar a representações mecânicas (a narrativa como *machina* para a qual o autor é um *deus ex machina*) quanto a representações de tipo orgânico, que veem nela uma manifestação por vezes autônoma, autopoietica, capaz de engendrar-se a si mesma, e dinâmica.

Assim, são frequentes nos estudos literários as abordagens que tomam a narrativa como texto, grafado e não grafado, a ser posto em contraste ou oposição a um contexto. Esse binômio formal – note-se bem: de uma forma opositiva, antagônica –, reproduzido em texto/contexto, está também em narrativa/mundo, narrador/autor, narratário/leitor, entre outros. Por isso mesmo, os estudos literários se aproximam do conjunto da *narratio* como se os seus elementos espelhassem o mundo fora da narração. Não raro, essas análises levaram a formulações brilhantes acerca da potência que teria a literatura como forma de refletir sobre o mundo, isto é, de falar sobre o real.

Essa potência poderia ser tomada de diferentes modos, dos quais dois ressaltam: um sentido metafísico, em que a literatura desvela o real, em que ela descobre a *aletheia*, a verdade, como manifestação do Ser. Nesse sentido, por exemplo, Benedito Nunes (2000) chama a atenção para a abordagem de Heidegger, que via na poesia a casa da palavra:

As palavras nos acenam para o ser que desvelam, e que, tanto nos textos dos primeiros filósofos quanto nos poemas, apelam para nós, chamando-nos o pensamento. O pensamento segue este único apelo: *das Ruf des Seins*, o apelo do ser que não apenas repercute na linguagem, mas que somente nela aparece, quando nomeado, no sentido fenomenológico do vir a furo, sair à luz e mostrar-se. Daí a estranha e metafórica afirmativa constante da Carta sobre o "humanismo": "A linguagem é a casa do ser. Em seu abrigo habita o homem. Os pensadores e poetas são os guardiões desse abrigo [...]" (Heidegger 1957a, p. 25). Mas quem constrói a casa?<sup>12</sup>

<sup>12</sup> E ainda, no mesmo texto de Benedito Nunes: "A linguagem não é só nem primeiramente uma expressão oral ou escrita do que deve ser comunicado", diz Heidegger em Os hinos de Hölderlin. A linguagem "é o que conduz o ente como ente ao estado de manifesto" (Heidegger 1980, p. 62). E não pode conduzi-lo a esse estado sem projetar-se numa forma de dizer (*sagen*), que já é poética. A essência da arte é, portanto, a poesia (*die Dichtung*). **E a poesia consiste essencialmente na instauração da verdade** (*Stiftung der Wahrheit*) em três diferentes sentidos correlatos: como dom (*Schenkung*), que na obra é o inaugural, como fundação (*Gründung*), posto que o que se inaugura,

Na outra ponta, a entrada de aporte materialista viu na literatura condições de fazer ver não o real como categoria metafísica, mas como um conjunto de condições sociais. É exemplo o ensaio *Dialética da Malandragem*, em que o crítico literário Antonio Candido (1970, p. 83) traça um esquema que coloca mundo e texto em relação de espelhamento:

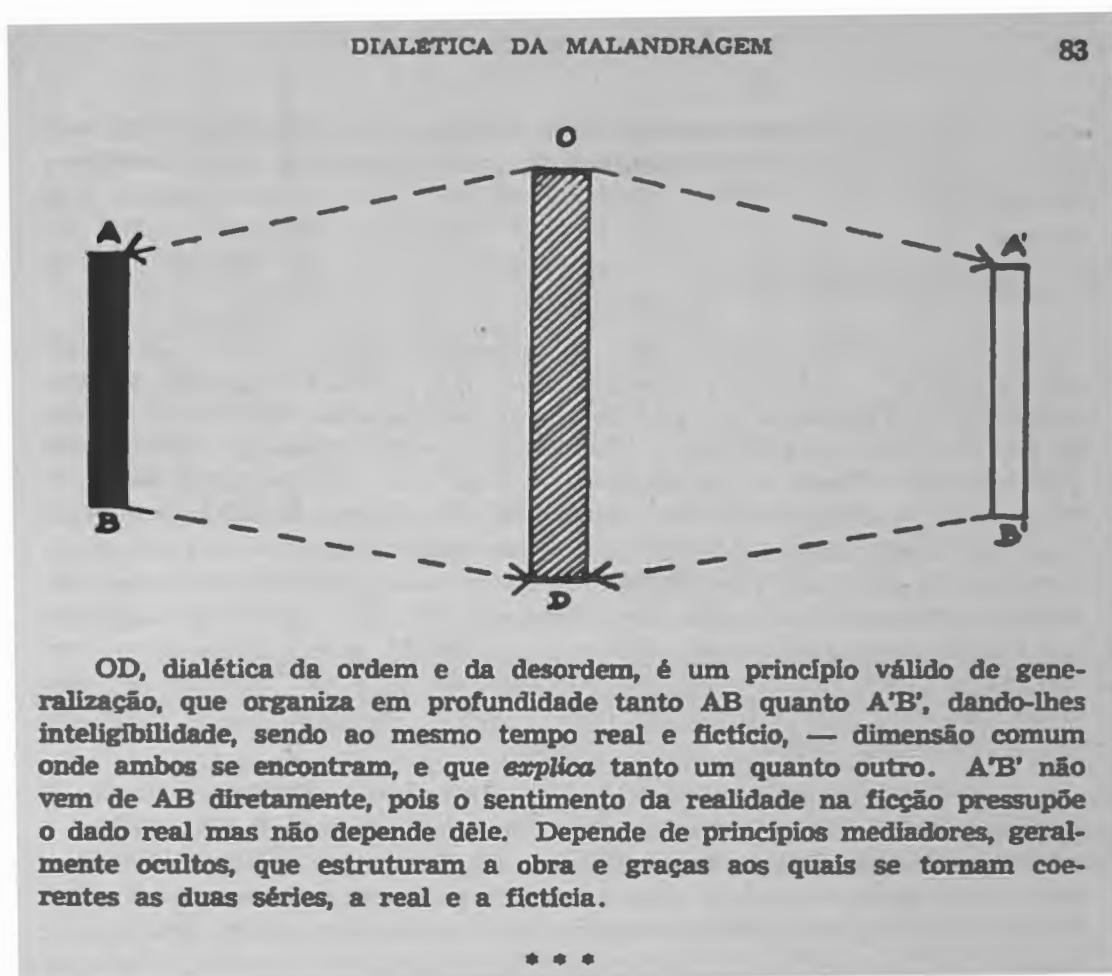


FIGURA 1 —ESQUEMA DE ANÁLISE

Para o ensaio *Dialética da Malandragem*, sobre o romance *As memórias de um sargento de Milícias*, de Manoel Antonio de Almeida

Segundo o modo de ver posto por Candido, a dinâmica interna do texto, neste caso tomada como o esquema da dialética da ordem e da desordem, configura uma espécie de ponto de fuga entre a narrativa e o mundo. Nada custa dizer, ainda, que

---

latente no destino histórico de um povo, também lhe dá fundamento, e como começo (*Anfang*), porque o que se inaugura e funda dá origem ao inédito, ao novo, ao que principia. "Sempre que a arte acontece, quer dizer, quando há um começo, produz-se na história um abalo e esta começa ou recomeça" (Heidegger, *A origem da obra de arte*, p. 88)." (Grifos acrescentados)

este é um recurso metanarrativo recorrente<sup>13</sup> para os escritores e escritoras do gênero romance<sup>14</sup> que tratam de definir, ou borrar, cuidadosamente, a posição do narrador<sup>15</sup>.

Por outro lado, para a análise do discurso francesa<sup>16</sup>, não há um dentro e um fora do texto, nem há oposição ou dualidade entre texto e contexto. Essas seriam oposições didáticas para tratar do objeto que é o texto. Basicamente, existe um conjunto de condições materiais que permitem a emergência dos discursos, quer seja o médico, o jurídico, o literário – e é a essas condições que não se pode escapar. Logo, pensar as cenas genéricas, as cenas englobantes e mesmo a cenografia é algo que foge da oposição dialógica texto-contexto. É como se houvesse contextos ulteriores que permitem a um texto ser escrito, como o gênero, a cena que o engloba (se discurso constituinte da filosofia, da física etc.), e uma maneira de inscrição do texto no mundo, que está no seio da cenografia (um estilo saramaguiano que se vê prontamente ao ler uma frase, etc.)

O que há são cenas enunciativas, enunciadores e enunciados, em permanente atividade de recíproca intervenção. Este é o ponto de chegada, a atualização do trânsito teórico, em que se pode flagrar a análise do discurso francesa. Para chegar até ele, no entanto, as correntes pós-estruturalistas lançaram olhares sucessivos, de desmonte, sobre elementos centrais da narratologia, olhares dos quais ressalta, por exemplo, a noção de morte do autor, tratada por Roland Barthes (2004), Michel Foucault (2009) e Séan Burke (1998)<sup>17</sup>.

---

<sup>13</sup> Sobre este tema, o autor da tese tratou no livro “No rastro da Dialética da Malandragem” (CARDOSO, 2020), com foco nas relações sociais oitocentistas tratadas nas Memórias de um Sargento de Milícias, e suas repercussões para o mundo jurídico do período imperial.

<sup>14</sup> Cf. MORAES (2011): “Aviso à realidade: Nestas páginas, o real e o fabulado se encontram no ponto de fuga da imaginação. Eventuais semelhanças com fatos, pessoas e lugares da vida-como-ela-é serão nada mais que incríveis coincidências.”

<sup>15</sup> Conferir o texto de Theodor Adorno, *Posição do narrador no romance contemporâneo* (2003, p.55-64).

<sup>16</sup> Neste primeiro capítulo, a fim de estabelecer uma comparação entre a teoria da narrativa e a análise do discurso, toma-se como referencial a escola francesa da análise do discurso, uma vez que centrada sobre os textos. Segundo Dominique Maingueneau, a escola anglossaxônica diferencia-se, entre outros motivos, da francesa porque concentra-se na comunicação não verbal e cotidiana. Não só essa comunicação verbal foge do recorte objetivo desta tese, como também entendo que as filiações teóricas da escola francesa com a filosofia pós-estruturalista e a biopolítica, tomada como central a figura de Michel Foucault, é de muito maior proximidade, o que igualmente justifica minha escolha.

<sup>17</sup> Segundo Susana Medina (2010): “a morte do autor consiste na expulsão do sujeito do espaço da linguagem. A crítica à noção de autor é associada à modernidade europeia e a uma visão individualista (veja-se, mais abaixo, a referência a Foucault e às funções do autor), questionando a unidade do sujeito, i.e., pondo em causa a voz soberana/autoral que, até então, se tinha vindo constantemente a relacionar com uma figura exterior ao texto – um indivíduo real, o autor. O autor cede, pois, o lugar

O que se vê, portanto, pode-se chamar de reação teórica pós-estruturalista contra uma forte base estruturalista de abordagem daquilo que uma denomina de narrativa e outra denomina de conjunto de enunciados. Neste ponto, chama a atenção que os textos da análise do discurso não tratem da narrativa como uma entrada específica no seu vocabulário, ou um conceito a ser operado, mas simplesmente como verbo substantivado. Nada muito além de uma regressão deverbal. Elas preservam a **condição radical do verbo 'narrar' como "contar alguma coisa", mas decalcam do verbete 'narrativa' os sentidos potenciais que o estruturalismo lhe havia conferido, qual seja, de instância (quase) autônoma, dotada de uma dinâmica interna, de princípios internos de organização, etc.**

**Dominique Maingueneau, n' *O Discurso Literário* (2006, p. 33), trata breve e positivamente da narratologia (recorde-se, equivalente à expressão "teoria da narrativa"), isto é, reconhecendo o seu valor paratópico, como campo de investigação, mas não desenvolve sua crítica:**

O que melhor se desenvolveu então no âmbito do programa estruturalista foram a narratologia, a poética (no sentido estrito de uma teoria da poesia) e o estudo do vocabulário.

A narratologia, apesar de alguns empréstimos superficiais à terminologia linguística ("proposição narrativa", "modo"...), **desenvolveu-se de uma maneira que não lhe deve grande coisa.**

Assim, a narrativa, como categoria estruturada no seu mais completo sentido, entra para diante das lentes da análise do discurso como categoria a ser desmontada, ou que sequer não faria sentido algum, porque as regras que a definem simplesmente não teriam qualquer validade na cena enunciativa.

Se a narrativa é uma substantivação do ato de narrar, de enunciar, não quer dizer que esse ato não valha como atividade enunciativa. Mas é ele, o verbo, que estará em operação a todo o tempo, como se assinalasse um agir específico, dinâmico, que não diferencia texto e contexto, porque eles simplesmente não existiriam como categorias autônomas, e ao contrário, como manifestações integradas por jogos de vai-e-vem entre enunciador, enunciado e cena em que o ato de enunciar se dá como fenômeno.

---

principal à escritura, ao texto, ou ainda, ao "scriptor", que devemos considerar apenas como um "sujeito" no sentido gramatical ou linguístico, um 'ser de papel'."

Se essas categorias autônomas não existem, o que a análise do discurso coloca no lugar delas? Absolutamente nada. Porque o lugar é justamente o *topos* de que fala Maingueneau, isto é, uma constituição do próprio ato enunciativo. Seria mais pertinente, assim, segundo a análise do discurso, perguntar o que a análise do discurso faz e o que ela permite fazer. Pode-se responder, então, que o que ela faz é colocar a palavra de tal modo que se possa dizer, a partir dela, certa coisa sobre um mundo já enredado nela, a palavra. Assim, a noção de discurso para Maingueneau (1996, p. 28) pode ser destacada como a seguinte:

Tomado na sua acepção mais ampla, aquela que há precisamente na análise do discurso, esse termo designa menos um campo de investigação delimitada do que um certo modo de apreensão da linguagem: este último não é considerado como uma estrutura arbitrária, mas como atividade de sujeitos **inscritos em contextos determinados**. Nesse emprego, 'discurso' não é suscetível de ser posto no plural: diz-se "o discurso", "o domínio do discurso", etc. Como ele supõe a articulação da linguagem sobre parâmetros de ordem não linguística, o discurso não pode ser objeto de uma aproximação puramente linguística.<sup>18</sup>

Discurso é, assim, na acepção mais atualizada da AD francesa, qualquer coisa de muito diferente da narrativa, porque tem que ver com um "certo modo de apreensão da linguagem". O que a narrativa, *a seu modo*, também realiza quando, segundo a teoria da narrativa, encadeia uma variedade de eventos dentro de uma relação espaço-tempo. Ocorre, porém, que diferentemente do discurso, a narrativa pode ser objeto de uma aproximação puramente linguística, porque ela sim é erigida, como categoria e como ato de narrar, pela própria linguagem; e o discurso, por sua vez, "supõe a articulação da linguagem sobre parâmetros de ordem não linguística". É como se a palavra pudesse sofrer influências extralinguísticas<sup>19</sup>, de alhures discursivos, que promovem contra ela, a palavra, alguma influência ou alguma

---

<sup>18</sup> Nesta tradução, o autor da tese alterou o modo de emprego do itálico e das aspas, considerando a **prática em língua portuguesa, que não utiliza "<<", e que utiliza aspas para a designação de signos terminológicos ou expressivos tais como os aqui marcados**. O uso do itálico, no texto em francês, está **conforme o original**: "Pris dans son acception la plus large, celle qu'il a précisément dans *analyse du discours*, ce terme désigne moins un champ d'investigation délimité qu'un certain mode d'appréhension du langage: ce dernier n'y est pas considéré comme une structure arbitraire mais comme l'activité de sujets inscrits dans des contextes déterminés. Dans cet emploi *discours* n'est pas susceptible de pluriel: on dit «le discours», «le domaine du discours», etc. Comme il suppose l'articulation du langage sur des paramètres d'ordre non linguistique, le *discours* ne peut être l'objet d'une approche purement linguistique."

<sup>19</sup> Katya Kozicki e o autor da tese tratamos desse tema como pano de fundo para a leitura que Carlos Santiago Nino (não) fez do poema *El Golem*, de Jorge Luis Borges, na sua Introdução à Análise do Direito (2020, p. 85-86).

resistência de fora do seu conteúdo e da sua forma cerrada de signo linguístico. É, aliás, um princípio fundamental da AD que não há um “exterior à língua”, um “fora”<sup>20</sup>: a língua é disputa de poder e a história belisca a língua (BARONAS, 2009)<sup>21</sup>.

Assim, segundo essa perspectiva, o discurso tem que ver com certa forma de apreensão, mas usualmente também de organização, da linguagem. O que a narrativa também faz, nada custa repetir, a seu modo. Porém, em dado momento, assinala Mainueneau (1996, p. 28), o discurso pode também ser tomado como narrativa:

Mas ‘discurso’ entra igualmente em uma série de oposições ou encerra valores mais precisos. Em particular:

- Discurso/frase: o discurso constitui uma unidade linguística constituída de uma sucessão de frases. É nesta acepção em que Harris (1952) fala da “análise do discurso”, e em que alguns falam “gramática do discurso”. Prefere-se, hoje, falar de “texto” e de “linguística textual”.

- Discurso/enunciado: além de sua característica de unidade linguística (de enunciado), o discurso forma uma unidade de comunicação associada a condições de produção determinadas, isto é, **que designa um gênero de discurso determinado: debate televisivo, artigo de jornal, romance, etc.** Nesta perspectiva, ‘enunciado’ e ‘discurso’ remetem à dois pontos de vista diferentes:

“Um olhar lançado sobre um texto do ponto de vista de sua estruturação **“na língua” faz dele um enunciado**; um estudo linguístico das condições de produção desse texto fará dele um discurso” (Guespin 1971: 10).<sup>22</sup>

<sup>20</sup> Mas, segundo Barthes (1980, p. 17), há um fora da linguagem, de onde vêm tais resistências: “uma linguagem com respeito a outra é, com o *passar do tempo*, insustentável: o tempo desgasta meu poder de distância, mortifica-o, faz dessa distância uma esclerose: não posso ficar a vida toda *fora* da linguagem, tratando-a como um alvo, e *dentro* da linguagem, tratando-a como uma arma. Se é verdade que o sujeito da ciência é aquele que não se expõe à vista, e que é afinal essa retenção do espetáculo que chamamos “metalinguagem”, então, o que sou obrigado a assumir, falando dos signos com signos, é o próprio espetáculo dessa bizarra coincidência, desse estrabismo estranho que me aparenta aos mostradores de sombras chinesas, quando esses exibem ao mesmo tempo suas mãos e o coelho, o pato, o lobo, cuja silhueta simulam.”

<sup>21</sup> A proposta do linguista Roberto Baronas pode ser encontrada em coluna de jornal, na seguinte página: [http://www.clickciencia.ufscar.br/porta/edicao18/colunista\\_roberto7.php](http://www.clickciencia.ufscar.br/porta/edicao18/colunista_roberto7.php) Acesso em 02/09/2021.

<sup>22</sup> A tradução é do autor da tese. O negrito foi o único recurso utilizado pelo autor da tese para destaque, os demais grifos pertencem ao original: “Mais *discours* entre également dans une série d'oppositions où il prend des valeurs plus précises. En particulier: - *Discours/phrased*: le discours constitue une unité linguistique constituée d'une succession de *phrases*. C'est dans cette acception que Harris (1952) parle d'«analyse du discours», et que certains parlent de « grammaire du discours ». On préfère aujourd'hui parler de *\*texte* et de *\*linguistique textuelle*. - *Discours/énoncé*: outre son caractère d'unité linguistique (=d'énoncé), le discours forme une unité de communication associée à des *\*conditions* de production déterminées, c'est-à-dire **qui relève d'un \*genre de discours déterminé: débat télévisé, article de journal, roman, etc.** Dans cette perspective *énoncé* et *discours* renvoient à deux points de vue différents: « Un **regard jeté sur un texte du point de vue de sa structuration “en langue” en fait un énoncé**; une **étude linguistique des conditions de production de ce texte** en fera un discours » (Guespin 1971: 10).”

Veja-se, então, que discurso pode ser tomado como enunciado, isto é, **unidade comunicativa “que deriva de um gênero de discurso determinado: debate televisivo, artigo de jornal, romance, etc”**.

Tem-se aqui, ainda, a palavra ‘gênero’ que, por sua vez, deixa entrever uma primeira aproximação, a partir da AD francesa, com o *corpus* desta tese, as resoluções publicadas pelo Conselho de Direitos Humanos e o Conselho de Segurança da ONU, que conformam uma espécie de gênero textual jurídico. A definição de Maingueneau (1996, p. 44) para gênero é a seguinte:

Há quem empregue indiferentemente gênero de discurso e tipo de discurso. Mas nós tendemos, sobretudo, a empregar gênero de discurso para os dispositivos de comunicação sócio historicamente definidos: os fatos do dia, o editorial, a receita médica, o interrogatório policial, os anúncios nos classificados, a conferência acadêmica, o relatório de estágio etc.<sup>23</sup>

Poder-se-ia pensar, igualmente, em tomar como parte do conjunto **“gênero jurídico” os enunciados verbais realizados na cena normativa, considerando, inclusive,** que a norma é um domínio que transcende o texto. De alguma maneira, isto já é um pressuposto da AD, uma vez que o texto não é senão um momento da cena enunciativa. No entanto, nada custa reconhecer também que o objeto de tese parte de um *corpus* textual, que são documentos o que se investiga, e que é em face deles que se estabelece uma perspectiva específica capaz de dialogar com as noções de narrativa e de discurso.

Os conceitos de narrativa, discurso e gênero (literário, textual, jurídico) propostos nesta tese não pretendem evocar situações teóricas mutuamente anuladoras, mas concorrentes. Isto é, como conceitos que, circulando o *corpus* que a tese recorta, concorrem para erigir um lugar específico de análise desse mesmo *corpus*. A partir da análise do discurso, quando considera o discurso nos termos de Maingueneau: como uma forma de apreensão da linguagem, como uma ordem da linguagem que sofre, inclusive, resistências e influências extralinguísticas; nos termos da teoria da narrativa, como uma forma de considerar que as resoluções da ONU são tomadas, para quem as escreve e as lê, como um sistema de fora/dentro, isto é, de texto/contexto; a partir de uma teoria que considere a possibilidade de delimitação de

---

<sup>23</sup> A tradução é do autor da tese. No original: “Certains emploient indifféremment genre de discours et type de discours. Mais on tend plutôt à employer genre de discours pour des dispositifs de communication socio-historiquement définis: le fait divers, l’éditorial, la consultation médicale, l’interrogatoire policier, les petites annonces, la conférence universitaire, le rapport de stage, etc.”

um gênero, literário e jurídico, como modelo importante de análise dessas mesmas resoluções.

Nesse sentido, vale a pena estabelecer – ainda que provisoriamente – um sentido forte para o que é narrativa, o que é discurso e o que é gênero literário jurídico. Por certo, procurando justificar esse estabelecimento, a fim de afastar, ou ao menos atenuar, a arbitrariedade deste meu gesto definidor, direi o seguinte.

Com a narratologia (ou teoria da narrativa), que narrativa é uma de suas categorias, entre narrador, narratário etc., e significa algo que foi contado ou recontado. Esse algo contado, ou recontado, organiza uma série maior ou menor de eventos encadeados entre si e implica, por conta da sucessão, a presença de uma dimensão temporal e uma dimensão espacial. A narrativa é um fato passado – com o direito, diz-se que um fato do mundo ou simplesmente um fato – que, no entanto, pode revelar um tratamento temporal variado: da simples linearidade cronológica à multifária acumulação de tempos. E é um fato acontecido em algum lugar, ou alguns lugares, cuja definição é aberta, disposta inclusive à virtualidade, desde que todo **acontecimento pressupõe uma regência espacial, um “em que” sabido ou não sabido**. Tais dimensões temporal e espacial estão presentes mesmo quando não possam ser definidas, como o sujeito da ação. Assim como pode haver um índice de indeterminação do sujeito, pode haver também um índice de indeterminação do tempo e do espaço em que a narrativa se deu. A sua indeterminação não implica a sua ausência. Esta é uma regra que define a narrativa: os eventos, ligados entre si, implicam alguma temporalidade de regra, mas nem sempre, sucessória e alguma espacialidade, única ou múltipla.

Com a análise do discurso francesa, diz-se que o discurso, no seu sentido forte, é uma forma de apreensão da linguagem. Por forma de apreensão, quer-se dizer também de organização da linguagem para a expressão de um certo ponto de vista a partir dela, com ela e, de maneira mediata, sobre ela. Dessa forma, reitera-se a **formulação de Dominique Maingueneau (1996, p. 28): discurso como a “atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados”**. Esses contextos determinados são, afinal, o ponto de vista (entre outros) do sujeito, “sujeito” de cuja definição a tese não pretende se desincumbir. Dizer que um determinado órgão das Nações Unidas ou um país-membro da ONU assume certo discurso significa dizer, com a AD, que ele assume certo modo de apreensão da linguagem, mas uma linguagem específica de



que ele se apropria e que ele mesmo cria. A sua reiteração, a sua organização em texto, pode ser tomada, por um deslocamento do observador – neste caso, o observador que escreve esta tese – como um gênero literário específico.

Em terceiro lugar, portanto, a teoria literária, em conjunto com a AD, a tese lida também com a noção de gênero do discurso jurídico<sup>24</sup>, que tem uma dimensão literária. Conforme a definição de Maingueneau (1996, p. 44), gênero como um **“dispositivo de comunicação socio-historicamente definido”**, que pode desdobrar-se no inquérito policial, nas peças de informação, nas decisões judiciais e, no caso desta tese, nas resoluções e relatórios produzidos pelas Nações Unidas. Mas além disso, o gênero tem para esta pesquisa uma inflexão evidentemente textual, provocada pelo seu *corpus*. As resoluções da ONU são tomadas como um gênero textual, dotado de características literárias e dotado de características jurídicas; e o que as coloca numa categoria específica de gênero é a especificidade da sua montagem: a disposição formal dos signos nela inserida, a sua finalidade, o seu vocabulário, o seu modo de fazer e usar, os seus autores, o lugar em que é feita. Assim como se fala em regimes jurídicos, pode-se falar também em um regime da linguagem operando a partir de, e para configurar, um gênero. Essa operação conta com uma forma de apreensão da linguagem: discurso; e, inclusive, com uma forma de contar o encadeamento de eventos: narrativa.

Assim é que esses conceitos se entrecruzam no fenômeno que eles, por artifício da tese, rodeiam. É um processo de recíproca alimentação, porque o mero gesto definidor, que privilegia este ou aquele elemento no *corpus* arbitrariamente recortado, funciona como um vislumbre da anamorfose. O texto é aquilo que está lá, mas o objeto é vislumbrado durante a passagem do observador diante dele. Essa passagem já pressupõe, no seu deslocamento, que a narrativa, o discurso e o gênero são conceitos importantes para a sua realização. O seu acontecimento, no plano da cognição e da análise do *corpus*, é simultâneo. Mas essa simultaneidade é difícil e, por isso mesmo, a definição conceitual entre narrativa, discurso e gênero é necessária.

---

<sup>24</sup> Para ir mais além, tarefa de outro trabalho, poder-se-ia falar ainda no Direito como gênero discursivo. Neste caso, ou como um *topos* inserido na AD francesa ou mesmo a partir de outro lugar e aporte teórico, pós-estruturalista, como fez Michel Foucault em **“A verdade e as formas jurídicas”** (2002).

### 1.3. NORMA QUE CHAMA, INVOCA, INSTAURA

Igualmente fundamental é estabelecer que relação tem a narrativa com as normas produzidas pelas Nações Unidas. De maneira mais recortada, com aquelas produzidas pelo Conselho de Direitos Humanos. Nesse ponto, a carência de uma bibliografia voltada à classificação de tais resoluções dentro do conjunto de normas jurídicas pareceria indicar, e até mesmo pedir, a necessidade do seu preenchimento. Talvez fosse o caso de dizer à comunidade científica que é preciso, afinal, escrever sobre o estatuto normativo de tais resoluções. Uma aproximação dessa ordem, eminentemente jurídica, não é sem importância, na medida em que favoreceria a aproximação acreditada de tais resoluções ao rol distinto de fontes do direito internacional. Mas esse é um caminho diferente a percorrer. E ainda assim, uma análise estritamente jurídica não dispõe de ferramentas teóricas, de um olhar bastante capaz, para apreender esses textos na sua complexidade textual, invocativa, instauradora de uma ampla rede discursiva, trançada com outros fios que passam pela disputa dos sentidos, cartografias, interesses em disputa no âmbito do CDH e dos lugares a que ele faz referência. Espaços, na maioria das vezes, menos compreendidos do que conflagrados.

Porque há, para as teorias do direito, este dilema de origem: certa falta de vocação para compreender os fenômenos para além da sua normatividade. Há esta dificuldade de formular o seu problema, e antes dele o seu lugar, sem antes querer intervir de forma muito incisiva, sem manifestar certo desejo de deslocar, por meio da sua vocação reativa e dominadora, o objeto de sua análise, transformando o fenômeno à sua frente em qualquer coisa de normativa. Nesse ponto, é interessante recobrar a lição de Roberto Esposito, segundo a qual o *nomos* é dotado de uma dimensão normativa, deontológica, mas também de uma dimensão fática<sup>25</sup>. É dizer:

---

<sup>25</sup> Roberto Esposito (2017, p. 35) indica que Michel Foucault já havia se atentado para uma relação entre política e *nomos* próxima à noção de que se trata aqui: "Todo o debate filosófico-jurídico moderno se inscreve, com variantes marginais, nessa alternativa topológica que vê a política e o direito, o poder e a lei, a decisão e a norma situados nos polos opostos de uma dialética que tem por objeto a relação entre súditos e soberano. O peso respectivo de uns e de outro depende da prevalência atribuída a um dos termos por vez. Quando, no final dessa tradição, Hans Kelsen e Carl Schmitt, armados um contra o outro, advogam, respectivamente, pelo normativismo e pelo decisionismo, farão apenas replicar o mesmo contraste tipológico que, desde Bodin e inclusive no próprio Bodin, parecia opor-se à vertente da lei e à do poder. Foucault trabalhava conscientemente para a ruptura desse quadro categorial. Contrapor o que ele próprio definirá como uma nova forma de saber, ou melhor, uma nova ordem do discurso, a todas as teorias filosófico-políticas modernas, naturalmente não quer dizer apagar a figura ou reduzir o papel objetivamente decisivo do paradigma soberano, mas reconhecer seu real mecanismo

que há um fato do mundo que se erige no *nomos* e que não está acobertado pela lei. Há dentro do *nomos* um elemento mágico que é imanente à experiência social da comunidade. No caso do *nomos*, tal elemento mágico só pode ser devidamente percebido pelo enfoque sobre a parte do *nomos* que não se manifesta imediatamente na lei, mas sobre o resíduo que nela não cabe: o elemento mágico da palavra, que está além dela. Sobre um conjunto de forças extralinguísticas produzido alhures e que, segundo Guilhaumou e Maldidier (2010), “belisca a língua”.

Era esse o sentido helênico de *nomos* presente na tragédia *Édipo Rei* (863-71), de Sófocles (CAIRUS, 2004, p. 22). Isto é, de um *nomos* fundamentado na divindade, com a forte característica de que ele estaria destinado a arranjar o comportamento humano conforme o Olimpo:

Que a *moira* me conserve com  
a veneranda pureza das palavras  
todas e de todas as ações, cujos *nómoi* estão  
nas alturas, gerados por entre o celestial éter, e deles  
o Olimpo é o único pai, nem a  
mortal *phýsis* os  
engendrou, nem jamais o  
esquecimento os adormeceu,  
neles há um grande deus, um deus que nunca envelhece.

A mediação aqui é necessária: também entre os séculos VI e IV a. C. o *nomos* foi desarticulado da dimensão religiosa que regulava as relações no seio da pólis. Os pré-socráticos associaram o *nomos* à *physis*, isto é, à natureza; os sofistas, associaram-no à convenção social. Assim foi que a noção de legalidade oscilou entre o seu sentido primeiro, o *ethos*; o seu segundo sentido, a *physis*; e, por fim, à convenção, ao contrato, às obrigações. Desde o *nomos* arcaico até o sofístico, verifica-se um empobrecimento do *nomos*. N’As Leis (716c), Platão pretende resgatar o valor divino do *nomos* e, contra Protágoras, dirá que deus, e não o homem, é a medida de todas as coisas. Nesse sentido, Plínio F. Toledo nota (2005, p. 27):

Desde o momento em que a palavra teve de ser moldada numa nova disposição e organização, segundo as exigências de uma sociedade que necessita traduzir e justificar suas razões de ser a partir de uma nova forma de discurso, há uma modificação no estatuto da linguagem e da lei que acompanha a emergência de ambas ao plano de uma objetividade efetivamente constituída. Se antes a lei, expressa no contexto da experiência

---

de funcionamento: que não é o da regulação entre os sujeitos ou entre estes e o poder, mas a sua sujeição a determinada ordem *ao mesmo tempo jurídica e política*.”

mimética, moldava-se aos eventos como parte significativa deles, como seu padrão normativo imanente, agora, com a possibilidade de seu registro escrito, ela adquire um distanciamento que permite sua determinação objetiva. Com os meios construídos pela racionalidade que se afirma progressivamente, a norma jurídica deverá, seguindo padrões lógicos, operar sua distinção teórica no interior de uma estrutura conceitual inteligível e consistente. De Hesíodo a Aristóteles, pode-se perceber uma objetivação progressiva da lei, uma vez que de um a outro autor tanto *nomos* quanto *ethos* evoluem, de forma semelhante, do concreto para o abstrato, observando, por assim dizer, a progressiva realização do conceito. Tal processo se dá no interior da construção de um novo tipo de discurso vinculado a uma nova forma de relação do indivíduo e da sociedade com a experiência.

O paralelo é importante, uma vez que o *nomos* é descolado da experiência oral e lançado ao texto, onde será submetido à instrumentalização e à perda progressiva do seu elemento mágico. No caso helênico, da referência religiosa<sup>26</sup>.

Passando adiante, segundo Maingueneau o discurso é “uma forma de apreensão da linguagem”. Ela, a linguagem, pode ser investigada só a partir de um dentro, porque não há um fora da linguagem. Mas o discurso, por sua vez, isto é, a pegada que se aproxima da linguagem, para apreendê-la, é por definição marcado por uma direção específica. Ora, o *nomos* reveste-se e se constitui de linguagem e discurso. Neste caso específico, ele tem uma dimensão textual, cujo modo de procedência e apresentação, segundo se pretende mostrar, é a narrativa. E, além disso, é potencialmente o configurador de um gênero discursivo-textual que é jurídico, mas cuja realização acontece na vida. De tal modo que a não consagração de tais resoluções entre as fontes do direito internacional não deve ser tomada apenas como uma falta, mas como uma potência para o que mais, o que muito mais, elas podem ser: expressão do *nomos* para além da lei, isto é, a lei e o resíduo que chama, invoca e instaura uma normatividade fincada no lugar e no tempo marcadamente históricos da sua enunciação. Como dirá Roberto Esposito (2017, p. 234), em vez de a vida e a

---

<sup>26</sup> Nesse sentido, ainda, a entrada oferecida por Peters (1983, p. 159): “1. A intrusão de *nomos* no discurso filosófico no século V seguiu-se à passagem da noção de natureza (*physis*) do campo físico para o ético. Isto pode ter sido resultado da influência médica (“Sobre a natureza [*physis*] do Homem” aparece como título no *Corpus Hippocraticum*), mas pode também ser visto no tratamento ético do conceito de *kosmos* (q.v.). Por outro lado, havia uma compreensão crescente de natureza puramente arbitrária e relativa de *nomos* (ver as duas anedotas em Heródoto III, 38). O primeiro a tomar a posição explicitamente, de que a justiça e a injustiça são um problema de *nomos* e não de *physis* foi Arquelaus (D. L. II, 16), embora pareça estar já implícito em Heraclito (frg. 102). Este ponto de vista tornou-se comum entre os sofistas e as opiniões relativistas destes, quer em moralidade (Protágoras no *Protágoras*), em política (Trasímaco na *Rep.* II) ou na epistemologia (Protágoras em 152a), são frequentemente citadas por Platão. O próprio absolutismo ético e epistemológico de Platão não se baseia, evidentemente, em qualquer defesa da noção antiquada de *physis*, mas sim nos *eide* imutáveis e, à medida que ele vai envelhecendo, na existência de Deus. Nas *Leis* 716c a teoria do *homo mensura* de Protágoras é finalmente corrigida: Deus é a medida de todas as coisas (*theios nomos*).”

norma pressuporem-se mutuamente como instâncias diferentes, é preciso que a norma e a vida permitam a si mesmas a possibilidade de acontecerem em conjunto, **baseadas em uma lógica da imanência recíproca, uma vez que “fazem parte de uma única dimensão em contínuo devir”**.

É isto, afinal, o que a norma tem de mais fundo, é isto que é capaz de gravar-se na memória da vida social em que ela penetra, como água na rachadura: que o seu comando injeta no mesmo tecido em que ela está enredada um certo discurso, um comando proferido em certa direção. Que ela se organiza na linguagem e por meio dela, continuando-a, ampliando-a. Que ela é capaz de produzir histórias, contar e recontar eventos. Que ela é arrastada pela corrente da linguagem, mas que ela também arrasta, intervém, e de tal maneira e com tais repercussões que uma análise *tão só* da sua *tão só* dimensão de lei seria insuficiente para dar conta de tomá-la na sua totalidade.

Nesse ponto, poder-se-ia dizer que o lugar de enunciação da norma está em algum ponto da linguagem, que a arrasta, tal qual o lugar de enunciação do enunciador – que, quem sabe, já não está mais nela, mas que é, para a teoria da narrativa, alguém que já esteve lá, gravou seu nome, apagou-o quem sabe, e foi embora. Alguém, quem sabe, que tenha chegado quando a linguagem já estava lá, e quando partiu, ou foi dragado pela corrente, talvez tenha sabido também que a linguagem lá estava, sempre renovada por um novo gesto enunciativo. Sejam recobradas as palavras da aula inaugural de Michel Foucault no *Collège de France* (2014, p. 5-7):

Gostaria de me insinuar sub-repticiamente no discurso que devo pronunciar hoje, e nos que deverei pronunciar aqui, talvez durante anos. Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível.

Gostaria de ter atrás de mim (tendo tomado a palavra há muito tempo, duplicando de antemão tudo o que vou **dizer**) **uma voz que dissesse**: “É preciso continuar, eu não posso continuar, é preciso continuar, é preciso pronunciar palavras enquanto as há, é preciso dizê-las até que elas me encontrem, até que me digam - estranho castigo, estranha falta, é preciso continuar, talvez já tenha acontecido, talvez já me tenham dito, talvez me tenham levado ao limiar de minha história, diante da porta que se abre sobre minha história, **eu me surpreenderia se ela se abrisse**”.

Tomando a distinção feita por Mainguenu (1996, p. 28) sobre as diferentes acepções de discurso, verifica-se que Foucault utiliza aqui uma delas, que, bem situada no contexto da aula proferida, designa o próprio ato de enunciação dentro da cena, acadêmica, devidamente marcada. Contudo, isso não elide ainda o sentido forte de discurso de que se fala: uma forma de apreensão da linguagem, como aquela de alguém que chega nela, a ela, depois dela, também por meio dela, nela permanece, com ela tudo e nada realiza, e dela sai por meio dela. Na mesma sequência, Foucault estabelece a relação entre a ordem do discurso e a instituição:

Existe em muita gente, penso eu, um desejo semelhante de não ter de começar, um desejo de se encontrar, logo de entrada, do outro lado do discurso, sem ter de considerar do exterior o que ele poderia ter de singular, de terrível, talvez de maléfico. A essa aspiração tão comum, a instituição responde de modo irônico; pois que torna os começos solenes, cercados de um círculo de atenção e de silêncio, e lhes impõe formas ritualizadas, como para sinalizá-los à distância.

**O desejo diz: “Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz”. E a instituição responde: “Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém”.**

É certo que o seu conjunto de terminologias é diferente daquele empregado por Maingueneau. De todo modo, note-se aquilo que Foucault propõe: discurso, como produto da atividade enunciativa; mas discurso, ainda, como aquilo que dispõe de uma porta de entrada e uma porta de saída, e que deve ser investigado arqueologicamente; e discurso, por fim, que está na ordem das leis, isto é, que está de acordo com as condições de regência das leis em que ele está inserido. Tem-se aqui, de certo modo, 1. narrativa, 2. discurso também, mas não só, como forma de apreensão da linguagem, e 3. um problema a resolver: como desarmar a ordem das leis que, em algum ponto, é fundadora e é fundada pelo próprio discurso<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> É esta, também, a leitura de Edgardo Castro (2004, p. 138): “El término “discurso” toca uno de los temas centrales del trabajo de Foucault. La arqueología es una modalidad de análisis del discurso. “La arqueología, como yo la entiendo, no es pariente de la geología (como análisis del subsuelo) ni de la genealogía (como descripción de los comienzos y de las sucesiones); es el análisis del discurso en la modalidad de archivo” (DE1, 595). Desde este punto de vista, el término “discurso” plantea una cuestión metodológica: la definición de las reglas de la descripción arqueológica. Ésta es, en gran parte, la tarea

Aqui, onde o trabalho do conceito requer a sua definição, o seu *dar finis*, dar limite, coloque-se da seguinte forma: assim como o ato de enunciar a norma, de gravá-la, é arrastado pela ordem do discurso, e da linguagem, estas mesmas ordem e linguagem dependem também de alguma norma. A relação entre elas será menos de sucessão do que de um encontro no desencontro: discurso, como forma de apreensão da linguagem, é a contraface da norma. Não de uma norma positiva, que extrai a sua validade de uma ficção jurídica, mas de uma norma fundada na experiência.

Quanto às qualidades de chamamento, invocação e instauração da norma, tem-se o seguinte esquema.

A tomada dos textos do Conselho de Direitos Humanos servirá como modo de esclarecer ainda mais este ponto. As resoluções que se verá evidenciam, com fulgor e propriedade, a complexa mistura entre a palavra, o discurso e aquilo que eles chamam, invocam, instauram. Sobre esse ponto, recorde-se a leitura de Giorgio Agamben (2016, p. 36-37), quando analisa a noção de *chamado* (*klēsis*) na *Carta aos Romanos*<sup>28</sup>, do apóstolo Paulo:

*Klēsis* indica a peculiar transformação que todo estado jurídico e toda condição mundana sofrem pelo fato de serem colocados em relação com o evento messiânico. Portanto, não se trata de indiferença escatológica, mas da mutação, quase do íntimo deslocamento, de cada condição mundana sofrem pelo fato de serem colocados em relação com o evento messiânico.

A *ekklēsia*, a comunidade messiânica, é, para Paulo, literalmente o conjunto das *klēseis*, das vocações messiânicas. A vocação messiânica não tem, no entanto, nenhum conteúdo específico: ela não é senão uma retomada das mesmas condições factícias ou jurídicas *nas quais* ou *tais quais* alguém é chamado. Enquanto descreve essa dialética imóvel, esse movimento *sur place*, a *klēsis* pode confundir-se com a condição factícia e com o estado e significar tanto “vocação” quanto *Beruf*.

---

de L'Archéologie du savoir. Allí Foucault define el discurso como el “conjunto de enunciados que provienen de un mismo sistema de formación; así se podría hablar de discurso clínico, discurso económico, discurso de la historia natural, discurso psiquiátrico” (AS, 141). El discurso “está constituido por un número limitado de enunciados para los cuales se puede definir un conjunto de condiciones de existencia” (AS, 153). A medida que Foucault sustituye la noción de episteme por la de dispositivo y, finalmente, por la de práctica, el análisis del discurso comenzará a entrelazarse cada vez más con el análisis de lo no-discursivo (prácticas en general).”

<sup>28</sup> Agamben dedica este texto apenas ao primeiro versículo da *Carta*, que em grego é ΠΑΥΛΟΣ δοῦλος Ἰησοῦ Χριστοῦ, κλητὸς ἀπόστολος, ἀφωρισμένος εἰς εὐαγγέλιον θεοῦ (2016, p. 169), isto é, PAULOS DOULOS CHRISTOU IESOU, KLETOS APOSTOLOS APHORISMENOS EIS EUAGGELION THEOU (2016, P. 18). E na tradução latina de Jerônimo, “que a Igreja Católica usou por séculos”, *Paulus versus Jesu Christi, vocatus apostolus, segregatus in evangelium Dei* (2016, p. 18). Na tradução literal, segundo Agamben, é “Paulo servo de Jesus messias, chamado apóstolo, separado pelo evangelho de Deus” (2016, p. 19). Na tradução direta do grego, do próprio Agamben, para o italiano e daí para o português: Paulo escrevo de [o] messias Jesus, chamado enviado separado para [a] boa nova de Deus (2016, p. 169).

[...]

A vocação messiânica é a revogação de toda vocação. Nesse sentido, ela define a única vocação que me parece aceitável. O que é, de fato, uma vocação, senão a revogação de toda concreta vocação factícia? Não se trata, naturalmente, de substituir uma vocação menos autêntica por uma mais verdadeira: em nome do que se decidiria por uma de preferência à outra? Não, a vocação chama a própria vocação, é como uma urgência que a trabalha e escava do interior, nulifica-a no próprio gesto no qual se mantém nela, habita nela. Isso - e nada menos que isso - significa ter uma vocação, viver na *klēsis* messiânica.

O chamado, aqui, pode ser tomado no sentido de profissão (em alemão, *Beruf*), segundo a perspectiva de Max Weber. Pode ser tomado como vocação, tal qual a tradução latina de Jerônimo, tradução que vingou na cultura canônica da Igreja católica. Nos dois casos, há correspondentes nos documentos produzidos pela ONU, sobretudo as resoluções, para os sentidos de profissão e vocação. De profissão, como aquele instrumento que, segundo a tradição de Martinho Lutero, enseja a realização do mandado divino por meio das obras (2016, p. 16-17). Neste ponto, é inevitável situar a produção de resoluções em uma localidade geográfica específica, e especial, que é Genebra, o ponto do mundo em que o calvinismo fincou raízes durante séculos. Além dele o sentido de vocação, como voz interior, como destino a um fim, também pode ser pensado como princípio teleológico de organização dos *nomoi* presentes numa resolução e, além deles, do órgão material que as produz; neste caso, o Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Porém, é certamente a noção de *klēsis* como *chamado* – e não outra – que *chama* à atenção, quando se trata da força normativa de tais resoluções e da própria condição do Conselho. Para isso, há uma série de eventos a verificar. Primeiro, aquele que enseja e justifica, historicamente, a fundação das Nações Unidas, isto é, o seu ingresso no cenário internacional, normativo e político, como substituta da Liga das Nações, sobretudo como *promessa* de cumprir aquilo que a Liga não cumpriu, como resposta à lógica dos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial. Conforme Julián Marías (1947, p. 105),

Por último, o hebreu *emunah* – da mesma raiz que *amén* –, encerra uma referência pessoal: se trata da *verdade* no sentido da confiança; o Deus verdadeiro é, antes de tudo, o que cumpre o que **promete**, como o amigo verdadeiro é aquele com quem se pode contar; um amigo falso, ao contrário, **não é, naturalmente, um amigo “inexistente”, mas um amigo que falha, em**



quem não se pode confiar. A palavra *emunah* remete, então, a um cumprimento, a algo que se espera e que *será*.<sup>29</sup>  
(Grifo acrescido)

A partir de dentro da resposta a esse evento, resposta que é o próprio objeto da promessa da nova ordem pós-2ª Guerra, emerge a retomada da dignidade como categoria teológico-política, para a qual a Declaração de Paris de 1948 e a Carta de São Francisco de 1945 são antes o resultado, aqui sim uma norma positiva, de regulamentação que, a rigor, serve a dar densidade normativa a uma norma de fundação política.

Pode-se propor o seguinte esquema: há um evento cuja atrocidade é difícil de ser formulada<sup>30</sup>, que reside em elevar à máxima potência a diferença entre poder soberano e sua contraface, a vida nua. Esse evento levou, simultaneamente, além e aquém de toda inumanidade, o humano, e vice-versa. Segundo Agamben (2008, p. 156-157), que por sua vez lê *É isto um homem?* e *Os sobreviventes e os afogados* de Primo Levi, esse evento se relaciona a uma forma historicamente particular de produção de testemunhas, em primeira e em terceira pessoa<sup>31</sup>, de todo modo todas

---

<sup>29</sup> A tradução é do autor da tese. No original: "Por último, el hebreo *emunah* – de la misma raíz que amén –, encierra una referencia personal: se trata de la verdad en el sentido de la confianza; el Dios *verdadero* es, ante todo, el que cumple lo que promete, como el amigo verdadero es aquel con quien se puede contar; um amigo falso, por ele contrario, no es, naturalmente, um amigo "inexistente", sin um amigo que fala, em quien no se puede confiar. La voz *emunah* remite, pues, a um cumprimento, a algo que se espera y que *será*."

<sup>30</sup> Giorgio Agamben (2008, p. 156-157) estabelece um marco importante acerca deste ponto: "Por isso, os que reivindicam atualmente a indizibilidade de Auschwitz deveriam ser mais cautelosos nas suas afirmações. Se quiserem dizer que Auschwitz foi um acontecimento único, frente ao qual a testemunha deve, de algum modo, submeter toda sua palavra à prova de uma impossibilidade de dizer, então eles têm razão. Se, porém, conjugando unicidade de indizibilidade, fizerem de Auschwitz uma realidade absolutamente separada da linguagem, se cancelarem, no muçulmano, a relação entre impossibilidade e possibilidade de dizer, que constitui o testemunho, então eles estarão repetindo inconscientemente o gesto dos nazistas, e se mostrarão secretamente solidários com o *arcanuum imperii*". Nota: neste trecho, como em todo o livro, Agamben se refere aos confinados no campo de concentração que eram designados, por outros prisioneiros, de muçulmanos, não em razão da sua filiação religiosa, mas referindo-se ao gesto de deitar-se sobre os joelhos recolhidos, os braços estendidos para frente e a cabeça tocando o chão, como imagem da prostração causada pela subnutrição e pelas condições mais que precárias de saúde.

<sup>31</sup> Ainda no mesmo texto de Agamben (2008, p. 27): "Em latim, há dois termos para representar a testemunha. O primeiro, *testis*, de que deriva o nosso termo testemunha, significa etimologicamente aquele que se põe como terceiro (*\*terstis*) em um processo ou em um litígio entre dois contendores. O segundo, *superstes*, indica aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho disso. É evidente que Levi não é um terceiro; ele é, em todos os sentidos, um supérstite. Mas isso também significa que o seu testemunho não tem a ver com o estabelecimento dos fatos entendendo em vista um processo (ele não é suficientemente neutro para tal, não é um *testis*). Em última análise, não é o julgamento que lhe importa – menos ainda o perdão. "Eu nunca compareço como juiz"; "eu não tenho a autoridade de conceder o perdão... estou sem autoridade." Aliás, parece que lhe interessa apenas o que torna impossível o julgamento, a zona cinzenta em que as vítimas se tornam

participantes de um evento atroz: aqueles que foram subjugados no campo de concentração, e já não podem contar, porque a ele não sobreviveram e aqueles que, por uma razão ou outra, deixaram os campos e, de algum modo, puderam contar a experiência realizada. Ou não puderam, porque o horror experimentado lhes esvaziou a capacidade de dizer.

É esta condição de testemunha, que pode testemunhar e que, ao mesmo tempo, não o pode fazer, aquilo que caracteriza o núcleo mais central da tanatopolítica desenvolvida nos campos de concentração nazistas. Ela ocupa o vértice do endereço para o qual os direitos humanos, no pós-2ª Guerra, serão destinados como promessa. Esse vértice é, a um só e mesmo tempo, lugar de uma humanidade e de uma inumanidade: ser humano, neste caso, significava passar por toda inumanidade, e ainda assim atestar a resistência de qualquer coisa que pudesse ser identificada com o humano. É o ponto de esvaziamento fático da dignidade e, por isso, ao mesmo tempo, o ponto em que o imperativo normativo-político de consagração da dignidade marca, pela falta, o sinal máximo do seu ser em potência.

Desse modo, é certo dizer, antes de tudo, que a ordem internacional dos direitos se dirige como resposta produzida historicamente contra o nazismo. Mas um corte mais fundo, e central, é preciso neste ponto: que essa mesma ordem, fundada em um *nomos* da dignidade, é endereçado especialmente ao *homo sacer*: aquele cuja vida nua, que assim foi constituída também historicamente, é a contraface do poder soberano que, segundo Roberto Esposito (2017, p. 73)<sup>32</sup>, **“é a primeira e mais influente figura imunitária”** da biopolítica. No caso dos campos nazistas, um regime que preparava o terreno para a vida dos vencedores e, por exclusão, o terreno da morte para os perdedores<sup>33</sup>.

---

carrascos, e os carrascos, vítimas. É sobretudo a respeito disso que os sobreviventes estão de acordo: **“Vítima e carrasco são igualmente ignóbeis; a lição dos campos é a fraternidade da abjeção”**.

<sup>32</sup> Cf. a passagem de Roberto Esposito (2017, p. 73), em que identifica a soberania como primeira **aparição da biopolítica**: **“No tocante à análise inaugurada por Foucault, não se deve entendê-la nem como uma necessária ideologia compensatória em relação à invasividade dos mecanismos de controle, nem como uma réplica fantasmagórica do antigo poder de morte ao novo regime biopolítico, mas como a primeira e mais influente figura imunitária que este assume. Isso explica sua longuíssima duração no léxico jurídico-político europeu: a soberania não está nem antes nem depois da biopolítica, mas atravessa todo o seu horizonte, fornecendo a mais potente resposta ordenadora ao problema moderno da autoconservação da vida.”**

<sup>33</sup> Se nos textos sobre o nazismo, sobretudo em *A banalidade do Mal* e *Eichmann em Jerusalém*, Hannah Arendt tratou da dimensão formal e material da burocracia estatal que organizou o nazismo, mas não tocou diretamente no tópico da biopolítica, e se Michel Foucault, em *A Defesa da Sociedade* e nos demais cursos proferidos no *Collège de France* tratou da biopolítica e dos dispositivos de sua implementação, mas não centrou sua análise sobre o poder soberano, Agamben soube conciliar, para

Assim, há uma *klēsis*, um chamado, em rotação. É um chamado *erga omnes*, que restitui o sentido de *auctor*<sup>34</sup>, daquele a quem se reconhece um direito civil oponível contra todos. E esse direito é o da dignidade, no sentido mais primeiro da noção de *nomos*, isto é, como delimitação de um direito que não pode ser invadido. A sua fundamentação é certamente histórica, mas é sobretudo teológico-política, no sentido de que há um sentido teológico-político da dignidade a ser evidenciado<sup>35</sup>. E é este o endereço do chamado: a realização de uma promessa cujo fundamento não pode ser buscado positivamente, mas por meio da experiência social em que o *nomos* surge. Como na Carta de Paulo aos Romanos, na passagem que Giorgio Agamben reputa decisiva, em 1 *Cor* 7, 17-22 (2016, p. 33):

Para o resto, a cada um como o senhor deu como sorte, cada um como Deus chamou, assim caminhe. Desse modo disponho em todas as comunidades [*ekkēsiaís*, também uma palavra da família de *kaléo*]. Um foi chamado circunciso? Que não se retire o prepúcio. Um foi chamado com o prepúcio? **Que não se faça circuncidar! A circuncisão é nada e o prepúcio é nada...** Cada um permaneça no chamamento no qual foi chamado. Foste chamado de escravo? Não te preocupes com isso. Mas se também podes tornar-te livre, de preferência faça uso. Quem foi chamado de escravo no senhor é um liberto do senhor. Do mesmo modo, quem foi chamado de livre é escravo do messias.

E aqui, a partir do próprio chamado, pode-se desdobrar uma outra noção da palavra latina '*vocatio*', tal como Jerônimo traduziu, mas com substantivo latino *invocatio*, como uma menção a uma instância divina, tal como relata Quintiliano (2015, p. 431):

[34] et deorum etiam invocatio velut ex bona conscientia profecta videri solet;  
[34] A invocação dos deuses, feita em boa consciência, também costuma ser profícua. (Livro VI, I.34)

De tal modo que a invocação – cujo uso, no contexto dado por Quintiliano, é discursivo e jurídico – refere-se a uma autoridade divina que pode ser associada à

---

proveito de uma leitura particular, as duas dimensões, a fim de tratar dos campos de concentração e da redução da vida à vida nua.

<sup>34</sup> Segundo o *Novíssimo dicionário latino-português etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc.*, no qual são aproveitados os trabalhos de filologia e lexicografia mais recentes, redigido segundo o plano de L. Quicherat (Saraiva, 2006, p. 124): "4º O primeiro possuidor, vendedor; 5º O que está investido do poder de fazer uma coisa, de aprovar, auctorisar, ratificar."

<sup>35</sup> Penso, ainda, na curta, mas elucidativa, definição de Roberto Esposito (2019, p. 32): "[...] teologia política é aquela espécie de curto-circuito lógico-histórico que introduz uma terminologia política (o monoteísmo) no interior do léxico religioso em função de uma justificativa teológica da ordem existente."

*vocatio*. Assim, invocar pode ser tomado, mas já não em termos pagãos, como um ato ilocutório de trazer, alguém ou alguma coisa, para perto de uma vocação previamente definida, reafirmando-a. Trata-se de confirmar uma vocação para endereçar à dignidade; e se trata, ainda além, de invocar uma autoridade de órgão material, aquele que dá densidade normativa a um *nomos* previamente assumido, e de invocar sua fundamentação.

Neste ponto, é preciso assinalar, mais uma vez, o caráter teológico-político da dignidade, que opera a premissa de que a humanidade está além do animal político, e é alimentada sobretudo por uma chama divina, em cuja autoridade transcendente se fundamenta, também, a sua pretensão de universalidade. A esse respeito, nada custa dizer que se a noção de dignidade foi materialmente incorporada pela ordem normativa dos direitos humanos a partir da década de 1940, a noção de universalidade<sup>36</sup>, intimamente a ela relacionada, é que logrou uma incorporação, além de material, formal. Isto é, mais do que a própria dignidade, a universalidade operou como um denominador transformador das relações, replicador dos direitos positivados na ordem internacional, *como* se ela tivesse uma força atávica, capaz não só de informar, introduzindo um conteúdo normativo, mas sobretudo de organizar a pretensão de universalidade de todos os direitos que derivaram daquela mesma centelha divina. A forma, nesse caso, não só conduziu a noção de dignidade pela trajetória crescente da ordem normativa internacional, mas sobretudo constituiu o tecido normativo dessa ordem, deu-lhe o seu próprio sentido formal de ser, que é o sentido de toda ordem.

Quem invoca invoca para instaurar, para modificar uma situação em que o enunciado, de tipo invocação, se produz.

Aqui, tem-se um chamado *erga omnes*, mas que está, de raiz, comprometido com uma promessa. Tem-se uma invocação com remetente e destinatário. Esta invocação é que instaura, com base na dignidade e na universalidade, uma ordem normativa teológico-política dotada de um conteúdo normativo que age *contra* a

---

<sup>36</sup> Para esta tese, tal universalidade é formal e abstrata, uma vez que não deriva da experiência particular. Considerando que a localização tem um papel importante no âmbito das Nações Unidas – está-se, todo tempo, a falar de cidades, países, continentes –, nesta tese, a localidade assume o papel da particularidade ou, dito de outro modo, o local assume o papel do particular. Assim, localidade é vista em oposição à universalidade formal abstrata, que é associada aos direitos humanos e serve de meio condutor, para eles, na ordem jurídica.

história, isto é, como negativo da história, como Walter Benjamin põe na tese VII em *Sobre o Conceito da História* (2016, p. 13):

Não há documento de cultura que não seja documento de barbárie. E, do mesmo modo que ele não pode libertar-se da barbárie, assim também não o pode o processo histórico em que ele transitou de um para outro. Por isso o materialista histórico se afasta quanto pode desse processo de transmissão da tradição, atribuindo-se a missão de escovar a história a contrapelo.

Assim, a promessa da dignidade pode ser tomada como um furo na história positivada, no progresso, na instrumentalização da vida. Daí o seu chamado messiânico, destinado a “escovar a história a contrapelo” (*das Geschichte gegen den Strich zu bürsten*), ainda mais evidente no *Fragmento Teológico Político* (BENJAMIN, 2016, p. 23):

Só o próprio Messias consuma todo o acontecer histórico, nomeadamente no sentido de que só ele próprio redime, consuma, concretiza a relação desse acontecer com o messiânico. Por isso, nada de histórico pode, a partir de si mesmo, pretender entrar em relação com o messiânico. Por isso, o reino de Deus não é o *telos* da *dynamis* histórica - ele não pode ser instituído como um objetivo. De um ponto de vista histórico, não é objetivo (*Ziel*), mas termo (*Ende*).

O que será depois disso é outra história: como, segundo a perspectiva de Benjamin, a ordem do profano estabelece um tempo em que os direitos humanos são alienados do seu valor de uso e tornados em valor de troca; em que o campo de disputas simbólicas torna esses direitos valor agregado para a realização de interesses a eles estranhos; em que a tecnologia e o espetáculo dão o acabamento sofisticado de mercadoria virtual a esses direitos; em que, por fim, a mesma ordem normativa que os instaura, e de que eles passam a fazer parte necessária, é dobrada em desacordo com o seu núcleo, a própria dignidade.

Esta relação entre chamado, invocação e instauração<sup>37</sup> recoloca o Conselho de Direitos Humanos como um espaço modelar para o estudo da promessa a que a

---

<sup>37</sup> Note-se o paralelismo com a passagem em que Silvana Castignone (1998, p. 127) delimita o conceito de norma jurídica: “O termo ‘norma’, na acepção que aqui interessa, significa regra de comportamento segundo a qual se deve fazer algo. Tais regras funcionam (no **provocar**, no **motivar**, no **justificar**, no **julgar** comportamentos) à medida que são comunicadas. As normas, portanto, pertencem à **comunicação preceptiva**, à **linguagem preceptiva**.” A tradução é do autor da tese, sobre o seguinte original: “Il termine ‘norma’, nell’accezione che qui interessa, significa regola di comportamento secondo cui si deve fare alcunché. Tali regole funzionano (nel **provocare**, **motivare**, **giustificare**, **giudicare** comportamenti) in quanto comunicate. Le norme appartengono perciò alla comunicazione precettiva, al **linguaggio precettivo**”. (Grifos acrescentados)

ONU se compromete. Se a noção de dignidade remete a um conteúdo teológico-político constituinte do seu sentido mais forte e duradouro, ela não trabalha sem um *corpus* específico, que não é nada menos do que o direito canônico, responsável por modernizar e uniformizar uma determinada linguagem dos direitos humanos. E ela não estará sozinha: o próprio chamado, que aparece com variações do verbo “*to call*”, indica, a rigor, um sentido messiânico do pai que atribui ao filho responsabilidades e cobra pela transgressão dos deveres impostos por si. De tal sorte que a sanção direta – mecanismo difícil na sociedade internacional, porque encontra sua fronteira de resistência no estatuto soberano dos Estados – cede espaço à reprimenda verbal, à censura, à cortina de silêncio, ao isolamento, à privação do contato, ao esvaziamento de pauta, à desarticulação, enfim, à redução da *soft power*, termo utilizado nas relações internacionais para designar o índice de influência de um determinado ator. E é no mínimo significativo que, diante dos conflitos na Faixa de Gaza e da precarização dos assentamentos palestinos, Israel tenha sido censurado tantas vezes no âmbito das sessões do CDH, e por mais de uma vez tenha se recusado a participar dos debates. Assim também, as comissões independentes de investigação têm funcionado como indicadores – inclusive, no sentido dos mecanismos que criam um *index* – que promovem, narrativamente, um conjunto de censuras em face dos países investigados: Síria, Líbia, Myanmar, entre outros.

A esse respeito, a responsabilidade contida no exercício amplo do chamado – inclusive o de *chamar a atenção de alguém* ou *sobre algum evento* – tem um sentido contraintuitivo. Isso porque a dogmática internacional está fortemente inclinada a tomar a sanção direta como o sinal mais forte da responsabilidade internacional, deixando de ver os efeitos que o chamado, no sentido da censura, produz no mais longo prazo. E neste ponto, está fora de dúvida, o Conselho de Direitos Humanos constitui uma absoluta novidade institucional, que remonta ao modelo antigo, judaico-cristão, de censura. Isso porque o chamado à dignidade não demanda apenas a observação de uma obrigação de fazer ou de tolerância: mais do que isso, o chamado à dignidade exige daquele que é censurado que incorpore a norma que é objeto de sua transgressão. Ele, o Estado soberano, é obrigado a assumir uma promessa. Obrigação que põe às avessas, em outro ponto, todo o debate acerca dos fundamentos do direito internacional: os países ingressam na ordem por vontade própria ou por natureza? Neste caso, se o país está, a rigor, vinculado a uma rede de

promessas, nunca houve escolha e tampouco é de sua natureza a assinatura de um tratado, senão que a promessa, a rigor, constitui o nervo de um *nomos* político que inclina o soberano para o jogo internacional.

Por sua vez, aquele que é censurado sente que a intervenção do outro, o chamado que vem de fora, é obsceno, no sentido de que não poderia estar na cena institucional e no sentido de que ele próprio, como ator em cena, não pode encenar um papel reproduzindo uma norma, de conteúdo teológico-político, contra a qual a sua própria existência, historicamente marcada, se insurge. No lugar da vontade, o motor de ação no cenário internacional é marcado por um ressentimento político que atravessa o discurso, isto é, o modo de apreensão da linguagem, daquele que, diante de uma promessa pactuada com um par de figas nas costas, não soube conciliar-se com as obrigações que lhe são impostas e às quais será chamado. Tal ressentimento descerá às raízes da sua negação, para constituir, dentro do *nomos*, uma tensão: que fazer dos seus valores locais diante daqueles que são tidos como universais? De que modo deve-se constituir o seu discurso, de que maneira apreender a linguagem que o outro utiliza e a narrativa que o outro tece, diante de procedimentos normativos que, de pronto, estão sempre a pressupor um dentro e um fora, a realizar cesuras normativas e textuais, a produzir interdições, a indicar que esse Estado soberano ocupa um lugar sem proeminência e que não soube traduzir, para a linguagem comum da norma internacional, os seus interesses? Também por meio do texto. Isto é, aquele que é chamado a uma promessa, tido como um outro diferente, é um elemento constituinte da tensão normativa que funda o *político*<sup>38</sup>.

Em mirada pós-fundacionista, essa tensão produz, dentro da norma, aquilo que, para o espaço democrático, Chantal Mouffe (2015, p. 19) denomina de “agonismo”:

Enquanto o antagonismo é uma relação nós/eles em que os dois lados são inimigos que não possuem nenhum ponto em comum, o agonismo é uma relação nós/eles em que as partes conflitantes, embora reconhecendo que não existe nenhuma solução racional para o conflito, ainda assim **reconhecem a legitimidade de seus oponentes. Eles são “adversários”, não inimigos.** Isso quer dizer que, embora em conflito, eles se consideram pertencentes ao mesmo ente político, partilhando um mesmo espaço

---

<sup>38</sup> Emprega-se o termo tal como definido por Chantal Mouffe (2015, p.7-8): **“Se quiséssemos expressar essa distinção de maneira filosófica, poderíamos dizer, recorrendo ao repertório heideggeriano, que a política se refere ao nível “ôntico”, enquanto “o político” tem a ver com o nível “ontológico”. Isso significa que o ôntico tem a ver com as diferentes práticas da política convencional, enquanto o ontológico refere-se precisamente à forma em que a sociedade é fundada.”**

simbólico dentro do qual tem lugar o conflito. Poderíamos dizer que a tarefa da democracia é transformar antagonismo em agonismo.

Tal antagonismo e tal agonismo podem, igualmente, servir para pensar a tensão provocada, dentro da norma, pela imposição (obscena, que não poderia estar em cena) de uma promessa com a qual, de partida, não concorda aquele a quem ela **é imposta. Com o agravante de que referido “aquele” é um ente político revestido**, inclusive normativamente, de soberania; mas que, muito mais do que isso, pretende ser politicamente soberano. A soberania parece ser, nesse caso, um elemento que tende à totalização, isto é, a soberania não quer ser menos do que totalmente soberana. No sentido moderno, a soberania tem por regra de definição, imprescindível, a proclamação da sua totalidade. Ocorre que, dentro do núcleo do *nomos*, em que a promessa (alheia) foi introjetada em um *aqueloutro*, a instância de resistência a tal promessa é, precisamente, a noção de soberania, que é duplamente invocada: como categoria política e como categoria jurídica. Ela traz, para dentro da tensão normativa em que reside a promessa de universalidade, um antagonismo externo à – mas ainda assim fundado na mesma – tensão. Daí, pode-se dizer, a dificuldade em tornar antagonismo em agonismo, no especial caso da promessa de universalidade imposta a um ente soberano.

Essa dificuldade em tornar antagonismo em agonismo tem, ainda, uma dimensão ainda mais particular no caso da imposição de uma promessa: que a impossibilidade de identificação com o conteúdo da promessa imposta é uma premissa que funda a tensão. Conforme Chantal Mouffe (2015, p. 25), no exercício da política, **“seria possível desarmar as forças libidinais que conduzem à animosidade”** entre os indivíduos que realizam a política. Por outro lado, na imposição de uma promessa pretensamente universal a um Estado soberano o antagonismo está previamente dado pela relação de oposição entre o ideal de totalidade soberana, de supremacia dos valores locais etc., e a universalidade que a promessa, que o chamado à dignidade, carregam.

#### 1.4. EMERGÊNCIA NARRATIVA DA TENSÃO ENTRE UNIVERSALIDADE E LOCALIDADE



Sobre a tensão entre localidade e universalidade, há um exemplo muito eloquente. Esse tipo de reação se manifesta, no Conselho de Direitos Humanos – mas também em uma infinidade de pontos diferentes no âmbito das Nações Unidas – na rejeição à universalidade dos direitos humanos reconhecida pela Carta de São Francisco, pela Declaração dos Direitos do Homem de Paris, e a subsequente malha normativa da ONU. A esse respeito, a Rússia submeteu, e o CDH adotou, em 21 de setembro de 2012 a **Resolução 21/3, “Promoting human rights and fundamental freedoms through a better understanding of traditional values of humankind: best practices”**<sup>39</sup>:

The Human Rights Council,  
Guided by the purposes and principles set forth in the Charter of the United Nations,  
Reaffirming the Universal Declaration of Human Rights and that everyone is entitled to the rights and freedoms set forth therein, **without distinction** of any kind, such as race, colour, sex, language, religion, political or other opinion, national or social origin, property, birth or other status,  
Reiterating the call of the Universal Declaration of Human Rights to promote respect for human rights and fundamental freedoms by teaching and education, and to secure their **universal** and **effective recognition** and observance by progressive measures, national and international,  
Guided by the **Vienna Declaration and Programme of Action**, which reaffirms, inter alia, the solemn commitment of all States to fulfil their obligations to **promote universal respect** for, and observance and protection of, all human rights and fundamental freedoms for all in accordance with the Charter, other instruments relating to human rights, and international law, and that the **universal nature of these rights** and freedoms is beyond question,  
Reiterating that all human rights are **universal, indivisible, interrelated, interdependent** and **mutually reinforcing**, and that **all human rights** must be treated in a fair and equal manner, on **the same footing** and **with the same emphasis** and that, while **the significance of national and regional particularities** and various historical, cultural and religious backgrounds **must be borne in mind**, all States, regardless of their political, economic and cultural systems, **have the duty** to promote and protect all human rights and fundamental freedoms,  
Reaffirming that all cultures and civilizations in their traditions, customs, religions and beliefs **share a common set of values** that belong to humankind **in its entirety**, and that those values have made an important contribution to the development of human rights norms and standards,  
Stressing that **traditions shall not be invoked to justify practices** contrary to human dignity and violating international human rights law,  
Recalling its previous resolutions on the issue, in particular resolutions 12/21 of 2 October 2009 and 16/3 of 24 March 2011,  
Noting the ongoing work of the **Advisory Committee**, in accordance with Human Rights Council resolution 16/3, on the preparation of a study on how a better understanding and appreciation of traditional values of dignity, freedom and responsibility can contribute to the promotion and protection of human rights,

---

<sup>39</sup> A resolução pode ser consultada, no contexto da 36a reunião do CDH, nas páginas 26 e 27 deste link: <https://undocs.org/A/67/53/Add.1>

1. Reaffirms that a **better understanding and appreciation of traditional values** shared by all humanity and embodied in universal human rights instruments **contribute** to promoting and protecting human rights and fundamental freedoms worldwide;
  2. Recalls the important role of **family, community, society and educational institutions in upholding and transmitting these values**, which contributes to promoting respect for human rights and increasing their acceptance at the **grass roots**, and calls upon all States to strengthen this role through appropriate positive measures;
  3. Stresses that human rights **derive from the dignity and worth inherent** in the human person;
  4. Notes that **traditional values**, especially those shared by all humanity, can be practically applied in the promotion and protection of human rights and upholding human dignity, in particular in the process of **human rights education**;
  5. Takes note of **recommendation 9/4** of the Advisory Committee on the progress of work on a study on how a better understanding and appreciation of traditional values of dignity, freedom and responsibility can contribute to the promotion and protection of human rights, and **decides to accord it additional time to finalize the study**;
  6. Requests the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights to collect information from States Members of the United Nations and other relevant stakeholders on **best practices in the application of traditional values** while promoting and protecting human rights and upholding human dignity, and to submit a summary thereon to the Human Rights Council before its twenty-fourth session;
  7. Decides to remain seized of the matter.
- (Grifos acrescidos)

Destaca-se uma série de trechos em que o predicado “universal” é utilizado: “to secure their universal and effective recognition”, “promote universal respect”, “universal nature of these rights and freedoms is beyond question”, “human rights are universal, indivisible, interrelated, interdependent and mutually reinforcing”. Note-se que esse predicado aparece tão somente no preâmbulo, mas não nos comandos, de 1 a 7, previstos no dispositivo. Ainda no preâmbulo, o texto invoca a normatividade da ONU: “in accordance with the Charter, other instruments relating to human rights, and international law”.

Quando se coloca em cotejo esse preâmbulo com o dispositivo que vem logo abaixo dele, tem-se mais do que um contraste, tem-se uma evidente tensão entre universalidade e localidade. De fato, dificilmente haverá melhor exemplo material, textual, da tensão entre a universalidade inscrita dentro da norma da ONU e a localidade que o Estado soberano invoca em seu próprio favor. O texto do artigo, proposto pela Rússia, tem as seguintes passagens: “better understanding and appreciation of traditional values”, “role of family, community, society and educational institutions in upholding and transmitting these values”, “acceptance at the grass roots”, “[n]otes that traditional values”.

O texto do preâmbulo, como se vê, não é obra de quem propõe a resolução sobre valores tradicionais, mas é obra da universalidade abstrata aderida às normas da ONU: isto é, a força que ingressa no texto para estabelecer com a localidade uma relação de resistência em favor da universalidade.

No conjunto, o texto aprovado nesta resolução teve em Genebra as maiores repercussões que, de regra, apontaram o dedo para a criação de um precedente normativo contra a corrente, isto é, contra a universalidade. Ao mesmo tempo, esse gesto de afirmação de valores locais, tradicionais, da família, entre outros, recolheram de outros cantos insatisfações das mais diferentes. Entre elas, houve quem aproveitou a ocasião para denunciar, no plenário do CDH, a filiação íntima – e, do ponto de vista da resistência local, obscena – entre direitos humanos universais e a prevalência de princípios econômicos liberais e, no limite, fundantes do Capital. Foi o que fez o representante da Bolívia, que, abrindo sua leitura com uma passagem de Karl Marx – gesto inédito no plenário do CDH – endossou sem restrições o texto proposto pela Rússia. A par dessa votação, a mesma sessão do CDH conduzia uma série de eventos paralelos que evocavam a rivalidade entre o local e o universal.

Do mesmo ano de 2012, destacam-se dois exemplos contemporâneos a essa resolução sobre valores tradicionais. Do lado da universalidade, os encontros denominados “Business and Human Rights” trataram, com ênfase, da exploração de mulheres e crianças indígenas nas atividades mineradoras na Guatemala, no Peru e na Venezuela<sup>40</sup>. Do lado da localidade, a comissão instituída para produzir resolução sobre o uso da água<sup>41</sup> em torno do Mediterrâneo encontrou, na representante do Qatar, a injeção de valores tradicionais que dizem respeito, por exemplo, ao costume dos banhos como critério definidor para regulação sanitária e de provimento da água aos lugares mais distintos da mesma região. De regra, as sessões do CDH de 2012 foram marcadas por essa mesma tensão e, nesse sentido, a RES 21/3 sobre valores tradicionais parece emoldurar um quadro dual que, sem síntese, resume no texto o clima experimentado naquele ano.

---

<sup>40</sup> Meses depois, já em 2013, a ONU lançou um manual resultante dos seus encontros e da pesquisa realizada por comissão designada, “**Breaking the Silence on Violence against Indigenous Girls, Adolescents and Young Women**”, disponível em: [https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/VAIWG\\_FINAL.pdf](https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/VAIWG_FINAL.pdf)

<sup>41</sup> Os debates resultaram na Resolução 21/2, “**The human right to safe drinking water and sanitation**”, que pode ser acessada na página 22 do documento disponível em: <https://undocs.org/A/67/53>

Este recorte, que faz o registro textual das insatisfações colhidas pela localidade no âmbito do CDH, participa de um conjunto maior de conflitos. Uma análise da política no Oriente Médio, com especial atenção para as suas fortes variantes militar, econômica e geopolítica, tenderia a resolver nos países inseridos no contexto da Primavera Árabe um espaço para a *proxy war*<sup>42</sup> entre os EUA, de um lado, e Rússia e China do outro<sup>43</sup>. E de fato, os conflitos havidos no Egito, na Tunísia, na Síria, na Líbia etc., tendem a constituir uma cena para a disputa entre países com interesse na região. Essa é uma análise da *política* da Primavera Árabe. Por sua vez, uma análise do *político* deve constituir o seu próprio objeto não a partir de fora, mas para dentro - e a partir - do *nomos* e de suas tensões. Não é só uma questão de política, é uma **questão d'o político**. No sentido de que os fundamentos da norma são contingentes na sua imanência, não transcendentais. No sentido, aqui marcadamente histórico, de que há uma identificação normativa entre os valores tradicionais reclamados pelo governo de Bashar Al-Assad, uma tradicional dinastia alauíta, e aqueles reclamados pelo presidente russo. que, é importante lembrar, está na presidência por mandatos sucessivos. Petróleo, ocupação estratégica de canais e territórios, mudança ou permanência de regime não são, nesse caso, fatores desimportantes, uma vez que desempenham um papel central na tomada de decisão dos países em solo sírio ou nos auditórios do Conselho de Direitos Humanos e do Conselho de Segurança. Mas tais fatores não constituem a totalidade do mosaico desses conflitos. Essa totalidade só pode ser devidamente cercada se se leva em conta a tensão interna, normativa, que a promessa imposta estabelece com os valores enraizados no solo local.

Trata-se, pois, de um problema a ser visto por sua dimensão normativa, uma dimensão que está além do texto, porque contrapõe a uma promessa imposta uma convicção íntima - e quem sabe, também, um chamado - na localidade. Contudo, é importante lembrar, a universalidade constitui a dimensão formal, o meio condutor, dos direitos que ela informa. A sua operação, na ordem normativa, é de replicadora de uma forma também judaico-cristã, que é a da onipresença: onde houver um ser humano, lá estará a universalidade, a imprimir o seu selo nas nuvens dos direitos

---

<sup>42</sup> *Proxy war* é aquele conflito em que as partes envolvidas estão, afinal, atendendo a interesses - econômicos, políticos, estratégicos etc. - de outras partes, que se prevalecem do conflito sem nele ingressar de forma direta.

<sup>43</sup> A esse respeito, conferir o texto "Evolving Trends in the Post-Arab Spring Era: Implications for Peace and Stability in the MENA Region" (Fraihat e Yaseen, 2006), disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1542316620934365>

materiais – fundamentais, humanos, individuais, transindividuais – estabelecidos pela ordem normativa.

Ora, esta ordem normativa, que é replicada nas cenas internacional e nacional, encontra um crescimento concorrente das narrativas que contam a história de cada localidade. É o caso de perguntar o que aproxima, conecta e costura essas narrativas.

### 1.5. CONTAR HISTÓRIAS E NARRAR

Atributo que não se pode negar ao presidente russo Vladimir Putin é o de ser um contador de histórias. Em 2016, Putin concedeu ao cineasta Oliver Stone uma série de entrevistas cuja edição e registro resultaram no documentário “**As entrevistas de Putin**” (2016)<sup>44</sup>. Para quem assiste atentamente, esse documento suscita as perguntas mais evidentes: o presidente russo de carreira mais longa concedeu entrevista a um nacional dos Estados Unidos? O mesmo que dirigiu o longa-metragem *Platoon*, com Willem Dafoe e Charlie Sheen, que remonta à guerra americana no Vietnã – e, portanto, a um dos tópicos ideológicos máximos da Guerra Fria? O que chefiou a enorme, e complicada, Gazprom e sempre esteve próximo das oligarquias russas do pós-Perestroika? Uma entrevista concedida de dentro das recônditas salas, corredores, passagens e jardins do Kremlin? Uma entrevista em que o presidente Vladimir Putin, ex-agente de inteligência da KGB, ex-premiê russo, então presidente – e até agora presidente –, dirige um carro pelas ruas de Moscou, entre atento e descontraído, conduzindo o americano Oliver Stone, enquanto este lhe faz as perguntas mais íntimas?

A reunião de informações tão variadas, e significativas, parece evidenciar, inclusive pela radicalização, a constituição de um espaço cênico. Tanto entrevistador quanto entrevistado fazem questão de produzir um *heterotopos*, um outro lugar, um lugar de fuga entre a realidade e a ficção, entre o documentário e o encantamento, em que a figura de um cineasta estadunidense, veterano, crítico e descolado, encontra a figura do chefe de Estado que, no paratexto, incorpora (inclusive com o registro no

---

<sup>44</sup> Para acesso imediato aos quatro episódios da série, sugere-se o seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=nmG5JXfExwk>

próprio corpo) os ideais de uma sociedade comandada pela figura masculina, radicalmente machista, viril, de valores tradicionais, “a alma da mãe Rússia”, enfim.

Aquilo que é assim tão evidente não pode passar despercebido e, nesse ponto, essas entrevistas nos oferecem um modelo de constituição heterotópica de uma cena englobante, que estabelece para os enunciadores as regras de seus enunciados.

Oliver Stone faz a Putin as perguntas mais capciosas: sobre a apropriação da Criméia pela Rússia; sobre a intervenção russa na Geórgia; sobre a mudança de regime na Ucrânia; sobre a OTAN; sobre o projeto nuclear do Irã; sobre o Estado Islâmico; sobre a guerra na Síria. Em determinado momento, dentro de uma sala de comando, Putin recebe o relatório, ao vivo, das atividades russas na Síria. Em outro, à porta de um dos cômodos mais secretos do Kremlin, que as lentes da câmera só deixam entrever, Oliver Stone se dirige ao presidente, usando a forma nominal russa diminutiva: “*Dmitri*, eu já estive aqui, nesta sala, quando nós jantamos em nosso último encontro”.

As cenas enunciativas, os enunciadores e os enunciados estão, o tempo todo, a produzir um fenômeno que ocupa, ao mesmo tempo, o espaço documental e o espaço da ficção. Parece que se está diante de um filme de Werner Herzog, que mais de uma vez já soltou o seguinte dos seus aforismas, registrado na sua *Declaração de Minnessota*<sup>45</sup>: “Fatos criam normas; a verdade ilumina”. Verdade, tal como posta por Herzog, poderia ser tomada como a realização de uma experiência – *Ehrfarung*, no sentido que lhe deu Walter Benjamin (2019) – que só pode ser feita sentir por meio de uma certa maneira de contar uma história. É isto que Oliver Stone e Vladimir Putin compõem juntos, uma certa maneira de contar uma história, uma certa maneira de favorecer a realização da experiência. Este é um ponto que, se se detém mais que o necessário sobre a formação de elementos cênicos, corre-se o sério risco de perder. Oliver Stone reconhece em Vladimir Putin – acrescente-se, *apesar de tudo* - aquilo que Werner Herzog reconheceu em inúmeros de sujeitos comuns que foram elencados em seus documentários. Uma capacidade de performar<sup>46</sup> e, por meio da

---

<sup>45</sup> A tradução é do autor da tese, sobre o seguinte original: “Facts create norms, and truth illumination”. A declaração mencionada está disponível em <https://walkerart.org/magazine/minnesota-declaration-truth-documentary-cinema-1999>. Acesso mais recente em 06/04/2021.

<sup>46</sup> “Performance”, neste caso, não é empregada com filiação teórica específica, sem prejuízo de outras abordagens. Denota apenas o seu uso corrente, mais próximo do modo como alguém se comporta ou atua na execução de alguma coisa. Mesmo assim, o uso da expressão frequentemente atrai os sentidos

performance, iluminar uma experiência específica – que, sob determinada perspectiva, certamente a perspectiva de Herzog e Putin, equivale à noção de verdade.

É certo que o documentário de Oliver Stone evoca as mais sérias reflexões, e críticas inclusive, sobretudo as de ordem geopolítica, da soberania, do regime de vida social que reage, de forma truculenta, à diversidade cultural, civil, sexual. No entanto, note-se o vislumbre da experiência que as entrevistas com Putin ensejam. A par das incontáveis coincidências que esta mirada suscita, não se pode deixar de compará-lo aos burocratas e mujiques de Dostoievski – *Os Irmãos Karamázov* são apenas um de outros excelentes exemplos – e ao escritor Nicolai Leskov que, sob as lentes de Walter Benjamin (2018, p.139-166), seria um dos últimos contadores de história.

Há incontáveis coincidências porque, ainda há pouco, tratou-se de uma resolução proposta pela Rússia ao Conselho de Direitos Humanos e se tratará de um quadro de conflitos cujos desdobramentos têm as maiores repercussões para um cenário internacional de polarização entre Rússia e Estados Unidos. Desse modo, cumpre mostrar que é possível verificar mais do que uma coincidência – no sentido de que há elementos coincidentes – para estabelecer uma leitura capaz de traçar, para além das coincidências e em favor do objeto desta tese, correlações de força, ainda que indiretas.

Há uma variante de tradução importante a ser verificada. As traduções brasileiras, durante anos, verteram o texto de Walter Benjamin *Der Erzähler* como “O

---

que têm para os estudos socio-linguísticos e para o teatro, como um modo de colocar-se e agir em cena. Especificamente, para Pierre Bourdieu o discurso performativo é aquele que instala, no próprio gesto enunciativo, a autoridade reclamada pelo enunciado ou pelo enunciador (BOURDIEU, 2006, p. 116). Trocando em miúdos, é um gesto enunciativo que incide para criar a situação que ele enuncia. Mas certamente, considerando a aberto enfrentamento de Putin à igualdade de gênero e à diversidade afeta ao corpo e à sexualidade, poder-se-ia abrir outra investigação a partir do conceito de “**performatividade**”, para o gênero e para o político, como desenvolve Judith Butler. Aliás, o projeto de tese de doutorado previa outro método de pesquisa, além daquela documental: a observação em campo, por seis semanas, em uma das sessões do Conselho de Direitos Humanos, a fim de fazer, pela descrição densa, uma análise etnográfica do comportamento dos atores (diplomatas, chefes de Estado, representantes de organizações não governamentais, entre outros) sobre os temas tratados na tese. Essa incursão poderia, inclusive, resultar em um trabalho etnográfico, como aquele que o autor da tese desenvolveu na dissertação de mestrado – na dissertação, porém, a partir do conceito de *habitus*, de Bourdieu, e do ensaio Esboço para uma teoria geral da magia, de *Marcel Mauss* e *Henri Hubert*. Nesse caso, a investigação da “**performance**” poderia ser ainda mais desenvolvida. Por fim, nada custa registrar uma possibilidade teórica de abordagem da “**performance**”, não mais etnográfica, mas documental, inserida no âmbito dos estudos literários, p. ex., a partir dos trabalhos que Paul Zumthor fez para a produção de textos poéticos alvejando a vocalização. A única aparição teórica da “**performance**”, na tese, está na transcrição de entrevista dada por Guilherme Gontijo Flores (2002) sobre poéticas da tradução; neste caso, porém, a tese dá ênfase às condições de inteligibilidade de um texto, que resultam do encontro do texto com o leitor.

**Narrador**". Todavia, é preciso ir à mais nova edição desse ensaio resgatar importante nota de rodapé redigida pelo tradutor João Barrento (BENJAMIN, 2018, p. 139):

Traduzo este título (*Der Erzähler* no original), a contrapelo do que tem sido habitual noutras versões, por "O contador de histórias". Por um lado, para ir ao encontro de toda a intenção do ensaio de Benjamin, que é a de recuperar uma forma e uma figura que o romance e o progresso técnico e social (através da informação) colocaram na sombra ou fizeram mesmo desaparecer, e que o texto remete muitas vezes para a tradição oral. Por outro, porque o termo sempre utilizado ("O narrador", com exceção da língua inglesa, que usa também "The storyteller") perverte o sentido original: enquanto termo técnico, "narrador" é uma categoria da teoria da narrativa; e no seu uso corrente a palavra perde perfil próprio, na medida em que se refere a todo aquele que narra – incluindo, naturalmente, o romancista, que está fora do âmbito semântico do "contador de histórias". O próprio Benjamin parece ir neste sentido quando, numa carta de 13 de dezembro de 1939, ao filósofo Paul Landsberg (então também exilado em Paris, e que viria a morrer em 1944 no campo de concentração de Oranienburg), anota, em francês: "Voilà 'Le Narrateur' (mais il faudrait bien plutôt traduire: 'Le conteur')... [Eis 'O narrador' (mas seria mais correto traduzir por 'O contador de histórias')...]" (GB, VI, 367).  
(Grifos acrescentados)

A distinção feita por João Barrento estabelece o marco: o contador de histórias é uma figura de certa tradição, eminentemente oral, que conta uma série de eventos. Ele pode ou não ser um autor: o paradigma da autoria aqui não é o mais relevante. O narrador, por sua vez, é uma categoria da teoria da narrativa e, para ela, corresponde a uma figura que ela reputa intratexto.

Assim é que Vladimir Putin – qualquer seja a opinião que se tem dele – performa a condição de um contador de histórias: aquele sujeito que, dentro da tradição oral, produz por engenho próprio, com seus próprios mecanismos de performance, intelectuais, retóricos, gestuais, um efeito de transmissão capaz de restituir, durante a realização da performance, uma determinada experiência. De outro lado, os elementos que aportam da sua performance revelam dados importantes à condição de contador de história: a invocação do espírito russo, como aquele dotado de um forte senso de valor; a cordialidade meditada, como um traço de *fair play* de quem está, em tese, aberto ao diálogo; a disposição para a escuta do interlocutor; a capacidade impressionante de referenciar eventos históricos relevantes, integrando-os em uma forma articulada e com sentido de unidade. E, afinal, não menos importante: uma certa aproximação, sempre por meio da palavra falada, oral, marcada por algo da unção do soberano, que a sua posição de presidente põe, ao menos formalmente, além de qualquer questionamento.



Muito cuidado: essa qualidade de contador de histórias não pode constituir um momento de elogio destacado ao soberano. Seria valorizar, diante dos salões frios do diálogo institucionalmente controlado, a livre disposição discursiva (o modo de apreensão da linguagem) do soberano, em desfavor da contraface da soberania, a vida nua, ou seja, a vida que é historicamente vertida em súdita. Por outro lado, não se pode passar ao largo dessa constatação: no caso de Vladimir Putin, aquilo que ele conta, e a forma com que ele conta, dão o vislumbre de um fortíssimo chamado, uma pretendida inequívoca vocação, uma promessa: a da proeminência dos valores russos, da localidade, da tradição, sobre os demais.

Nesse ponto, Vladimir Putin não está invocando sozinho certa condição mística de provocar a experiência: enquanto presidente, George W. Bush disse, em **entrevista coletiva**, que **“teve um vislumbre da alma do homem”** e, **tempos depois**, enquanto era vice-presidente da administração Obama, Joe Biden disse que Vladimir Putin era **“puro mal”**. A forma de predicação de Joe Biden põe em destaque uma concepção muito específica do mal, a de um mal em si mesmo, um mal ontológico. Um mal que encarna nesta ou naquela figura – afinal, uma figura da retórica política que não é incomum. O que ela evidencia, e que igualmente não é incomum, é que na cena política o mal ontologicamente tomado implica, indica, contém, uma dimensão metafísica: o mal pode ser experimentado de muitas formas, inclusive materiais, tais como a fome, a peste, a perseguição, o assassinio. Mas o mal pode, segundo uma mirada ontológica, ser experimentado como uma realização metafísica. E é precisamente essa a experiência que, segundo Walter Benjamin, o contador de histórias é capaz de restituir. É essa experiência a janela de ingresso na filosofia por vir:

Assim, é colocada a exigência principal para a filosofia presente, e também, afirmada sua exequibilidade: elaborar, dentro do sistema do pensamento kantiano, os fundamentos epistemológicos de um conceito superior de experiência. (BENJAMIN, 2019, p.19)

Nesse ponto, a qualidade, e em certos casos o ofício, do contador de histórias fica bastante evidenciado, mas também com um recorte específico: vislumbra-se a qualidade daquele que incorpora o papel de soberano. Esta é uma marcação importante: ela viabiliza a relação entre os valores invocados pela experiência do contador de histórias e os valores que resistem, no interior da norma, à pressão sofrida

por uma promessa injetada naquela norma por uma força exterior. Porém, no quadro mais amplo, com uma amostragem mais ampla, as condições de produção das histórias contadas apresentam uma série de contradições. Benjamin não deixou de enfatizar o caráter e a origem populares do contador de história: um sujeito do povo, o mais ordinário, que seria capaz de estabelecer entre as suas relações de aprendizagem e maestria condutores das figuras do imaginário local. Na qualidade de contador de histórias ele assume, simultaneamente, a qualidade de pesquisador comprometido com a experiência do seu lugar.<sup>47</sup>

Ocorre, no entanto, que no cenário internacional não se está na esfera miúda da vida. Tratar da experiência dos mujiques russos ou dos violeiros caipiras exige uma postura de aproximação comprometida com o ingresso dessas figuras em cenas englobantes marcadas não apenas pela singularidade, como também pelo elevado grau de limitação que as circunstâncias impõem à atividade enunciativa deles, violeiros e mujiques. Em outras palavras, as repercussões imediatas do seu agir não são mais do que locais ou regionais. Coisa diversa é a situação do presidente Vladimir Putin, que encarna as figuras do soberano e do contador de histórias. Contador de histórias, nada custa sublinhar, como aquele capaz de referenciar eventos históricos, articulá-los com coerência, dar-lhes sentido de unidade e, neste caso especialmente, veicular o valor com que o soberano marca o conjunto nacional que ele representa e com que, em última instância, ele legitima a posição que ocupa e as funções que exerce.

Bem marcada esta posição acerca do contador de história, é preciso retomar o comentário de João Barrento ao texto de Walter Benjamin, e o comentário do próprio Benjamin, para ver qual é a sua divisa com o conceito de narrativa. Sem mais, retoma-se o conceito de narrativa como categoria da teoria da narrativa como o contar uma série de eventos. Mas, veja-se, ao tratar assim da narrativa sentimos de pronto que se trata de uma relação mediada: o foco analítico distancia-se do contador de histórias, da personagem quase sempre encarnada pela figura local ou pela legenda

---

<sup>47</sup> Sobre este tema, a propósito, o autor desta tese escreveu sua dissertação de mestrado (Cardoso, 2014, p. 16): **"De certa forma, faz parte do roteiro do violeiro aprender a fuçar nos lugares mais diversos elementos que possam contribuir para uma reflexão e, afinal, para a composição de sua arte. Neles o faro do pesquisador, que desce a toda parte em busca de detalhes que o levem adiante na composição do objeto, acompanha o ofício de artesão e pode ser provado, demonstrado, verificado no produto final de seu esforço, a canção."**

do chefe de estado, para aproximar-se de um certo conjunto de enunciados cujo enunciador, ou enunciadores, pode ser desconhecido.

Esta mudança de foco não é sem importância, porque a narrativa de que se passa a tratar, com os textos produzidos pelas Nações Unidas, procede a recursos de apagamento da pessoalidade, isto é, não há, aparentes, indivíduos por trás de suas resoluções, não há contadores de história, não há relatos nem testemunhas por trás do relato. Ao menos, o relato e o testemunho não constituem um fenômeno central e organizador dos relatórios e resoluções fabricados pelas Nações Unidas. Além disso, diferentemente da história contada, marcada por um *continuum* temporal, enunciativo, ambiental, subjetivo – como é o caso, por exemplo, da história contada por Putin ou daquela contada por Riobaldo, personagem de Guimarães Rosa – a história contada, naquilo que designo “narrativas de Genebra”, é marcada por uma sucessão de intervenções textuais que embaralham a sua temporalidade. Nesse sentido, mudar o foco de um contador de histórias para uma narrativa significa mudar o foco de um sujeito capaz de performar, capaz do improviso, um enunciador em cena, para então focalizar um processo mais longo, fragmentário, que ocorre em cenários distintos: gabinetes diplomáticos, auditórios, departamentos.

Significa, sobretudo, mudar o foco de uma presença real – no sentido não ontológico, mas no sentido específico de que ela ocupa o mundo das *reí*, das coisas tangíveis – para uma presença virtual e profundamente marcada pela hipertextualidade, pela heterotopia e, para retomar um pressuposto caro a este capítulo, pela paratopia, isto é, pela constante negociação discursiva entre campos diferentes para a constituição de lugares discursivos mais abertos, abrangentes.

Diante dessa diferença, uma questão que se impõe é: do contador de histórias Vladimir Putin às narrativas de Genebra, há continuidade, há ruptura, o que há? Em que, afinal, isso interessa?

## 1.6. OS TEMPOS DA NARRATIVA E DO CONTAR HISTÓRIA

Ainda com o ensaio de Walter Benjamin sobre o contador de histórias (2018, p. 139), pode-se dizer que o contador de histórias instaura, ou seja, coloca em cena, uma aura capaz de prender o seu ouvinte. Essa cena é englobante do público que pode alcançá-la, sobretudo, pela relação oral – o que, por si só, é um traço marcante

da constituição das tradições não grafadas. Mais do que isso, porém, o contador de histórias instaura uma certa temporalidade: a presença do ouvinte demanda a atividade de comunicação inclusiva, atravessada por todos os tipos de função da linguagem: conativa, fática, referencial (Jakobson, 2007). Se a contação da história ocorre no presente, aquilo a que ela faz referência ocorre em tempos diversos, mas organizados pelo presente da atividade do contar. Assim, ao contar a história de como o exército russo entrou na Geórgia, Vladimir Putin utiliza recursos que dinamizam a sua história<sup>48</sup>, que a organizam, que lhe conferem verossimilhança, e que, afinal, prendem o ouvinte.

Ora, a narrativa grafada, o texto, operam de outra maneira, porque se as palavras não se sustentam no ar, elas ao menos se gravam no papel. E o que a narrativa grafada registra é um tempo presente permanente, à espera de um leitor empírico que se transforme em leitor-modelo, para usar a fórmula de Umberto Eco (2011, p. 23):

Nesse sentido, eu falaria de leitores-modelo não só em relação a textos que estão abertos a múltiplos pontos de vista, mas também àqueles que prevêm um leitor muito obediente. Em outras palavras, há um leitor-modelo não só para *Finnegans wake*, como ainda para os horários de trem, e de cada um deles o texto espera um tipo diferente de cooperação. Evidentemente, nos **empolgam mais as instruções de Joyce para “um leitor ideal acometido de uma insônia ideal”;** contudo, devemos prestar **atenção também nas instruções constantes nos horários de trem.**

Segundo Eco, leitor-modelo é aquele que o texto constrói durante o curso da leitura, uma espécie de leitor ideal que progressivamente aceita as regras do jogo oferecidas pelo texto. Mais ainda, para Eco, a narrativa faz do leitor-modelo aquele que será capaz, ou que estará disposto, mais do que qualquer outro leitor empírico, a recolher orientações gerais dentro do texto em busca de constituir um quadro comum de sentidos, embora eles não sejam os mesmos, porque, afinal, cada novo leitor oferece ao texto uma nova leitura (ECO, 2015). Afinal, a leitura do novo leitor é, segundo Guilherme Gontijo Flores em *Poesia Antiga em Performance* (2020)<sup>49</sup>,

<sup>48</sup> Entre esses recursos, a analepse e a prolepse, dois jargões mais conhecidos como *flashback* e *flashforward*, que são empregados para dar dinâmica e promover interação entre as partes da história contada.

<sup>49</sup> O registro em áudio da entrevista pode ser imediatamente acessado nos links: <https://podtail.com/en/podcast/estudos-classicos-em-dia/poesia-antiga-em-performance/> e [https://open.spotify.com/episode/41CD3ZVAezQO5RAgLHoXMG?si=ul2vHgcNQAYNAZVOE-CkoQ&dl\\_branch=1](https://open.spotify.com/episode/41CD3ZVAezQO5RAgLHoXMG?si=ul2vHgcNQAYNAZVOE-CkoQ&dl_branch=1). Acesso mais recente em 21/07/2021.

atravessada por uma poética do presente que ressignifica as poéticas gravadas no texto que ele tem diante de si.

É muito difícil nós termos uma experiência estética da lira do passado se nós vivemos no mundo da guitarra elétrica. A nossa noção do que é suave e do que é tenso é muito diferente do que poderia a de um grego, na Ática; é muito diferente do que poderia ser a de um romano. [...] A cada vez que estuda ou que se traduz um texto, ele ganha camadas de legibilidade para o público posterior.

Neste ponto, tem-se uma encruzilhada<sup>50</sup> entre a análise do discurso francesa e a teoria da narrativa, pois que se esta pressupõe a narrativa como categoria que designa um objeto, ainda que virtual, tendente – e apenas tendente – à uma quase autonomia, capaz de constituir sua própria organização interna, com mecanismos de *moto proprio*, para a análise do discurso, como se verifica, não há distinção entre texto e contexto, nem um dentro e um fora. Mas aqui, note-se bem, há uma espécie de ardil teórico: o analista do discurso é aquele que formula a seguinte pergunta: em que condições enunciativas se dão as possibilidades enunciativas de um certo enunciado? Distanciando-se da cena englobante, que inclui enunciador e enunciado, a análise discursiva diz que tudo é texto e tudo é contexto. Tudo é jogo. Mas, no final das contas, o que a AD opera é uma forma de derivação: o analista do discurso diz que o seu lugar discursivo é tópico, mas o que ele faz é criar para si mesmo um paratopos, um ângulo mais aberto, e confortável, diante do qual ele seria capaz de desmascarar qualquer cena englobante. E neste ponto, ele perde – claro, segundo uma perspectiva da própria teoria narrativa – a possibilidade de engajar-se no texto a partir das categorias narrativas. Para ele, por exemplo, não há possibilidade de o texto constituir um leitor-modelo, hipótese que seria absurda: todo leitor seria um leitor empírico. A AD pode até inclinar-se para o estudo da performance no ato enunciativo, mas não para o texto como comboio que tende à autonomia, como conjunto semicerrado. E é deste conjunto de que se precisa: ler as resoluções do Conselho de Direitos Humanos como conjunto, como presente no duplo sentido: aquele que instaura uma temporalidade presente permanente, para todo leitor que vier a ele, em 2021, em 2022, em 2023; aquele que oferece o registro grafado de um recontar eventos.

<sup>50</sup> O autor da tese pensou, também, em “bifurcação”, o que implicaria em uma separação de caminhos. Optou-se pela “encruzilhada”, que não só permite o compartilhamento de perspectivas como também evoca a ordem do sacramental e do profano, a possibilidade da mistura e da composição de uma ordem singular.

Esta encruzilhada indica, ainda, que há diferença entre a história do contador de histórias (*Erzähler*) e a narrativa, uma diferença de objeto e de aproximação. Mas de que há, sobretudo, diferença na forma de traduzir certos sentimentos comuns: a promessa e a resistência à promessa. Para retomar a leitura que Giorgio Agamben (2016, p. 85-86) faz do primeiro verso da Carta de São Paulo, *o tempo que resta*: um tempo marcado pela permanência, pela eternidade, pelo vindouro, invocado por meio de um chamado:

Podemos, então, propor uma primeira definição do tempo messiânico: ele é *o tempo que o tempo leva para acabar* – ou, mais exatamente, o tempo que empregamos para fazer acabar, para concluir a nossa representação do tempo. Ele não é nem a linha – representável mas impensável – do tempo cronológico nem o instante – igualmente impensável – do seu fim; mas não é tampouco simplesmente um segmento extraído do tempo cronológico, que vai da ressurreição ao fim do tempo: é, antes, o tempo operativo que urge no tempo cronológico e o trabalha e transforma a partir do interior, tempo do qual precisamos para fazer findar o tempo – nesse sentido: *tempo que nos resta*. Enquanto a nossa representação do tempo cronológico, como tempo *no qual* estamos, nos separa de nós mesmos, transformando-nos, por assim dizer, em espectadores impotentes de nós mesmos – espectadores que olham sem tempo o tempo que escapa, o seu incessante faltar a si mesmos –, o tempo messiânico, como tempo operativo, no qual apreendemos e realizamos a nossa representação do tempo, é o tempo *que* nós mesmos somos – e, por isso, o único tempo real, o único tempo que tempos. Precisamente porque se constrói nesse tempo operativo, a *klēsis* messiânica pode ter a forma do *como não*, da revocação incessante de toda vocação.

Se Vladimir Putin, apesar de tudo, realiza o modelo do contador de histórias e veicula uma promessa de Rússia tradicional, os textos produzidos pelas Nações Unidas mobilizam outra forma de instalar a promessa: a forma da narrativa grafada, que recorre à grafia, à oficialidade, à legalidade, à permanência dos seus enunciados, como forma de consagração dos valores que ela mesma recupera e, a seu modo, instaura. Nesse ponto, a sua atividade normativa é preclara, é capaz de evidenciar a sua normatividade em um duplo sentido. No plano de cima, de que os direitos por ela recuperados são por ela tidos como autoevidentes; no plano de baixo, ou de fundo, de que o seu gesto normativo ao acontecer anuncia a sua própria normatividade, indica, e no limite instala, os seus fundamentos de validade.

Tal distanciamento entre a contação de história e a narrativa não é só diferença: a primazia pela localidade ou o apreço pela universalidade podem ser veiculados tanto pelo contador como pelo texto grafado. Distância não significa ruptura, uma vez que o imaginário é igualmente compartilhado. Assim, a defesa

presencial de Vladimir Putin compartilha, em alguma medida, da defesa feita pela Rússia na Resolução do Conselho de Direitos Humanos 21/3<sup>51</sup>, de que já se tratou. Esse compartilhamento reabre duas dimensões normativas importantes: aquela da cena internacional, em que a *accountability* opera como um mecanismo de regulação das expectativas dos estados soberanos; e aquela tensão no interior da norma, em que a pressão externa prevalente – neste caso, da ordem internacional materializada pelos órgãos das Nações Unidas – introjeta dentro da norma uma promessa alienígena que pode ser radicalmente contrária ao imaginário local. Assim, uma resolução que verse sobre a universalidade da liberdade e da significação dos corpos parecerá à Rússia de Vladimir Putin não só alienígena, mas uma antinomia que confronta uma promessa local localmente tomada como incontornável.

Ocorre, porém, que se a oralidade grava a promessa na memória local e favorece a constituição de múltiplas memórias singulares, o seu tempo está fadado a esgotar-se com a performance, renovando-se permanentemente. A grafia, por sua vez, instaura com a promessa um *tempo que resta*, um tempo presente que embaralha todos os demais, pretérito e futuro, unificando-os no presente<sup>52</sup>. E alavancada pela norma, pelo gesto do comando, pela operação do *funtor* – aquela que converte fatos do mundo em fatos normativos da prescrição, da proibição e da permissão – a história narrada, gravada, ganha outro corpo: corpo no mundo, anuncia-se forma e conteúdo de intervenção no mesmo mundo.

---

<sup>51</sup> A resolução pode ser consultada, no contexto da 36a reunião do CDH, nas páginas 26 e 27 deste link: <https://undocs.org/A/67/53/Add.1>

<sup>52</sup> A esse respeito, Giorgio Agamben (2017, p. 84) refere-se à noção de *tempo operativo*, de Gustave Guillaume: “Guillaume define como “tempo operativo” o tempo que a mente emprega para realizar uma imagem-tempo. Agora um exame atento dos fenômenos da linguagem mostra que as línguas organizam os seus sistemas verbais não segundo o esquema linear precedente – pobre, porque demasiadamente perfeito –, mas através da referência da imagem construída no tempo operativo da sua construção. Guillaume pode, assim, complicar a representação cronológica do tempo projetando sobre ela a representação do processo de formação da imagem-tempo, obtendo uma nova representação – não mais linear, mas tridimensional – que é aquela do tempo cronogenético. O esquema da cronogênese permite, assim, apreender a imagem-tempo no seu estado puramente potencial (tempo *in posse*), no processo da sua formação (tempo *in fieri*) e, por fim, no estado construído (tempo *in esse*), dando conta, segundo um modelo unitário, de todas as formas verbais da língua (aspectos, modos e tempos em sentido estrito).”

## 2. RESOLUÇÕES E RELATÓRIOS DAS NAÇÕES UNIDAS ENTRE 2011 E 2012

O tempo é regente e é regido pelas circunstâncias. Assim foi com a explosão ensurdecadora no cais de Beirute, assim foi com o silêncio nos distritos desolados de Damasco, assim foi com o gesto incendiário de Tarek el-Tayeb Mohamed Bouazizi (طارق الطيب محمد البوعزيزي), o comerciante tunisiano de 26 anos que, em 17 de dezembro de 2010, diante de um prédio do governo local, colocou fogo no próprio corpo.

O protesto inscrito no corpo de Bouazizi rapidamente consumiu as redes sociais, tomou as ruas da capital Túnis e, nas semanas e meses seguintes, incendiou países inteiros do mundo árabe, sobretudo aqueles situados ao norte da África, do Magreb até o Oriente Médio. Fortes manifestações se espalharam pelas ruas de Marrocos, Argélia, Sudão, Líbano, Jordânia, Oman, Kuwait, Arábia Saudita, Djibouti, Mauritânia, Palestina, Iraque e Irã. Na Líbia, no Egito, no Iêmen, no Bahrein e na Síria, o processo de insurgências levou ao enfrentamento direto com o governo local e, em certos casos, à mudança de regime. Os historiadores e cientistas políticos não tiveram tempo de se reunir para estabelecer um nome comum para esses eventos, que logo circularam na internet sob o signo de ‘Primavera Árabe’.

Quem medita sobre a ordem, o sentido e a progressão dos protestos nesses países, logo é tentado a ver neles um tipo de efeito-dominó, como se os acontecimentos de um lugar transbordassem para o vizinho, e assim sucessivamente. Essa metáfora é sedutora porque, de fato, a linha de países atingidos pelos protestos forma um eixo horizontal, uma linha levemente curvada que se estendeu do noroeste africano, como um arco, até o Irã.

Se por um lado o arco geográfico que provoca a metáfora do efeito-dominó responde ao olhar atento para as repercussões pós-coloniais, de maneira bem afinada com a leitura crítica daquilo que a Europa fez com a África e o Oriente Médio, por outro lado esse mesmo traçado reduz, quando não sequestra, as possibilidades de leitura das circunstâncias políticas internas da Tunísia, da Líbia, do Egito, da Síria, do Iraque, e dos demais. Aliás, Tunísia, Líbia, Síria, Egito e Iraque merecem ser mencionados em ordem de preferência porque, afinal, marcam o encadeamento, rápido e misturado, de protestos havidos na virada de 2010 para 2011.

Assim, nada custa assinalar que, embora “Primavera Árabe” soe como designação adequada para os fenômenos havidos, de 2011 em diante, no mundo



árabe, embora haja elementos comuns, tais como a insurgência diante de regimes autocráticos, da desigualdade social multifacetada, essa semelhança e essa designação atendem, antes de tudo, à trama e à operação de dispositivos discursivos<sup>53</sup> externos ao mundo árabe e que, no fim das contas, servem mais como forma de organização de uma certa visão autodenominada ocidental sobre um repertório de fatos que ela reputa oriental do que como repertório produzido pelos locais.

A rigor, em cada um desses países abriram-se séries particulares de acontecimentos, dentre os quais se destaca a queda do governo líbio, em 2011 e, naquele mesmo ano, o início do conflito aberto entre o governo sírio de Bashar Al-Assad e grupos não identificados com os alauítas, grupo religioso e político que conforma um décimo da população síria e que, há décadas, está representado no poder pela dinastia de Assad.

Tais séries de acontecimentos nunca estiveram apartadas uma da outra. Afinal, fogo chama fogo. Contudo, algo que não se pode perder de vista: que esse fogo queimou combustão diferente na Líbia e na Síria, respectivamente, com a imediata imolação pública do presidente Muammar Kadafi e, dez anos depois, com a relativa estabilização das condições de governo de Assad, ainda que precárias.

---

<sup>53</sup> No texto *O que é um dispositivo*, Giorgio Agamben (2005) investiga os sentidos de 'dispositivo' tal como o termo é empregado por Michel Foucault em *Dits et Écrits* (1973), emprego bem sumariado neste trecho: "Qual é, no caso do termo 'dispositivo', este significado? Certamente o termo, no uso comum como no foucaultiano, parece se referir a disposição de uma série de práticas e de mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não-linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) com o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito." Ainda o mesmo texto, Agamben cita Foucault diretamente: "[...] Ce que j'appelle dispositif est un cas beaucoup plus general que l'epistème. Ou que plutôt l'epistème c'est un dispositif specialment discursif, a la difference du dispositif qui est lui, discursif et non discursif." (O que eu chamo de dispositivo é um caso um pouco mais geral que a episteme. Ou que, sobretudo, a episteme é um dispositivo especialmente discursivo, com a diferença de que dispositivo que pode ser discursivo e não discursivo [tradução do autor da tese]). Também desse texto, pode-se sintetizar a proposta de Agamben: "Convido-os, portanto, a abandonar o contexto da filologia foucaultiana em que nos movemos até agora e a situar os dispositivos em um novo contexto. Proponho-lhes nada menos que uma geral e maciça divisão do existente em dois grandes grupos ou classes: de um lado os seres vivos (ou as substâncias) e de outro os dispositivos nos quais estes estão incessantemente capturados. De um lado, ou seja, para retomar a terminologia dos teólogos, a ontologia das criaturas e de outro a *oikonomia* dos dispositivos que tratam de governá-las e guiá-las para o bem." No cotejo da leitura de Agamben, que lê Foucault, contrastando os fragmentos que Agamben dispôs, pode-se falar em 'dispositivo discursivo' como espécie para o controle do mundo dos vivos, mas de fora dele. Essa não é, por si só, uma contradição com as preocupações de Foucault, especialmente em *Defesa da Sociedade*: a noção de governabilidade se prevalece desse olhar para o dispositivo como um mecanismo que arregimenta a vida. Ocorre que, porém, de fora dela. Roberto Esposito (2016) projeta uma estrutura dual semelhante a essa em *As pessoas e as coisas*, e localiza a fundação da sua dualidade na separação, pelo direito romano, entre *res* e *persona*.

Dito isso, pode-se traçar o seguinte esquema inicial: “Primavera Árabe” é denominação do momento, mas pertinente, dada a uma sucessão de insurgências havidas nos países árabes do norte africano até o Oriente Médio. Diante dela, duas leituras ressaltam: aquela mais corrente, que vê na Primavera Árabe a marca da unidade do processo histórico e que, portanto, trata-a como um efeito-dominó; outra leitura que, por sua vez, trata do mesmo fenômeno como um conjunto de insurgências que responderam a processos e necessidades internas a cada grupo social. Estabelecidas essas linhas de leitura, para uma proposta inicial de trabalho, não exagera quem assume a hipótese de que ambas podem ser conciliadas, desde que investigadas as suas dinâmicas internas, as suas motivações, as suas formas – inclusive as suas formas textuais – no mundo.

O enfoque exagerado sobre a Primavera Árabe pode produzir outro sequestro ou defeito de leitura, que é o de tomar o conjunto dos seus acontecimentos como platô inicial para os conflitos havidos no Oriente Médio. O traçado da sua unidade fenomênica – no fundo, uma unidade normativa, porque baseada nos artifícios do discurso do que *deve ser nomeado como tal* e, no registro documental, baseada nos artifícios da narrativa que contou aqueles eventos – deve ser integrado a um conjunto aberto de séries abertas (a repetição aqui, além de proposital, é necessária) de outros conflitos. Conflitos passados, como os ataques do 11 de setembro de 2001 e a imediata (ênfatize-se: sem mediações) invasão do Iraque. Conflitos contemporâneos, como o fortalecimento dos regimes autocráticos baseados na economia do petróleo no contexto da crise econômica de 2008. Conflitos futuros, como a articulação do Estado Islâmico em regiões estratégicas do Iraque e da Síria, fragilizados pelos mesmos eventos que confluíram para, com e da Primavera Árabe.

Na Primavera Árabe, portanto, o tempo operou uma extraordinária, múltipla e incontrolável sucessão de circunstâncias. O tempo operou – será possível pensar sem metáforas? – com todas as propriedades do fogo: capaz de consumir, de se alastrar, de repetir-se, de queimar diferentemente em lugares diferentes, fazendo da repetição e da diferença elementos da sua arte. O tempo sucedeu-se, sobrepôs-se e permitiu aos acontecimentos, numa velocidade inaudita, a inscrição da sua violência nos espaços de sua habitação e desalojamento. O tempo realizou no espaço a sua transformação.

A par desse tempo de fogo, há outro. O tempo dos corredores de mármore, dos pés-direitos altos, dos auditórios espaçosos do Palácio das Nações em Genebra, quartel-general das Nações Unidas, em cujas salas os relatórios, resoluções e convenções internacionais são redigidos. Onde o signo da ordem internacional rege a escrita dos seus textos e a etiqueta dos seus atores. Onde, afinal, os acontecimentos de lugares distantes, exóticos até, de um certo Oriente, ingressam mornos e são incorporados com alguma frieza. Há um abismo entre as circunstâncias de um bombardeio em Aleppo e aquelas que tratam de um relatório do Mecanismo Internacional, Imparcial e Independente sobre a Síria, cuja sede está baseada no prédio Winston Churchill, em Genebra. É certo, também, que o Mecanismo conta com agentes capazes de entrar e sair da Síria e que, portanto, servem como mensageiros, portadores, elementos da transição entre espaços distintos. Apesar da frágil ligação entre essas duas localidades, que projeta sobre agentes diplomáticos uma igualmente frágil jurisdição pessoal protegida pela Convenção de Viena de 1961 e outras normas correlatas às imunidades e privilégios diplomáticos, ainda assim permanece um abismo entre o tempo que opera em Damasco e o tempo que opera em Genebra. As suas dinâmicas internas são tão diferentes entre si, conflagram circunstâncias tão distintas, que o recurso lógico da comparação, porque exige um mínimo de identidade entre os objetos comparados, não pode acontecer sem ruídos prejudiciais à consecução do argumento lógico que define e aperfeiçoa a analogia. Nesses casos, apenas o uso da metáfora, como instância da linguagem e do discurso capaz de captar o real como Ser, constituindo-o, oferece janelas de acesso entre Damasco e Genebra. Tais janelas da imagem não ingressam no mundo sem corpo: são signo, texto, linguagem, fala, discurso, narrativa.

Assim é que o presente capítulo se propõe realizar um primeiro apanhado dos textos produzidos em Genebra sobre a mudança de regime no Oriente Médio, para dar a síntese da abordagem desses fatos pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, colocando-a em cotejo com outras abordagens de relevo, tais como as resoluções do Conselho de Segurança havidas então.

## 2.1. MUDANÇA DE REGIME NO ORIENTE MÉDIO

### 2.1.1. Textos do Conselho de Direitos Humanos

O Conselho de Direitos Humanos se reúne três vezes ao ano para encontros que duram aproximadamente três semanas. Tais encontros obedecem a uma agenda previamente disputada que pode ser distribuída em duas linhas: de um lado, as reuniões do Conselho, frequentadas pelos 47 países que o constituem, bem como atores da sociedade civil convidados e inscritos; a realização de reuniões paralelas, que ocorrem sincrônica ou diacronicamente, com recortes mais específicos: populações indígenas sujeitas à exploração em minas da América do Sul, negócios e direitos humanos, distribuição geográfica da água e seu uso, entre outros.

Junto ao CDH, operam mecanismos independentes de investigação de violações de direitos humanos, atualmente, dedicados aos seguintes países: Líbia, Venezuela, Myanmar, Iêmen, Burundi, Síria, Sudão do Sul, e a região Kasaï (ao sul do Congo).<sup>54</sup> Em 2011, porém, ano de catalisação da Primavera Árabe, os mecanismos em operação cobriam apenas a Palestina, a Líbia, a Costa do Marfim e a Síria, cujo conflito começou naquele mesmo ano.

Em 2011, o CDH reuniu-se de 28 fevereiro a 25 de março (16ª sessão), de 30 de maio a 17 de junho (17ª sessão) e de 12 a 30 de setembro (18ª sessão). As resoluções, decisões e *statements*<sup>55</sup> produzidos nessas três seções foram registradas nos relatórios A/HCR/16<sup>56</sup>, A/HCR/17 e A/HCR/18. No primeiro deles consta a Resolução 16/19, de 24 de março de 2011, que aborda a movimentação havida na Tunísia:

1. Salutes the courage of the people of Tunisia and strongly supports the efforts of the transitional Government towards a swift and peaceful **political transition** and the **full realization** of human rights;
2. Takes note of the assessment mission of the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights to Tunisia and its report, as well as the decision, upon the invitation extended by the transitional Government, **to set up a country office** of the Office of the High Commissioner in Tunisia;

<sup>54</sup> A lista de mecanismos pode ser conferida, atualizada, no seguinte link, que foi acessado, mais recentemente, em 20.08.2020: <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/Pages/ListHRCMandat.aspx>

<sup>55</sup> Declarações oficiais, com forte caráter diretivo.

<sup>56</sup> O acesso mais fácil aos relatórios de cada sessão do CDH pode ser realizado pelo link <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/SP/Pages/AnnualreportsHRC.aspx>. A fim de não carregar as notas de rodapé com frequente remissão ao endereço eletrônico de tais relatórios, propõe-se mencionar apenas o número de ordem dos mesmos.

3. Encourages the transitional Government to continue to implement the **recommendations**, contained in the mission report, that it has accepted, with the support of the Office of the High Commissioner;
4. Also encourages the transitional Government to continue its efforts to ensure **accountability** for human rights violations;
5. Invites all parts of the United Nations system, including the Office of the High Commissioner and Member States, to assist the **transitional process** in Tunisia, including by supporting the mobilization of resources to tackle the economic and social challenges faced by Tunisia, in coordination with and according to the priorities set by the Government of Tunisia;
6. Commends the Tunisian people for the solidarity shown to refugees and the assistance extended to them;
7. Invites the High Commissioner to continue to cooperate with the Government of Tunisia on the matter.

(Grifos acrescidos)

Em um curtíssimo espaço de tempo, entrevê-se movimentação social, destinação e instalação de um escritório local, produção de relatórios sobre a Tunísia<sup>57</sup>, recomendações e o estímulo a um processo de transição que, entre outros fins, assegure a *accountability* pela violação de direitos humanos. Considerando, de pronto, o potencial semântico da palavra ‘accountability’, deixa-se propositadamente de traduzi-la, para tratar das implicações específicas do verbete no decorrer desta tese. A par disso, assinala-se que não há, no mesmo ano, outra resolução sobre a Tunísia.

De outra parte, segundo o mesmo relatório A/HCR/18, em 25 de fevereiro de 2011, o CDH aprovou, na resolução S-15/11 sobre a situação na Líbia, o seguinte dispositivo:

1. **Expresses deep concern** with the situation in Libya and **strongly condemns** the recent gross and systematic human rights violations committed in that country, including the indiscriminate **armed attacks against civilians, extrajudicial killings, arbitrary arrests, detention and torture** of peaceful demonstrators, some of which may also amount to crimes against humanity;
2. Strongly calls upon the Government of Libya **to meet its responsibility to protect** its population, to immediately put an end to all human rights violations, to stop any attacks against civilians and to respect fully all human rights and fundamental freedoms, including freedom of expression and freedom of assembly;
3. Also strongly calls upon the Government of Libya to **immediately release all arbitrarily detained persons**, including those who were detained before the recent events, as well as to immediately cease intimidation, persecution and arbitrary arrests of individuals, including lawyers, human rights defenders and journalists;

<sup>57</sup> São os documentos de numeração A/HRC/16/52/Add.1, A/HRC/16/44/Add.1, A/HRC/16/NGO/122, A/HRC/16/51/Add.1, A/HRC/16/51/Add.2, no link <https://www.ohchr.org/en/countries/menaregion/pages/tnindex.aspx>

4. Urges the Libyan authorities to ensure the safety of all civilians, including citizens of third countries, **to refrain from any reprisals against people who have taken part in the demonstrations**, to facilitate the departure of those foreign nationals wishing to leave the country and to allow the provision of urgent humanitarian assistance to those in need;
  5. Also urges the Libyan authorities to immediately **cease the blocking of public access to the Internet and to telecommunications networks**;
  6. Further urges the Libyan authorities to **respect the popular will, aspirations and demands** of its people and to make their utmost effort to prevent further deterioration of the crisis and to promote a peaceful solution ensuring safety for all civilians and stability for the country;
  7. Recalls the **importance of accountability** and the need to **fight against impunity** and in this regard, stresses the need to **hold to account those responsible** for attacks in Libya, including by forces under Government control, on civilians;
  8. Urgently calls for an open, inclusive, meaningful and national dialogue aimed at **systemic changes** responding to the will of the Libyan people and at the promotion and protection of their human rights;
  9. Reminds the Government of Libya to respect its commitment as a **State Member of the Human Rights Council** to uphold the highest standards in the promotion and protection of human rights and to cooperate fully with the Council and its special procedures;
  10. Calls on the Libyan authorities to guarantee access to human rights and humanitarian organizations, including human rights monitors;
  11. Decides to urgently dispatch an **independent, international commission of inquiry**, to be appointed by the President of the Human Rights Council, to investigate all alleged violations of international human rights law in Libya, to establish the facts and circumstances of such violations and of the crimes perpetrated, and, where possible to identify those responsible, to make recommendations, in particular, on **accountability measures**, all with a view to ensuring that those individuals responsible are held accountable, and to report to the Council at its seventeenth session, and calls upon the Libyan authorities to fully cooperate with the commission;
  12. Requests the Secretary-General and the High Commissioner to provide all the administrative, technical and logistical assistance required to enable the above-mentioned commission of inquiry to fulfil its mandate;
  13. Requests the High Commissioner to **provide an oral update on the human rights situation** in Libya to the Human Rights Council at its sixteenth session, and to submit a follow-up report to the Council at its seventeenth session, as well as to organize an interactive dialogue on the human rights situation in Libya during the seventeenth session;
  14. **Recommends that the General Assembly**, in view of the gross and systematic violations of human rights committed by the Libyan authorities, consider applying the measures foreseen by the Assembly in paragraph 8 of its resolution 60/251;
  15. Decides to remain seized of the matter.
- (Grifos acrescidos)

Note-se que o tom e a altura de locução do CDH mudaram sensivelmente, se comparados os textos produzidos sobre a Tunísia e a Líbia, países que vivenciaram movimentações contemporâneas e situadas no mesmo contexto. Para o caso líbio, o Conselho procura atender, no dispositivo, à gravidade das violações relatadas no seu preâmbulo e que, incorporadas nos comandos do dispositivo, igualmente aparecem ao fim do documento. O registro da “preocupação profunda” e da “forte condenação”

dirigem-se à sistemática violação de direitos humanos, com ênfase para a persecução e execução arbitrárias e a supressão de direitos civis e políticos.

No documento, a noção de responsabilidade aparece com as seguintes variações: “**to meet its responsibility**”, “**importance of accountability**” e “**to hold to account those responsible**”. Tem-se aqui uma chave de leitura importante: a responsabilidade como dever, a importância da *accountability* – que abarca sentidos distintos: prestação de contas, transparência, assunção de responsabilidade – e, por fim, um feixe que reúne as duas para produzir ainda outro sentido, mais determinado, mais cerrado e de maior impacto: “**responsabilizar os responsáveis**”.

Ao verter do inglês para português a expressão “**to hold to account those responsible**” gera-se uma evidente redundância. Essa redundância, porém, não produz ruídos excessivos, ou seja, ao menos não atrapalha e nem interrompe a comunicação entre as línguas. Ao contrário, de forma peculiar e incidental, a tradução aqui produz uma redundância na língua portuguesa que, momentaneamente, reduz e estabiliza os seus sentidos. Entra-se no campo da responsabilidade como instituto jurídico, da responsabilidade que corresponde a uma pretensão.

Não se trata de saber, ainda, se a sua inclinação evoca regimes jurídicos compatíveis ao direito civil ou direito penal, tema que, sem dúvida, é da maior relevância e poderá encontrar repercussões significativas para a atuação tanto da Corte Internacional de Justiça quanto do Tribunal Penal Internacional, bem como de outros. Por ora, importa reconhecer que, em algum momento narrativo, isto é, do registro textual presente na Resolução S-15/19 do CDH, as duas expressões *responsibility* e *accountability*, como signos em rotação, evocaram a presença de sentidos variados e, mais importante, que, no mesmo texto, encontraram um feixe único de sentidos, mais estabilizado, mais forte.

Em 17 de junho de 2011, o CDH adotou a Resolução 17/17 (Situation of human rights in the Libyan Arab Jamahiriya), com o seguinte texto:

[...] Reaffirming that all States have an **obligation to protect** the rights to life, liberty and security of person,  
Expressing deep concern at the **killing of thousands** of civilians and the deterioration of the humanitarian situation,  
1. Unequivocally condemns the continuing deterioration of the human rights situation in Libya since February 2011, including ongoing gross and systematic human rights violations, in particular indiscriminate armed attacks against civilians, extrajudicial killings, enforced disappearances, arbitrary detention, torture and sexual violence against women and children, some of which may also amount to crimes against humanity;

2. Expresses deep concern at the ongoing arbitrary detention and killing of civilians, including human rights defenders, migrants and journalists, including foreign journalists;
  3. **Urgently reiterates** its call on the Libyan authorities made at the **special session of the Human Rights Council on 25 February 2011** to **immediately cease** all violations of human rights, to meet its responsibility to protect its population, to release all those arbitrarily detained and to ensure unimpeded humanitarian access without discrimination;
  4. Urges all parties concerned to **respect applicable international law**, in particular international human rights law and international humanitarian law;
  5. Urges the Libyan authorities to take immediate steps to ensure the safety of foreign nationals in Libya, including that of migrant workers and United Nations, international and diplomatic staff, as well as the protection of their property;
  6. Welcomes the work of the commission of inquiry and its recent visit, and urges all parties to ensure the implementation of the **recommendations** contained in its report;
  7. Urges the Libyan authorities to respect the **popular will, aspirations and demands** of its people and, in this context, reiterates its call for an open, inclusive and meaningful **national dialogue** aimed at systemic changes responding to the will of all Libyan people and at the promotion and protection of their human rights, including the creation of **credible and accountable mechanisms** for the Libyan people;
  8. Calls upon the Libyan authorities to cooperate fully with the commission of inquiry and with all international human rights bodies and mechanisms;
  9. Recalls the importance of **accountability, justice and the need to fight against impunity** and, in this regard, stresses the need to hold to account those responsible for violations of international human rights law and humanitarian law in Libya;
  10. Takes note of the steps taken by the **Prosecutor of the International Criminal Court**;
  11. Also takes note of the statements made by the Libyan National Transitional Council of its commitment to uphold international human rights law, and underlines the importance of implementing those statements;
  12. Encourages the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights to identify ways to increase its engagement with Libya, including through technical assistance;
  13. Takes note of the application of the measures described by the **General Assembly in paragraph 8 of its resolution 60/251**, and recalls its decision to review the matter as appropriate in the light of further developments;
  14. Decides to extend the mandate of the commission of inquiry established by the Human Rights Council in its **resolution S-15/1**, and requests the commission **to continue its work**, including through visits, and to provide an oral update to the Council at its eighteenth session, and a **final written report at its nineteenth session**;
  15. Requests the Secretary-General and the High Commissioner to continue to provide all administrative, technical and logistical assistance required to enable the commission of inquiry to fulfil its mandate;
  16. Expresses its determination **to ensure monitoring** of the human rights situation in Libya, and decides to remain seized of the matter.
- (Grifos acrescidos)

Essa segunda resolução do CDH sobre a Líbia reforça o tom e a altura da primeira, anteriormente comentada. Agora, porém, outros elementos são registrados pelo texto.



Em primeiro lugar, a contabilização de mortos (“the killing of thousands”) reforça o sentido de *accountability* como contagem, noção que é acompanhada pelo comando de criação de “credible and accountable mechanisms” para o povo líbio.

Em segundo lugar, a ideia de continuidade da monitoração pelo CDH, com seus mecanismos próprios, bem como de continuidade da própria redação de preâmbulos e soluções, em “to continue its work” e “final written report as its nineteenth session”. Nesse mesmo sentido, consolida a sua própria atividade quando remete às recomendações feitas por si ao governo líbio, bem como por seus atores mais próximos, o Alto Comissariado (“Encourages the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights to identify ways to increase its engagement with Libya”) e o Secretariado-Geral (“Requests the Secretary-General and the High Commissioner to continue to provide”).

Em terceiro lugar, igualmente importante, o CDH estabelece textualmente possíveis destinatários e interlocutores de sua narrativa: a Assembleia Geral das Nações Unidas (“General Assembly in paragraph 8 of its resolution 60/251”<sup>58</sup>) e o Tribunal Penal Internacional (“Takes note of the steps taken by the Prosecutor of the International Criminal Court”). Essas duas menções abrem espaço para: a tomada de sanções no âmbito da AGNU contra a Líbia, inclusive mediante mobilização dos mecanismos de defesa e intervenção previstos na Carta de 1945, por meio do Conselho de Segurança; a formação da *opinio delicti* pela Procuradoria do TPI, a fim de responsabilizar criminalmente os responsáveis pelo cometimento, na Líbia, dos crimes previstos no Estatuto de Roma de 1998.

Em 29 de abril de 2011, o CDH aprovou a seguinte resolução A/HRC/S-16-1 sobre o conflito na Síria:

1. **Unequivocally condemns** the use of **lethal violence** against **peaceful protesters** by the Syrian authorities and the **hindrance of access to medical treatment**, urges the Government of the Syrian Arab Republic to immediately put an end to all human rights violations, protect its population and respect fully all human rights and fundamental freedoms, including freedom of expression and freedom of assembly, and also urges the authorities to allow access to the Internet and telecommunications networks and **to lift censorship** on reporting, including by allowing appropriate access by foreign journalists;
2. Calls upon the Government of the Syrian Arab Republic to release immediately all prisoners of conscience and arbitrarily detained persons,

---

<sup>58</sup> Trata-se da resolução da AGNU que funda o Conselho de Direitos Humanos, disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/60/251>

- including those who were **detained before the recent events**, as well as to cease immediately any intimidation, persecution and arbitrary arrests of individuals, including lawyers, human rights defenders and journalists;
3. Urges the Syrian authorities to refrain from any reprisals against people who have taken part in peaceful demonstrations and to allow the provision of urgent assistance to those in need, including by guaranteeing appropriate access to human rights and humanitarian organizations;
  4. Stresses the need for the Syrian authorities to launch a **credible and impartial investigation**, in accordance with international standards, and to prosecute those responsible for attacks on peaceful protesters in the Syrian Arab Republic, including by forces under Government control;
  5. Urges the Syrian authorities to enlarge the scope of political participation aimed at ensuring civil liberties and enhancing social justice;
  6. Encourages relevant thematic special procedures mandate holders, within their respective mandates, to pay particular attention to the human rights situation in the Syrian Arab Republic, and urges the Syrian authorities to cooperate with these thematic mandate holders, including by allowing country visits;
  7. **Requests the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights to dispatch urgently a mission to the Syrian Arab Republic** to investigate all alleged violations of international human rights law and to establish the facts and circumstances of such violations and of the crimes perpetrated, with a view to **avoiding impunity** and **ensuring full accountability**, and to provide a preliminary report and oral update on the situation of human rights in the Syrian Arab Republic to the Human Rights Council at its **seventeenth session**, and to submit a follow-up report to the Council at its **eighteenth session**, and also requests the High Commissioner to organize an interactive dialogue on the situation of human rights in the Syrian Arab Republic during the eighteenth session of the Council;
  8. Calls upon the Government of the Syrian Arab Republic to cooperate fully with and grant access to personnel from the mission dispatched by the Office of the High Commissioner;
  9. Requests the Secretary-General and the High Commissioner to provide all the administrative, technical and logistical assistance required to enable the mission to fulfil its mandate;
  10. Decides to remain seized of the matter.
- (Grifos acrescidos)

O trecho transcrito tem tom semelhante à primeira resolução de 2011 sobre a Síria, isto é, procura alcançar a gravidade dos eventos. Neste caso, ressalta o uso da expressão “**lethal violence against peaceful protesters**”, que dá os contornos muito nítidos da diferença de forças e, portanto, também a extensão das respostas repressivas, entre o governo local e os manifestantes. Ainda aqui, o CDH requisita ao Alto Comissariado que despache uma missão à Síria, para tomar pé dos acontecimentos. Em 23 de agosto de 2011, na Resolução A/HRC/RES/S-17/1, os comandos do dispositivo serão replicados, com maior ênfase, em nova determinação para estabelecer-se missão na Síria:

[...] 2. Welcomes the publication of the report of the fact-finding mission dispatched by the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights pursuant to Human Rights Council **resolution S-16/1**, A/HRC/18/53 and expresses profound concern about its findings, including that there were

**patterns of human rights violations that may amount** to crimes against humanity; [...]

10. Reinforces its call upon the Syrian authorities to cooperate fully with the Office of the High Commissioner and Human Rights Council mechanisms, and expresses its **deep regret over the non-compliance by the Syrian authorities** with Council resolution S-16/1 and the **non-cooperation** with the **Office's fact-finding mission**;

11. Encourages relevant thematic special procedures mandate holders, within their respective mandates, to continue to pay particular attention to the situation of human rights in the Syrian Arab Republic, and urges the Syrian authorities to cooperate with those mandate holders, including by allowing country visits;

12. Stresses the need for an **international, transparent, independent and prompt investigation** into violations of international law, including international human rights law, and **to hold those responsible to account**;

13. **Decides to dispatch urgently an independent international commission of inquiry, to be appointed by the President of the Human Rights Council**, to investigate all alleged violations of international human rights law since March 2011 in the Syrian Arab Republic, **to establish the facts and circumstances that may amount** to such violations and of the crimes perpetrated and, where possible, **to identify those responsible** with a view to ensuring that perpetrators of violations, including those that may constitute crimes against humanity, are **held accountable**;

(Grifos acrescidos)

Na resolução que se seguiu, pela primeira vez o CDH indicou a transgressão de um comando anterior, em “**deep regret over the non-compliance by the Syrian authorities with Council resolution S-16/1 and the non-cooperation with the Office's fact-finding mission**”. Trata-se, portanto, da eleição do comando redigido pelo próprio CDH como parâmetro do que bem se poderia chamar, aqui, de controle de licitude dos atos realizados pelo sujeito de direito de que se trata, a Síria. Por sua vez, como se verá no segundo capítulo, este é um tema que põe a questão de saber, ou definir, o grau de normatividade das resoluções do CDH, sua autoridade jurídica, seus mecanismos de sanção, seu lugar, como expressão narrativa, isto é, como um contar eventos, no discurso geral que caracteriza a sua maneira de apreender os fenômenos havidos na Primavera Árabe.

Além disso, uma variação do sentido quantitativo de *accountability* aparece, pela primeira vez, nesses textos, acompanhada da também menção a padrões de violação de direitos humanos: “**patterns of human rights violations that may amount to crimes against humanity**” (Grifos acrescidos). Um dos sentidos fortes de “**may amount**”, para traduzir-se como “pode contar como crimes contra a humanidade”, “pode totalizar crimes contra a humanidade”, “pode assomar como crimes contra a humanidade”. As variações, no verter para o português, são essas e são imprecisas. Não obstante, a expressão “pode contar como” resta como a mais adequada, porque

respeita o sentido da ação de contagem, vinculando-a ao contexto semântico que vem sendo tecido pelo uso de *accountability*.

No trecho, pela primeira vez o CDH menciona “Stresses the need for an international, transparent, independent and prompt investigation”, complementada com o comando “Decides to dispatch urgently an independent international commission of inquiry, to be appointed by the President of the Human Rights Council”. Tal comando resultou na criação da comissão ainda vigente, *Independent International Commission of Inquiry on the Syrian Arab Republic*. Entre as atribuições destinadas a essa comissão, estão as variações do uso de *accountability*, novamente empregadas como forma de reforço dos sentidos de prestação de contas, contagem e responsabilização, respectivamente: “to hold those responsible to account”, “to establish the facts and circumstances that may amount”, “to identify those responsible”, “held accountable”.

Em síntese, esses são os textos iniciais redigidos pelo CDH sobre violações de direitos humanos decorrentes do enfrentamento direto entre civis e os governos líbio e sírio no contexto da Primavera Árabe em 2011. Trata-se, até então, de um recorte geopolítico específico, mas de aguda complexidade, porque de todo modo os movimentos de protesto e insurgência locais estão relacionados ao contexto mais amplo das manifestações nos países árabes do norte africano e do Oriente Médio. Além dele, há um recorte ainda mais apertado: o recorte temporal, que procura flagrar os primeiros meses de movimentação naqueles dois países, a rigor, de dezembro de 2010 a agosto de 2011, quando instalada a Comissão de Investigação Independente para a Síria.

Antes de prosseguir, vale a pena fazer o seguinte registro: que essa limitação espacial e essa limitação temporal têm por consequência necessária uma terceira, qual seja, o recorte muito específico dos documentos analisados até então, isto é, dois relatórios sobre a Líbia e dois relatórios sobre a Síria, além daquele primeiro, em tom mais leve, pelas circunstâncias menos impositivo, destinado à Tunísia. Tal recorte pode parecer, a um primeiro olhar, excessivo. Afinal, não se teria mais do que dez páginas de texto, produzidas pelo CDH sob o rito das resoluções, destinadas a esses três expoentes da Primavera Árabe. No entanto, é hipótese desta tese que essas poucas páginas condensam os elementos mais importantes das narrativas de Genebra sobre a Primavera Árabe: a estabilização e consolidação dos sentidos da

*accountability*, e temas correlatos, no quadro mais amplo da responsabilidade internacional e da produção de uma narrativa maior sobre o Oriente.

O repertório de tópicos tratados nessas resoluções não é preenchido espontaneamente. Assim como a redação dos textos do CDH, a constituição do seu repertório depende da interação constante de atores mais de relevo no CDH, tais como o Alto Comissariado, a Assembleia Geral da ONU e, por fim, as comissões independentes de investigação. Dentre essas comissões, ressalta aquela criada pela Resolução A/HRC/S-17/1: *Independent International Commission of Inquiry on the Syrian Arab Republic*. Essa comissão, assim como as demais, será tratada mais detalhadamente no terceiro capítulo desta tese, um capítulo destinado a falar sobre os atores do CDH. Por enquanto, com o *corpus* inicial limitado à Líbia e à Síria do ano de 2011, é hora de consultar as resoluções produzidas que o Conselho de Segurança produziu sobre aqueles acontecimentos.

### 2.1.2. Textos do Conselho de Segurança

Em 26 de fevereiro de 2011, o Conselho de Segurança aprovou a resolução S/RES/1970 (2011)<sup>59</sup>, cujo preâmbulo condena severamente a repressão praticada pelo estado líbio contra os manifestantes locais, bem como prescreve uma série de comandos destinados à Líbia e aos demais países-membros da ONU. Por isso, há mandamentos de efeitos *inter partes*, cujos dispositivos se dirigem exclusivamente ao Estado Líbio, e há mandamentos de efeitos *erga omnes*, dirigidos a todos os demais atores internacionais e nacionais.

Tais comandos são abrangentes e visam criar condições de contenção da escalada de violência havida na Líbia até então. Dentre essas medidas, ressaltam: o reconhecimento da sistemática violação de direitos humanos; a comunicação à Procuradoria do Tribunal Penal Internacional; o embargo à importação e exportação de armamentos pela Líbia, a proibição de viagem ao exterior para os agentes listados na mesma resolução, dentre os quais o então presidente Muammar Kadafi; o congelamento de ativos financeiros; definição do comitê de investigação; comandos

---

<sup>59</sup> O caminho direto e atualizado para as resoluções produzidas pelo CSNU em 2011 é o seguinte: <https://www.un.org/securitycouncil/content/resolutions-adopted-security-council-2011>

para assistência humanitária; compromisso de acompanhamento e revisão permanente das medidas tomadas pelo CSNU na mesma resolução.

Nessa resolução, a noção de *accountability* como responsabilidade aparece apenas uma vez, não no dispositivo, mas no preâmbulo, conjugada com a noção de responsabilidade como dever. Em seguida, a indicação preambular à chamada feita ao TPI evoca a responsabilidade penal que, neste caso, é repetida posteriormente nos dispositivos da mesma resolução já mencionados.

**Recalling the Libyan authorities' responsibility** to protect its population,  
Underlining the need to respect the freedoms of peaceful assembly and  
of expression, including freedom of the media,  
Stressing the need **to hold to account those responsible** for attacks,  
including by forces under their control, on civilians,  
Recalling article 16 of the Rome Statute under which no investigation  
or prosecution may be commenced or proceeded with by the  
**International Criminal Court** for a period of 12 months after a Security  
Council request to that effect,  
(Grifos acrescidos)

Diferentemente do que ocorre no CDH, nas mãos do Conselho de Segurança a *accountability* e a responsabilidade internacional atribuídas à Líbia são textualmente registradas apenas no preâmbulo de sua resolução. Pode-se argumentar, diante disso, que os institutos e dimensões da responsabilidade internacional operam papéis distintos dentro da ordem internacional e essa distinção aplica-se também ao papel que os diferentes atores - neste caso, o CDH e o CSNU - desempenham. Pode-se cogitar, de saída, que nas resoluções do CDH a responsabilidade e a *accountability* precisam de força imperativa, porque as próprias resoluções do CDH são *soft norms*. E que, por outro lado, nas resoluções do CSNU a responsabilidade e a *accountability* não precisam da mesma força, porque as suas resoluções, por regra, já têm força imperativa.

Aceitas essas premissas, pode-se pensar ainda que esses institutos jurídicos atraem regimes<sup>60</sup> específicos de linguagem, adaptáveis a cada contexto, que

---

<sup>60</sup> Pelo uso da palavra 'regime' neste contexto, designa-se um conjunto de regras que estabelecem uma determinada maneira de enredar-se na linguagem e se designa também uma certa atração que um conceito, que uma imagem ou instituto jurídico produzem sobre aquilo que está no seu entorno. No ordenamento jurídico, esse é um fenômeno facilmente visível: um fato do mundo, como a transgressão de uma regra civil de dimensão internacional, atrai um regime específico de normas e de sanções. Assim também ocorre com a linguagem: o que esta tese procura desenvolver, em certa medida, é como o uso da *accountability* produz como que uma curvatura de dimensão narrativa (dentro do texto, a partir de efeitos sintáticos e semânticos) e de dimensão discursiva (ou seja, o modo pelo qual o seu uso dirige

trabalham com a regulação mais forte ou menos forte da intensidade de sentidos de responsabilidade e *accountability*. O que significaria admitir, também, uma mudança quantitativa, correspondente ao número de aparições dessa responsabilidade, como uma mudança qualitativa, relativa à sua força normativa e ao seu regime de efeitos, jurídicos e políticos, dentre os quais estão as variadas formas de sanção para cada transgressão internacional cometida. Tais medidas, quantitativa e qualitativa, devem ser conferidas conforme as resoluções vão, uma após outra, somando-se, compondo o quadro geral de leitura do CDH sobre a Primavera Árabe.

Em 17 de março de 2011, o Conselho de Segurança publicou a Resolução S/RES/1973 (2011), em que impôs restrições ainda mais severas ao governo líbio: proibição de voo no espaço aéreo líbio; reforço dos embargos às armas, impostos na S/RES/1970 (2011); determinação aos demais países-membros da ONU para que neguem autorização de voo às aeronaves do governo líbio, com exceções emergenciais; reforço do congelamento de ativos financeiros; imposição de restrição de viagem a outros agentes vinculados ao governo líbio; determinação de um painel de *experts*, destinado a informar o CDH acerca dos acontecimentos na Líbia.

Nessa Resolução S/RES/1973 (2011), a noção de *accountability* aparece apenas uma vez, na forma do seu radical morfológico ‘account’, que desempenha função sintática de complemento (de locução) verbal:

Recalling its decision to refer the situation in the Libyan Arab Jamahiriya since 15 February 2011 to the Prosecutor of the International Criminal Court, and stressing that those responsible for or complicit in attacks targeting the civilian population, including aerial and naval attacks, **must be held to account**,  
(Grifos acrescidos)

Novamente, como nas resoluções de 2011 do CDH e na resolução S/RES/1970 do CSNU, o uso de *accountability* é destinado à responsabilização internacional de indivíduos. Esse uso reiterado como que sedimenta certo alinhamento direto entre o CDH e o TPI, o CSNU e o TPI, e indireto, entre o CDH e o CSNU. Os significados da *accountability* pairam em um espaço paradiscursivo, como que ficam no ar, e servem de catalisadores para a escrita de suas resoluções.

---

a apreensão dos fenômenos em questão). O signo, nesse caso, ganha tal ascendência, tal força, que estabelece com os demais uma força gravitacional e, a flagrar no texto, relações de orbitação.

O seu emprego literário, por assim dizer, é diferente: se nos textos do CDH as aparições enunciativas da *accountability* são variadas, mais frequentes e constitutivas dos seus dispositivos, dos seus comandos normativos, é que, sem gozar de um forte regime de sanções, ela deve instaurar a sua própria força normativa.

Quanto menor a força de sanção, mais tinta é preciso dar à *accountability*, repetindo-a, variando as suas aparições morfossintáticas, multiplicando e estabilizando, estrategicamente, os seus sentidos.

De outro lado, no espaço do CSNU, evocam-se os dispositivos da Carta de São Francisco, seu regime de sanções, mecanismo que constitui outro plano da linguagem. No CSNU, se essas técnicas, a da sedimentação pela repetição e a das sanções, fossem sobrepostas, ambas perderiam em nitidez e força, porque nele a sanção tem uma autonomia sem par, uma vez que o CSNU é vocacionado, segundo o mandamento da Carta de São Francisco, para a sanção. É antes a combinação estratégica das aparições raras e preambulares da *accountability* com os comandos de sanção o meio mais eficaz de resposta do CSNU ao caso concreto.

Em 16 de setembro de 2011, o CSNU publicou a Resolução S/RES/2009 (2011), em que

Welcomes the statements of the National Transitional Council appealing for unity, national reconciliation and justice, and its call for Libyans of all beliefs and backgrounds to refrain from reprisals, including arbitrary detentions;

de forma que anuncia, com um mês de antecedência à captura e linchamento do presidente Muammar Kadafi, o início da transição de governo.

No vocabulário das relações internacionais, predominantemente inglês, a expressão usada nesses casos é ‘regime change’. ‘Regime’, nesse contexto, tem que ver com o governo, com o grupo que ocupa a posição de mando, de chefia. Não se confunde com a dimensão constitucional dos regimes democráticos com que opera a teoria constitucional brasileira. Igualmente, não faz distinção entre chefia de governo e chefia de Estado, pressupondo que o que vai abaixo é sempre a estrutura de mando do *establishment* oficial e que, portanto, tende-se a chamar de governo. Trata-se de uma digressão necessária: como se verá mais adiante, após uma leitura minuciosa dos textos produzidos pelo CSNU e pelo CDH, vê-se que os verbetes derivados de



‘democracia’, inclusive a própria noção de democracia, não são utilizados e, mais, são contornados<sup>61</sup>.

Apesar disso, a referida Resolução S/RES/2009 acaba por funcionar como um texto de transição em que o CSNU antevê e anuncia a própria transição do governo líbio, o mencionado *regime change*. É como se o texto viesse ao ordenamento internacional *avant la lettre*, para preparar o terreno dos acontecimentos do mundo, para estabelecer comandos programáticos de ação, para integrar o texto do mundo, orientando-o e o formulando<sup>62</sup>, à sua própria narrativa, isto é, aquela forjada pelos membros do CSNU e demais agentes que, de um modo ou outro, interferem com o resultado da resolução.

Ainda em 2011, o CSNU publicou três resoluções sobre a Líbia, a S/RES/2016, a S/RES/2017 e a S/RES/2022, responsáveis por consolidar os comandos da S/RES/2009 no sentido de promover as condições de possibilidade do *regime change* em curso.

Nesse sentido, as abordagens do CSNU ao momento pós-Iraque, em 2003, podem servir de parâmetro adequado para comparar a sua atuação, também, na Líbia da Primavera Árabe. Quem acompanhou as resoluções do CSNU após a invasão estadunidense contra o Iraque em 2002, sobretudo a resolução que estabeleceu o mandato do Alto Comissário da ONU para uma missão de *peacemaking*, pode recordar as inúmeras limitações impostas pela resolução, que estreitava o mandato do Alto Comissário, conferindo aos Estados Unidos, membro permanente do CSNU, um papel de proeminência decisiva, de dominância mesmo, na reconfiguração política de um Iraque devastado. À época, vale lembrar, o Alto Comissariado era chefiado pelo brasileiro Sérgio Vieira de Mello que, durante a chefia da missão da ONU em Bagdá, foi assassinado em um atentado a bomba.

---

<sup>61</sup> Esta observação, além das implicações para o objeto desta tese, abre um outro caminho de investigação, de que aqui não se trata, qual seja, o de saber como as noções de democracia e constitucionalismo, por exemplo, podem jogar ou desempenhar, nos foros das Nações Unidas, o seu papel.

<sup>62</sup> Outra vez, dá-se com a função performática, evocativa da norma. Ocorre que na redação das resoluções ela é vista passo a passo: o comando normativo prevê a transgressão e antecipa um modo de prevenção que confirma as condições de possibilidade do fenômeno que quer prevenir. Há aqui algo de trágico, de edípico, uma forma de profecia autorrealizadora (*self fulfilling prophecy*): o texto dá ao contexto o texto que o contexto lhe devolve, preparado como repetição, em versão ainda mais atualizada, ainda mais real, ainda mais surpreendente.

As aproximações biográficas da trajetória de Sérgio não deram conta de relatar uma das dimensões mais relevantes de sua carreira: o seu engajamento para garantir a formulação de resoluções bem estruturadas, com uma formulação adequada, justa e ajustada, de poderes e deveres mandatários precisos para a realização do mandato a que eram destinados. É dizer: que a constituição textual das resoluções do CSNU é o fator decisivo de constituição de um mandato jurídico, com poderes e deveres, capaz de antever, anunciar e projetar processos de intervenção e transição para localidades em situações de crise. Se colocadas em cotejo, as resoluções produzidas para o período pós-invasão do Iraque, em 2003, e para a transição na Líbia, 2011, deixam entrever duas estratégias de abordagem. A segunda, certamente, é mais acautelada, porque mais experimentada nas dificuldades das entradas e saídas do Iraque na década de 2000.

Essa diferença de abordagem tem que ver com a noção de responsabilidade internacional e, por isso mesmo, merece a atenção deste trabalho. Após os atentados do 11 setembro de 2001, os Estados Unidos tentaram, sem sucesso, aprovar no Conselho de Segurança uma resolução que autorizasse uma intervenção militar no Iraque, a fim de flagrar um conjunto de armas químicas em poder do então presidente Saddam Hussein. Com o veto da Rússia e da China à resolução, os Estados Unidos evocaram a doutrina da *responsibility to protect* (R2P), segundo a qual haveria um poder-dever de intervenção dos países em situação de violação sistemática de direitos humanos. A doutrina teve o propósito evidente de contornar a obstrução geopolítica da Rússia e da China nas votações do CSNU.

Anos depois, o Secretário-Geral das Nações Unidas Kofi Annan, ao refletir sobre o atentado em que Sérgio Vieira de Mello foi atingido e sobre o mandato de Sérgio no Iraque em 2003<sup>63</sup>, reconheceria as gravíssimas consequências de uma decisão contrária ao resultado do CSNU. Reconheceria, inclusive, que mesmo comandos oferecidos pelo CSNU e outros órgãos da ONU não poderiam ser levados a cabo sem os necessários poderes mandatários, sem condições estruturais de segurança, sem autonomia e controle por parte dos mandatários.

---

<sup>63</sup> A resolução adotada pelo Conselho de Segurança S/R/1483 (2003) estabeleceu os limites do mandato do *Special Representative for Iraq*, neste caso, Sérgio Vieira de Mello. O texto da resolução pode ser diretamente consultado em: <https://digitallibrary.un.org/record/495555?ln=en> Acesso mais recente em 10/08/2021.

Em 2011, a Assembleia Geral das Nações Unidas, em resposta ao instituto da responsabilidade *de* proteger (“*responsibility to protect*”), veiculou a responsabilidade *ao* proteger (“*responsibility while protecting*”), a fim de garantir que as intervenções não sejam de consequências mais gravosas do que o mal que pretendem prevenir ou reparar. A previsão se provou acertada: os anos seguintes provaram que a desestabilização do Iraque e a sequência de *regime changes* havida no mundo árabe ensejariam a formação de novas modalidades de atuação política e econômica vinculadas à violência. Dentre elas, o inédito Estado Islâmico, ainda hoje radicado em territórios limitados do Iraque e da Síria.

Assim é que, por mais de uma década, a noção de responsabilidade internacional e de *accountability* esteve no centro das atividades do Conselho de Segurança, cujo registro pode ser imediatamente compulsado nas suas resoluções.

## 2.2. DUAS REAÇÕES DISTINTAS

As sucessivas intervenções no Iraque e no Afeganistão<sup>64</sup>, depois do 11 de setembro de 2001, desarranjaram as condições internas de organização daqueles dois países, com repercussões que irradiaram para o mundo árabe e, no plano econômico, com as sucessivas intervenções no mercado petrolífero, para todo o mundo. No plano do direito internacional, é possível sentir a formação de uma nódoa normativa envolvida pelo instituto da responsabilidade internacional. A visão dessas incursões resultou em uma espécie de consenso acerca do fracasso da política de intervenção, especialmente da responsabilidade de proteger (R2P), consenso amplamente reforçado pelo desgaste de longo prazo causado sobre a política doméstica nos Estados Unidos, com o descrédito generalizado e progressivo do governo e a formação de uma nova geração de veteranos que haviam experimentado, no Iraque e no Afeganistão, novas formas de violência local.

O depoimento de Kofi Annan veicula muito bem esse consenso. Em 2011, com a eclosão da Primavera Árabe, o Conselho de Segurança e demais órgãos da ONU estão como que calejados por uma experiência recente. O sentido da violência sem medida e injustificada permaneceu latente dentro do instituto da responsabilidade

---

<sup>64</sup> Ao tempo em que a tese está em fase de conclusão e revisão, as tropas estadunidenses deixam finalmente, depois de quase 20 anos, o Afeganistão. Veja-se a notícia de 08/07/2021: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-57770436>

internacional, que até então não havia sido dirigida aos países mais proeminentes no contexto. Notadamente, apenas aqueles cinco países-membros que têm assento permanente no CSNU: EUA, França, Reino Unido, China e Rússia. A despeito da sua força de intervenção institucional no quadro do Conselho de Segurança – uma força que, segundo parâmetros de atuação dos membros das Nações Unidas, pode ser denominada de máxima –, igualmente esses mesmos cinco países haviam experimentado o cansaço da atuação do Conselho diante das crises projetadas no Oriente Médio e, portanto, precisavam produzir uma nova dinâmica no âmbito do Conselho, da Assembleia Geral e nos demais foros internacionais.

Ainda assim, de 2011 em diante, pode-se entrever uma diferença sensível de abordagem das resoluções produzidas pelo CSNU e pelo CDH sobre a Líbia e a Síria. Essa diferença não é apenas normativa, porque acompanha progressos e evoluções locais muito específicas, distintas entre si. Ainda mais: não apenas acompanha, intervém diretamente na produção das condições de possibilidade do conflito. É como se tais textos pudessem enquadrar, organizar segundo uma forma específica, os conflitos de que tratam, integrando-se a eles discursiva e narrativamente. Por isso, é importante traçar as diferenças de tratamento conferidos à Líbia e à Síria no período que se seguiu.

### 2.2.1. Resoluções e relatórios sobre a Líbia

O relatório anual A/67/53 do CDH registra duas resoluções proferidas pelo Conselho no ano de 2012. Primeira delas, a resolução 19/39 menciona institutos-chaves para o tema da responsabilidade internacional:

Reaffirming that all States **are bound to** promote and protect all human rights and fundamental freedoms enshrined in the Charter, the Universal Declaration of Human Rights and international human rights treaties to which they are party, [...]

Reaffirming also that it is the **primary responsibility** of States to promote and protect all human rights and fundamental freedoms, [...]

1. Welcomes: [...]

(c) The ongoing efforts of the **transitional Government** of Libya to **fulfil its obligations** under the international human rights treaties to which Libya is party, to promote and protect human rights and fundamental freedoms, and to cooperate with the Human Rights Council and the Office of the High Commissioner; [...]

2. Commends the courage of the people of Libya, and **strongly supports** the efforts of the **transitional Government** of Libya towards a swift and peaceful political transition and the full realization of human rights;

6. Strongly encourages the transitional Government of Libya to investigate human rights violations and **to bring those responsible** before Libyan Justice;  
(Grifos acrescentados)

O recado geral da referida resolução, como se depreende de sua versão integral, é de forte suporte ao governo de transição libanês. Aliás, o tema da transição – mas ainda não justiça de transição – é uma recorrente notável nesse texto. Nas circunstâncias, o CDH demonstrava ter confiança em uma organização das instituições líbias, após a queda do regime de Kadafi, mais adesiva às necessidades da população e aos tratados de direitos humanos.

Além desse recado geral, porém, o reaparecimento de certos verbetes confirma o uso que o Conselho deles vinha fazendo. Trata-se da noção jurídica de **dever**, ali transcrita como “**are bound to** promote and protect all human rights and fundamental freedoms enshrined in the Charter...” (grifos acrescentados). O dever, nesse caso, é da ordem do direito público, emana da norma internacional. De outra parte, o uso de “**primary responsibility**” evoca interpretação distinta. Veja-se que o complemento nominal dessa responsabilidade primeira equivale ao complemento verbal da frase anterior, mas a fonte jurídica que indicaria a pretensão que acompanha essa responsabilidade não é mencionada.

No esquema, tem-se o seguinte em (1):

Reaffirming that all States **are bound to** promote and protect all human rights and fundamental freedoms enshrined in the Charter, the Universal Declaration of Human Rights and international human rights treaties to which they are party, [...]  
(Grifos acrescentados)

Este trecho do preâmbulo indica a fonte de direito e, portanto, trata de responsabilidade como dever de direito público, cuja pretensão correspondente nasce da norma descrita, respectivamente, Carta de São Francisco de 1945, da Declaração dos Direitos Humanos de 1948 e de tratados dos quais o estado é signatário.

Por sua vez, em (2):

Reaffirming also that it is the **primary responsibility** of States to promote and protect all human rights and fundamental freedoms, [...]  
(Grifos acrescentados)

o sentido de responsabilidade primeira dos Estados não é o mesmo. Se lido **juridicamente, o termo “primary responsibility” poderia ser tomado como equivalente** de apenas certo sentido da responsabilidade objetiva, isto é, no sentido de que a reparação deve ser buscada, antes do sucessor, face ao Estado que violou certo comando. Mesmo assim, a definição ainda não está adequada, pois aqui também se mantém um sentido de dever. Não é, portanto, uma responsabilidade primeira, mas um dever primeiro, um dever que vem antes dos demais. Trata-se, afinal, de um modo de estabelecer um *topos* na ordem do discurso, que não é *per se* jurídico, mas que tem repercussões decisivas para a interpretação do texto e, portanto, da norma.

Veja-se, então, que um simples deslocamento da noção geral ‘responsabilidade’, textualmente realizada como *to be bound* e *responsibility*, saindo da posição de complemento verbal em (1) e chegando à posição complemento nominal em (2), com a **adição do adjetivo ‘primary’**, causa uma diferença de texto e, logo, de sentido. Essa diferença conta um recurso de leitura tópica. E enumeração ordenada e sequencial, bem como a justaposição dos dois enunciados: i – tem a forma mais simples do argumento lógico, qual seja, de premissa, premissa e conclusão; ii – mais do que permitir, favorece o contraste entre os dois enunciados.

Além disso, essa diferença entre (1) e (2) só pode ser devidamente interpretada mediante a consideração de que em (1) há menção expressa à fonte do direito, o que marca a forma jurídica de (1); e em (2) essa menção não existe, mas a **anteposição adjetiva de ‘primary’**, se por um lado não indica a fonte normativa a que esse dever se refere, por outro estabelece uma ordem do discurso em que esse mesmo dever tem prioridade, o que termina por reforçá-lo. Esse reforço, é importante notar, não é justificado em nenhum momento do texto, como em tantas outras ocasiões de que a tese trata. Não custa lembrar, como já se viu mais atrás no curso deste estudo, que a sua formulação é tautológica: é um dever primário porque é.

Tal noção de dever é confirmada, **mais adiante, pela expressão “fulfil its obligations under the international human rights treaties”**, em que o instituto da obrigação deve ser tomado como dever nascido de norma de direito público.

E mais adiante, afinal, a primeira e única aparição da responsabilização, da qual a *accountability* é aqui tomada como uma variante<sup>65</sup>, em **“to bring those**

---

<sup>65</sup> Como se vê aqui também, a *accountability* é um coringa das muitas formas de responsabilidade. Uma delas é a responsabilidade dos indivíduos. Essa correlação pode ser confirmada, segundo se vê dos demais textos analisados, pelo uso da expressão **“to hold someone accountable for something”**,

responsible before Libyan Justice”. Neste último dispositivo, duas anotações são relevantes: a de que se trata de responsabilidade individual e de que o CDH não fala, como nos outros casos, em provocar a jurisdição do TPI, bastando-lhe a jurisdição da Líbia.

No mesmo ano de 2012, não houve outra resolução do CDH sobre a Líbia, a não ser a Regular Revisão Periódica Universal, acolhida pelo Conselho sob o número de ordem 19/103. Essa revisão, porém, não tem repercussões decisivas para o tema de que se trata na tese.

Em 2013, a única resolução do CDH sobre a Líbia, a RES 22/19<sup>66</sup>, datada de 21 de março, cuida do acompanhamento da transição de governo, com forte ênfase para a reorganização dos poderes locais e, a partir de agora, para a justiça de transição, que deveria contar com a jurisdição nacional e a jurisdição do TPI:

4. Urges the **Government of Libya** to continue to investigate all violations of human rights and to guarantee **fair trials** for the accused;
  5. Welcomes the **continued cooperation** of the Government of Libya with the **International Criminal Court**;
- (Grifos acrescidos)

Assim, parece restar muito clara a posição do CDH de confiança na jurisdição nacional da Líbia, é dizer, do novo governo líbio, para que realize a *accountability*. A menção ao Tribunal Penal Internacional ocupa um papel que a tópica determina secundária, um papel conforme os termos do Estatuto de Roma, no sentido de que a jurisdição do TPI só será provocada mediante o esgotamento ou a incapacidade de processamento pela jurisdição líbia<sup>67</sup>. De fato, não há, até hoje, no TPI, investigação ou processo contra as autoridades líbias de então, que foram processadas pela justiça nacional ou estrangeira.

---

isto é, fazer com que alguém seja responsabilizado por alguma coisa. Frequentemente, essa “alguma coisa” é uma violação de direitos humanos de natureza criminal, o que evoca, portanto, a jurisdição criminal nacional ou do Tribunal Penal Internacional.

<sup>66</sup> Nas páginas 73-76, disponível em <https://undocs.org/A/68/53>

<sup>67</sup> Nesse sentido é o texto do artigo 1º do Estatuto de Roma: “É criado, pelo presente instrumento, um Tribunal Penal Internacional (“o Tribunal”). O Tribunal será uma instituição permanente, com jurisdição sobre as pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional, de acordo com o presente Estatuto, e **será complementar às jurisdições penais nacionais**. A competência e o funcionamento do Tribunal reger-se-ão pelo presente Estatuto.” (Grifos acrescidos). O Estatuto foi internalizado, no Brasil, pelo Decreto nº 4.388, de 25 de setembro 2002, que pode ser consultado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4388.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm) Acesso em 31/08/2021.

Apenas em 28 de março 2014, com a RES/25/37<sup>68</sup>, o CDH manifestou preocupação com os ataques terroristas havidos em Benghazi, em 11 de setembro de 2012. Tais ataques, embora tenham alvejado diretamente postos centrais do governo local e postos diplomáticos dos Estados Unidos, não provocaram substancial alteração no tratamento que o CDH vinha dando à Líbia até então. A ênfase da resolução mantém-se sobre a transição de governo e faz uma breve menção aos ataques de Benghazi:

5. Calls upon the Government of Libya to establish a broad-based and inclusive national dialogue in order to ensure a peaceful and sustainable **democratic transition**;
6. Condemns the assassination of government officials and civil society leaders, including judges and other members of the judiciary in **Derna and Benghazi**, and urges the Government of Libya to continue its investigations in order to bring the perpetrators of these crimes to justice and to ensure a strengthened justice system, recognizing the need to provide substantial technical support for the investigations;  
(Grifos acrescentados)

A partir de então, uma nova crise se instalou na Líbia, com uma sucessão de ataques a bomba ocorridos na cidade de Benghazi. O contexto da crise é particular e coloca em relevo um aspecto importante da política internacional em face dos acontecimentos no mundo árabe:

Em 11 de setembro de 2012, às 9h40 da manhã no horário local, membros da Ansar al-Sharia atacaram o posto diplomático dos Estados Unidos em Benghazi, resultando na morte do embaixador americano na Líbia, J. Christopher Stevens, e do Oficial do Serviço de Administração de Informações Internacionais dos Estados Unidos, Sean Smith.

Por volta das 4h00 da manhã de 12 de setembro, o grupo disparou um míssil de ataque contra o anexo da CIA, aproximadamente uma milha (1.6 km) distante, matando dois contratados da CIA, Tyrone S. Woods e Glen Doherty, e ferindo outros dois. A análise inicial da CIA, reproduzida por oficiais de alto-escalão do governo, indicou que o ataque surgiu, espontaneamente, de um protesto. Investigações subsequentes mostraram que o ataque foi premeditado – ainda que manifestantes e saqueadores, que inicialmente não faziam parte do grupo, possam ter se reunido a ele depois que os ataques começaram.<sup>69</sup>

<sup>68</sup> Nas páginas 132-135 em <https://undocs.org/A/69/53>

<sup>69</sup> Tradução do autor da tese, para o seguinte original: “On September 11, 2012, at 9:40pm local time, members of Ansar al-Sharia attacked the American diplomatic compound in Benghazi resulting in the deaths of both United States Ambassador to Libya J. Christopher Stevens and U.S. Foreign Service Information Management Officer Sean Smith. At around 4:00 a.m. on September 12, the group launched a mortar attack against a CIA annex approximately one mile (1.6 km) away, killing two CIA contractors Tyrone S. Woods and Glen Doherty and wounding ten others. Initial analysis by the CIA, repeated by top government officials, indicated that the attack spontaneously arose from a protest. Subsequent



Tratava-se de uma série de ataques localizada, isolada, com um alvo bastante específico. Na sequência, o CDH não se manifestou e o Conselho de Segurança soltou apenas uma nota<sup>70</sup>, sem formular uma resolução específica ou tratar do caso como um dado conjuntural. Parecia, de fato, uma resposta simbólica aos Estados Unidos levada a cabo por um grupo não-estatal associado, em tese, à Al-Qaeda. Contudo, há aqui algo de muito estranho em andamento: um atentado dessa magnitude não é só simbolicamente forte em razão das pessoas que foram por ele atingidas, neste caso, duas autoridades estadunidenses de primeiro escalão. Nem é surpreendente que ela tenha sido tomada, pelo ambiente político dentro dos Estados Unidos, mais como uma questão doméstica do que como um tema de política internacional: tratar-se-ia de saber, antes de tudo, qual a extensão e a intensidade do despreparo das autoridades americanas em Benghazi para, justamente no dia 11 de setembro de 2012, permitir um ataque de tal magnitude. É muito mais do que isso: o silêncio no Conselho de Segurança e no Conselho de Direitos Humanos é volumoso e comunica uma mensagem de continuidade no processo de pacificação dentro do território da Líbia, mas uma pacificação diante do fenômeno da Primavera Árabe. É como a figura da autoridade familiar que dissimula o seu conflito interno por meio de uma simulação: a de que há em andamento um processo de transição e a de que esse processo é, ainda que no grau mínimo, razoavelmente pacífico. É preciso conferir diretamente no primeiro texto que o CDH soltou sobre a Líbia desde o ataque de Benghazi, a Res. 22/19<sup>71</sup>, de 21 de março de 2013 - portanto, seis meses após o ataque:

The Human Rights Council,

Confirming that it is the **primary responsibility** of States to promote and protect all human rights and fundamental freedoms,

---

investigations showed that the attack was premeditated—although rioters and looters not originally part of the group may have joined in after the attacks began.” No mais recente acesso em 06/08/2021, informação disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/2012\\_Benghazi\\_attack](https://en.wikipedia.org/wiki/2012_Benghazi_attack)

<sup>70</sup> Disponível no site da ONU. Acesso mais recente em 02/03/2021. <https://unsmil.unmissions.org/security-council-press-statement-attacks-against-us-diplomatic-personnel>

<sup>71</sup> A resolução, que é mais extensa que as demais, pode ser consultada na página 61 do link <https://undocs.org/A/68/53>

Recognizing the challenges facing Libya in **laying the foundations** for **transitional justice** and national **reconciliation**,  
Reaffirming its strong commitment to the sovereignty, independence, unity and territorial integrity of Libya,

Recognizing the efforts made by Libya in building the basis for **democracy**, the **rule of law** and **human rights**,

Recalling General Assembly resolution 60/251 of 15 March 2006, and Assembly resolution 66/11 of 18 November 2011 on the **restoration of the rights of membership of Libya in the Human Rights Council**,  
[...]

Welcomes the renewal of the mandate of the United Nations Support Mission in Libya, and acknowledges the commitment of Libya to the process of **transitional democracy** and to affirming the rule of law and protection of human rights;

The election of the members of the General National Congress on 7 July 2012 in a **democratic and transparent atmosphere**, which was an essential step towards preparing the Constitution, and the formation, on 31 October 2012, of an interim Government that focused its priorities on respect for human rights and maintaining peace;

The **commitment** of Libya **to the rule of law** and the establishment of legislative, executive and judicial branches of government in accordance with its international obligations, including the establishment of a committee on human rights within the General National Congress;

The launch of the process **for drawing up a national action plan** on enhancing the **protection of human rights** in partnership with the High Commissioner with a view **to building a State governed by the rule of law**;

The formation of a standing ministerial committee chaired by the Minister for Justice to receive complaints regarding human rights violations and to take the necessary action;

The establishment of the National Council for Fundamental Freedoms and Human Rights on 28 December 2011 as an independent national human rights institution in conformity with the Paris Principles;

Efforts to strengthen the role of and **support for civil society** and **non-governmental organizations** in enhancing, affirming and raising **awareness of human rights**;

The ratification of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities and its Optional Protocol, as well as the **progress towards ratifying** the International Convention for the Protection of All Persons from Enforced Disappearance and the Optional Protocol to the Convention against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment;

**The strengthened role of the judiciary** and the **reactivation of the constitutional jurisdiction of the Supreme Court**, as a result of which Law No. 37, which had been passed by the National Transitional Council in May 2012, was declared unconstitutional;

The issuance of **new rules and regulations to guarantee freedom of speech, peaceful protest and assembly**, as well as the formation of political parties;

Urges the Government of Libya **to continue to investigate all violations of human rights** and **to guarantee fair trials** for the accused;

[...]

(Grifos acrescentados)

Note-se que a resolução não faz qualquer menção aos ataques ocorridos em Benghazi, que não apenas desencadearam uma nova série de movimentações locais, como sobretudo denunciaram uma fragilidade específica então corrente: a atuação de grupos armados não-estatais na dinâmica de disputas internas, perigosamente clivadas por uma marca ideológica, ensejadas pela fragilidade do governo em atender as mais variadas demandas, garantir segurança e unidade territorial. É importante sublinhar, ainda, esse advérbio: perigosamente clivadas por uma marca ideológica - neste caso, o grupo Ansar al-Sharia projetava, como motivação missionária, o estabelecimento da sharia como fonte e matéria exclusiva de organização jurídica e política da Líbia. No entanto, assim como o Estado Islâmico nos anos seguintes, o próprio grupo Ansar al-Sharia conseguiu dar-se unidade em razão da vulnerabilidade do governo local; no seu caso, o governo líbio.

Assim, o esquema parece apontar uma contradição: após os seríssimos ataques em Benghazi no dia 11 de setembro de 2012, o CSNU emite apenas uma nota de pesar e o CDH, mais de seis meses depois, em 21 de março de 2013, publica resolução reafirmando a continuidade do processo transicional dentro da Líbia, sem sequer mencionar o incidente. Nesta contradição, o gesto performático do CDH torna-se ainda mais evidente, e de repercussões mais fortes: a redação do texto das resoluções aponta para uma progressiva reconstituição da soberania e, portanto, do controle, por parte do governo líbio, mas os eventos de Benghazi apontam para uma vulnerabilidade latente. O fato de que os ataques alvejaram as autoridades dos EUA de maior relevo, em data sem dúvida significativa, compõe um fragmento da Primavera Árabe comum aos demais países que passaram pelo mesmo processo histórico. Como cuidei de mencionar, nos territórios da Síria e do Iraque o Estado Islâmico tratará de se aproveitar da fragilidade do poder soberano, causada inclusive no contexto dos levantes locais, para consolidar-se como ator não-estatal da mais alta relevância geopolítica.

A contradição não é apenas um desencontro, é mais do que isso. É sobretudo uma rachadura no contar a história por onde a história emerge clara e inequívoca, um silêncio volumoso e alto.

Em 2003, quando os Estados Unidos convocaram no Conselho de Segurança uma sessão para votar o texto que permitiria ingresso no Iraque, Colin Powell, então Secretário de Estado nomeado por George Bush filho, requisitou que a representação de *Guernica*, que ocupa toda a parede anterior da sala principal do CSNU, fosse encoberta. Quando a notícia ganhou o público, os veículos de imprensa e comentaristas políticos<sup>72</sup> de imediato traduziram<sup>73</sup>, acertadamente, a intenção de Powell em evitar a associação entre a (futura) entrada no Iraque, com todas as suas consequências, e o bombardeio da artilharia alemã em Guernica, em 1937. O gesto velador de Powell – no seu duplo sentido: daquele que vela por e daquele que procura esconder, furtivamente – produziu, com ainda mais verdade, o efeito que pretendia evitar<sup>74</sup>.

Não se deixe escapar este vislumbre curioso, que pode muito bem ser posto em termos benjaminianos. O encadeamento de eventos ocorridos no passado, e mesmo os que nos são contemporâneos, ao ser traduzido de forma textual, encaixado em uma determinada temporalidade, situado espacialmente etc., produz narrativa. Se esse encadeamento tem a pretensão de contar um processo histórico, dando-lhe sentido, atribuindo-lhe unidade, investigando as suas motivações, ele é um fator de produção da história. Mas especialmente sobre o que ele não disse – não diz e provavelmente não dirá – é preciso também lançar um olhar atento. Assim é que o texto da Resolução 22/19 do CDH, cotejado com os acontecimentos do final de 2012, desperta-nos primeiro de um sono dogmático, isto é, da crença de que a norma contada conta toda a história; segundo, revela, pelo silêncio e pelo contraste, que a história contada e a norma prescrita caminham em um sentido diferente, mas colado, à vulnerabilidade havida dentro da Líbia. Ou seja, não havia de fato transição, nem Estado de Direito, nem segurança cidadina, nem recomposição do tecido político e social. De alguma maneira, a história que a Resolução 22/19 é a sua contraface, ainda

---

<sup>72</sup> A exemplo, confira-se a coluna no *N.Y. Times*. Acesso mais recente em 02/03/2021: <https://www.nytimes.com/2003/02/05/opinion/powell-without-picasso.html>

<sup>73</sup> Também no *World Socialist Web Site*. Acesso mais recente em 02/03/2021. <https://www.wsws.org/en/articles/2003/02/quer-f08.html>

<sup>74</sup> Esta história, contada com este sentido específico, em que o sentido do trágico incorpora, por meio de gestos performativos que o evitam, o seu próprio resultado, eu conheci, pela primeira vez no texto de Slavoj Žižek, *Como ler Lacan* (2010): “É isso que Lacan quer dizer quando afirma que o recalque e o retorno do recalcado são um único e mesmo processo: se a delegação dos Estados Unidos tivesse se absterido de pedir seu ocultamento, provavelmente ninguém associaria o discurso de Powell à pintura exibida atrás dele. Foi precisamente esse gesto que chamou atenção para a associação e confirmou sua veracidade”.

mais eloquente do que ela mesma, como o quadro *Guernica* instalado no grande salão do CSNU, velado pelas cortinas.

Mas além disso, esse mesmo vislumbre deixa entrever outro movimento: que as resoluções então produzidas, se não são apenas mensageiras, ou se sequer são mensageiras diretas, dos fatos a que elas (não) se reportam, nem por isso perdem a pretensão de conduzir os acontecimentos futuros por meio de sua força de intervenção, de sua prática de chamar os fenômenos ao acontecimento. O que as resoluções dizem, de outro modo, é: *“aí estão os acontecimentos, mas nem todos são nefastos. Estamos em transição. E o que houver de nefasto, não perderemos muito tempo com isso. Nós saberemos conduzir, no processo de transição para regimes mais democráticos, as crises que sobrevierem. Nós administraremos as crises”*. Deve-se acrescentar, ainda: *“as crises que nós mesmos fundamos e que, de certo modo, fundam-nos.”*

Trata-se, portanto, de criar as condições para reger a sociedade tomando como seu próprio fundamento a crise recorrente, a ser administrativa por meios que remontam a um só mecanismo de manutenção da soberania e da ordem.

### 2.2.2. Resoluções e relatórios sobre a Síria

Nesse mesmo ano de 2012, o CDH produziu três resoluções destinadas a enfrentar graves violações de direitos humanos havidas no confronto direto entre o governo de Bashar Al-Assad e os movimentos, armados e civis, contrários ao presidente. Em 01 de março de 2012, a RES 19/1 traz o seguinte texto<sup>75</sup>:

1. Strongly condemns the continued **widespread and systematic violations** of human rights and fundamental freedoms **by the Syrian authorities**, such as the **use of force** against civilians, **arbitrary executions**, the **killing and persecution** of protestors, human rights defenders and journalists, including recent deaths of Syrian and foreign journalists, arbitrary detention, **enforced disappearances**, **interference** with access to medical treatment, torture, sexual violence and ill-treatment, including against children;
2. Deplores the brutal actions of the Syrian regime **over the past 11 months**, such as its use of **heavy artillery and tanks to attack residential areas** of cities and towns, which have led to the death of thousands of innocents civilians, caused widespread destruction, forced tens of thousands of Syrians to flee their homes and created widespread suffering among the Syrian people, resulting in a humanitarian crisis;

<sup>75</sup> Páginas 22 e 23, em <https://undocs.org/A/67/53>

3. Expresses strong concern at the **humanitarian situation** in the Syrian Arab Republic, including the **lack of access to basic food, medicine and fuel**, as well as **threats to and acts of violence** against medical staff, patients and facilities;
  4. Reiterates the need to urgently address humanitarian needs, to facilitate the effective delivery of assistance and to ensure safe access to medical treatment;
  5. Calls upon the Government of the Syrian Arab Republic **to immediately put an end** to all human rights violations and attacks against civilians, **to cease** all violence, **to allow** free and unimpeded access by the United Nations and humanitarian agencies to carry out a full assessment of needs in Homs and other areas, and **to permit** humanitarian agencies to deliver vital relief goods and services to all civilians affected by the violence, **especially in Homs, Dar'a, Zabadani and other areas under siege by the Syrian security forces**;
  6. Stresses the importance of **ensuring accountability** and the need **to end impunity** and **hold to account those responsible** for human rights violations, including those violations that may amount to crimes against humanity;
  7. Acknowledges the serious and growing burden carried by the neighbours of the Syrian Arab Republic in hosting refugees from the Syrian Arab Republic and committed to provide appropriate support and assistance in this regard;
  8. Decides to remain seized of the matter and to **take further action** on the situation of human rights in the Syrian Arab Republic, including after the forthcoming interactive dialogue with the commission of inquiry.
- (Grifos acrescidos)

De dezembro de 2010 a março de 2012, este é, certamente, o quadro mais grave de violações de direitos humanos havidas em decorrência da Primavera Árabe. É importante notar: segundo a resolução comunica. Se até então os indícios fortes da narrativa estavam apegados ao desenvolvimento dos campos morfológico e **semântico de verbetes como 'accountability', ou de certos verbos e locuções, a RES 19/1 oferece uma espécie de pequena história dos acontecimentos havidos na Síria entre 2011 e 2012.**

Para isso, dois recursos merecem ser comentados. O primeiro deles é a descrição detalhada, com pretensões realistas mesmo, do enfrentamento direto entre as forças do governo e as contrárias. Esse recurso opera por meio das imagens provocadas pela descrição, como o uso de tanques de guerra para atingir áreas residenciais, a destruição completa dessas áreas (no plano espacial, as suas ruínas), a morte e fuga de civis (no plano temporal, movimento e repouso).

O segundo desses recursos é o uso do verbo substantivado como motor da ação dramática, isto é, como núcleo forte e definidor dos acontecimentos importantes da narrativa, por exemplo: violações sistemáticas e generalizadas, matança, desaparecimento forçado, que servem de substitutivos aos respectivos verbos e

locução verbal ‘violar’, ‘matar’ e ‘fazer desaparecer’. A transformação dos verbos de um fazer em substantivo, além do mais, faz da ação fato pretérito; faz da ação um fato que, subsumido ao direito internacional, é incorporado como fato jurídico. Não é preciso dizer, todo o tempo, que o governo sírio é responsável por cada um dos fatos registrados, é suficiente que a resolução, dedicada exclusivamente à situação na Síria, tenha indicado com precisão, no **item 1 do dispositivo**: “**by the Syrian authorities**”.

Outro efeito, derivado desse segundo recurso, deve ser notado: o item 5 do dispositivo exige do governo sírio que cumpra, imediatamente, obrigações de não fazer, de tolerância:

[...] **to cease** all violence, **to allow** free and unimpeded access by the United Nations and humanitarian agencies to carry out a full assessment of needs in Homs and other areas, and **to permit** humanitarian agencies to deliver vital relief goods and services [...]  
(Grifos acrescentados)

Só se exige uma obrigação de fazer, a ser realizada imediatamente, daquele que não a cumpriu conforme deveria ter sido cumprida: neste caso, trocando os verbos por antônimos, tem-se a afirmação muito eloquente de que o governo sírio exercia a violência, impedia o acesso livre da ONU e de agências humanitárias na cidade de Homs, impedia que agências humanitárias entregassem bens e serviços vitais ao socorro de pessoas atingidas pelos ataques. Trata-se de uma forma narrativa de fazer o registro, em desfavor da Síria, de violações praticadas por meio da privação forçada. **Esse comando específico é coroado pela expressão muito significativa “to immediately put an end”.**

Além dela, no item 6 do dispositivo, registra-se

6. Stresses the importance of **ensuring accountability** and the need **to end impunity** and **hold to account those responsible** for human rights violations, including those violations that may amount to crimes against humanity;  
(Grifos acrescentados)

Aqui, a obrigação tem que ver com dar fim à impunidade, deixar de praticar a impunidade que vinha sendo praticada até então. O texto lança o seu destinatário, o seu leitor-modelo<sup>76</sup>, **ao centro da narrativa, a responsabilidade civil e criminal**: “**hold to**

<sup>76</sup> Remete-se ao conceito de leitor-modelo tal como o define Umberto Eco: diferentemente do leitor empírico, que somos nós que lemos o texto, leitor-modelo aquele que o texto pretende construir por meio, ou seja, aquele que, influenciado pelo texto, é levado a percorrer o texto segundo premissas

account those responsible”, evocada como **responsabilidade penal passível de persecução** na justiça local como no Tribunal Penal Internacional – que, recorde-se, ainda não havia sido mencionado até este momento nas resoluções dedicadas à Síria, apenas à Líbia. De modo que, embora as aparições da responsabilidade sejam menos variadas nesta RES 19/1, embora elas estejam limitadas ao item 6 do dispositivo, o seu efeito retórico não é menos importante. Ao contrário, a narrativa detalhada e viva, que contrasta artilharia e tanques de guerra a civis em fuga, que descreve a sua ação dramática como fatos (jurídicos) da violação sucessivos e sistematizados, lança seus potenciais leitores ao seu núcleo mais forte: a responsabilidade, que é onde estão também as possibilidades de coerção, senão pelo uso da força, pelo uso da palavra.

A apropriação da responsabilidade internacional é refinada na RES 19/22, de 23 de março de 2012:

4. Demands that the Syrian authorities **meet their responsibility to protect** their population;
5. Expresses its grave concern at the prevailing systemic **impunity** for human rights violations and its **entrenchment** in legislation, awarding immunity for State Government officials;
6. Stresses that the widespread and systematic use of violence against Syrian civilians is contrary to international criminal law and requires that perpetrators **be brought to justice**;
7. Acknowledges and is deeply troubled by the commission of inquiry’s finding that there is a reliable body of evidence that provides reasonable grounds to believe that particular individuals, including commanding officers and officials at the highest levels of Government, **bear responsibility** for crimes against humanity and other gross human rights violations;
8. Stresses the need to conduct an international, transparent, independent and prompt investigation into violations of international law with a view **to hold to account those responsible** for widespread, systematic and gross human rights violations, including those violations that may amount to crimes against humanity;

e, segundo se verifica, enfoca o sentido penal da responsabilidade. As variações da responsabilidade, nesse caso, convergem para a responsabilidade penal individual. É de notar, porém, a diferença de que o CDH demanda o exercício prévio da jurisdição

---

dadas no próprio texto. Nesse sentido, vale pensar que fica acentuada certa função conativa - e aqui, mais importante, performativa - do texto. Para Eco, interpretar um texto é diferente de usá-lo: interpretar exige do leitor empírico que aceite e tome as pistas dadas pelo texto, para que ele se aproxime do leitor-modelo. Eco não trata diretamente de textos normativos, no sentido estrito; considerando, porém, que nos textos normativos a definição do comando é uma condição de sua própria clareza e existência, a pretensão de erigir um leitor-modelo é ainda maior: “Nesse sentido, eu falaria de leitores-modelo não só em relação a textos que estão abertos a múltiplos pontos de vista, mas também àqueles que preveem um leitor muito obediente. Em outras palavras, há um leitor-modelo não só para *Finnegans wake*, como ainda para os horários de trem, e de cada um deles o texto espera um tipo diferente de cooperação.” (ECO, 1994, p. 23)



nacional, do que se pode depreender dois efeitos importantes: i – a deferência ao esgotamento da jurisdição nacional como; ii – a chamada à correção no modo de agir das autoridades sírias como um conjunto, isto é, a uma mudança de postura global. Esse efeito é reforçado pela indicação de que o governo sírio teria se entrincheirado na legislação, concedendo imunidade a autoridades responsáveis por violações de direitos humanos.

A RES 20/22, de 12 de junho de 2012, reforça os usos prévios da *accountability*:

- 11. Reiterates the importance of **bringing to justice those responsible** for the widespread and systematic use of violence against the Syrian people;
  - 13. Emphasizes the continued importance of the efforts of the commission of inquiry to conduct international, transparent, independent and unfettered investigations into alleged violations of international human rights law with a view **to hold to account those responsible** for such violations, including for those that **may amount to** crimes against humanity;
  - 14. Encourages the international **community** to ensure that there is **no impunity** for such crimes, stressing that the Syrian authorities **have failed to prosecute** alleged perpetrators of such crimes;
- (Grifos acrescentados)

Note-se, como se verificou no caso da Líbia, que também há na RES 20/22 o emprego semântico **numérico da responsabilidade**, em “**may amount to**”, que pode significar tanto “**resultar em**” quanto “**pode contar como**” crimes contra a humanidade.

Em seguida, o CDH faz um apelo à comunidade internacional para que os países demonstrem que não há impunidade para crimes contra a humanidade. Neste ponto, abre-se uma série de questões de relevo. A primeira tem que ver com a impossibilidade de coerção imediata, baseada na força, por parte do CDH contra os países-membros da ONU, uma vez que o CDH não tem os mesmos poderes do Conselho de Segurança. Assim, o CDH não pode evocar diretamente os dispositivos da Carta de São Francisco que cuidam do uso da força, artigos 41 e 42 do Capítulo VII.

#### **Article 41**

The Security Council may decide what measures **not involving the use of armed force** are to be employed to give effect to its decisions, and it may call upon the Members of the United Nations to apply such measures. These may include **complete or partial interruption of economic relations and of rail, sea, air, postal, telegraphic, radio, and other means of communication, and the severance of diplomatic relations.**

#### **Article 42**

Should the Security Council consider that measures provided for in Article 41 would be inadequate or have proved to be inadequate, **it may take such**

**action by air, sea, or land forces as may be necessary to maintain or restore international peace and security.** Such action may include demonstrations, blockade, and other operations by air, sea, or land forces of Members of the United Nations.<sup>77</sup>  
(Grifos acrescidos)

De outro lado, pode provocar os 47 países que fazem parte do seu próprio plenário e pode, ainda, provocar a pauta do Conselho de Segurança por meio de fertilização cruzada, isto é, sugerindo medidas e institutos a serem aplicados a partir de Nova Iorque.

A segunda questão de relevo tem que ver com a noção de ‘comunidade’, problemática para o direito internacional, frequentemente utilizada para reforçar a universalidade dos direitos humanos e a sua cogência, de modo que o conteúdo de proteção de tais direitos estaria, antes de tudo, encapsulada pela natureza de normas cogentes (*jus cogens*), ascendentes, inclusive, sobre tratados internacionais positivados em texto. Outra consequência importante, e prática, do uso da noção de comunidade, é de ordem performática, tem por objetivo reforçar a premissa – sem indagar pela justificação do seu conteúdo – **de que há certa unidade na ‘comunidade’** internacional, há um conjunto homogêneo de princípios, capaz de garantir a ação coordenada e o reforço de consensos normativos e não normativos atinentes aos direitos violados no caso sírio.

Contudo, tanto a definição da comunidade pelo grau de homogeneidade de princípios quanto a crítica que aponta, no limite, sua potencial arbitrariedade, não são suficientes. Isso pois a comunidade de que se fala, que se institui no pós-2ª Guerra, institui-se como resposta ao evento inédito dos campos de concentração nazistas, em que o esvaziamento da dignidade, para além da assombrosa escala numérica, ganhou um estatuto ontológico e uma função maquinal: dentro do estado de exceção, baseado na suspensão da vigência da norma, o esvaziamento da dignidade tornou-se a norma corrente. Seria preciso pensar, a partir disso, fora do quadro de homogeneidade ou heterogeneidade de valores, fora da noção de pertencimento etc., de que fala Ferdinand Tönnies (2001). A comunidade institui-se em torno de uma falta, um espaço de disponibilidade em cujo limiar o que é próprio dos indivíduos acaba e onde inicia-se aquilo que é só dela, comunidade. Conforme Timmothy Campbell (2017, p. 18), Roberto Esposito:

---

<sup>77</sup> A íntegra pode ser consultada em <https://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-vii/index.html>

[...] entende a nuance específica de *múnus* como algo que não é um simples dom (indicado em latim pelo termo *donum*), mas um dom que pede, aliás, exige, uma **contrapartida**: **“uma vez que alguém tenha aceitado o *múnus*, encontra-se na obrigação (ônus) de retribuí-lo em termos de bens ou de serviços (*officium*)”**. O *múnus*, em síntese, é uma forma mais intensa de dom, visto que implica necessariamente uma recompensa por parte do beneficiado. Vêm à tona, desse modo, as consequências implícitas dessa análise. Diferentemente do *donum*, o *múnus* indica **“somente o dom que se dá, não o que se recebe”, “a obrigação que se contraiu com o outro e que solicita uma adequada desobrigação”, e enfim “a gratidão que exige nova doação”** por parte daquele que o recebe. Neste ponto a acepção particular de **“comunidade” adotada por Esposito se torna clara: o pensamento da comunidade – ou através da comunidade – se refere a um dom recíproco que passa continuamente de um ao outro e que não pode, portanto, pertencer estavelmente a ninguém. Desde a própria origem (ausente), a *communitas* gira em torno de um dom (faltante) que os seus membros não podem conservar para si mesmos. Esse débito, ou obrigação, constitui uma espécie de “defeito” original para todos aqueles que fazem parte da comunidade. Esse “defeito”, que coincide com o próprio circuito de doação, provoca efeitos desestabilizantes sobre a identidade individual dos sujeitos em comum. Receber diretamente o dom inibe a capacidade do indivíduo de identificar a si mesmo, ou si mesma, como parte ou não da comunidade.**

**Esta concepção de comunidade, que busca n’O *Ensaio sobre a dádiva*, de Marcel Mauss e Henri Hubert (2017, p. 131-335), o seu modo de explicar as relações obrigacionais<sup>78</sup>, serve como critério de localização de uma norma que surge da experiência social da própria comunidade. Os valores comuns e o pertencimento estão próximos a ela, mas o que lhe é essencial – e, logo, não acidental – é uma dívida que nasce ao mesmo tempo em que nasce a comunidade e, portanto, o limite entre aquilo que é individual e aquilo que não é. Neste ponto, tanto Marcel Mauss & Henri Hubert quanto Roberto Esposito, depois deles, oferecem uma resposta ao contratualismo e à vontade soberana dos Estados em face do direito internacional, como também à tese universalizante que justifica as obrigações internacionais como ínsitas à natureza do Estado. A resposta de ambos, baseada em uma economia de dons e do *múnus*, também não é eclética nem interrelacional, não oferece uma terceira via entre contratualismo e jusnaturalismo: cada qual a seu modo, os autores propõem uma ontologia da linguagem normativa diretamente regulada pela experiência social.**

<sup>78</sup> Com o apontamento, e até mesmo a ressalva, de que, segundo Roberto Esposito (2019, p. 28), no prefácio que fez para *Categorias do impolítico*: **“Certamente a ‘donatividade’ à qual nos referimos não tem nada em comum com as ingênuas reabilitações, ou reproposições, do paradigma do dom por parte das ciências sociais – quase sempre se esquecem do caráter constitutivamente ambivalente, de oferta e de ameaça, implícito na dinâmica normativa. Ela convoca, ao contrário, o risco e o perigo que o *múnus* originário determina em confronto com os que escolhem compartilhá-lo dilacerando a própria identidade subjetiva.”**

Nisto, a economia dos dons no seio da comunidade aproxima-se do resgate que **Platão propõe**, n'As *Leis*, para a lei que, no trajeto entre o *nomos* arcaico e o *nomos* identificado com a convenção, viu empobrecida a sua potência semântica.

Entretanto, há um ponto específico da noção de comunidade de especial relevo quando se trata, especificamente, da comunidade internacional instaurada com a ordem jurídica do pós-2ª Guerra, notadamente aquela em que as Nações Unidas ocupam o lugar de centro: a promessa de resposta aos campos de concentração nazista, ao esvaziamento da dignidade e, portanto, a promessa de uma biopolítica positiva, a saber, capaz de produzir vida, de protegê-la, de mantê-la. Nesse caso, a noção de comunidade internacional recebe uma forte inflexão biopolítica do paradigma imunitário, isto é, o mecanismo por meio do qual os sujeitos são desobrigados ou procuram se desobrigar da dívida imanente à comunidade. Antes, porém, de verificar a extensão dessa noção de comunidade, exclusivamente em relação à *accountability* – tarefa para o terceiro capítulo –, é preciso fechar com uma definição das resoluções e relatórios até agora analisados.

## 2.3. DEFINIÇÃO PARA OS RELATÓRIOS E RESOLUÇÕES ANALISADOS

### 2.3.1. Resoluções

Afinal, o que são os tais textos produzidos pelas Nações Unidas sobre a Síria e a Líbia? Para responder a essa pergunta, aparentemente simples, tão fundamental, é preciso antes eleger um critério de constituição da resposta.

O problema não é sem importância. Na dogmática do direito internacional, as fontes do direito são, de maneira tautológica, frequentemente buscadas nas fontes do direito, de modo que não há uma fundamentação extra normativa positivada. Trata-se, mesmo, de uma escolha. Mesmo assim, pode-se lançar o exercício dogmático de definir, não todas as regras que devem ser, mas se os textos produzidos pelas Nações Unidas, especialmente as resoluções e relatórios de que se trata, encaixam-se nos modelos consagrados de regras<sup>79</sup> ou não. Em caso positivo ou negativo, trata-se de saber por que motivo, segundo qual critério, bem como seus efeitos.

---

<sup>79</sup> A opção pela terminologia 'regra' segue a redação do Decreto n. 19.841/1945, que internalizou o Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Não está filiada, nesta tese, às teorias do direito que se relacionam ou integram ao pensamento analítico, a exemplo daquelas de John Austin e H. Hart.

O Estatuto da Corte Internacional de Justiça oferece um rol consagrado de fontes de direito internacional, com que resolve os seus casos:

#### Artigo 38

1. A Corte, cuja função é decidir de acôrdo com o direito internacional as controvérsias que lhe forem submetidas, aplicará:

a) as **convenções internacionais**, quer gerais, quer especiais, que **estabeleçam regras expressamente reconhecidas** pelos Estados litigantes;

b) o **costume internacional**, como prova de uma **prática geral** aceita como sendo o direito;

c) os **princípios gerais** de direito reconhecidos pelas Nações civilizadas;

d) sob ressalva da disposição do art. 59, as **decisões judiciais** e a doutrina dos publicistas mais qualificados das diferentes Nações, como **meio auxiliar** para a determinação das regras de direito.

2. A presente disposição não prejudicará a faculdade da Corte de decidir uma questão ***ex aequo et bono***, se as partes com isto concordarem.<sup>80</sup>  
(Grifos acrescentados)

É certo que uma mesma resolução pode reunir uma série de fundamentos e comandos distintos. A rigor, a resolução e o relatório são suportes documentais que constituem gêneros textuais particulares, com formas específicas de desenvolvimento discursivo.

As resoluções de que se tratou, até agora, seguem um modelo relativamente simples, que reúne um preâmbulo e um dispositivo, além de elementos paratextuais, ou seja, elementos que não estão no *corpus* mas integram o suporte.

No preâmbulo, as resoluções produzem uma combinação entre relatório dos fatos e fundamentação normativa. Essa fundamentação, no mais das vezes, faz menção expressa às convenções internacionais regentes da situação tratada, como, por exemplo, o Pacto de Direitos Cíveis e Políticos, a Carta de São Francisco, o Estatuto de Roma, bem como às resoluções produzidas pela própria ONU.

Na segunda parte, a que bem se pode chamar de dispositivo, as resoluções estabelecem seus comandos, como efeitos *inter partes* ou *erga omnes*, eventualmente mencionando regras convencionais específicas.

<sup>80</sup> Trata-se do texto autoritativo da versão internalizada no ordenamento brasileiro por meio do Decreto n. 19.841, de 22 de outubro de 1945, aliás, um decreto que incorporou também a Carta de São Francisco: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d19841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm) Acesso em 31/08/2021.

Assim, conclui-se que, de saída, as resoluções não constituem, elas mesmas, uma fonte do direito, mas antes um apanhado de indicativos das regras internacionais já vigentes. Contudo, se se aproxima um pouco mais detidamente dos textos que se transcreveu até aqui, encontra-se um segundo momento em que os efeitos da resolução adquirem contornos jurídicos.

De fato, ao voltar à Resolução 17/17 (Situation of human rights in the Libyan Arab Jamahiriya) do CDH, verifica-se o seguinte texto:

3. **Urgently reiterates its call** on the Libyan authorities made at the **special session of the Human Rights Council on 25 February 2011** to **immediately cease** all violations of human rights, to meet its responsibility to protect its population, to release all those arbitrarily detained and to ensure unimpeded humanitarian access without discrimination;

4. Urges all parties concerned to **respect applicable international law**, in particular international human rights law and international humanitarian law; (Grifos acrescidos)

No trecho, “its call on the Libyan authorities” traduz-se como a convocação, feita pelo CDH, para que as autoridades líbias cessassem imediatamente todas as violações de direitos humanos em curso. Convocar, porém, talvez não seja a tradução mais acertada. “Call” aí tem que ver com a chamada, significa colocar em evidência, para quem se destina o chamado, o objeto do próprio chamado. No uso corrente da língua, nos níveis culto e coloquial, a expressão “chamar à ordem” atende bem ao campo de semântico de que se tratou, porque indica a chamada de atenção de alguém para regras já existentes.

Dessa forma, reduzir o sentido de “call” a tão somente um trazer à evidência seria ignorar o efeito de comunicação ínsito à forma linguisticamente atribuída ao signo e mais coerente com o contexto em que inserido, qual seja, o de que o CDH fez um chamado à observação de regras de direito internacional proibitivas da violação de direitos humanos. Trata-se, de fato, de um chamado<sup>81</sup> à observância da ordem

---

<sup>81</sup> Retome-se o sentido para ‘chamado’, pensado por Giorgio Agamben (2016, p. 36-37) “Segundo o sentido próprio de toda anáfora, *he* indica, de fato, uma retomada do termo - *klēsis* - que foi mencionado há pouco. É esse movimento anafórico que constitui o sentido da *klēsis* paulina e faz dela um termo técnico do seu vocabulário messiânico. *Klēsis* indica a peculiar transformação que todo estado jurídico e toda condição mundana sofrem pelo fato de serem colocados em relação com o evento messiânico. Portanto, não se trata de indiferença escatológica, mas da mutação, quase do íntimo deslocamento de toda condição mundana singular em virtude do fato de ser “chamada”. A *ekklēsia*, a comunidade messiânica, é, para Paulo, literalmente o conjunto das *klēseis*, das vocações messiânicas. A vocação messiânica não tem, no entanto, nenhum conteúdo específico: ela não é senão uma retomada das mesmas condições factícias ou jurídicas *nas quais* ou *tais quais* alguém é chamado. Enquanto descreve essa dialética imóvel, esse movimento *sur place*, a *klēsis* pode confundir-se com a condição factícia e com o estado e significar tanto “vocação” quanto *Beruf*. Esse movimento é, porém, antes de tudo,

internacional. Esse chamado tem não só o efeito de evidenciar regras consagradas pelo texto e pelo costume internacional, confirmando sua força e cogência, como também tem o efeito da coerção política: significa, também, instar o país Líbia a observar as regras vigentes.

Ocorre que o trecho transcrito trata de reiterar o chamado, em “[u]rgently reiterates its call to Lybian authorities”. No plano da comunicação, quem reitera assume: i - que um comando foi proferido; ii - que esse comando precisa ser reiterado porque iii - não foi total ou parcialmente obedecido ou iv - as circunstâncias que o justificaram antes, de algum modo, permanecem; v - que há uma autoridade a autorizar esse comando; vi - que há uma regra que impõe a observância desse comando; vii - que há mecanismos de cobrança, e eventualmente de sanção, em face do descumprimento do comando.

Aquilo que foi reiterado, que é o chamado, chega a ser um chamado imperativo, isto é, um comando incontornável? Em caso positivo, a resolução, pelo seu posicionamento narrativo e contextual, recebe contorno de norma de direito internacional. Se considerada a segunda resolução, isto é, a resolução que vem em seguida, para a qual a primeira chamada já um comando, é o caso de dizer que a segunda resolução toma a primeira como, além de um conjunto textual indicativo de regras vigentes (tratados, protocolos etc.), um conjunto de onde podem emergir regras novas. A segunda resolução confirma a primeira e, do ponto de vista narrativo, da continuação textual, faz dela, e do estatuto geral das resoluções de mesma espécie e fonte material (órgão produtor), uma fonte primária de direito que contém normas jurídicas.

Do ponto de vista normativo, a formulação é tautológica, porque a primeira é confirmada pela segunda, que é confirmada pela terceira. Veja-se que não se trata, por ora, de saber o que dizem as cortes ou as doutrinas acerca do estatuto normativo das resoluções feitas sobre a Líbia e a Síria. A rigor, o tema ainda não foi levado às cortes internacionais ou nacionais. Trata-se, antes, de perceber um movimento de

---

segundo o apóstolo, uma nulificação: “a circuncisão é nada e o prepúcio é nada”. Aquilo que, segundo a lei, fazia de alguém um judeu e de outro um *goj*, de alguém um escravo e de outro um homem livre, é agora anulado pela vocação. Mas, então, por que permanecer nesse nada? Mais uma vez, o *menéto* (permaneça) não exprime indiferença, mas o gesto anafórico imóvel do chamado messiânico, o seu ser, essencialmente e antes de qualquer coisa, um *chamado do chamado*. Por isso, ele pode aderir a qualquer condição; mas, pela mesma razão ele a evoca novamente e a coloca radicalmente em questão no próprio ato em que adere a ela.”

autorização progressiva em direção reversa. Pode-se pensar na autorização das normas da ordem jurídica a partir das primeiras normas. Mas nas resoluções, que criam um vocabulário novo, estabilizam certos sentidos, sedimentam possibilidades hermenêuticas de comando, dialogam com outros foros produtores de norma ou julgadores, nessas resoluções, a atividade da escrita sucessiva, texto após texto, é responsável por adensar o sentido de autoridade da própria espécie textual, que é a resolução.

Essa autorização é progressiva, porque aumenta, expande-se, aprofunda-se e se especializa conforme a sucessão de textos. Ocorre em direção reversa, porque a extensão da sua rede eletrizante de legitimação e autorização age reversamente, costurando com todos os acidentes pretéritos do mesmo ser (com todas as resoluções, em espécie, havidas até então, feitas do mesmo modelo de resolução) um sentido de unidade capaz de consagrá-las.

Assim, com o enfoque dogmático, pode-se verificar certo grau importante, isto é, decisivo, de normatividade das resoluções proferidas pelo CSNU e pelo CDH, uma normatividade tautológica, que busca a sua condição de fonte do direito no exercício enunciativo dos órgãos que a produzem. Com o enfoque textual, também se pode aferir a sua normatividade, mas em razão da sedimentação dos seus sentidos, do seu posicionamento em uma linha sucessiva de resoluções que vieram e que virão a ser. Uma forma de autorização, como se propôs ainda há pouco, progressiva e reversa.

Entretanto, se essa tomada de objeto ocorre a partir da perspectiva textual, com a atenção dedicada aos efeitos da reiteração e do posicionamento de certos signos linguísticos, não se trata ainda de uma abordagem literária, uma abordagem que deve considerar outras características do texto, como a sua mimesis e a sua poética, a posição do narrador, o tempo e o lugar da sua narrativa, abordagens que serão feitas mais adiante.

### 2.3.2. Relatórios

O caso dos relatórios (*reports*), porém, é diferente e essa diferença auxilia a colocar as resoluções mais próximas às fontes de direito internacional. Isso porque os relatórios não proferem comando algum, mas se limitam a fazer o registro de investigações, com a coleta de dados e fontes específicas, acerca de situações de



violação de direitos humanos, por exemplo. É o caso dos relatórios produzidos pela Comissão Independente de Investigação sobre a Síria.

De outra parte, embora não sejam dotados, nem assim pretendam, de força normativa, os relatórios são responsáveis por estabilizar e consolidar certos sentidos, servindo, inclusive, de suporte fático e coercitivo em favor das resoluções que tratam do mesmo tema ou temas semelhantes. Não raro, as resoluções e relatórios trocam de verbetes entre si, promovem uma forma de fertilização cruzada. Por isso mesmo, a sua natureza jurídica não monta em norma prescritiva, definitória ou anancástica (NINO, 2010, p. 77-90)<sup>82</sup>. Trata-se, a rigor, de um relato que obedece a certos parâmetros institucionais de construção. Diante de um relatório, pergunta-se: qual o seu suporte? Qual o seu gênero? O que ele é, afinal?

**O seu suporte é a projeção documental nomeada ‘relatório’, gravada na folha de papel ou na sua versão digital.** Essa nomeação ocorre por metonímia, isto é, a confusão normativa-gramatical entre o conjunto físico, suporte, e aquilo que ele suporta. Mas aqui, novamente, a confusão e até a tautologia auxiliam-nos a pensar a que gênero remetem, ou em que gênero consistem, tais relatórios.

Quando se retoma a definição de Dominique Maingueneau (1996, p. 44), segundo a qual gênero de discurso é um “dispositivo de comunicação sócio-historicamente definido”, os relatórios produzidos pelo CDH acerca dos eventos na Síria e na Líbia são abrigados pelo gênero de todos os relatórios do CDH. A sua singularidade é definida tematicamente. O seu modo de exposição – por modo, refere-se ao conjunto entre forma e conteúdo –, porém, é quase integralmente narrativo: os relatórios contam uma série de eventos ocorridos neste ou naquele espaço. Quero enfatizar recontar porque, de fato, eles gravam a formulação textual, visível em um tipo, um suporte etc., de uma história que antes deles próprios é gestada pelas cabeças que, no âmbito do CDH, são designadas para isso.

Assim, o relatório é o último dos resultados. Em cada caso, é um recontar diferente, que veio depois dos demais. Como os textos da Ilíada e da Odisseia, que

---

<sup>82</sup> Carlos Santiago Nino adota a nomenclatura do lógico Von Wright, segundo a qual é prescritiva a norma que determina uma conduta positiva ou negativa; é definitória a norma que define essencialmente alguma coisa – assim, se no xadrez a rainha não pode se movimentar na diagonal, essa impossibilidade descaracteriza a definição e o próprio jogo de xadrez; é anancástica a norma que prevê a realização de um evento que, em termos técnicos, teria o efeito de resolver uma condição suspensiva – o sorteio de uma série numérica é a condição para o pagamento da obrigação de fazer consistente no prêmio de loteria; o cometimento de conduta que está prevista na legislação penal como crime autoriza a persecução penal e, afinal, a aplicação da pena.

recontam a cólera de Aquiles e o retorno de Odisseu, de forma gravada no texto, mas depois que os eventos já foram recontados inúmeras vezes, e contados uma primeira vez, perdida na história. Algo que não se pode esquecer: contar uma história é recontar essa mesma história, e vice-versa. E recontar uma história é contá-la, no sentido de narrá-la, mas também de veicular uma contagem de quantas vezes a história foi contada. Quem conta atravessa o caminho de uma palavra, de uma imagem visual ou fonética, de um conceito, que já foram pisados inúmeras vezes. Quem reconta conta eventos que já foram contados, em certos casos, incontáveis vezes. Por vezes, está-se diante de uma contabilidade impossível, que só pode realizar o seu ser em potência pelo ato simples de contar ou recontar. Os relatórios contam uma série de eventos. O resultado desse contar, a narrativa, visa por fim último exprimir tudo que já foi, e o que não foi, contado. Ao mesmo tempo, aquilo que não aparece nessa narrativa da maneira mais evidente, pode ser buscado nas muitas vezes em que ela foi contada. No caso dos relatórios, nos seus rascunhos textuais, mas também na boca miúda de quem os pensou e difundiu. E assim como na poesia helênica foi sistematizada, ao longo dos anos, pelos textos atribuídos a Homero, também existe um dispositivo que sistematiza as contagens que resultam em uma só narrativa, aquela gravada nos relatórios. Esse sistema, nas Nações Unidas, é o da cópia e da bricolagem.

Cópia e bricolagem, porque as expressões são copiadas e coladas de um texto para outro. E sem espanto: faz parte do ofício, dado nos moldes de uma escribaria, a manutenção de um quadro textual comum, familiar, capaz de ser controlado com efetividade. É preciso delimitar um vocabulário, cujas palavras atendem a uma pragmática específica, que é a de convocar os seus destinatários a um determinado comportamento e, quando menos, a uma leitura que informe um comportamento independente, soberano. É preciso delimitar, na medida do possível, um campo semântico capaz de gravar os verbetes com o comando que os relatórios querem dar. É preciso delimitar, por fim, maneiras de contar uma história, para que elas integrem uma narrativa ainda maior, um campo metanarrativo. Para que elas afinem com um imaginário determinado: manipulando as imagens existentes, p. ex., sobre um certo Oriente, transformando-as em uma memória coletiva do órgão que as realiza.

Por isso mesmo, quando se tratou dos relatórios, certos tópicos da teoria da narrativa assomam com mais saliência, porque esses relatórios assumem de maneira muito explícita o lugar de narrativa. Voltando às perguntas de parágrafos atrás, uma vez que se identificou o suporte de que trata o relatório e que repercussões têm a metonímia suporte/relatório, pode-se muito bem dizer que ele se inclui no gênero da narrativa. Conjugando essas duas perguntas, pode-se dizer, procurando um desvio da nomeação tautológica, que os relatórios do CDH são documentos que veiculam narrativas sobre os fatos de que se ocupam. Reside aqui, inclusive, um potencial de análise, mas também um potencial de realização, naquilo que o CDH não faz, a saber, uma bricolagem capaz de escavar uma dimensão enterrada da *accountability*, o seu lugar entre o chamado e a promessa. Uma dimensão ligada ao centro da comunidade e da experiência social, onde seja possível religar-se a norma à vida.<sup>83</sup>

---

<sup>83</sup> Para tanto – e esta é apenas uma hipótese incidental –, o narrador, se não pode ser um contador de histórias, poderia ao menos agir como um *bricoleur*. Segundo Gilda de Mello e Souza (2003, p. 11), “O *bricoleur* procura realmente a sua matéria-prima entre os destroços de velhos sistemas. No entanto, seu gesto é norteado por um objetivo lúdico, por uma sensibilidade passiva, e esta se submete sobretudo ao jogo das formas. Diante do elenco de detritos que tem sempre à mão, o *bricoleur* se abandona a uma triagem paciente, escolhendo ou rejeitando os elementos, conforme a cor, o formato, a luminosidade ou o arabesco de uma superfície.”

### 3. ACCOUNTABILITY: PARA COSTURAR O *CORPUS*

O primeiro capítulo desta tese apontou para a necessidade de restabelecer a narrativa, tomando para tanto uma definição básica corrente na teoria literária: narrativa é um contar eventos, articulando-os temporalmente e estabelecendo entre eles correlações. Para tanto, viu-se diante da necessidade de assinalar para um empobrecimento semântico da palavra e, no plano de fundo, da linguagem em que o termo 'narrativa' é utilizado e, inclusive, os meios e fins a que esse uso serve.

No mesmo capítulo, a tese realizou uma distinção entre a narrativa, que tende para a grafia, a universalidade e a abstração, e o contar história, que puxa para a oralidade, a localidade e a concretude. Neste ponto específico, a resolução sobre valores tradicionais proposta pela Rússia, e aprovada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, serviu como um caso exemplar de texto que contém uma contradição latente entre a localidade e a universalidade. O mesmo texto mostra como a resolução, de caráter normativo, carrega uma tensão interna entre localidade e universalidade, capaz de referenciar uma relação antagônica existente nas circunstâncias de tempo e ambiente em que a mesma resolução foi elaborada. Ao mesmo tempo, o primeiro capítulo associou a figura do contador de histórias ao presidente Vladimir Putin – sem dúvida, uma associação capaz de causar algum espanto –, a fim de mostrar que, a despeito das críticas que se lhe possam ser feitas, aquele presidente é capaz de restituir, por sua performance, uma experiência social concreta cujo repertório é, precisamente, vinculado à localidade.

Como se disse, a restituição da experiência à linguagem é o que está em jogo em todo o primeiro capítulo: é ela que marca o *nomos* que surge da experiência social, um *nomos* aberto ao devir da vida social. Em modelo esquemático, a esse *nomos* diretamente ligado à experiência opõe-se a norma escrita, genérica, abstrata, de vocabulário filtrado, sistematizada, replicada pela noção de universalidade. Nesta tese, essa norma de universalidade abstrata é aquela da ordem internacional dos direitos humanos e encontra como casa de localização as Nações Unidas. É dizer: a ONU é uma espécie de casa que localiza o centro da ordem jurídica do pós-2ª Guerra. Mas, como se viu, há aqui uma contradição: a ONU realiza diariamente uma produção normativa destinada a proteger a vida tomada como *bíos*, ou seja, a vida com dignidade. As circunstâncias do seu nascimento indicam que ela vem à cena

internacional em razão de um chamado (*klēsis*) e uma promessa (*emunah*): o chamado para zelar pela dignidade humana e a promessa de que esse chamado será cumprido onde quer que seja. Contudo, a dignidade humana tem natureza teológico-política, isto é, ela por definição remete a uma dimensão da experiência social, e, portanto, à localidade. Assim, o capítulo procura mostrar que os meios utilizados pela ONU são contrários aos fins – isto é, à promessa – que constituem a sua própria razão de ser. E é precisamente por meio da universalidade, tomada como ferramenta de organização formal, que a sua atividade normativa procura replicar, para todo lugar onde houver um indivíduo, a dignidade.

Em suma, as Nações Unidas produzem narrativas que tendem à abstração, à instauração de um tempo frio que embaralha os eventos distantes do centro irradiador da norma. De fato, trata-se de um contar eventos, de maneira grafada, de que resultam normas destinadas a enfrentar a resistência local.

Na sequência, o segundo capítulo recorta as resoluções produzidas pelo Conselho de Direitos Humanos sobre a Síria e a Líbia, de 2011 a 2012, no contexto da Primavera Árabe, a fim de explorar o uso de uma palavra singular, *accountability*, naquilo que este trabalho chama de narrativas de Genebra. Trata-se de uma palavra-chave para a tese, pois remete ao chamado e à promessa das Nações Unidas e, ao mesmo tempo, prova o alto grau de instrumentalização da linguagem em favor da constituição de uma ordem jurídica da maior abstração.

O terceiro capítulo, que agora se inicia, pretende dar continuidade aos capítulos anteriores, costurando-os com uma linha que percorre a representação anatômica das Nações Unidas, a ambiguidade interna à *accountability*, de caráter biopolítico, e a possibilidade de restituição da experiência social à ordem dos direitos humanos. Dessa forma, este capítulo propõe uma hipótese final: para restituir a experiência social à norma, para fazer atender ao chamado e à promessa que constituem a razão de ser da ordem jurídica pós-2ª Guerra, é preciso dar espaço ao contador de histórias. Em outros termos, é preciso dar espaço à potência imanente da norma e da vida. Por ora, apenas o gesto de Bouazizi, de colocar fogo no próprio corpo, soube restituir a experiência à linguagem. É preciso encontrar outros meios de fazê-lo.

### 3.1. A REPRESENTAÇÃO ANATÔMICA

Quando o espírito, como espírito que é, se liberta pela morte, também o corpo vê satisfeitos todos os seus direitos. Porque é óbvio que a alegorização da *phýsis* só pode consumir-se em toda a sua energia no cadáver. E as personagens do drama trágico morrem porque só assim, como cadáver, podem entrar no reino da alegoria. [...] Do ponto de vista da morte, a função da vida é a produção do cadáver. (BENJAMIN, 2013, p. 235)

É *sintomático* que as Nações Unidas sejam consideradas uma organização, constituída de órgãos decisórios, administrativos, legislativos. Que o seu referencial, no mundo jurídico, seja um apanhado de *treaty bodies*<sup>84</sup>, e que cada parte sua esteja bem localizada em outro apanhado de organogramas. Todos muito bem desenhados em cartogramas maiores, entre cujos órgãos os fluxos, como material da permanência, da continuidade, como o próprio sangue ou como a seiva –como aquilo que alimenta, integra, legitima e justifica, que veicula a vida por dentro ou por detrás do corpo –, são desenhados conforme o funcionamento desse mesmo organismo.

No seu recente livro sobre o Conselho de Direitos Humanos da ONU, Eric Tistounet (2020, p. 6) fez a seguinte apresentação:

O estudo da anatomia humana, é evidente, começa com uma análise do corpo como um todo. Não é possível conjecturar o que há dentro de um corpo se não se entende o funcionamento geral do corpo estudado. No que toca ao Conselho de Direitos Humanos, isso será feito de maneira sucinta, com base em uma descrição geral do Conselho e dos seus principais mecanismos.<sup>85</sup>

É como estar diante do quadro *A lição de anatomia do Dr. Tulp*, de Rembrandt: o médico Dr. Tulp preside a autópsia, que é acompanhada atentamente, de perto, por figuras ilustres do Renascimento europeu, dentre as quais estão Thomas Browne e

<sup>84</sup> Segundo o Alto Comissariado da ONU para Direitos humanos, 'treaty body' é expressão cunhada para designar "um comitê de especialistas, apontados para monitorar a implementação, por Estados-membros, dos direitos humanos internacionais essenciais dos tratados. Eles são chamados 'treaty bodies' porque cada qual é criado de acordo com as determinações previstas em cada tratado. Em diferentes e importantes aspectos, são independentes das Nações Unidas, ainda que recebam suporte do Secretariado-Geral e reportem para a Assembleia-Geral. São também referidos como "committee" ou "treaty-monitoring body". O texto, citado sob tradução do autor da tese, pode ser acessado no site: <https://www2.ohchr.org/english/bodies/treaty/glossary.htm#:~:text=Definitions,the%20treaty%20which%20it%20oversees>.

<sup>85</sup> A tradução é do autor da tese, sobre o seguinte original: "[The] Study of the human anatomy, quite clearly, starts with an analysis of the body as a whole. It is not possible to conjecture what lies within a body if there is no understanding of the overall body being studied. Insofar as the Human Rights Council is concerned, this will be done succinctly based on an overall description of the Council and its main mechanisms."

René Descartes. O homem que habitara aquele corpo tivera por ofício o roubo e essa expertise, que denotava também certa condição social, justificava a apropriação científica dos seus restos mortais. Sabe-se tratar de um ladrão precisamente porque o instrumento do roubo, o braço, é aberto: investiga-se a anatomia do corpo do infrator. Essa investigação não ocorre apenas na dimensão material, corpórea. Tem outra dimensão simbólica expressiva: a anatomia interior retrata a musculatura anterior, e não posterior; o antebraço, o pulso e a mão esquerdos estão invertidos, estão do avesso, estão errados, e é este erro uma das chaves de leitura daquele quadro. Isto é, o que se investiga é o erro, e não o acerto; o desvio, e não a via; o outro, em quem se encontra o erro e que, em contraste com o eu enunciador, e que ao fim serve como forma de identificação, de delimitação, deste eu inquisidor.



FIGURA 2 – A LIÇÃO DE ANATOMIA DO DR. TULP  
FONTE: Rembrandt (1632), óleo sobre tela, 169,5 x 216,5 cm, Rembrandt, Mauritshuis, A Haia, Países Baixos.<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> Figura extraída do livro *Rembrandt*, de Sandra Forty (2014, p. 34). Dedicar-se à figura uma página exclusiva, a fim de dar destaque e privilegiar a observação e recepção da obra. Serve, também, para uma pausa entre o fluxo de texto da tese.



Assim como no imaginário jurídico, na anatomia aquilo que não está direito está errado. Nasceu torto, adernado, e as causas da sua incorreção estão antes no próprio corpo e devem, por isso, ser investigadas com o corte da navalha. As soluções devem ser diretas, simples e visíveis aos olhos. Devem ser públicas, e não particulares, de modo a ingressar no grande *corpus* de uma ciência mediterrânea muito maior, destinada ao sucesso. Não por acaso o frei franciscano William de Okham (1287-1347) enunciou uma regra de ouro, posteriormente denominada “Navalha de Okham”, para o método da observação: a solução mais simples é a melhor solução e, portanto, deve ser preferida ante as demais. De modo que era preciso cortar no corpo uma linha reta para curá-lo ou para estudá-lo, verificando nele ou retirando dele a deformação dos órgãos.

Os estudos literários costumam chamar de *mimesis* a imitação, na literatura, de uma realidade pré-existente a ela. Em tais casos, a imitação executa um esquema como aquele proporcionado por Antonio Candido no ensaio *Dialética da Malandragem* (CANDIDO, 1970, 67-89)<sup>87</sup>. O texto é tomado como um quase aparte em que o mundo é reconstituído, por vezes minuciosamente; e o mundo é um lugar em que, igualmente, o texto é reorganizado e reconstituído:

A imitação de Aristóteles combina a percepção do trabalho literário como representação de alguma realidade pré-existente com a percepção de que o trabalho é, em si mesmo, um objeto, não meramente uma superfície refletora. O poeta não é subserviente à irracionalidade do concreto: a peça ou o poema tem sua própria forma natural e seu estatuto de objeto. (CHILDS & FOWLER, 2006, p. 120).<sup>88</sup>

Assim também ocorre com o imaginário, em que o mundo e a imitação, aqui tomada como a representação do corpo, alimentam-se mutuamente:

O fascínio causado pelo romance é tal que, por causa da sua dimensão representativa, faz emergir o problema da natureza da ficção a um ponto muito próximo de versões não ficcionais e familiares da realidade. A

<sup>87</sup> Neste ponto, Antonio Candido recebeu a influência decisiva de Erich Auerbach (2001), em *Mimesis*, cânon dos estudos literários do século XX.

<sup>88</sup> Tradução do autor da tese, com base no original: “Aristotle’s ‘imitation’ combines a sense of the literary work as the representation of some pre-existent reality, with a sense of the work itself as an object, not merely a reflecting surface. The poet is not subservient to the irrationality of the actual: the play or poem has its own natural form and objective status. In the Poetics tragedy is like an organism – it grows, achieves its prime (with Sophocles) and decays. The form has an imperative logic whereby (e.g.) the poet chooses a ‘probable impossibility’ rather than an event which though possible (even historical) does not follow ‘naturally’ in context. The poet ‘imitates’ best by allowing the work to achieve its own fitting formal excellence.”

inclinação dos romances para “atribuir ao imaginário a garantia formal do real”, sua dependência do reconhecimento e da sua relativa contingência formal, são dados essenciais: ainda que, evidentemente, ‘realidade’ não seja um objeto estável. Tais dados frequentemente levaram os críticos a ver o romance como, basicamente, espécie referencial ou mimética. (CHILDS & FOWLER, 2006, p. 157)<sup>89</sup>

Imitação e representação não são conceitos idênticos entre si: o primeiro está associado à performance, voltando-se imediatamente para o seu agir verbal e, portanto, está muito próximo da ação; o segundo, por sua vez, pode incluir o primeiro, isto é, pode-se representar por meio da imitação, da cópia, da emulação. No caso do quadro de Rembrandt, a representação anatômica reporta a uma maneira de conhecer o mundo e, por isso mesmo, aproxima-se das perguntas centrais da teoria do conhecimento. O que é conhecimento e como se pode conhecer?

Ockham distinguia três significados fundamentais: “Representar tem vários sentidos. Em primeiro lugar, designa-se com este termo aquilo por meio do qual se conhece algo; nesse sentido, o conhecimento é representativo, e representar significa ser aquilo com que se conhece alguma coisa. Em segundo lugar, por representar entende-se conhecer alguma coisa, após cujo conhecimento conhece-se outra coisa; nesse sentido, a imagem representa aquilo de que é imagem, no ato de lembrar. Em terceiro lugar, por representar entende-se causar o conhecimento do mesmo modo como o objeto causa o conhecimento” (*Quodl.*, IV, q. 3). No primeiro caso, a R. é a *ideia* no sentido mais geral; no segundo, é a *imagem*; no terceiro, é o próprio *objeto*. Esses são, na realidade, todos os possíveis significados do termo [...] (ABBAGNANO, 2012, p. 1007)

Dos significados descritos por William de Okham, a arte renascentista de Rembrandt se prevaleceu da representação na imagem. E não apenas como maneira de favorecer a experiência estética, senão como meio de contar o mundo, fazer saber dele, organizando no objeto artístico os princípios universais que, segundo o olho do pintor, organizam o mundo pintado. Essa escolha no modo de organizar o objeto da pintura está, como se viu, em:

Aristóteles, na sua *Poética*, enfatiza o termo [*mimesis*] para dar a ele uma função radicalmente diferente e ainda mais complexa: o poeta “imita” não os

---

<sup>89</sup> Tradução do autor da tese, com base no original: “The fascination of the novel is that, because of its representational dimension, it raises the problem of the nature of a fiction at a point very near to familiar, unfictionalized versions of reality. The propensity of novels towards ‘giving to the imaginary the formal guarantee of the real’, their dependence on recognition and their relative formal contingency, are essential features; though clearly ‘reality’ is not a stable object. These features have often led critics to see it as a basically referential or mimetic species.”

dados acidentais de um carácter em ação, mas o tipo universal, “vestido com atributos genéricos” (Coleridge). Aristóteles não argumenta por uma função simbólica ou emblemática da literatura (o que teria satisfeito Platão) mas por uma manifestação da ordem “natural” que, segundo ele, Aristóteles, estava presente, ainda que obscura, na experiência ordinária. (CHILDS & FOWLES, 2006, p. 120)<sup>90</sup>

Desse modo, pode-se dizer que a representação, enquanto *mimesis*, opera em duas instâncias:

1. a primeira delas, baseada na organização formal da obra segundo princípios tomados como universais – universal, neste caso, significa geral e recorrente – extraídos do mundo<sup>91</sup>;

2. a segunda delas, como encruzilhada entre a obra, o mundo e as circunstâncias históricas em que tanto um como outro são produzidos. Ou seja, a própria noção de que certos princípios podem ser tomados como universais, os limites de extensão e intensidade implicados nessa noção, são elementos decisivos para a representação da imagem. Se, no primeiro caso, a representação enquanto *mimesis* tensiona para se descolar da historicidade que marca os eventos, a própria relação entre a obra e o mundo puxa para a direção contrária e está completamente imersa no momento histórico em que ela se encontra.

*A lição de anatomia do Dr. Tulp* não é só representação da lição de anatomia do Dr. Tulp, ela é também o resultado de uma experiência singular que acusa uma tensão: a pretensão que tem o representante de que o objeto que representa decole em voo alto, descolando-se da vida ordinária; de outro lado, as condições históricas, decisivas, que marcam o representante, o objeto que representa e o objeto representado. Particularmente, a pintura *representa a maneira predominante de*

---

<sup>90</sup> Tradução do autor da tese, para o seguinte original: “Aristotle in his Poetics stretches the term to give it a radically different and more complex application: the poet ‘imitates’ not the accidental features of character in action, but the universal type, ‘clothed with generic attributes’ (Coleridge). Aristotle is not arguing for a symbolic or emblematic function for literature (only that would have satisfied Plato) but for a concrete manifestation of the ‘natural’ order he asserted was present (though obscured) in ordinary experience.”

<sup>91</sup> Não se trata, aqui, do universal abstrato, mas do universal concreto (HEGEL, 1995, p. 235-240). Se foram extraídos do mundo, os princípios não são abstratos, mas razoavelmente abstratos, sacados com razoabilidade dos fenômenos. A proposta de Hegel é coerente com o termo técnico de Aristóteles, *kathólou* (universal). Segundo Peters (1983, p. 124) “*Kathólou* é um termo técnico de Aristóteles, embora seja evidente a sua evolução em Platão (cf. *Ménon* 27a, Rep. 329d-e), Aristóteles define o universal no *De Interp.* 17a como ‘aquilo que pela sua natureza é capaz de ser predicado de vários objectos’, v.g ‘homem’ é um universal, Cálías é um singular. É frequentemente identificado com o género (ver *genos*; *Meta* 1049b, 1038b-1039), e é o verdadeiro objecto da ciência (*espisteme*; *Anal. post.* I, 87b-88a; *De an.* II, 417b).”

*representar* o mundo de Rembrandt, a ciência no mundo de Rembrandt, o corpo no mundo de Rembrandt, o médico no mundo de Rembrandt, o direito no mundo de Rembrandt. Não se perca de vista que o cadáver sob autópsia é de um infrator, o que, inclusive, caracteriza decisivamente a representação anatômica do corpo. Para o observador que lança a sua mirada desde o ano 2021 d.C., o quadro é representativo de uma tomada do mundo com feições anatômicas. Era essa também a forma de representação literária do Estado, do rei, do soberano, da linha dinástica, das guerras intestinas e das guerras externas, do direito: a vida e a morte, no contexto da natureza, serviam como orientação do ponto de vista a partir do qual a representação se estabelecia.

O mesmo ocorre na peça *Ricardo II* (1595) de William Shakespeare: a imagem da seiva das árvores é intimamente associada ao sangue dos reis, em cuja forma espessa corre a unção divina e, portanto, a legitimidade do soberano. Nessa mesma peça, a condição de direito natural da legitimidade para reger será questionada por William de Brolingbroke, primo do rei, homem distante na linha sucessória, mas eficiente e capaz de fazer a guerra em tempos modernos<sup>92</sup>.

A vocação para a representação anatômica como forma de reportar aos eventos contemporâneos, especialmente em matéria de política do Estado, confirma-se, ainda no século XVI, com o *Príncipe*, obra em que Nicolau Maquiavel faz ver que, no momento de formação dos Estados modernos, a legitimidade para reinar se alterou do rei de sangue para o rei capaz de gerir o reino. Além do mais, ele reconhece a separação corporal entre o corpo vivo do homem de carne e osso e o espectro do príncipe, duas figuras distintas uma da outra e, no entanto, encarnadas no mesmo homem. A imagem do rei já não pode se confundir com a do homem. Também o rei *Ricardo II*, uma vez preso, quebra o espelho onde antes estava a sua imagem: em um gesto de violência, rompe com a imagem do rei, para que reste apenas a imagem do

---

<sup>92</sup> A análise é explorada em um ensaio primoroso de Antonio Candido, do qual se ressalta a seguinte passagem (CANDIDO, 1996, p. 123-124): “A estrutura do poder no *Ricardo II* condiciona a ação dramática e o sistema simbólico, pois as situações e as imagens são geradas em grande parte pelo direito divino, a unção religiosa e a personalidade do rei. Assim, nas partes iniciais avultam as imagens ligadas ao sangue, veículo do direito divino, pois é o momento em que se define a legitimidade do mando e aparecem os atentados do rei à ordem que ele deve assegurar. No meio da peça avultam imagens vegetais e cósmicas, assim como referências à unção; elas marcam a crise do poder, com perda consequente da ligação mística entre rei e natureza, compreendendo-se que Ricardo se apegue a isso como tábua inútil de salvação. Na parte final, perdida a sua autoridade, destacam-se imagens materiais, que mostram a dissociação entre a função e a pessoa, pois Ricardo perdeu a realiza e se tornou apenas um indivíduo”.

homem ordinário. Ao mesmo tempo, estava em jogo uma separação entre o homem que deve agir segundo princípios morais e o homem que deve agir segundo os fins, isto é, aquele que é capaz de materializar a experiência para melhor gerir as coisas públicas.

Nesse sentido, a dissociação entre o compromisso com a moral e o compromisso com o reinado, nos termos de Maquiavel, não resulta no fim das alegorias fisiológicas com a política, mas lhes dá nova configuração. As guerras sucessivas por que passava a península itálica sugeriam um conjunto corporal em conflito<sup>93</sup>. Também data de 1571 a Batalha de Lepanto, em que sarracenos e cristãos brigaram pelas últimas ilhas do Mar Mediterrâneo e que significou outro marco de distinção discursiva entre hemisférios ocidental e oriental<sup>94</sup>. A partir de então, os sultões e xás serão vistos como líderes indolentes, reclusos em suas cortes, perdidos nas mil e uma noites dos haréns que forjavam para si à força de súditos, eunucos e mulheres privadas da liberdade sobre o próprio corpo. Nas cartas produzidas por cronistas de época, as imagens mais escabrosas e candentes davam conta de um temperamento incontrolável e todo o tempo submetido às vontades do corpo.

A anatomia do corpo representado é, também, a cartografia daquilo que se decompõe, que se desfaz, que se destrói e se torna coisa morta. A vida e a morte do corpo, como dois dados essenciais da natureza, tornam-se marcadores do início e do fim do objeto representado e são tomados como princípios gerais de organização formal da obra que representa o objeto. No caso muito particular do quadro de Rembrandt, ainda outra lição pode ser extraída: o corpo analisado já está morto e essa morte é a condição para uma análise que se pretende totalmente exterior ao objeto analisado. É preciso abri-lo e ver, afinal, como funciona a máquina dentro dele.

A noção de *organon* está aqui muito presente e será o modelo de constituição da representação do Estado moderno. Aquilo que é organismo, que é orgânico, que se organiza, que requer ordenação. Que tem pés para andar, pernas para sustentar, braços para alcançar, mãos para manipular, dedos para pressionar, tronco para erigir, e a cabeça para deliberar e decidir. Que tem, não menos importante, um espírito, um *animus* de ser, cujas motivações só podem ser buscadas por meio da representação.

---

<sup>93</sup> Sobre o assunto, cf. o livro de Alessandro Pinzani (2004), *Maquiavel & O Príncipe*, e a fonte primária (MAQUIAVEL, 2010).

<sup>94</sup> Cf. Konstam, 2013.

A *mimesis* que procede sobre a imagem do corpo humano é o modelo de representação dos Estados, em duas linhas:

1. a consolidação de categorias normativas com base no corpo: *organs, organisms, organizations, organograms, treaty bodies, members, parties, legal personality, natural persons* etc. A esse respeito, nada custa recordar a consulta emblemática, feita pelas Nações Unidas à Corte Internacional de Justiça, sobre se a ONU seria ou não detentora de personalidade jurídica. A partir do parecer positivo da CIJ<sup>95</sup>, não só as Nações Unidas como também outras organizações internacionais, por tabela dotadas de personalidade jurídica, ingressaram na ordem internacional com o estatuto jurídico mais elevado de todos;

2. o desenvolvimento e a sofisticação da representação anatômica que, além de oferecer terminologias-chaves circunscritas ao corpo humano, terminou por constituir o conjunto de imagens e formas de representação sobre o qual o direito internacional formou o seu *corpus* e o seu lugar no mundo. De tal maneira que a associação entre o objeto da representação e a própria representação sequer são percebidos como diferentes um do outro. É precisamente esse o caso da curta, mas elucidativa, afirmação de Eric Tistounet: *Não é possível conjecturar o que há dentro*

---

<sup>95</sup> Trata-se do parecer consultivo "Reparations for injuries suffered in the Service of the United Nations", proferido pela Corte Internacional de Justiça em 11 de abril de 1949. Segundo o relatório da CIJ, em tradução do autor da tese, "Como consequência do assassinato, em Setembro de 1948, em Jerusalém, do Conde Folke Bernadotte, mediador das Nações Unidas na Palestina, e outros membros da Missão da ONU na Palestina, a Assembleia Geral questionou a Corte sobre se as Nações Unidas teriam capacidade [processual] para provocar uma reclamação internacional contra o Estado responsável, com a finalidade de obter reparação pelos danos causados à organização e à vítima. Se a questão fosse respondida afirmativamente, perguntava-se em seguida se os meios de ação tomados pela ONU poderiam ser reconciliados com os direitos que, eventualmente, tinha o Estado da qual a vítima era nacional. No seu parecer consultivo de 11 de abril de 1949, a Corte decidiu que a ONU estava destinada a exercer funções e direitos que poderiam ser alcançados apenas com base na posse de uma grande extensão de personalidade internacional e de capacidade para operar sobre o plano internacional. Entendeu que a ONU tinha capacidade para trazer o caso à Corte e para atribuir-lhe o caráter de uma ação internacional por reparação em razão dos danos causados à organização. Posteriormente, a Corte declarou que a organização pode reclamar reparação não apenas pelo dano causado a si mesma, mas também pelo dano sofrido por vítimas e pessoas titulares do direito violado. Ademais, de acordo com a regra tradicional, caso o Estado de nacionalidade da vítima tivesse de exercer a proteção diplomática que lhe é garantida, a organização deveria ser vista, no direito internacional, como detentora de poderes que, ainda que não expressamente expressos na Carta [das Nações Unidas], são conferidos à organização como sendo essenciais à realização de suas funções. A organização pode requerer a designação de seus agentes para a realização de missões importantes em partes tumultuosas do mundo. Em tais casos, é preciso que os agentes recebam apoio e proteção adequados. A Corte, então, entendeu que a organização tem capacidade de reclamar a reparação apropriada, incluindo reparação pelos danos sofridos pelas vítimas ou por pessoas titulares dos direitos violados. O risco de possível conflito positivo de competência entre a organização e o Estado de nacionalidade da vítima pode ser eliminado ou por um tratado geral ou por um acordo particular, caso a caso." O original e a íntegra do parecer podem ser consultados em: <https://www.icj-cij.org/en/case/4>

*de um corpo se não se entende o funcionamento geral do corpo estudado. No que toca ao Conselho de Direitos Humanos, isso será feito de maneira sucinta, com base em uma descrição geral [...]*

De ponto 1 ao 2, ou seja, da passagem da palavra à forma de representação, tem-se também a passagem do 2 ao 1. O uso reiterado das categorias normativas de feições anatômicas, na sua potência criadora, atrai, para o entorno de tais categorias, determinados sentidos e os costura na representação anatômica, tal qual também o corpo é costurado depois do exame que lhe é feito. E a representação, por sua vez, proporciona o platô fundamental, a cartografia do corpo inteiro, e retorna às categorias normativas uma reafirmação de que, afinal, trata-se mesmo do corpo pintado por um renascentista. Um que morou, quem sabe, em um Estado conflagrado por disputas intestinas e guerras externas com outros Estados que, assim como o seu, estavam nascendo.

### 3.2. A RESPOSTA NO CENTRO DA ACCOUNTABILITY

A *accountability* é uma das categorias decisivas – é dizer, sem as quais haveria diferença para o quadro geral – do *corpus* da ordem jurídica internacional e, especialmente, nas resoluções do CDH analisadas no segundo capítulo desta tese. Está próxima da responsabilidade, outra categoria decisiva. De fato, as duas parecem manter entre si uma contiguidade semântica, sintática, uma função de uso na língua muito próxima e, sob perspectiva normativa, privilegiam a noção de resposta. Resposta diante de um dever não cumprido, diante de uma transgressão, carta de indenização dirigida a sujeitos, ou grupos de sujeitos, cujos direitos não foram observados. Há nas duas uma tensão presente: a resposta tem que ver com reação, isto é, a sua própria posição é de algo que vem depois, que vem a seguir, cujo sentido depende de uma tensão interior capaz de dirigi-las – à *accountability* e à responsabilidade – ao cumprimento da sua razão de ser, do seu chamado, como institutos normativos, e é esta a sua função, o seu modo de operar imediato. De maneira mediata, a resposta convoca, chama, ao cumprimento de uma obrigação em favor de um sujeito de direito. De todo modo, essa natureza de resposta põe, na base do instituto, uma alavanca que o inclina para um cumprimento, que o destina a reagir a uma provocação. A tensão está na sua base, como o nervo que salta no *corpus*

normativo em resposta aos movimentos que o contornam e que incidem sobre ele. O gesto de responder, na base de uma e de outra, depende dessa tensão, desta preparação normativa capaz de ativar regimes jurídicos em rede: a responsabilidade civil diante do ilícito mais ordinário, a responsabilidade criminal para o delito, a responsabilidade internacional que recai sobre o Estado, a responsabilidade internacional criminal que recai sobre o soberano.

Em todos esses casos, não é só a espécie de responsabilidade que é tensionada: trata-se de ativar uma rede mais ampla de disciplinas normativas, de discursos jurídicos, de regimes de linguagem, instituídos pelo direito positivado. Ainda além, trata-se de ativar os poderes da Justiça: academias, escolas, casernas, corporações, juízes, tribunais, cortes supremas, órgãos administrativos, cortes internacionais, órgãos de resolução de disputa. De modo tal que o poder de provocar uma resposta, o poder de responder, e o próprio exercício da sua instituição e da sua legitimação, ocorrem de maneira constante, perene, capaz de refazer-se, não só a partir de cima, das instâncias produtoras de norma positivada, mas sobretudo a partir de baixo, de forma ascendente, como difusas confirmações diárias da sua existência, capazes de fazer-se aglutinar e coagular, para pretender, então, constituir alguma unidade normativa, para pretender alguma coerência. Com essa forma de propagação, a resposta, ínsita ao emprego normativo da *accountability* e da responsabilidade, conduz-se como poder de propagação da resposta, poder de infiltração da resposta, como *um poder* específico de identificar resposta com poder. Um poder a ser exercido, uma falta presente – aquela a ser preenchida pelo reclamo diante da transgressão civil ou criminal –, um poder que sobe de todos os cantos, que cresce em rede, tal como Michel Foucault (2010, p. 26) o percebe:

O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles.

A responsabilidade e a *accountability* estão gravadas de normatividade: uma e outra são conduzidas pela norma e isso, por si só, já as inscreve na base de um poder muito específico, institucional, vinculado ao direito. E se por um lado a noção



de responsabilidade é, certamente, o instituto da dogmática jurídica dos mais analisados, por outro lado essa análise recorrente não se encaminha para o seu centro, isto é, para a sua função de resposta, para a sua tensão, mas antes para a sua relação diante da pretensão (*Anspruch*) que corresponde a uma obrigação vencida ou a um ilícito. Nesse ponto, falar em *accountability* desloca para outro lugar, para o próprio centro vivo da resposta, para um conjunto de noções que ela, a *accountability*, arrasta consigo. Um conjunto passível de determinação histórica, de ancoragem, neste caso, com as resoluções do Conselho de Direitos Humanos para a crise na Síria durante a Primavera Árabe.

Como tratou o segundo capítulo desta tese, dos tantos contrastes entre *accountability* e responsabilidade, um dos mais fortes é este: que o uso e a modelagem normativa fizeram da responsabilidade um instituto estruturado para o direito civil e o direito penal contemporâneos e que mesmo as suas variantes no âmbito da administração pública ou do direito constitucional recorrem a essa estrutura que vincula, necessariamente, a responsabilidade a uma pretensão. De outra parte, que o emprego textual da *accountability* é um fenômeno normativo, sim, mas que parte de outro *topos*, de textos e discursos fabricados alhures ao direito. Portanto, para que deles se prevaleça, o direito deve negociar com esses lugares, dentre os quais se destaca a política internacional no âmbito das Nações Unidas, uma instância paratópica. Para dentro desse novo lugar, a *accountability* arrasta consigo um regime de linguagem, uma prática enunciativa textual, que na dogmática jurídica internacional pública seriam, e são, tomadas como impurezas. Mas esse é, certamente, um problema de perspectiva; diga-se, uma dificuldade imposta *no e pelo* campo simbólico dos estudos publicistas, de realizar a sua própria metacognição, isto é, de perceber além dos limites normativos instituídos, diariamente, pelo próprio campo. O publicista não construiu para si olhos para ver o que constitui a falta residente na *accountability*: a falta de estrutura marcadamente vinculada a uma pretensão civil ou penal; a falta de mecanismos claros e robustos de coerção ou constrição física – econômica, financeira, geográfica, demográfica, diplomática, política; a falta de positivação nas convenções internacionais e nas ordens normativas nacionais; a falta de reconhecimento como instituto jurídico, uma falta da qual o próprio campo normativo é o principal responsável.

No entanto, quando se diz que essa falta se constitui por um problema de perspectiva, de mirada normativa, ao se deslocar dessa mirada pode-se, quem sabe, dizer que essa falta continua a ser uma falta, mas correspondente a um espaço de disponibilidade para novas injunções normativas capazes de abrigar outros recursos discursivos. Ou seja, outras formas de aproximação da linguagem. E é esse, precisamente, o exercício realizado com a *accountability*: ao ingressar em um paratopos muito específico, criado para si, ela arrasta consigo maneiras de instituir a resposta para além da pretensão. A rigor, eis a tese que se desenvolve desde o primeiro capítulo: que, atravessando o direito, a *accountability* constitui novas práticas discursivas e textuais, narrativas inclusive. Ela institui redes normativas; evidencia um chamado; injeta, na política dos órgãos de produção normativa, uma promessa vinculada ao político; provoca tensões intranormativas nas relações entre Estados. Essa condução ocorre em, e a partir de, um modelo muito específico: o biopolítico.

De fato, de dentro do *corpus* que a tese elege, a *accountability* é o nervo que salta no corpo, que dá evidência singular ao tratamento que a vida recebe no interior da política do Conselho. Isso porque, se a sua proximidade semântica a coloca ao lado da responsabilidade, e faz dela não só um signo contíguo, mas também cujos sentidos podem ser por ela, *accountability*, contidos, compartilhados e reconfigurados, ela própria, a *accountability*, produz um *plus*, uma deriva semântica para conter, compartilhar e reconfigurar sentidos não menos importantes.

### 3.3. A VERTIGEM DA ACCOUNTABILITY

Seja feita uma breve lista de traduções possíveis para as derivações do radical de *accountability*. “To account (for)” se traduz das maneiras mais várias: suprir; fazer valer; fazer jus; dar uma explicação; fazer um relato (“to provide an account”); ter êxito, em situações de guerra, em matar ou derrotar o inimigo. Além disso, há variadas locuções idiomáticas de uso corrente, no inglês, para *account*:

**call (or bring) to account** require (someone) to explain a mistake or poor performance.

**money of account** denominations of money used in reckoning but not current as coins.

**on someone's account** for someone's benefit.

**on account of** because of.

**on no account** under no circumstances.

**on one's own account** for oneself.

**take account of** consider with other factors before reaching a decision.

**turn to (good) account** turn to one's advantage.<sup>96</sup>

Em todos esses casos, note-se, o sentido de resposta ocupa uma centralidade importante. Ao seguir-se para o adjetivo *accountable*, tem-se a já vista locução “to hold someone accountable for”, que o Conselho reformulou, ainda, em uma eloquente redundância: “to hold to account those responsible” – o que, no português, torna firme a associação entre *accountability* e responsabilidade.

Mas há um sentido que é preciso colocar em evidência. Ainda no *Concise Oxford English Dictionary*, o verbete imediatamente após *accountably* é *accountant*, próximo de *accountancy*. São derivações do mesmo radical e que, além da estrutura morfossintática, compartilham um sentido forte: qual seja, o de contagem, o de contabilidade, o de contar. Contar não imediatamente uma história – de forma mediata, sim –, mas de um contar numericamente: números, soldados, tanques, cidades, feridos, desalojados, deslocados, refugiados, mortos, cadáveres. Repare-se, em inglês, na variante do radical ‘corpo’ atribuído a cadáver: *corpse*. Assim, a *accountability* traduz não apenas a contagem que ela conta; ela é o conceito que impõe ao texto novas condições de legibilidade das circunstâncias desse mesmo texto. Isto é, a contagem instaura uma nova ordem de aproximação da linguagem – portanto, um discurso – que não se volta apenas para a contagem que ela realiza, mas também instala a possibilidade de outras tantas contagens. O seu modo de proceder universaliza-se: coloca a série como uma possibilidade enunciativa de contagem numérica (imediata) e de um contar eventos (mediata).

Assim é que, por tantas vezes, o Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra, bem como a Comissão Independente de Investigação sobre a Síria, publicou números acumulativos que deram conta do crescimento do conflito entre o governo sírio e setores dissidentes. Números que apenas fizeram crescer e que, no início de junho de 2021, dez anos após o início da crise na Síria, indicavam o total de 3 milhões de pessoas sírias desalojadas de suas casas.

Faz parte da estratégia política do organismo internacional apresentar os números do conflito. Sobre o efeito retórico das listas, escreveu Umberto Eco (2010, p. 133):

---

<sup>96</sup> Entradas extraídas do *Concise Oxford English Dictionary* (versão eletrônica), na sua 11ª edição.

Desde a Antiguidade, a retórica sempre apreciou as listas ritmicamente escandidas e escandíveis, nas quais não importava tanto mencionar quantidades inexauríveis quanto atribuir propriedades a alguma coisa, de modo redundante, por amor da reiteração. Em geral, as várias formas de lista seriam incluídas naquela figura de pensamento que é a *acumulação*, vale dizer, sequência e emparelhamento de termos linguísticos pertencentes à mesma esfera conceitual. Neste sentido, a *enumeratio* é uma forma de acumulação que aparece como constância na literatura medieval, mesmo quando os termos listados não parecem coerentes entre si, pois se tratava de definir as propriedades de Deus que não podem ser ditas (como testemunha o pseudo-Dionísio Areopagita), a não ser através de similitudes dessemelhantes.

Bem se poderia pensar em duas operações semióticas em acontecimento: a similitude das variações que derivam do radical *account*, que é de ordem morfossintática e que, por constituir-se de variações, é *per se* repleta de dessemelhanças. Tais dessemelhanças são verificadas no emprego dos significados evocados com o signo linguístico utilizado: *to count*, *to account for*, *to be held accountable*, *to hold accountable those responsible for*, *accountability* etc. Ainda além, a sua repetição sintática promove, na narrativa, um efeito de aliteração não apenas na estrutura da frase – ou seja, como se a aproximasse da forma do verso –, mas também na estrutura narrativa, como se propusesse a abordagem enumerativa, sequenciadora, como um elemento de constituição do gênero literário em que ela se inscreve. Em outras palavras, a lista torna-se um gênero literário, mas neste caso com efeitos provocadores de uma resposta. Tal efeito retórico não é só apropriado pelo Conselho de Direitos Humanos, como também pelas organizações da sociedade civil que acompanham o conflito sírio, a exemplo do Human Rights Watch<sup>97</sup>, do Syrian Observatory for Human Rights<sup>98</sup> e do Syria Justice and Accountability Center<sup>99</sup>.

Mas não se trata, apenas, de recorrer ao efeito retórico das listas. Trata-se, ainda, de contar os mortos: de relatá-los, de colocá-los no relato, no relatório. De colocá-los, apesar de mortos, no texto vivo. Trata-se, sobretudo, de enumerá-los, de juntá-los, de amontoá-los, de catalogá-los, de colocá-los em um mesmo texto e em uma mesma história. De relatar não mais os sujeitos, mas a forma morta, e não viva, dos corpos: por isso, *corpses*, ominosa expressão que reúne, a um só tempo, o corpo

<sup>97</sup> <https://www.hrw.org/middle-east/n-africa/syria>

<sup>98</sup> <https://www.syriahr.com/en/>

<sup>99</sup> <https://syriaaccountability.org/>

e o cadáver. De produzir com os corpos um tanto, um montante, um monte que dê na vista. De causar vertigem, um dos efeitos possíveis da lista (ECO, 2010).

Tal efeito encontra, em certos casos, um cenário ominoso. Em *O que resta de Auschwitz*, Giorgio Agamben reconstitui a figura do Muçulmano (*Muselmann*) dos campos de concentração nazistas. **‘Muçulmano’, naquele caso, não designava a pessoa que aderiu a uma forma de vida religiosa, mas instituía uma denominação imprecisa, instável, que foi objeto de sua investigação** (AGAMBEN, 2008, p. 52-53):

A explicação mais provável remete ao significado literal do termo árabe *muslim*, que significava quem se submete incondicionalmente à vontade de Deus, e está na origem das lendas sobre o pretenso fatalismo islâmico, bastante difundidas nas culturas europeias já a partir da Idade Média (com essa inflexão depreciativa, o termo se encontra com frequência nas línguas europeias, especialmente no italiano). Contudo, enquanto a resignação do *muslim* se enraíza na convicção de que a vontade de Alá está presente em cada instante, nos menores acontecimentos, o muçulmano de Auschwitz parece ter, pelo contrário, perdido qualquer vontade e qualquer consciência.

Assim, muçulmano era a pessoa, frequentemente judia, que se prostrava em razão da desistência, do desânimo, que era submetida a um limite de radical instabilidade após sucessivas injunções do campo, injunções destinadas à sua despersonalização e à sua conversão – ainda mais radical – à inumanidade (AGAMBEN, 2008, p. 56):

Ou como figura nosográfica, ou como categoria ética, ou alternadamente como limite político e conceito antropológico, o muçulmano é um ser indefinido, no qual não só a humanidade e a não-humanidade, mas também a vida vegetativa e de relação, a fisiologia e a ética, a medicina e a política, a vida e a morte transitam entre si sem solução de continuidade. Por isso, o **seu “terceiro reino” é a cifra perfeita do campo, do não-lugar onde todas as barreiras disciplinares acabam ruindo, todas as margens transbordam.**

Note-se que, no texto de Agamben e nas citações por ele realizadas, o termo é utilizado apenas com desinência masculina. Neste caso, é pertinente indicar hipóteses de tornam o uso muito específico dessa palavra no campo de concentração:

1. que **‘muçulmano’ não é usado nunca como adjetivo, não tem função sintática qualificadora**, pois ele próprio opera com função sintática de substantivo;
2. o uso da desinência de gênero apenas masculino pode ser lido como uma associação entre o gênero masculino e o universal; especificamente no caso alemão, a desinência é “-mann”, que não designa diretamente a figura masculina, mas um gênero masculino contido na noção de humanidade;

3. aqui, essa aproximação com a ideia de humanidade causa uma instabilidade dentro da própria palavra, que designa, como se verifica, a inumanização;

4. tal instabilidade encontra correspondente no discurso, forma de apreensão da linguagem; e na história que só se vê narrada nos livros que chegam até o presente, mas que não pode ser contada em razão do esvaziamento da experiência. A esse respeito, é preciso retomar as lentes de Walter Benjamin sobre *O contador de histórias* (BENJAMIN, 2018, p. 130), trecho que reproduz também em *Experiência e Pobreza* (BENJAMIN, 2016, p. 85-90); e, ainda, as do próprio Agamben (2008, p. 44) sobre a impossibilidade do testemunho<sup>100</sup>.

É, no entanto, na continuidade de sua exposição sobre o muçulmano que Agamben (2008, p. 56-57) apresenta a imagem das mais aterradoras:

Não faz muitos anos que se tornaram públicas as películas que, em 1945, os ingleses filmaram no campo de Bergen-Belsen, logo depois de sua libertação. Fica difícil suportar a visão dos milhares de cadáveres desnudos amontoados nas fossas comuns ou trazidos às costas pelos ex-guardiães – corpos martirizados que nem sequer as SS conseguiam nomear (sabemos por um testemunho que não deveriam, de modo algum, ser chamados de “cadáveres” ou “corpos”, mas simplesmente de *Figuren*, figuras, bonecos). Mesmo assim, tendo em vista que, num primeiro momento, os aliados se propunham a servir-se destas gravações como provas das atrocidades nazistas para serem difundidas na própria Alemanha, nenhum detalhe do ingrato espetáculo nos foi poupado. A uma certa altura, porém, a câmara se detém quase por acaso sobre os que parecem estar ainda vivos, sobre um grupo de deportados agachados ou que vagueiam em pé como fantasmas. São apenas poucos segundos; no entanto, suficientes para nos darmos conta de que se trata de muçulmanos milagrosamente sobreviventes – ou, em todo caso, de prisioneiros muito próximos do estágio dos muçulmanos. Com exceção dos desenhos executados de memória por parte de Carpi, esta é, talvez, a única imagem que deles nos foi conservada. No entanto, **o próprio operador que até então havia pacientemente focado os desnudos estendidos ao chão, as terríveis “figuras” desarticuladas e empilhadas umas sobre as outras, não consegue suportar a visão desses seres semivivos e volta imediatamente a enquadrar os cadáveres.** (Grifos acrescidos)

O campo de concentração, porém, em vez de borrar a fronteira entre vivos e mortos, faz coisa diversa: traça uma linha entre o que é humano e o que não é, reduz os corpos a menos do que cadáveres (*corpses*), transforma-os em “figuras [*Figuren*],

<sup>100</sup> Segundo o autor, “[a] *shoá* é um acontecimento sem testemunhas no duplo sentido, de que sobre ela é impossível testemunhar tanto a partir de dentro – pois não se pode testemunhar de dentro da morte, não há voz para a extinção da voz – quanto a partir de fora –, pois o outsider é excluído do acontecimento por definição.”

bonecos”. Tais corpos eram amontoados e tornados indiscerníveis. Prevalencia sobre a figura de cada corpo a figura do monte. Poder-se-ia formular, com o vocabulário encontrado nas resoluções, que *those corpses amount to a pile of corpses* (tais corpos amontam, somam, em uma pilha de corpos); tomando a sua radical descaracterização, dir-se-ia que *those figures amount to a figure of an giant pile* (tais figuras amontam, somam, em uma pilha gigante). No entanto, a radicalização destacada por Agamben é ainda maior: ao lado das *figuras*, e da figura enorme do monte, uma imagem ainda mais assustadora: a dos muçulmanos semivivos, “um grupo de deportados agachados ou que vagueiam em pé como fantasmas”.

Uma vertigem se instala para a câmera filmadora e, portanto, para os olhos que dirigem a sua mirada. Além da contabilidade dos corpos, está a sua desclassificação para um menos que cadáver; a par dessa desclassificação, uma radical linha que, ultrapassada, marca-os de não humanidade e ainda menos do que isso. Mas a aproximação dos corpos promove um deslocamento da mirada: deixa-se de ver as figuras para que assome a figura total, o todo do Horror, que está muito além de cada uma das partes. Ocorre que, ao mudar de foco, a câmera dá com um grupo de semivivos – ditos muçulmanos – e está aí a mirada impossível de sustentar, impossível de contar-se, de registrar-se. Aquilo que é o inverso da miragem: a impossibilidade do horrível materializada, dinâmica, caminhante sobre a terra. Que está além do contar história, da experiência e, inclusive, da *accountability*: um mal vazio que tende à totalização.

É importante fazer esta viagem ao vértice mais baixo da biopolítica no século XX: ele é o limite que a promessa da dignidade procura, sem no entanto poder, alcançar. Tal vértice é o ponto distante, de miragem inversa, que provoca no mirador a sua vertigem.

Segundo Jeanne Marie Gagnebin, na apresentação ao texto de Giorgio Agamben (2008, p. 13):

Essa ausência de normas, de *nomoi*, faz do campo de concentração, paradoxalmente, o “paradigma biopolítico do moderno” (título da terceira parte de *Homo Sacer*), um novo *nomos*, portanto, que solapa as condições de possibilidade de uma construção ética clássica.

O novo *nomos* sinalizado por Gagnebin corresponde, na perspectiva de Agamben, à consagração do campo de concentração como sistema de organização

social que se estende para além do Terceiro Reich. Paralelamente, a constatação de Agamben sobre o uso do termo 'holocausto' ressalta a ambiguidade de origem nos campos de concentração, a saber, o uso que age contra o seu sentido forte, o de consagração por meio do sacrifício (AGAMBEN, 2008, p. 40):

A formação de um eufemismo, ao implicar a substituição da expressão própria por algo de que, realmente, não se quer ouvir falar, com uma expressão atenuada ou alterada, sempre traz consigo ambiguidades. Nesse caso, porém, a ambiguidade vai muito além. Inclusive os judeus recorrem a um eufemismo para indicar o extermínio. Trata-se do termo *shoá*, que significa "devastação, catástrofe" e, na Bíblia, implica muitas vezes a ideia de uma punição divina ("Pois bem, que fareis no dia da visitação, quando a ruína vier de longe?"). Mesmo que seja provavelmente a esse termo que se refere Levi, ao falar da tentativa de interpretar o extermínio como uma punição pelos nossos pecados, o eufemismo aqui não contém escárnio algum. Pelo contrário, no caso do termo "holocausto", estabelecer uma vinculação, mesmo distante, entre Auschwitz e o *olah* bíblico, e entre a morte nas câmaras de gás e a "entrega total a causas sagradas e superiores" não pode deixar de soar como uma zombaria. O termo não só supõe uma inaceitável equiparação entre fornos crematórios e altares, mas acolhe uma herança semântica que desde o início traz uma conotação antijudaica. Por isso, nunca faremos uso deste termo. Quem continua a fazê-lo, demonstra ignorância ou insensibilidade (ou uma e outra coisa ao mesmo tempo).

Esse uso "ignorante ou insensível, ou ambos" do termo 'holocausto' aponta para um meio de mistificação do evento, que o autor tantas vezes reputa indizível. O uso do termo designa uma regra de consagração do campo e, ao mesmo tempo, a resposta que lhe será dirigida por parte da comunidade internacional. Tanto o evento quanto a resposta ao evento estarão marcados por um tipo de sacralidade: de um lado, o horror indizível e sem testemunhas; de outro, a sistematização da ordem jurídica internacional centrada em um fundamento teológico, a dignidade da pessoa humana. O que se quer providenciar, a partir de 1945, é a *accountability* que não foi jamais realizada, no seu sentido protetivo, nos campos de concentração.

Aqui, mais um evento histórico que expõe a diferença entre *accountability* e responsabilidade. Porque, quando e onde foi possível, a responsabilidade civil, administrativa e criminal chegou, a exemplo do Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente (Tóquio, 1946) e do Tribunal Militar Internacional vs. Hermann Göring et al (Nuremberg, 1945-46). As respostas previstas na *accountability*, no entanto, foram apenas parcialmente satisfeitas, porque o campo semântico dela é mais amplo e abarca, além da responsabilização individual, o interrompimento e a reversão de uma lógica em operação que, neste caso, era o próprio campo. Quando se toma a



função retributiva da pena para discutir a tipologia e a imputação para crimes de genocídio, contra a humanidade, de guerra etc., a responsabilização frequentemente parecerá insuficiente, porque não há retribuição que corresponda ao prejuízo causado ao bem jurídico tutelado.

Até este momento, não há literatura assentada sobre o papel da *accountability* como meio de retribuição ou compensação, porque ela é percebida, de regra, como uma medida dissuasiva e não retributiva, embora possa vir a desencadear a retribuição – como se vê, por exemplo, na provocação do Tribunal Penal Internacional pelo Conselho de Segurança ou outro órgão das Nações Unidas. Resgate-se, contudo, os inúmeros sentidos com que *accountability*, e suas variantes, foram empregadas: conta, contagem, contabilidade, contar, prestar contas, responsabilidade. Retome-se, em seguida, a frequente injunção provocada pelo verbo *to call*, associado aos países-membros das Nações Unidas e, sobretudo, às partes envolvidas em um determinado conflito. Por fim, seja recuperada a associação entre o chamado e a promessa, que estão na base da Carta das Nações Unidas e da ordem jurídica dos direitos humanos instituída junto e a partir dela. O resultado é que a *accountability* tem um sentido para além da responsabilidade individual, e que está vinculado à preservação da dignidade humana como fundamento teológico-político de organização da ordem jurídica instalada. Que ela tenha sido utilizada cada vez mais nos últimos anos é apenas um indicativo de que o texto das Nações Unidas, e da política internacional *mainstream*, ganhou um vocabulário e uma sintaxe altamente especializados. O que não elide as tensões e ambiguidades de que ela participa.

### 3.4. BIOPOLÍTICA E NARRATIVA

A *accountability* caracteriza-se como instituto jurídico que comporta uma ambiguidade e uma tensão permanentes: do lado da resposta dirigida a uma falta – no caso do nascimento das Nações Unidas, uma resposta à falta de tutela da dignidade – determina o cumprimento de uma promessa; de outro lado, ao instituir a contagem como sentido forte, realiza um procedimento que também foi empregado pelos campos de concentração, qual seja, o de enumerar, alistar e reduzir os indivíduos a um montante a ser tutelado por meio da gerência. Esta redução dos indivíduos à cifra numérica, de modo gerencial, coloca a vida contabilizada no centro

da política realizada dentro das Nações Unidas. Em outras palavras, tanto a ordem jurídica internacional quanto a ONU colocam a vida humana no centro de suas operações, e isso ocorre de dois modos:

1. pela positivação do princípio da dignidade da pessoa humana, com a replicação normativa, por meio da universalidade, dos direitos afetos à dignidade: onde houver um ser humano, lá estarão a dignidade e os demais direitos que ela atrai;
2. pelo aprimoramento das formas de gerenciamento da vida, que ingressam na ordem jurídica e na política – mais adiante, se dirá, comunitária – feita dentro do Sistema ONU e de outros foros multilaterais.

Em outras palavras, essa mesma ambiguidade se constitui de uma biopolítica negativa, baseada na desproteção, e uma biopolítica positiva, baseada no controle e na regulação.

Não há uma só maneira de proceder, a partir do conceito de biopolítica, a uma leitura das formas pelas quais a vida foi tomada no recente século. A divergência de tratamento do conceito recomenda atenção aos marcos históricos de autores e autoras que tratam com a mirada biopolítica. Nesse ponto, Timothy Campbell (2017, p. 13-66) traça uma trajetória do conceito de biopolítica que passa por Michel Foucault, Giorgio Agamben, Antonio Negri e Michel Hardt, para então culminar no pensamento de Roberto Esposito<sup>101</sup>. Essa trajetória pode ser brevemente sintetizada em quatro colunas:

1. o exame que Michel Foucault faz do biopoder como categoria do controle dos corpos pelo governo, por meio de disciplinas geográficas, da saúde, da linguagem, das instituições jurídicas, da sexualidade;
2. a vertiginosa incursão que Giorgio Agamben faz aos campos de concentração nazistas, a distinção conceitual entre *zoé* (vida nua) e *bíos* (vida humana, provida de dignidade), e afinal o reconhecimento do estado de exceção como categoria política essencial da modernidade;
3. a associação promovida por Antonio Negri e Michel Hardt entre a centralização da vida e a produção da vida – o sentido, portanto, de uma biopolítica positiva – em *Multidão*. E no *Império*, primeiro livro da sua trilogia, embora o texto de Campbell não faça menção, a tomada das Nações Unidas, e das convenções

---

<sup>101</sup> Ainda outros autores serão assinalados por Campbell como participantes contemporâneos do debate sobre biopolítica, críticos, divergentes, ou simplesmente de vertentes distintas, como Peter Sloterdijk, Jean-Luc Nancy, Ronald Dworkin, Jacques Derrida e Judith Butler.

internacionais sobre direitos humanos do pós-2ª Guerra, como platô para a ordem mundial ainda em funcionamento nos dias de hoje.

4. Roberto Esposito, por sua vez, afasta-se da posição de Negri e Hardt sem, no entanto, deixar de propor uma biopolítica afirmativa. Ao mesmo passo, Esposito preocupou-se com a singularidade dos campos de concentração nazistas, dialogando, portanto, com Giorgio Agamben e, de forma especialmente crítica, em relação à indistinção que Foucault realiza entre o regime jurídico que ensejou os campos nazistas e as demais formas de controle e supressão da vida contemporâneas ao século XX. Nos três casos, Esposito concentra-se na dialética entre os conceitos comunidade (*communitas*) e imunidade (*immunitas*) com dois propósitos: desconstruir **“criticamente o enredo imunitário de biologia e política”** (CAMPBELL, 2017, p. 17) e oferecer, a partir do paradigma imunitário, uma categoria para entender como comunidade e imunidade continuam, permanentemente, agindo uma sobre a outra (CAMPBELL, 2017, p. 19).

Nenhum desses autores, porém, trata da biopolítica com as lentes da teoria literária (da teoria da narrativa, por exemplo), porque o objeto de sua investigação tem a amplitude dos processos e eventos históricos, dentro dos quais se destacam os campos de concentração. É certo que se pode pensar, com esses autores, em temas afetos à linguagem, à palavra dita ou escrita. No entanto, o caminho por eles realizado parte de um eixo marcado, respectivamente à ordem de apresentação, pelo biopoder e pelas formas de controle do governo, pelo estado de exceção, pelo poder imperial e, por fim, pelo paradigma imunitário. Assim, é interessante verificar que o termo *accountability* pode ser, em graus diferentes, observado a partir das lentes de todos esses autores, mas que, a rigor, o termo traduz apenas um momento, sem dúvida da maior complexidade, da biopolítica.

Dito isso, é necessária outra consideração: que é possível visitar a *accountability* a partir de todos eles, uma vez fixados alguns dos sentidos fortes com que ela foi empregada pelas Nações Unidas, frequentemente mediante a associação com a contagem, a prestação de contas, a responsabilidade e, afinal, a replicação normativa de um chamado e uma promessa. Trata-se de uma palavra que concentra, para cada um dos sentidos fortes que lhe foram textualmente atribuídos, graus diferentes de realização da biopolítica, isto é, daquela que centraliza a vida, que **“faz viver e deixa morrer”** (FOUCAULT, 2010), entre outras abordagens possíveis. Dizendo

de outro modo, as suas camadas de sentido podem corresponder a uma aparição específica da biopolítica, formando uma ponte textual entre o que está nas resoluções e relatórios que contam eventos e o que acontece nesses mesmos eventos. Assim, fica muito bem marcada uma das posições que a tese assinala no seu primeiro capítulo: o texto está ligado ao mundo por meio da linguagem. Esta posição apresenta uma justificativa avançada para adotar-se a teoria literária, porque se concentra na possibilidade de um texto (quase) à parte, paralelo ao contexto, embora nele inserido, um texto capaz de restituir a experiência.

A ambiguidade presente na *accountability*, assim, abre uma série de leituras sucessivas da biopolítica que correspondem a circunstâncias históricas diferentes que, de algum modo, são alcançadas pelo mandato das Nações Unidas.

A primeira delas tem a ver com a sua fundação e remete ao primeiro capítulo desta tese. As Nações Unidas *nascem* e, por isso, o sentido da vida lhes é imanente. O seu nascimento é uma resposta ao limite da biopolítica negativa, encarnado pelo evento dos campos de concentração, de modo que o sentido da morte também lhes é imanente. Tal nascimento é uma resposta à absoluta falta de proteção à dignidade humana, que, por sua vez, é normativamente reconstruída a partir de um princípio teológico-político, o da chama divina. Daí a sua força, no direito internacional público, de norma *jus cogens*, isto é, aquela norma prevalente que não pode ser vencida por nenhuma outra. Nesse sentido, as Nações Unidas e as declarações de direitos humanos estão assentadas sobre um terreno de princípios teológicos e deles retiram a sua fundamentação jurídica. Dentre esses princípios, ressalta a universalidade, reclamadora da onipresença da dignidade, responsável por replicar normativamente os demais direitos da ordem que ela instaura.

A segunda delas tem a ver com os mecanismos de controle que a ONU concentra logo ao instalar-se, nomeadamente aqueles que extrai das técnicas de governo disponíveis aos Estados que se congregam para instituí-la. Assim, também a ONU recorre à representação anatômica, à distribuição de competências administrativas, legislativas e jurisdicionais por órgãos, ao ideal de funcionamento orgânico. Também ela visa à administração de recursos financeiros e humanos, à maximização de resultados com nada mais do que o necessário de trabalho. Por isso mesmo, se antes dela a Liga das Nações não logrou adesão dos países de maior influência geopolítica no início do século XX, a própria ONU ao longo das décadas

alcançou a cifra de cento e noventa e quatro adesões. Essa adesão, por sua vez, aconteceu de forma entretecida, em que a atuação política de Estados soberanos se mistura com a política e a diplomacia dos foros multilaterais, com a votação na Assembleia Geral, com a participação, de difícil acesso, no Conselho de Segurança e, mais recentemente, com o advento do Conselho de Direitos Humanos em Genebra.

A terceira delas tem a ver com a constituição de um poder normativo de feições globais que, de seu centro decisório, ainda reproduz o traçado da sua fundação em 1945: Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e China ainda são os únicos membros permanentes do Conselho de Segurança. Tais assimetrias ganham ainda mais profundidade diante das condições de manutenção das Nações Unidas: seus financiadores são países do hemisfério norte, economicamente desenvolvidos, estrategicamente bem-posicionados, encabeçados pelos Estados Unidos. Embora conte com seis idiomas oficiais – inglês, francês, espanhol, mandarim, árabe e russo – é certo que o inglês impera como língua-geral de comunicação. É, de fato, a matriz em que o vocabulário e a sintaxe da ordem internacional são gestados. Os *headquarters*<sup>102</sup> da ONU e dos organismos a ela vinculados, onde localizadas as maiores autoridades e centros de comando, estão situados em cidades e países com uma posição econômica e geopolítica privilegiada: Nova Iorque, Genebra, Viena, Paris, Bruxelas.

A quarta delas, finalmente, tem a ver com a universalidade das normas, que opera como aquela que transporta, para todos os cantos, um determinado comando. É também a universalidade dos direitos com que se trama a relação entre comunidade e imunidade, ou seja, é em relação à universalidade proposta pela comunidade internacional que as regiões locais respondem imunitariamente e provocam, da própria comunidade, outra resposta imunitária. Se o *múnus* se constitui pelo dom que os indivíduos devem ao bem comum, a imunização é o mecanismo por meio do qual essa dívida é, ainda que temporariamente, suspensa ou neutralizada. Segundo Roberto Esposito (2017, p. 65),

---

<sup>102</sup> Mantém-se o original em inglês e se chama a atenção para, também aqui, a justaposição cujo prefixo tem referência anatômica, a cabeça. O equivalente em português, 'quartéis-generais', não traduziria bem o sentido literal da palavra composta por justaposição: 'quartéis-cabeças'. Aliás, nada custa mencionar que esta é uma perda irrecuperável das traduções excessivamente preocupadas com a inteligibilidade dos falantes da língua-destino: perde-se aquilo que Walter Benjamin chama de "espírito-da-linguagem" (2018, p. 9-28; 87-116), ou seja, a realização do espírito não *por meio* (forma instrumental), mas *na* linguagem.

Reconduzida à sua raiz etimológica, a *immunitas* se revela a forma negativa ou privativa da *communitas*: se a *communitas* é a relação que, vinculando seus membros ao compromisso de doação recíproca, põe em perigo sua identidade individual, a *immunitas* é a condição de dispensa dessa obrigação e, logo, de defesa diante de seus efeitos expropriatórios.

Assim é que se estabelece, entre as Nações Unidas e os atores internacionais, uma relação que, tendo por fio condutor a vida, é reciprocamente imunitária. Essa reciprocidade pode ser vista a partir do binômio dentro-fora, mas é importante lembrar que a imunização ocorre internamente à comunidade – neste caso, a comunidade internacional, conjunto que abrange subconjuntos de comunidades locais. A comunidade de valores tradicionais responde à comunidade internacional – e esta é, por sua vez, uma reação interna à comunidade internacional – procurando meios de imunizar-se em relação a ela; e a ordem normativa prevalente da comunidade internacional, por sua vez, resiste à comunidade local, também procurando meios de imunizar-se, ou seja, de desobrigar-se de reconhecer a proeminência de valores locais quando eles sejam contrários aos princípios da ordem internacional.

Pode-se encontrar nas Nações Unidas uma outra dimensão da biopolítica, ainda positiva, ligada ao papel que a comunidade internacional lhe conferiu, o de reconduzidora da vida ao centro da ordem internacional, sem dispensar dos meios que foram até antes dela engendrados, inclusive um poder judiciário, um poder legislativo e um poder executivo, correspondentes à Corte Internacional de Justiça e outras cortes, à Assembleia legislativa e demais órgãos produtores de normas; e, afinal, ao Secretariado-Geral, que funciona a uma só vez como cabeça de governo, gerencialmente, e como de cabeça de Estado, diplomaticamente, mas de uma organização intergovernamental. Uma vez que a ONU trabalha, nesses três campos, por meio da atividade normativa, é justamente por meio da norma que deve realizar o seu propósito histórico de reconduzir a vida e a dignidade humanas ao centro do debate.

Pode-se afirmar que a biopolítica encontra o seu lugar no texto e que:

1. é escrita em um idioma específico e que a escrita é determinada pelas, e determina as, relações que mantém com esse idioma, o inglês;
2. que ela serve para produzir normas de interesse primário e secundário – isto é, que irradiam tanto para dentro como para fora do sistema das Nações Unidas;

3. que essa produção normativa, e todas as demais atividades, são acompanhadas por procedimentos de recontar histórias de caráter narrativo e que, embora se prevaleça dos relatórios como gênero de texto, tais relatórios visam mais à informação do que à experiência; mais ao relato do que ao testemunho; mais à diplomacia, fria, do que ao evento local, quente.

É esse *paratopos* no texto que justifica, portanto, uma abordagem capaz de alinhar a recapitulação, espera-se crítica, da biopolítica com as narrativas de Genebra. O texto serve como modelo de um mundo que abarca o remetente provocado por um chamado, a promessa da dignidade dirigida a um destinatário, a própria dignidade como centro teológico-político de fundamentação da ordem, a universalidade abstrata como mecanismo formal de expansão e replicação da dignidade e direitos a ela afetos etc. O texto trata da regulamentação interna do sistema, com foros judiciais, legislativos, academias, exércitos, hospitais, disciplinas, etiqueta diplomática, temas de tendência, cartilhas de comportamento. O Conselho dos Direitos Humanos é, por sua vez, um órgão material que resulta do texto e que, uma vez nascido, produz mais texto.

Nesse texto, que por sua vez reúne uma série de relatórios e resoluções tomados com um recorte dos anos de 2011 a 2012, a *accountability* realiza duas operações:

1. tratada como signo, é submetida a sucessivas escritas que sedimentam, para ela, os sentidos da contagem, da contabilidade, da prestação de contas, e da responsabilidade;

2. como elemento morfossintático, ou seja, dotado de uma forma e uma função sintáticas constituídas por meio da escrita sucessiva, da repetição, da distinção, opera como dispositivo capaz de organizar toda a disciplina da responsabilidade internacional diante do chamado a que os Estados são convocados.

Nesse texto, a *accountability* deixa o seu caráter meramente de gestão interna das atividades realizadas por países integrantes das Nações Unidas e é atraída para o campo das responsabilidades. Ao lado delas, porém, a *accountability* se constitui como um instituto diferente, porque remete a uma série de eventos dos quais a responsabilidade não dá conta. A responsabilidade está, no máximo, investida do poder de limitar, ou mesmo exaurir, um direito pertencente àquele que descumpriu a obrigação que sobre si recaía. É dizer, pode um sujeito que cometeu um dos crimes

previstos no Estatuto de Roma ser responsabilizado pelo Tribunal Penal Internacional e cumprir pena em regime fechado. Mas essa retribuição jamais será capaz de indenizar pela perda histórica provocada pelo genocídio. A *accountability*, porém, tem essa pretensão: ao ancorar o chamado aos seus mecanismos de coerção e censura, sem falar necessariamente na sanção, ela a um só tempo torna evidente:

1. uma promessa relacionada a esse chamado, a de preservação da dignidade, e assim confirma o papel da ordem jurídica internacional, então encarnado nas Nações Unidas;

2. que, ao colocar a produção da vida no centro da sua política, as Nações Unidas realizam uma forma de biopolítica positiva, mobilizando para isso, inclusive, os meios de gestão da vida que são compartilhados com a biopolítica negativa que, por sua vez, traduz-se no evento histórico diante do qual a ordem dos direitos humanos se põe como resposta.

A *accountability* atrai, por fim, outra tensão ínsita à ordem dos direitos humanos: aquela entre a universalidade abstrata e a localidade, porque a promessa à qual ela se reporta, a da dignidade, depende necessariamente da universalidade para replicar-se normativamente. Assim, ela pretende instalar uma ordem jurídica que paira sobre todos os sujeitos, onde quer que eles se encontrem, e apela à figura divina, censora, que sabe de todas as coisas. A diferença e a cor local só lhe interessam na medida em que afirmam os princípios e, por tabela, a ordem que a dignidade instaura.

Se, no entanto, a localidade propõe um conteúdo normativo contrário à norma que a universalidade impõe, desencadeia-se de ambos os lados uma sucessão de reações que, centralizadas na vida, podem ser denominadas biopolíticas e, neste caso, imunitárias. Chega-se, assim, à proposta teórica de Roberto Esposito, com a seguinte especificidade: de que, a partir de então, pretende-se ver no detalhe do texto, **na palavra ‘*accountability*’**, o mecanismo de realização da imunidade que ocorre, reciprocamente, entre os direitos ditos universais e os locais.

No mesmo conjunto de tensões, surge ainda outra: aquela entre a narrativa grafada e o contar histórias do testemunho. A *accountability* está inserida em resoluções e relatórios que, apesar de recontarem eventos, recontam-nos por meio da enumeração, da contabilização, do alistamento; que embaralham, a seu modo, acontecimentos diversos que denunciam a quebra da promessa, de modo a instaurar um tempo narrativo acima dos acontecimentos. Tais narrativas não oferecem,



devidamente, espaço para o testemunho constituir-se, nem para o contar história por parte daqueles que a vivem. Por um lado, produzem informação – e não restituem a experiência – e, por outro, provocam resposta ao descumprimento de um chamado, uma resposta já determinada pela ordem de direitos estabelecida.

Pode-se dizer com a *Tese VII* de Walter Benjamin (2016, p. 12), ainda, que tais narrativas contam a história dos vencedores:

Mas, a cada momento, os detentores do poder são os herdeiros de todos aqueles que antes foram vencedores. Daqui resulta que a empatia que tem por objeto o vencedor serve sempre aqueles que, em cada momento, detêm o poder. Para o materialista histórico não será preciso dizer mais nada. Aqueles que, até hoje, sempre saíram vitoriosos integram o cortejo triunfal que leva os senhores de hoje a passar por cima daqueles que hoje mordem o pó. Os despojos, como é de praxe, são também levados no cortejo. Geralmente lhes é dado o nome de patrimônio cultural.

Diante do universal abstrato, o que é o local, o particular? Os *nomoi* do mujique, do quirguiz, das imagens fulgurantes do Oriente que, desde as *Cartas Persas*, de Montesquieu, e do *Divã Ocidente-oriental*, de Goethe, ressoam como elemento de cultura que só será incorporado se passível de ser codificado – pode-se, inclusive, falar em *formalizado* – pela universalidade. Os feriados sagrados do Islã, a exemplo do início e do fim do Ramadã, são incorporados ao calendário oficial das Nações Unidas, mas porque passíveis de universalização. Tratados como despojos do cortejo pós-colonial, “[g]eralmente lhes é dado o nome de patrimônio cultural”.

Na mesma *Tese VII* (BENJAMIN, 2016, p. 12-13),

Eles poderão contar, no materialista histórico, com um observador distanciado, pois o que ele pode abarcar desse patrimônio cultural provém, na sua globalidade, de uma tradição em que ele não pode pensar sem ficar horrorizado. Porque ela deve a sua existência não apenas ao esforço dos grandes gênios que a criaram, mas também à escravidão anônima dos seus contemporâneos. Não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie.

Documento de cultura significa, para Benjamin, aquele que é tributário de uma tradição. No caso de que se trata, especialmente, o documento que só incorpora o *nomos* local se ele for passível de ser traduzido, convertido, trocado, pelo *medium* da universalidade. Pelo *medium* da universalidade, e não da experiência. Isto é, portanto, tudo aquilo na localidade que não confirma o conteúdo transmitido pela universalidade, ou é por ela convertido em patrimônio cultural ou é, então, sujeito aos

mecanismos de coerção ou dissuasão disponíveis na ordem internacional, dentre os quais se encontra a *accountability*. Segundo Benjamin, esse documento é, também, **documento de barbárie, porque revela o negativo da história, “a escravidão anônima”** dos contemporâneos que, ainda que participantes da narrativa gravada no documento, de regra por meio da patrimonialização – a palavra não poderia ser mais adequada –, não têm lugar algum, não podem reverberar o seu *nomos* local, nem mesmo dar testemunho. Haver um documento de barbárie significa, além do mais, haver um esvaziamento da experiência:

1. a norma realiza-se *pela* linguagem e já não mais *na* linguagem, o que **esvazia a linguagem de sentido**. Assim, a **banalização da terminologia ‘narrativa’** tem outro sentido, a saber, que o próprio emprego do recontar eventos está submetido a um esvaziamento da experiência e tende, cada vez mais submetido pelo gênero dos relatórios e resoluções, a tornar-se informação;

2. o modo de operar das narrativas de Genebra veda aos sujeitos o acesso ao contar de suas histórias, ao seu testemunho, depoimento que só será tomado de forma marginal, não principal, e que será admitido mediante o filtro gerencial da organização.

É um senso comum equivocado aquele de que a ordem internacional é inativa ou inefetiva: ela opera, a todo o tempo, uma permanente forma de imunização da universalidade abstrata em face da experiência local. No caso específico, a partir da sedimentação da *accountability* como mecanismo gerencial de reposicionamento da vida, isto é, como biopolítica positiva da ordem instaurada. O estabelecimento formal dos direitos a que ela se reporta, e em última instância da própria dignidade, só é possível mediante o reforço da universalidade como um princípio de organização formal da ordem jurídica. Mas a universalidade provoca da localidade, igualmente, uma reação imunitária disposta a expulsar da norma o conteúdo contrário ao costume local. As suas versões mais radicais, e em certos casos extravagantes, podem ser conferidas na resolução submetida pela Rússia<sup>103</sup>, e enfim aprovada pelo Conselho de Direitos Humanos, em 2012. De regra radicalizantes e habituadas a flertar com o mais elevado grau conservador, as insurgências contra a universalidade dos direitos colocam em evidência que essa universalidade, ao fazer a viagem dos centros do poder local para as beiras do mundo, pela via do texto, chega também desprovida da

<sup>103</sup> A resolução foi comentada no tópico 1.3 desta tese e pode ser acessada no seguinte link: A resolução pode ser consultada, no contexto da 36a reunião do CDH, nas páginas 26 e 27 deste link: <https://undocs.org/A/67/53/Add.1>

experiência do mujique, do tunisiano Bouazizi e de qualquer outro contador de histórias. Não só dele como de toda a aldeia que ele conta.

É curioso, e mesmo singular, que a *accountability* apresente diversas variações que reportam ao ato de contar. Note-se, ao ato de contar e não de narrar. Cada vez mais inclinada para a instituição das responsabilidades civil, criminal, administrativa etc., com o acréscimo de que ela pretende ir além e cumprir a promessa de dignidade – a *emunah*, a verdade existente no pacto de deus com a humanidade –, a *accountability* ingressou para o terreno da contagem de eventos, dos números, da enumeração, do alistamento, da adoção de uma língua, da uniformização do vocabulário, da atração de regimes jurídicos, do posicionamento de órgãos decisórios, da fertilização cruzada de institutos jurídicos. Não logrou, contudo, atender à expectativa das vozes radicais da localidade que, sem o mesmo domínio da máquina normativa que instrumentalizou a linguagem dos direitos humanos, promovem a sua forma muito particular de insurgência, justamente reafirmando a sua experiência, contando a sua história. A narrativa e o contar história, assim, revelam-se como dois polos em tensão, uma tensão simultânea àquela entre comunidade e imunidade.

Ao fim de *Bíos: Biopolítica e filosofia*, Roberto Esposito (2017, p. 230) oferece um lugar de começo para a biopolítica afirmativa como resposta aos campos de concentração nazistas:

O terceiro dispositivo imunitário do nazismo – em cujo **avesso** se há de buscar os traços de uma biopolítica afirmativa – é constituído pela normativização absoluta da vida.  
(Grifos acrescidos)

Deve-se buscar os traços de uma biopolítica afirmativa no *avesso* da normatização absoluta da vida, uma tal que é identificada com a normatização do próprio espaço em que o estado de exceção se constituiu por meio da suspensão da constituição vigente (ESPOSITO, 2017, p. 231)<sup>104</sup>:

Como foi sustentado, mais do que uma simples lacuna normativa o estado de exceção é a abertura de um vácuo de lei voltado a salvaguardar a vigência da norma por meio da sua desativação temporária.

---

<sup>104</sup> Neste ponto, Esposito expressamente refere-se a Giorgio Agamben, em *O estado de exceção*.

Ainda assim, ocorre que a normatização absoluta da vida pode ter por fundamento jurídico mais alto uma ordem jurídica baseada na proteção da vida, em um fazer viver que não admite deixar morrer. É este o caso da ordem dos direitos humanos formalizada pela Carta da ONU, pela Declaração dos Direitos do Homem e os demais tratados e documentos que vieram **a partir de então**. O termo ‘admitir’, nesse caso, é bivalente e significa ao mesmo tempo:

1. a inaceitabilidade da morte como integrante da vida que a norma regula;
2. o não reconhecimento de que essa ordem, baseada na formalização dos direitos por meio da universalidade, inevitavelmente deixa morrer, isto é, não é capaz de, por si mesma, realizar a inclusão de todos os modos da vida tomada como *bíos*. Desse modo, a ordem nazista e a ordem dos direitos humanos apresentam simetrias que, confrontadas, causam estranhamento pelo grau de semelhança e pelo horror que provocam. De um lado, a ordem baseada na *zoé*, de outro, a ordem baseada na obrigação moderna, em especial hobbesiana. Roberto Esposito (2017, p. 234), referindo-se a Spinoza,

[...] falaria da substituição de uma lógica da pressuposição por uma lógica da imanência recíproca.

[...] norma e vida não podem pressupor-se mutuamente porque fazem parte de uma única dimensão em contínuo devir.

[...] Quando numa famosa posição do *Tratado político* escreve que “cada coisa natural recebe da natureza tanto direito quanto poder de viver e agir”, ele também está pensando numa “norma de vida”, mas num sentido que, em vez de implicar uma à outra, as funde num mesmo movimento que entende a vida já normativizada desde sempre e a norma naturalmente provida de conteúdo vital. Ela não é mais, como no transcendentalismo moderno, o que do exterior atribui ao sujeito seus direitos e deveres, consentindo-lhe o que é lícito e vedando-lhe o que é proibido, mas a modalidade intrínseca que a vida assume na expressão da sua incontrolável potência de existir.

Este ser a “modalidade intrínseca que a vida assume na expressão da sua incontrolável potência de existir” pode ser tomado como a consagração máxima da *bíos*, porque não recai sobre *uma* vida qualquer, mas sobre *a* vida, sobre a centelha vital, a chama divina que, no repertório teológico-político dos direitos humanos, caracteriza a dignidade da pessoa humana. Também nesse sentido, ao retomar o último texto de Gilles Deleuze, *L’immanence: une vie...*, Roberto Esposito (2017, p. 243) diz que:

Diria que seu núcleo “teórico”, mas poderíamos dizer “biofilosófico”, esteja no ponto, ao mesmo tempo de enlace e divergência, entre a vida e justamente

uma vida, onde a passagem do artigo definido para o indefinido tem a função de assinalar a ruptura do traço metafísico que conecta a dimensão da vida à da consciência individual: há uma modalidade do *bíos* que não se pode inscrever nos limites do sujeito consciente, e por isso não reconduzível à forma do indivíduo ou da pessoa.

Essa passagem, como as demais, tem um forte e bonito efeito literário, que está baseado no princípio de contiguidade e não separação entre norma e vida, capazes de se reconhecerem uma na outra, de modo a poder-se achar “na vida sua norma imanente” e devolver “à norma a potência em devir da vida” (ESPOSITO, 2017, p. 246). Poder-se-ia dizer que recuperar a *bíos* depende da restituição “do traço metafísico que conecta a dimensão da vida à da consciência individual” (ESPOSITO, 2017, p. 246). Esta é a singularidade da vida, e não de *uma* vida, capaz de provar, pelo contato próximo com a morte, como a morte institui as condições de cognoscibilidade da vida e como

[...] o que se julga anormal não só está incluído, com uma caracterização determinada, na norma, mas se converte em sua condição de cognoscibilidade e, **previamente, de existência**. Por isso, “o anormal, logicamente segundo, é existencialmente primeiro”. O que seria, e como se definiria, uma regra fora da possibilidade de sua infração? (ESPOSITO, 2017, p. 240).

O anormal, diante dos comandos normativos replicados pela universalidade abstrata, é a localidade, expressão da vida no seu incontável devir. A localidade é da ordem do fogo: sua chama se consome no tempo presente; alastra-se para suas imediações, de forma desordenada; produz, a partir do seu fluxo, o seu *nomos* particular. Esse *nomos* é da ordem do acontecimento, é absolutamente singular. A universalidade, situada em outro tempo, assenta-se na fria positividade dos tratados, na deliberação cansada das resoluções, na entrega sempre posterior dos relatórios, na transição de longo prazo.

Neste caso, tem-se o seguinte esquema: a dignidade da pessoa humana está no centro da ordem jurídica pós-2ª Guerra; é o conteúdo da promessa e o motivo primeiro do chamado; mas ela é, também, replicada – isto é, repetida, reproduzida – nos textos produzidos pela ordem jurídica por meio da universalidade; a universalidade, assim, é um princípio formal de organização, por definição inclinada à totalidade. As resoluções e relatórios de que a tese trata se prevalecem da forma narrativa para contar eventos, estabelecendo entre eles uma relação, e centralizam a

*accountability* como mecanismo de consecução dos seus objetivos. Precisamente nesse ponto, contudo, a narrativa marcada pela universalidade abstrata diverge do contar história marcado pela localidade, porque é o contador de histórias, e não o narrador, aquele capaz de restituir a experiência à linguagem. É delas que provém a tensão dentro da norma, o antagonismo sem agonismo, de que trata Chantal Mouffe (2015, p. 7-8)<sup>105</sup>, capaz de entrever-se também na justaposição entre preâmbulo e a seção de comandos na resolução sobre valores tradicionais da Rússia.

Ainda que inclinada para um forte conservadorismo, a demanda local que evoca valores tradicionais, os costumes da terra, a obrigação de não-fazer – a saber, de tolerância – por parte do outro, apesar de toda a pretensão expansiva que também a caracteriza, no mínimo ela tem condições de chamar a atenção para a indisposição ao diálogo estabelecida pela ordem que toma a dignidade da pessoa humana como direito fundamental. A ordem jurídica é, nesse sentido, resultado da história dos vencedores. Ela se integra e serve a uma biopolítica positiva em duplo sentido: de regulação positiva e de produção da vida, mas não a biopolítica afirmativa cujos traços, segundo Esposito, deve-se buscar no avesso da normatização absoluta da vida. Para tanto, ele sinaliza para filosofia de Spinoza

[...] exatamente na medida em que ela permanece exterior ou lateral em relação às linhas vencedoras da tradição jurídica moderna.

[...] se devesse condensar numa só expressão a passagem categorial mais significativa que ela produz no que se refere à relação entre norma e natureza, entre vida e direito, falaria da substituição de uma lógica da pressuposição por uma lógica da imanência recíproca. Spinoza não nega, mas não remove, como outros filósofos, o nexo entre os dois âmbitos. Mas o dispõe numa forma que o situa nos antípodas da que assumirá na semântica nazista: norma e vida não podem pressupor-se mutuamente porque fazem parte de uma única dimensão em contínuo devir. (ESPOSITO, 2017, p. 234)

Norma e vida podem ser entendidas, aqui, como a ordem jurídica e a *bíos*, mas a *bíos* recomposta pela localidade, isto é, pela experiência social. Em outras palavras, trata-se de restituir a passagem, de apagar a ruptura, entre *uma* vida, expressa pela norma que se descolou da experiência social local, e a vida, que surge como evento singular da própria localidade e é capaz de contar a sua própria experiência.

---

<sup>105</sup> O trecho foi transcrito nas páginas 19 e 20 desta tese.

### 3.5. RESTITUIR A EXPERIÊNCIA

A *accountability* integra a narrativa das resoluções e relatórios proferidos pelo CDH sobre a Síria, e a Líbia, entre os anos de 2011 e 2012. Não só integra, como desempenha papel principal, consolidando no caso concreto uma modalidade de resposta vinculada à promessa e ao chamado ínsitos às Nações Unidas, quais sejam, de zelar pela dignidade humana. Dez anos passados, os conflitos internos conflagrados pela Primavera Árabe ainda permanecem, na Síria, na Líbia e na Tunísia, agora inseridos em um quadro de agravamento das crises no Líbano, após a explosão do cais em Beirute em 2020, e no Afeganistão, com a retomada do país pelas forças do grupo armado paraestatal Talibã em agosto de 2021. Nesses casos, especialmente no caso afegão, o grupo que reclama a prevalência de valores tradicionais, marcadamente conservadores, não pode ser associado com a localidade de que esta tese trata: quer dizer, não basta estar localizado em um lugar da cultura, é preciso que a localidade assuma o seu caráter não universal, portanto os limites, da norma que ela institui. Ao proibir o uso de vestes, palavras e hábitos ditos ocidentais, o grupo baseia-se na pretensão de universalidade que ele extrai de forma abstrata, e enviesada, do texto sagrado ou jurídico que serve de parâmetro para a norma. Essa abstração, a partir da leitura deliberadamente enviesada, é uma forma de empobrecimento da experiência da linguagem. No plano biopolítico, ela é uma das diversas manifestações imunitárias em ação; mais especificamente, da imunidade vinculada à biopolítica de negação da vida.

A reação imunitária não tem um conteúdo pré-existente, mas um conteúdo que surge do encontro entre a universalidade abstrata e a localidade. É externa na medida em que o fora é demarcado, mas a pequena comunidade, assim como um conjunto de matrioscas de porcelana, tanto está dentro de outra comunidade maior, a exemplo da comunidade internacional, como pode conter outra. Nesse sentido, ela ocorre dentro da própria comunidade, como maneira de imunizar os indivíduos em face do núcleo dessa comunidade, onde está o *múnus*, o espaço da coisa pública além do limiar que a individualidade não cruza, o espaço em que os dons comunitários estabelecem, entre os indivíduos, uma dívida permanente. O que o grupo local exerce, neste caso – e poderia ser também o governo local – não é uma manifestação da localidade, mas uma reação à experiência social da qual surge a norma contrária à

norma que o grupo pretende instituir. É significativo que o texto, o recado oral, os hábitos da cultura sejam um lugar de manifestação dessas reações imunitárias dentro da comunidade internacional. E ainda mais porque elas correspondem a uma não admissão da vida em seu devir: elas querem conter, a partir da norma, o que a vida apresenta de novo, sem dar espaço ao fluxo da experiência social. Conforme Roberto Esposito (2017, p. 59-60),

Mais do que superpostos – ou justapostos – numa forma externa que submete um ao domínio do outro, no paradigma imunitário, *bíos* e *nómos*, vida e política, são os dois constituintes de um único e inseparável conjunto que adquire sentido somente a partir da relação entre eles. [...] Ora, a vantagem hermenêutica do modelo imunitário está precisamente no fato de que essas duas modalidades, esses dois efeitos de sentido – positivo e negativo, conservador e destrutivo –, encontram finalmente uma articulação interna, uma junção semântica, que as dispõe numa relação causal, embora de tipo negativo. Isso significa que a negação não é a forma de sujeição violenta que do exterior o poder impõe à vida, mas o modelo intrinsecamente antinômico, em que a vida se conserva através do poder. Desse ponto de vista, pode-se dizer muito bem que a imunização é uma *proteção negativa* da vida.

Esta reação acontece, assim como no mundo, no texto. Tem-se, novamente, a relação entre o plano do texto e o plano da vida, e agora a *accountability* é o fragmento de texto que contém uma variedade de tensões internas que podem, inclusive, ser vistas como imunizantes. Ela está marcada pela dualidade de origem entre defender a dignidade e instaurar a contagem dos indivíduos, entre a localidade e a universalidade abstrata, capaz de atrair o sentido mais forte da resposta e incapaz de realizar essa mesma resposta.

O que se passa com a *accountability*? Se o que se deseja é que ela realize a proteção da dignidade – por definição, a chama divina que caracteriza todos os indivíduos –, se o que ela pretende é cultivar a vida como *bíos*, a *accountability* não pode fugir de seu chamado, um chamado metafísico. Um que só pode ser realizado por meio da restituição da experiência, aquela capaz de fazer da vida e da norma “parte de uma única dimensão em contínuo devir” (ESPOSITO, 2017, p. 234). Dentro do *corpus* normativo do CDH, a resolução sobre valores tradicionais proposta pela Rússia, assim como as resoluções e relatórios sobre a Síria e Líbia, todas aprovadas entre 2011 e 2012, constituem um conjunto exemplar de como a *accountability*, nos seus variados sentidos de contagem, contabilidade, prestação de contas, mas sobretudo no sentido da resposta, serve como fio da meada – um pontilhado da meada



– em que as Nações Unidas, corpo cujos membros estão em permanente correlação e conflito, promove a *proteção negativa* da vida. Cada palavra, cada seção, cada dispositivo, cada preâmbulo, cada relatório, cada sessão, cada declaração oficial, cada órgão: a todo momento, a vida e a reação à vida gravam mais fundo a dualidade que está na base da *accountability* e do sistema das Nações Unidas. No texto em que está inserida, a *accountability* evidencia os efeitos da imunização dentro da comunidade internacional, “dois efeitos de sentido – positivo e negativo, conservador e destrutivo” que encontram nela “uma articulação interna, uma junção semântica, que as dispõe numa relação causal, embora de tipo negativo” (ESPOSITO, 2017, p. 60).

Para restituir a experiência à linguagem em que está inserida, a *accountability* precisa encontrar meios de traçar limites à universalidade abstrata e garantir que, na “junção semântica” que caracteriza a imunização, o *nomos* que veicula a dignidade – entenda-se, aqui, toda a ordem jurídica afeta à dignidade – abrigue um espaço de disponibilidade onde o contador de histórias possa inserir a experiência que nasce do seu testemunho, porque, conforme acentua Walter Benjamin, é nele que se dá a possibilidade de uma intuição metafísica, isto é, uma comunicação entre a linguagem humana e a linguagem mergulhada na experiência social – que, para Benjamin, é a linguagem divina.

### 3.6. ACCOUNTABILITY ENTRE O CHAMADO E A PROMESSA

Walter Benjamin realizou diversas investidas em direção ao conceito de experiência<sup>106</sup>. Delas, destaca-se um fio condutor coerente e capaz de prevalecer sobre eventuais oscilações: a experiência como intuição metafísica capaz de transformar a vivência, mera presença dentro dos acontecimentos limitada pela vida individual, em experiência social. A exemplificação mais concreta, Benjamin deu-a quando tratou do contador de histórias sedentário e do contador de histórias viajante, aqueles que, em uma sentada e sem o saber, traduziam em memória social o que vivenciaram. Em contraste, Benjamin denunciou a crescente e assustadora incapacidade que tinham os indivíduos que voltavam da primeira guerra mundial, de 1914 a 1919, em realizar essa experiência. Apesar de ter vivenciado um evento único,

<sup>106</sup> Para o itinerário detalhado do conceito de experiência em Walter Benjamin, com suas oscilações, cf. Baptista & Lima (2003) e Moraes (2017).

catastrófico, rico em detalhes, embora ominosos, os sujeitos pareciam não poder mais articular o evento presenciado em experiência social, para além de si mesmos, para as próximas gerações. Esse empobrecimento era agravado pelo domínio ascendente da tecnologia e da reprodutibilidade técnica sobre a vida social. Assim, aos poucos entrava em extinção a figura do contador de histórias, de Homero a Riobaldo, do mujique ao violeiro caipira, eles que haviam assumido o papel de escribas, *sem pena*, da memória transindividual.

Benjamin vivenciou o horror da perseguição nazista, mas não os seus campos de concentração. E aquilo que vivenciou não pôde tornar experiência: presa do desespero e da desesperança, procurou pela saída de emergência e a encontrou em um frasco de cianureto, em Port Bou, em 26 de setembro de 1940. É importante deter-se neste episódio que, além de trágico, confirma a visão benjaminiana de experiência: as condições de sua realização não estão limitadas ao indivíduo, mas são dadas no centro da comunidade, no *múnus*, e irradiam para fora em forma de rede. O *múnus*, a central que conta, contabiliza e presta contas das dívidas e dons que ligam todos os indivíduos da comunidade, esse *múnus* informa toda a rede de relações e permite ou veda a realização de eventos históricos como a experiência de que Benjamin cuida. Não se trata de uma escolha feita individualmente, dentro do raio das possibilidades de ação da vida privada, mas de uma condição histórica centralizada dentro daquilo que é comum. Assim, a industrialização, o domínio da técnica sobre a vida, o estado de exceção – a suspensão da vigência da norma por meio da afirmação de sua interpretação distorcida – todos esses são fatores que reconfiguram o centro da comunidade a partir de dentro.

Para recorrer ao modo alegórico benjaminiano, dentro do centro da comunidade há duas chaves: cada uma das duas tem dois polos radicais que servem para normatizar a vida ou para normatizar a morte. Benjamin viveu em circunstâncias tais que a sua comunidade judaica se inseria em outra, cujo centro tinha as duas chaves ligadas na normatização da morte, muito embora o boneco que as ligava anunciasse que cada uma das duas chaves estava ligada em um polo diferente.<sup>107</sup>

---

<sup>107</sup> Em diálogo com a primeira das teses sobre o conceito da história (BENJAMIN, 2016, p. 9): “É conhecida a história daquele autômato que teria sido construído de tal maneira que respondia a cada lance de um jogador de xadrez com um outro lance que lhe assegurava a vitória na partida. Diante do tabuleiro, assente sobre uma mesa espaçosa, estava sentado um boneco em traje turco, cachimbo de água na boca. Um sistema de espelhos criava a ilusão de uma mesa transparente de todos os lados. De fato, dentro da mesa estava sentado um anãozinho corcunda, mestre de xadrez, que conduzia os movimentos do boneco por meio de um sistema de arames. É possível imaginar o contraponto dessa

Ao mesmo tempo, é certo dizer que Benjamin, sem fazer experiência do que viveu no caminho até Port Bou, soube perceber muito antes disso o curso irreversível da perda da experiência. Ao tempo dos campos de concentração nazistas, esgotou-se a possibilidade da experiência mais essencial de todas, a da dignidade humana. Primo Levi e Maurice Hawbachs, e tantos, tantos outros, foram submetidos aos campos de concentração nazistas, modelares para o tempo que esses mesmos campos instituíram. Primo Levi voltou. Maurice Hawbachs e milhões de prisioneiros não (NALLI, 2015, p. 173-187). Os que voltaram não puderam dar testemunho, não puderam *contar*.

Enquanto os campos ainda estavam por operar a “solução final” – nome conferido ao plano nazista para o genocídio de judeus – as Nações Unidas já eram gestadas como sucessoras da Liga das Nações. A ONU, portanto, é portadora de uma dualidade de origem: deve responder aos campos de concentração – e, assim, realizar uma *accountability* baseada no sentido mais alto do chamado e da promessa – e, ao mesmo tempo, deve participar da contagem dos mortos, do gerenciamento da vida e da morte, agindo como centro regulador da ordem jurídica internacional. Duas linhas de força a atravessaram e, nesse momento, ela tomou para si a regulação da vida por meio de uma normatividade abstrata. O campo semântico da *accountability* viu um reforço extraordinário da sua função gerencial, técnica, normativa, política; e a fragilização do sentido ligado à responsabilidade provocada pelo chamado. Ela incorporou a universalidade como mecanismo formal para difundir, de maneira mais rápida e eficiente, os direitos afetos à dignidade, mas tal universalidade formal é abstrata, ela não se comunica com os *nomoi* locais que pretende atingir. No seu entorno, isto é, nas resoluções e relatórios em que circula, viu a emergência da narrativa escrita, a prevalência da função referencial da linguagem, o apagamento dos sujeitos que a norma quer alcançar. A narrativa, por sua vez, que deveria corresponder ao contar eventos, tornou-se informação submetida aos meios de reprodutibilidade técnica, esqueceu do contador de histórias. O que fazer para ouvir, de novo, o chamado; para cumprir, assim, a promessa?

Apenas a norma que nasce da experiência social é capaz de dar-se a traduções que não apenas limitam, mas potencializam a vida em seu contínuo devir.

---

aparelhagem na filosofia. A vitória está sempre reservada ao boneco a que se chama “materialismo histórico”. Pode desafiar qualquer um se tiver ao seu serviço a teologia, que, como se sabe, hoje é pequena e feia e, assim como assim, não pode aparecer à luz do dia.”

Por isso, o problema a enfrentar está além dos textos que a tese analisa: tem que ver com a criação de espaços de disponibilidade em que o contador de histórias, a testemunha, Bouazizi, que pôs fogo no próprio corpo, possam retomar a criação da experiência ao lado das narrativas de Genebra e de outras tantas que, elas também, precisam ser resgatadas do mercado de palavras. Isto só pode ocorrer, porém, por meio de estratégias situacionistas, capazes de promover um desvio no interior da linguagem, reconduzindo para dentro dela a experiência social dos que nessa estratégia se engajam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho cuidou de constituir um lugar próprio no pensamento. Tomou, como fio da meada, a palavra ‘accountability’ e investigou seu emprego nas resoluções e relatórios produzidos pelas Nações Unidas sobre a Síria e a Líbia entre 2011 e 2012. Assim foi o seu começo: uma análise detida das aparições da palavra, das forças que empurravam seu sentido ora para a contabilidade, de caráter gerencial, ora para a responsabilidade, uma responsabilidade inclinada para a resposta e, ainda mais além, para um chamado e uma promessa. Desde o início a palavra parecia estar cruzada por algumas tensões que cumpria investigar. A primeira delas era, precisamente, de natureza sintática e semântica, porque não só a palavra variava nos modos com que era usada, como também os seus sentidos indicavam repercussões decisivas para os textos produzidos pelo Conselho de Direitos Humanos. Além dessas variações, que seguem uma ordem passível de descrição, já de início era possível perceber que o CDH não estava apenas chamando os atores internacionais à responsabilidade, mas estava contando histórias, articulando eventos, com a finalidade de ambientar o contexto e fundamentar os comandos textuais que eram editados em suas resoluções e relatórios. De tal modo que era preciso, então, pensar no aparecimento da palavra, mas também nas circunstâncias do seu aparecimento.

Outras tensões se seguiram. A universalidade evocada pela ordem dos direitos humanos não está inclinada a recolher, na experiência social, o conteúdo com que completa o seu sentido normativo. Pense-se em quantos contadores de história compõem os bancos do Conselho de Direitos Humanos e do Conselho de Segurança. Nem participam das sessões do CDH, nem participam da vasta escrita das normas da comunidade internacional centralizadas pelas Nações Unidas. Não é mesmo o espaço da oralidade, da contação de histórias, da experiência social que nasce da localidade. As resoluções e relatórios, como toda a ordem normativa internacional, optaram pela universalidade abstrata. Trata-se de uma tendência intimamente ligada ao texto escrito: a replicação – isto é, a produção de réplicas, de cópias – de normas garantidoras dos direitos afetos à dignidade humana, baseada na universalidade abstrata que, na ordem jurídica, opera como um direito formal, e não material. Além disso, a ordem internacional – e, particularmente, a ONU – ingressa no mundo com um *corpus* normativo e, sobretudo, com as imagens do corpo. Mais especialmente,

um corpo tal qual aquele do quadro *A lição de anatomia do Dr. Tulp*, de Rembrandt: um cadáver posto à observação, em cuja imagem existe uma tensão. Trata-se da vida morta, do corpo sem alma, que, no entanto, continua a funcionar em decomposição. O corpo humano instala as condições de inteligibilidade da ONU e, no plano mais aberto, da ordem internacional, de tal sorte que vida e morte estão em mútuo jogo, e vivem e morrem uma na outra. O jogo de palavras não é acidental: a comunidade internacional nasceu para responder aos campos de concentração nazistas, mas ela própria incorporou os mecanismos gerenciais do campo em favor da administração da vida, sempre a partir de uma universalidade abstrata.

O processo de reconstrução pós-2ª Guerra está, desde a origem, marcado pelo mesmo sopro forte da história que culminou com os campos de concentração. Não por acaso, o mundo tornou-se um canteiro de obras em permanente estado de emergência, e de exceção. E as Nações Unidas e outros organismos, os administradores desse campo. Ainda aqui Walter Benjamin (2016, p. 13-14) acertou na leitura que fez do *Angelus Novus*, de Paul Klee: a comunidade está condenada a seguir o curso da modernidade ao mesmo tempo em que contempla os escombros da história a se amontoar junto aos cadáveres que a vida produz. Essa a história dos vencedores, aquela escrita nos documentos de barbárie redigidos pelos atores a quem a comunidade confia a tarefa de preservar o seu fim mais alto, a dignidade da pessoa humana. No limite, na parte mais baixa dos escombros, as possibilidades de contar a história, de restituir a experiência local, e a própria experiência da linguagem, são permanentemente enterradas. Não há mais lugar para o contador de histórias.

O universal concreto só pode ser alcançado por meio do local. Este é o mote da epígrafe de Johann Wolfgang von Goethe, que abre *A origem do drama trágico alemão*, de Walter Benjamin (2013, p. 15):

Dado que nem no conhecimento nem na reflexão nos é possível chegar à totalidade, porque àquele falta a dimensão interior e a esta a exterior, temos necessariamente de pensar a ciência como arte, se esperarmos encontrar nela alguma espécie de totalidade. Essa totalidade não deve ser procurada no universal, no excessivo; pelo contrário, do mesmo modo que a arte se manifesta sempre como um todo em cada obra de arte particular, assim também a ciência deveria poder ser demonstrada em cada um dos objetos de que se ocupa.

A totalidade, neste caso, equivale ao universal concreto e não ao universal abstrato. Este, por sua vez, resulta da extração, da separação e da alienação dos

signos de linguagem. Walter Benjamin, Goethe e Hegel remontam a uma discussão antiga sobre o estatuto ontológico da linguagem. Entre outros aspectos, a perspectiva de Aristóteles toma a experiência social como reguladora do caráter de verdade de um conceito, uma proposição, uma ideia. No caso de Benjamin, esse caráter de verdade podia ser entrevisto na atividade do contador de histórias, aquele sujeito rico em experiência, não apenas porque a vivia, mas sobretudo porque a traduzia em experiência social, porque a projetava para além de si mesmo, articulando-a na linguagem e no contexto em que estava inserido<sup>108</sup>. No âmbito da ordem jurídica internacional, a universalidade vinculada aos direitos materiais afetos à dignidade é abstrata, não concreta. Ela monopoliza o arco semântico da dignidade e reage imunitariamente às manifestações que a localidade realiza. Nesse sentido, no caso específico da ordem normativa positivada baseada na dignidade, os meios imunizam contra a realização dos fins. Trata-se de uma contradição interna que joga a favor do desenvolvimento de uma ordem normativa cada vez mais abstrata e insensível à experiência local. Tal abstração ingressa no mundo por meio de tratados, resoluções, relatórios. No centro onde esses textos são gestados, o contador de histórias, a testemunha, a localidade, não têm vez.

Outra linha de força cruza a perda da experiência, que é a rede biopolítica em que as Nações Unidas estão enredadas. Dentro do seu imenso *corpus*, a *accountability* surge como a materialização das mais relevantes tensões que estão na base da ONU: chamada a preservar a dignidade, contabiliza a vida de forma gerencial; investida com a promessa de garantir o caráter de verdade da dignidade, produz normas abstratas que vedam acesso à história dos vencidos; requerida a falar uma língua normativa plural e aberta, elimina controvérsias introjetando, em todos os

---

<sup>108</sup> No texto literário, é frequente a associação entre a localidade a universalidade concreta. No caso brasileiro, o exemplo modelar é o romance de formação *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa. Segundo Antonio Candido (2002, p. 122), “Para o artista, o mundo e o homem são abismos de virtualidades, e ele será tanto mais original quanto mais fundo baixar na pesquisa, trazendo como resultado um mundo e um homem diferentes, compostos de elementos que deformou a partir dos modelos reais, consciente ou inconscientemente propostos. Se o puder fazer, estará criando o seu mundo, o seu homem, mais elucidativos que os da observação comum, porque feitos com as sementes que permitem chegar a uma realidade em potência, mais ampla e significativa. [...] A experiência documentária de Guimarães Rosa, a observação da vida sertaneja, a paixão pela coisa e pelo nome da coisa, a capacidade de entrar na psicologia do rústico, - **tudo se transformou em significado universal graças à invenção, que subtrai o livro à matriz regional para fazê-lo exprimir os grandes lugares comuns, sem os quais a arte não sobrevive**: dor, júbilo, ódio, amor, morte, - para cuja órbita nos arrasta a cada instante, mostrando que o pitoresco é acessório e que na verdade o **Sertão é o Mundo**.” (Grifos acrescentados)

cantos, a padronização de seus comandos. Apenas sucessivas insurgências no interior da *accountability* – e, no plano geral, da linguagem – poderiam articular os meios e os fins da comunidade internacional. No caso do Conselho de Direitos Humanos, como também em tantos outros foros de decisão, a ocupação do espaço pelo contador de histórias aponta como uma possibilidade de mudança no enredo da comunidade internacional, isto é, uma forma de reconciliar a vida e a norma, de penetrar na universalidade por meio da localidade. Mas é tendência que as narrativas de Genebra continuem a ser escritas em salões de mármore vazios, de forma dilatada, **por mãos que não estão habituadas a, como disse Walter Benjamin, “escovar a história a contrapelo”**. Atendendo a preferências que não nascem nas localidades e nem surgem nas fronteiras, mas no próprio centro de forças em que essas mesmas preferências se inscrevem, tais narrativas ampliam as formas de regulação da vida. Resta saber, porém, de que vida.



## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ADORNO, Theodor. Posição do narrador no romance contemporâneo. **Notas de literatura 1**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003. (p. 55-64)

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção (Homo sacer, II, I)**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004. (Estado de sítio)

\_\_\_\_\_. **Estâncias - a palavra e o fantasma na cultura ocidental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

\_\_\_\_\_. **O uso dos corpos (Homo sacer IV, II)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. **O que resta de Auschwitz. o arquivo e a testemunha (Homo sacer III)**. São Paulo: Boitempo, 2008. (Estado de sítio)

\_\_\_\_\_. **O tempo que resta: um comentário à Carta aos Romanos**. Tradução de Davi Pessoa e Cláudio Oliveira. 1. ed. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2016.

\_\_\_\_\_. **The time that remains - a commentary on the letter to the Romans**. California: Stanford University Press, 2000.

ANDRADE, C. D. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2006.

ARENDT, Hannah. Walter Benjamin: 1892-1940. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ARISTOTLE. **The complete works of Aristotle**. Volume one and two. Edited by Jonathan Barnes. New Jersey: Princeton University Press, 1984. (Bollingen Series LXXI – 2).

AUERBACH, Erich. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

BAL, Mieke. **Narratology: introduction to the theory of narrative**. 3. ed. Toronto: University of Toronto Press, 2009.

BAPTISTA, L. A. & LIMA, J. G. Itinerário do conceito de experiência na obra de Walter Benjamin. **Princípios - Revista de Filosofia**. Natal (RN), v. 20, n. 33, Janeiro/Junho de 2013, p. 449-484

BARONAS, Roberto L. Ensino de Semântica no Curso de Letras: algumas reflexões e muitas indagações (Parte 1). **Click Ciência**. 2009. Disponível em: [http://www.clickciencia.ufscar.br/portal/edicao18/colunista\\_roberto7.php](http://www.clickciencia.ufscar.br/portal/edicao18/colunista_roberto7.php)

BARTHES, Roland. **Aula**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989. – (Obras escolhidas; v. 3).

\_\_\_\_\_. **Linguagem, tradução, literatura (filosofia, teoria e crítica)**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. - (FILÔ/Benjamin).

\_\_\_\_\_. **O anjo da história**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. - (FILÔ/Benjamin)

\_\_\_\_\_. **Origem do drama trágico alemão**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. - (FILÔ/Benjamin).

\_\_\_\_\_. **Sobre o programa da filosofia por vir**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2019.

BORGES, Jorge Luis. **El hacedor**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BROWNLIE, Ian. **Princípios de Direito Internacional Público**. Lisboa: Fundação Calouste Goulbenkian, 1997.

BURKE, Séan. **The Death and Return of the Author: Criticism and Subjectivity in Barthes, Foucault, and Derrida**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1998.

BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri C. **Quem canta o Estado-nação? : Língua, política, pertencimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

CAIRUS, Henrique. Quando o Nómos não é a lei. **Cultura Oriental e América Latina**, 2004, São Paulo. Colóquio. São Paulo: Gráfica Centro Universitário Nove de Julho, 2004. p. 10-24. Também disponível em: [http://www.pec.ufrj.br/proaera/quando\\_o\\_nomos.pdf](http://www.pec.ufrj.br/proaera/quando_o_nomos.pdf)

CANDIDO, Antonio. Dialética da Malandragem. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, (8), 1970, p. 67-89. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i8p67-89>  
\_\_\_\_\_. **O estudo analítico do poema**. 3. ed. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH USP, 1996.

\_\_\_\_\_. O homem dos avessos. **Tese e antítese: ensaios**. 4. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2002. (p. 119-140).

CARDOSO, L. G. **No Rastro da Dialética da Malandragem: Direito e Literatura a partir de Antonio Candido**. Riga: Novas Edições Acadêmicas, 2020.

\_\_\_\_\_. **O violeiro e o diabo: presença do pacto fáustico nas tradições caipiras**. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014.

CASTIGNONE, Silvana. **Introduzioni alla filosofia del diritto**. Roma: Editori Laterza, 1998.

CASTRO, Edgardo. **El Vocabulario de Michel Foucault – Un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores**. Buenos Aires: Prometeo/Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Introdução a Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021. – (Filô/Margens).

\_\_\_\_\_. **Introdução a Giorgio Agamben: uma arqueologia da potência.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. – (FILÔ/Agamben; 1).

\_\_\_\_\_. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CHÉRIF, Mustapha. **O Islã e o Ocidente - encontro com Jacques Derrida.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

CHILDS, Peter; FOWLER, Roger. (Org.). **The Routledge dictionary of literary terms.** 3. ed. New York: Routledge, 2006.

COVER, Robert M. Nomos and narrative. **ANAMORPHOSIS – Revista Internacional de Direito e Literatura.** v. 2, n. 2, julho-dezembro 2016.

CRAWFORD, James. **Les articles de la CDI sur la responsabilité de l'Etat. Introduction, textes et commentaires.** Paris: Pedone, 2003.

CRAWFORD, James; PELLET, A.; OLLESON, S. **The Law of State Responsibility.** Oxford: OUP, 2011.

CULLER, Jonathan. **Literary theory: a very short introduction.** New York: Oxford University Press, 1997.

DAVENPORT, John. **Narrative identity, autonomy, and mortality: from Frankfurt and MacIntyre to Kierkegaard.** New York: Routledge, 2012.

DUPUY, P.-M. Le fait générateur de la responsabilité internationale des Etats. **R.C.A.D.I.**, 188. La Haye: 1984-II, pp. 9-133.

ECO, Umberto. **A vertigem das listas.** Rio de Janeiro: Record, 2010.

\_\_\_\_\_. **Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos.** São Paulo: Perspectiva, 2011. (Estudos; 89/ Dirigida por J. Guinsburg).

\_\_\_\_\_. **Obra aberta: formas e indeterminação nas poéticas contemporâneas.** 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

\_\_\_\_\_. **Seis passeios pelos bosques da ficção.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ESPOSITO, Roberto. **As pessoas e as coisas.** São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016.

\_\_\_\_\_. **Bíos: biopolítica e filosofia.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

\_\_\_\_\_. **Categorias do impolítico.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

\_\_\_\_\_. **Dois: a máquina da teologia política e o lugar do pensamento.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

\_\_\_\_\_. **Termos da política: comunidade, imunidade, biopolítica.** Curitiba: Editora UFPR, 2017.

FELDBERG, S. Um mosaico de conflitos no Oriente Médio. **Política Externa**, SP, Paz e Terra, vol. 15, n.3, fevereiro de 2007, pp.155-167.

FONSECA, Angela Couto Machado. Política e biopolítica: um desvio do sujeito? **Nomos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**. V. 32.2, jul.dez. 2012. (p. 15-35)

FONSECA, Angela Couto Machado; ARAÚJO, Dhyego Câmara de. Exposição à morte e biopolítica: uma abordagem a partir do racismo de Estado e do paradigma imunitário. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, PR, Brasil, v. 63, n. 1, p. 117-140, abr. 2018. ISSN 2236-7284. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/55306> . Acesso em: 06 jul. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v63i1.55306>

FONSECA, Angela Couto Machado; MEIRELES, Ildenilson. Biopolítica como categoria analítica dos eventos políticos contemporâneos: nas trilhas de Esposito e Nietzsche. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 530 - 547, jan./abr. 2019.

FORTY, Sandra. **Rembrandt**. Charlotte, North Carolina, USA: TAJ Books, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso - aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Coleção obras de Michel Foucault)

\_\_\_\_\_. O que é um autor? **Estética, Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Rio: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. **Face aux gouvernements, les droits de l'homme. Dits et Écrits IV**. Paris: Gallimard, 1994.

\_\_\_\_\_. **Naissance de la biopolitique: Cours au Collège de France**. 1978-1979. Paris: Gallimard, 2004.

FRAIHAT, Ibrahim & YASEEN, Taha. Evolving Trends in the Post-Arab Spring Era: Implications for Peace and Stability in the MENA Region. **Journal of Peacebuilding & Development**, 2020, Vol. 15(3) 331-347.

FREEDMAN, Rosa. **The United Nations Human Rights Council - a critique and early assessment**. New York: Routledge, 2013.

GAGNEBIN, J. M. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2013. (Estudos; 142/ Dirigida por J. Guinsburg)

\_\_\_\_\_. **Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin**. São Paulo: Editora 34, 2014.

GATTI, Luciano. Correspondências entre Benjamin e Adorno. **Limiar**. vol. 1, nº 2 – 1º semestre 2014.

GOMES, A. T. Democracia como significante vazio – Promoção democrática na política externa dos Estados Unidos (2001-2008). **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – vol. 31, n. 92. DOI: 10.17666/319214/2016

GRAEFRATH, B. Responsibility and Damage Caused: Relationship between Responsibility and Damage. **R.C.A.D.I.**, 185. La Haye: 1984-II, pp. 13-143

GRAY, C. **Judicial Remedies in International Law**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. Is There an International Law of Remedies? **B.Y.I.L.**, 1986, pp. 25-47.

GUILHAUMOU, Jacques. **Où va l'analyse de discours? Autour de la notion de formation discursive**. **Texto!** Juin 2004 . <Disponível em: [http://www.revuetexto.net/Inedits/Guilhaumou\\_AD.html](http://www.revuetexto.net/Inedits/Guilhaumou_AD.html) > Acessado em 31/03/2021.

GUILHAUMOU, Jacques e MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. *Language*, nº 81, 1986. trad. bras In.: ORLANDI, E. (org.) **Gestos de Leitura da história no discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. **Empire**. First Harvard University Press paperback edition, 2001.

HAYDEN, Patrick. **The Philosophy of Human Rights**. St Paul: Paragon House, 2001.

HEGEL, G. W. F. Quem pensa abstratamente. **Síntese Nova Fase**. Belo Horizonte, v. 22, n. 69, 1995. P. 245-240

HEINEN, Sandra. **Narratology in the age of cross-disciplinary narrative research**. Berlin/New York: De Gruyter, 2009.

HOELING, Sabrina. **Can R2P practice what it promises? - a case study on the syrian civil war**. Hamburg: Anchor Academic Publishing, 2015.

HOMERO. **Ilíada: Homero**. Tradução Christian Werner. Colagens: Odiros Mlászho. São Paulo: Ubu Editora/SESI-SP Editora, 2018.

\_\_\_\_\_.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. **All the king's men**. Tradução de Carolina Munis. **Revista Tuíra**: São Paulo, 2019. p. 62-67.

ISHAY, Micheline. **The History of Human Rights: from ancient times to the globalization era**. Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 2004.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 19. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2007.

KELSEN, Hans. **The law of the United Nations: a critical analysis of its fundamental problems**. London: Stevens and Sons Limited, 1951.

KONSTAM, Angus. **Lepanto 1571: the greatest naval battle of the Renaissance**. Oxford: Osprey Publishing, 2003

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin : aviso de incêndio : uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUKÁCS, Georg. Narrar ou descrever. **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1945. p. 43-94.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução Maria Júlia Goldwaser; revisão da tradução Zelia de Almeida Cardoso. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Clássicos WMF).

MARÍAS, Julián. **Introducción a la filosofía**. Madrid: MANUALES de la Revista de Occidente, 1947

MEDINA, Susana P. Morte do autor. **E-Dicionário de termos literários**. São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/morte-do-autor/>  
Acesso mais recente em 04.02.2021.

MELLO E SOUZA, Gilda. **O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma**. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2003.

MIRANDA, R. D. François Ost e a hermenêutica jurídica – um estudo de *Contar a Lei*. **Direito & Justiça**. v. 37, n. 1, p. 30-35, jan./jun. 2011

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. **Lettres persanes** / édition critique par Philip Stewart. Paris: Classiques Garnier, 2013.

MORAES, Reinaldo. **Pornopopéia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

MORAIS, G. A. L. F. O conceito de experiência, de Walter Benjamin, análogo às narrativas heróicas clássicas. **Letras Escreve**. Macapá, v. 7, n. 3, 2º semestre, 2017. p. 385-402.

MORTARI, Cezar A. **Introdução à lógica**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

NALLI, Marcos. O Campo é o Nomos Biopolítico da Modernidade. **Revista Portuguesa de Filosofia**, T. 71, Fasc. 1, Fenomenologia e Filosofia Prática/ Phenomenology and Practical Philosophy (2015), pp. 173-187

NINO, Carlos Santiago. **Introdução à análise do direito**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

NUNES, Benedito. Heidegger e a poesia. **Natureza humana**. [online]. 2000, vol.2, n.1, pp. 103-127. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-24302000000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302000000100004&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1517-2430.

OKHAM, W. et. Al. Seleção de obras de William of Ockham. **Seleção de textos. (Os Pensadores)**. v. VIII. São Paulo: Abril S.A., 1973. (p. 339-404)

OLSON, Greta (Org.). **Current trends in narratology**. Berlin/New York: De Gruyter, 2011.

OST, François. A tese de doutorado em Direito: do projeto à defesa. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)** 7(2):98-116, maio-agosto 2015.

\_\_\_\_\_. **Contar a Lei: as fontes do imaginário jurídico**. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

\_\_\_\_\_. **O tempo do Direito**. São Paulo: Edusc, 2005.

PETERS, F. E. **Termos filosóficos gregos: um léxico histórico**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Goulbenkian, 1983.

PINZANI, Alessandro. **Maquiavel & O Príncipe**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2004 (Filosofia Passo-a-passo).

PLATO. **Complete works**. Edited, with introduction and notes, by John M. Cooper. Indianapolis; Cambridge: Hackett Publishing Company, 1997.

QUINTILIANO, M. F. **Instituição Oratória**. Tradução, apresentação e notas: Bruno Fregni Bassetto. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2015. Tomo II.

RAMOS, André Carvalho. **Processo internacional de direitos humanos**. 2.ed. – São Paulo: Saraiva, 2012.

\_\_\_\_\_. **Responsabilidade Internacional por violação de Direitos Humanos**. *Rio de Janeiro: Renovar, 2004*

\_\_\_\_\_. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

REISIGL, Martin. “‘Narrative’ I can’t hear that anymore’. A linguistic critique of an overstretched umbrella term in cultural and social science studies, discussed with the example of the discourse on climate change. **Critical Discourse Studies**, 18:3, 2021. p. 368-386.

ROSENFELD, M. Deconstruction and legal interpretation: conflict, indeterminacy and the temptations of the new legal formalism. **Deconstruction and the possibility of justice, Cardozo Law Review**, v. 11, n. 5-6:1228-1267, 1990.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.  
\_\_\_\_\_. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SALIBA, Aziz Tuffi. **Conselho de Segurança da ONU: sanções e limites jurídicos**. Curitiba: Juruá, 2009.

SARAIVA, F. R. S. **Novíssimo dicionário latino-português etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc.** 12. ed. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2006.

SEBALD, W. G. **Guerra aérea e literatura: um ensaio sobre Alfred Andersch.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os anéis de Saturno: uma peregrinação inglesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SFDI, **La responsabilité dans le système international**, Colloque du Mans, Paris, Pedone, 1991

SHAW, Malcolm. **International law.** 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

SHELTON, D. **Remedies in International Human Rights Law.** Oxford: OUP, 2015.

\_\_\_\_\_. **“Righting Wrongs: Reparations in the Articles of State Responsibility”** 96 A.J.I.L., 2002, pp. 833-856.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STEINER, George. **Aqueles que queimam livros.** Belo Horizonte, Editora Ayiné, 2017.

STEINER, Henry J.; ALSTON, Philip. **International Human Rights in Context – Law, Politics and Morals.** 2nd. edition. Oxford, Oxford University Press.

TISTOUNET, Eric. **The UN Human Rights Council - a practical anatomy.** Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2020.

TOLEDO, Plínio F. **A imagem e o conceito: Cummings, Deleuze, Nietzsche, Adorno.** Baependi: Tempo e Trama, 2014.

\_\_\_\_\_. **A astúcia da dialética: o desvio em Guy Debord.** São Paulo: Editora LiberArs, 2015.

\_\_\_\_\_. Uma interpretação filosófica do direito a partir da análise de sua forma objetiva na transição da oralidade. **Hermenêutica plural: possibilidades jusfilosóficas em contextos imperfeitos.** (Orgs.) Carlos Eduardo de Abreu Boucault, José Rodrigo Rodriguez. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (p. 3-44)

TOMASS, Mark. **The religious roots of the Syrian conflict: the remaking of the Fertile Crescent.** New York: Palgrave Macmillan, 2016.

TÖNNIES, Ferdinand. **Community and Civil Society.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

WEISBERG, Richard H. **In praise of intransigence: the perils of flexibility.** New York: Oxford University Press, 2014.



ZAMAN, Tahir. **Islamic traditions of refuge in the Crises of Iraq and Syria**. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

ŽIŽEK, Slavoj. **Como ler Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: Casac Naify, 2014.

**Publicações da Organização das Nações Unidas:**

*Human rights: a handbook for parliamentarians*. Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. New York and Geneva, 2005.

*Human rights indicators: a guide to measurement*. Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. HR/PUB/12/5. New York and Geneva, 2012.

*Simple guide to the UN treaty bodies*. International Service for Human Rights. Belgium, 2010.

*Working with the United Nations Human Rights Programme*. A Handbook for Civil Society. HR/PUB/06/10/Rev.1. New York and Geneva, 2009.